

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

AQUI SANGRARAM PELOS NOSSOS PÉS:

Futebol, política e identidade nacional na Ditadura militar (1974-1985).

Miguel Enrique Almeida Stédile

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Porto Alegre

2021

AQUI SANGRARAM PELOS NOSSOS PÉS:

Futebol, política e identidade nacional na Ditadura militar (1974-1985).

Miguel Enrique Almeida Stédile

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Linha de Pesquisa: Relações sociais de dominação e resistência.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli.

Porto Alegre

2021

AQUI SANGRARAM PELOS NOSSOS PÉS:

Futebol, política e identidade nacional na Ditadura militar (1974-1985).

Miguel Enrique Almeida Stédile

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Linha de Pesquisa: Relações sociais de dominação e resistência.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Manuel Casquinha Malaia Santos

Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga

Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul

Prof. Dr. Rafael Hansen Quinsani

Rede Municipal de Guaíba - Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Janice Zarpellon Mazo

Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Arlei Sander Damo

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CIP - Catalogação na Publicação

Stédile, Miguel Enrique Almeida

Aqui sangraram pelos nossos pés: Futebol, política e identidade nacional na Ditadura militar (1974-1985). / Miguel Enrique Almeida Stédile. -- 2021.

244 f.

Orientador: Cesar Augusto Barcellos Guazzelli.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. História. 2. Futebol. 3. Ditadura Militar. I. Guazzelli, Cesar Augusto Barcellos, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Em memória de Valquimar “Kima” Reis e Ulisses Manaças que lutaram também nas arquibancadas.

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi escrita entre 2018 e 2021, mais uma página infeliz de nossa história. Em tempos de negação da razão e da ciência, sou grato à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em História por terem me possibilitado as melhores condições materiais e um ambiente intelectual de liberdade, pluralidade e debates, matérias primas necessárias para qualquer produção de conhecimento.

Durante toda a pós-graduação, tive o privilégio de contar com a generosa orientação e calorosa amizade do professor César Augusto Barcellos Guazzelli.

Senti-me honrado em ter em minha banca de avaliação professores que tanto admiro e agradeço às contribuições da professora Janice Mazo e dos professores Arlei Damo, João Malaia e Rafael Hansen Quinsani. Gerson Wasen Fraga, registro mais uma vez, publicamente: sua amizade, para mim, tem o valor de um gol do Fernandinho contra o Lanus, aos vinte e sete minutos do primeiro tempo.

O professor Gilmar Mascarenhas sempre foi uma inspiração e gostaria de pensar que esta tese é também parte do seu legado. Presto aqui minha profunda admiração e respeito a sua memória.

Agradeço ao Museu do Futebol e ao Centro de Referência do Futebol Brasileiro.

Agradeço à amizade e aos conselhos das professoras Adelaide Gonçalves, Heloísa Fernandes e Regina Célia Gonçalves e do professor José Jonas Duarte.

Ao Instituto de Educação Josué de Castro, em especial à Antônio Kanova, Diana Daros, Eduardo Felipe Rinaldi, Simone Resende, Simoni Sagaz e Viviane Onuckzak. Vocês são “os melhores do mundo”.

Agradeço às colaborações de muitas formas de Alessandra Gasparotto, Anderson Barreto, Andreia Meineirz, Daniel Cassol, Jacqueline Brizola, Joel Guindani, Joba Alves, Lauro Allan Duvoisin Almeida, Mathias Luce, Manoel Dourado Bastos, Miguel Yoshida, Neuri Rossetto, Rafael Litvin Villas Boas e Rodrigo Lentz, que são não apenas grandes amigos, mas estimados parceiros intelectuais.

E agradeço à toda minha família. Em especial, à minha mãe, que me ensinou tudo o que sei sobre a resistência à ditadura militar; ao meu pai, que me levou aos comícios das Diretas Já, e; ao meu falecido avô, Luiz Almeida, com quem assisti ao último colégio eleitoral. A todos os amigos e amigas com quem tenho o privilégio de caminhar junto, meu sincero agradecimento. *Vai passar.*

Ruth, “aquela que nos faz rir” (porque ela sempre diz alguma coisa que nos faz rir), disse que, quando gritamos, temos que dizer “gol”. Que dá no mesmo, que não custa nada e que rir um pouquinho da dor faz com que a dor fique um pouquinho menor. “Gool!” Assim.

Mauricio Rosencof, *As Cartas que não chegaram*

Na singularidade de trajetórias individuais e no microcosmo da vida cotidiana, estão impregnados a força e o significado que o futebol alcançou no Brasil. Fatos e retratos, fragmentos e momentos, que aguardam a hora de irromper no silêncio da academia, acenando aos geógrafos a espacialidade profusa e profunda de um certo jogo de bola.

Gilmar Mascarenhas, *A Bola nas Redes e o Enredo do Lugar.*

RESUMO

A aplicação pela Ditadura civil-militar dos princípios e diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional na gestão, organização e prática do futebol nas Copas do Mundo disputadas entre 1974 e 1982 são objeto deste trabalho. Através da análise da cobertura dos diários Folha de São Paulo e Jornal do Brasil e dos semanários Veja e Placar, procura-se demonstrar como a aplicação desses princípios resultou em uma militarização deste esporte em sua gestão institucional, financeira; na composição das comissões técnicas e na negação do status de cidadania ao jogador de futebol. A operacionalização desses princípios tanto poderia ser executada pela sociedade política, o Estado, quanto pela sociedade civil, através dos aparelhos privados de Hegemonia, como a Confederação Brasileira de Desportos. Movidos por um elã autoritário, quanto piores os resultados nas competições, maiores eram os espaços ocupados pelos militares dentro dessa estratégia, alcançando seu ápice na Copa do Mundo de 1978. A identidade nacional encontra-se igualmente em disputa, tanto como mecanismo de dominação, cuja instrumentalização é desejada pela Ditadura civil-militar, quanto como espaço de resistência, diante da incapacidade da Ditadura em realizar sua autorreforma e perpetuação institucionalizada no poder. Sem condições materiais para exercer o poder pela força, a Seleção Brasileira e a identidade nacional são ressignificadas como sinônimo de democracia, um valor que não poderia ser apreendido pela Ditadura. Jogadores e torcedores são agentes dessa transformação que resulta em Abertura Política e desmilitarização do futebol antes do final da própria Ditadura civil-militar.

Palavras-chave: Futebol, Ditadura, Identidade nacional.

RÉSUMÉ

L'application par la dictature civilo-militaire des principes et directives de la Doctrine de la Sécurité Nationale dans la gestion, l'organisation et la pratique du football lors des Coupes du monde disputées entre 1974 et 1982 font l'objet de ce travail. À travers l'analyse de la couverture des journaux Folha de São Paulo et Jornal do Brasil et des hebdomadaires Veja et Placar, nous cherchons à démontrer comment l'application de ces principes a abouti à une militarisation de ce sport dans sa gestion institutionnelle et financière, en la composition de la technique et le refus du statut de citoyenneté au joueur de football. L'opérationnalisation de ces principes pourrait être effectuée soit par la société politique, l'État, soit par la société civile, à travers l'appareil privé de l'hégémonie, comme la Confédération brésilienne des sports. Poussé par une tendance autoritaire, plus les résultats en compétition sont mauvais, plus les espaces occupés par les militaires au sein de cette stratégie sont grands, atteignant son apogée lors de la Coupe du monde 1978. L'identité nationale est également contestée, à la fois comme mécanisme de domination, dont l'instrumentalisation est souhaitée par la dictature civilo-militaire, ainsi que par un espace de résistance, étant donné l'incapacité de la dictature à mener à bien son auto-réforme et sa perpétuation institutionnalisée au pouvoir. Sans conditions matérielles pour exercer le pouvoir par la force, l'équipe brésilienne et l'identité nationale sont re-signifiées comme synonyme de démocratie, une valeur qui ne pouvait être appréhendée par la dictature. Les joueurs et les supporters sont les agents de cette transformation qui se traduit par une ouverture politique et une démilitarisation du football avant le fin de la dictature civilo-militaire elle-même.

Mots-clés: Football, Dictature, Identité nationale.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estádios construídos durante a Ditadura Civil-Militar	78
----------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AI-5	Ato Institucional n.º 05
AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CND	Conselho Nacional de Desportos
CONSENA	Comissão Seleccionadora Nacional
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EsEFEx Exército	Escola de Educação Física do
FIFA Association	Fédération Internationale de Football
FSP	Folha de São Paulo
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JB	Jornal do Brasil
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
SAPESP Estado de São Paulo	Sindicato dos Atletas Profissionais do
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 NÃO É O FUTEBOL, SÃO OS TANQUES	45
1.1. A Confederação Brasileira de Desportos como Aparelho Privado de Hegemonia... 50	
1.2 Projeto México: ponto de partida da militarização.....	63
1.3 Identidade em disputa	85
1.4 Aperfeiçoando o imperfeito, desprezando a perfeição	94
CAPÍTULO 2 1974: NAS JANELAS E VARANDAS, SÃO RARAS AS BANDEIRAS.	99
CAPÍTULO 3 1978: NÃO SE DEVE DELIRAR, JÁ QUE SONHAR NINGUÉM MAIS CONSEGUE	138
3.1 A mais politizada das Copas.....	148
3.2 A mais militarizada das seleções	153
3.3. Autorreforma do Regime	173
CAPÍTULO 4 - E UM DIA, AFINAL, TINHAM DIREITO A UMA ALEGRIA FUGAZ	179
4.1 A Confederação Brasileira de Futebol	182
4.2 Trocando o medo pelo velho futebol-arte	186
4.3 Epílogo: Outras Aberturas, Outro Sarriá	211
CONCLUSÃO	222
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	229
ANEXO	241

INTRODUÇÃO

El escudo, la bandera y el himno, bautismos anacrónicos, desafíos de otra época, qué podían significar, al fin de cuentas, si eran indiscriminadamente usados tanto por los muchachos que se pudrían de rancor en los calabozos como por los canallas que los verdugueaban. Sin embargo, la patria se le fue armando como un rompecabezas, hallando aquí un rostro que se correspondía con una esquina, allá una cometa que buscaba su nube. La patria se le fue componiendo sin bandera, sin himno, sin escudo. Más bien como se reconstruye un árbol genealógico, una partida de ajedrez o un palimpsesto. Y así la saudade se le convirtió en olfato, en tacto, en gusto, antes que en oído o en visión.

Mario Benedetti, *Geografías*

O futebol, como campo em disputa política, em especial para a valoração de uma identidade nacional, através da imprensa, na segunda metade da Ditadura militar (1974-1985) é o objeto do presente trabalho.

Futebol, Estado e Nação são conceitos que ganham nova qualidade na modernidade. Para que o mundo seja tomado pelas mercadorias, ainda que a produção febril e fabril ignore e dispense as fronteiras, contraditoriamente, são nesses limites — arbitrários, sociais, culturais e não necessariamente geográficos — que se estabelecem moedas, finanças públicas, atividades fiscais, defesa da propriedade privada e o aparato de violência necessário para o funcionamento das normas sociais e econômicas.

O Estado não é, porém, apenas um ente econômico — ainda que a economia não seja outra coisa senão as relações que se estabelecem entre os indivíduos, portanto uma relação social e não os humores de uma divindade inacessível aos mortais — mas também o foro político, onde o indivíduo exerce seus direitos e deveres de participação nesta comunidade. Comunidade “imaginada”, mas não abstrata, uma vez que se estabelece justamente sobre este território e comunidade política, enlaçada pelo idioma, pela ancestralidade ou pela etnia.

A modernidade exige um *esforço civilizatório*, segundo Elias e Dunning (1992, p.34), que normatiza as disputas políticas através do parlamento e dos códigos legais, e que é o mesmo impulso que *desportiviza* os passatempos comunais, regulamentando práticas esportivas, entre o final do século XVIII e a segunda metade do XIX, como o ciclismo, a corrida de cavalo, o golfe, o críquete, além do futebol e do rugby.

O futebol é, na definição de Franco Junior (2017), recriação simbólica da realidade objetiva, manifestação cultural que expressa os movimentos da história que, portanto, reflete valores e comportamentos da sociedade na qual está inserido. Assim, mais do que um esporte, se torna uma janela privilegiada para se observar as estruturas profundas da sociedade, onde sua história é também a história do mundo contemporâneo. E, portanto, a difusão do futebol

está diretamente relacionada à difusão e exaltação da forma moderna de comunidade política, os Estados-Nação, tornando público um discurso épico que fusiona os ideais cavaleirescos do amadorismo aristocrático com a retórica do sacrifício desinteressado da pátria, enquanto as características culturais do núcleo da identidade nacional tomam corpo no estilo de jogo próprio daquele país (FIENGO, 2003, p.286-287).

Quanto às identidades nacionais, parte-se do pressuposto de que são cambiáveis e temporais. Segundo Eric Hobsbawm, estas identidades podem mudar e se deslocar no tempo, mesmo em períodos muito curtos (1990, p.20). De maneira que não se trata de algo estático e atemporal, mas ao contrário, de algo que requer permanente manutenção e reafirmação. Como na definição de Renan (apud HOBBSAWM, 1990, p.16): “A nação é um plebiscito diário”.

A Nação é apresentada como uma comunidade de destino, acima de quaisquer outras definições, como classes, regiões ou etnias. E, para isso, é preciso adquirir uma consciência de unidade, *a identidade*, e, ao mesmo tempo, é necessário ter consciência da diferença em relação aos outros, *a alteridade* (FIORIN, 2009, p.117).

Porém, essa identidade é sempre combinada com identificações de outro tipo, superior ou não a outras. Por isso, a análise parte também da manifestação desta identidade nacional através do futebol. Compreendendo-o como uma das grandes instituições culturais, como a educação e os meios de comunicação, que formam e consolidam identidades nacionais no mundo inteiro, de acordo com Giulianotti (2002, p.42). Para este autor³, a difusão internacional deste esporte, entre o final do século XIX e início do século XX, coincide com as negociações de fronteiras e estabelecimento de identidades culturais da maior parte dos países da América Latina e Europa.

E Hobsbawm (1990) acrescenta ainda que os esportes, como espetáculos de massa, trataram de preencher o espaço entre as esferas públicas e privadas:

Entre as guerras, porém, o esporte internacional tornou-se, como George Orwell logo notou, uma expressão de luta nacional, com os esportistas representando seus Estados ou nações, expressões fundamentais de suas comunidades imaginadas. (...) O que fez do esporte um meio único, em eficácia, para inculcar sentimentos nacionalistas, de todo modo só para homens, foi a facilidade com que até mesmo os menores indivíduos políticos ou públicos podiam se identificar como a nação, simbolizada por jovens que se destacavam no que praticamente todo homem quer, ou uma vez na vida terá querido: ser bom naquilo que faz. A imaginária comunidade de milhões parece mais real na forma de um time de onze pessoas com nome. O indivíduo, mesmo aquele que apenas torce, torna-se o próprio símbolo de sua nação. (HOBBSAWM, 1990, p.171).

Dessa forma, o esporte, e especificamente o futebol, torna-se a expressão viva da célebre definição de Anderson (2008) de nações como *comunidades imaginadas*. Não em sentido de invenção ou artificialidade, mas como comunhão e compartilhamento de símbolos e valores entre pessoas que não necessariamente se conhecem: “A nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p.34). Por sua vez, para Oliven e Damo (2001, p.22), o futebol funciona através de um sistema de lealdades cujo mecanismo pode ser comparado ao amor pela região ou ao país. Analogamente, pertencer a um país ou a um clube, exige sentimentos de lealdade e fidelidade.

Por sua vez, se as competições esportivas tornam-se as substitutas, pacíficas, das guerras, como evento de afirmação e aferição das nações, cujos momentos máximos são as Olimpíadas e a Copa do Mundo de futebol, tornam-se, portanto, rico observatório de procedimentos culturais, que permitem a emergência de rivalidades e a expressão de interesses geopolíticos (FRANCO JUNIOR, 2019).

Portanto, não há nada que surpreenda que os interesses do Estado, a afirmação da Nação e a prática esportiva convirjam e encontrem-se como na realização da primeira Copa do Mundo no Uruguai, como parte das comemorações da sua independência; na exaltação do fascismo na Copa da Itália em 1934; na legitimação de um regime como o da Argentina sob Ditadura militar em 1978 ou na Espanha pós-franquista em 1982. E não necessariamente sob controle ou determinação estatal, como na vitória argentina sobre os ingleses na Copa de 1986, como se reescrevesse o desfecho da Guerra das Malvinas.

Entretanto, se a cultura nacional, é uma estrutura de poder que busca unificar seus membros — independente de quão diferentes possam ser em termos de classe, gênero ou raça — em uma identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma grande família; como recorda Stuart Hall (2006), esta unidade é construída pela supressão forçada da diferença e pela generalização, ao mesmo tempo em que as identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferenças e não estão livres do jogo do poder, das divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas.

Afinal, há culturas que são regidas pelo *princípio da exclusão* — quando o processo de relação entre valores atinge seu termo leva à confrontação do exclusivo e do excluído, é a cultura do interdito — ou pelo *princípio da participação* — cujo operador é a mistura, o cotejo entre o igual e o desigual, a cultura do permitido (FIORIN, 2009, pp.117-118)

Seja na América Latina ou na Europa, a construção das identidades nacionais teve seu estímulo *pelo alto*, a partir das elites e intelectualidades locais, buscando supostos indícios de que a nacionalidade, *nata e dormente*, já se encontrava nestes territórios.

No caso latino-americano, Hobsbawm (2017) identifica uma primeira fase nacionalista pós-independência, quando, apesar da retórica revolucionária francesa e da agitação da bandeira militar, não foi muito significativa. Em seguida, uma segunda fase em que se identificou a “nação” com o progresso. Isto é, com o desenvolvimento econômico e o estabelecimento de um poder estatal efetivo sobre todo o território nacional, onde somente aqueles comprometidos com o progresso, ou que ao menos o aceitavam, poderiam ser vistos como verdadeiros membros da nação. Somente em uma terceira fase, iniciada com a Revolução Mexicana e inspirada pela Revolução Russa, caracterizada pela participação ativa de movimentos populares, que se reconhece, entre intelectuais e políticos, que a nação consistia no povo: todas as pessoas.

Por isso, para Hobsbawm, é fundamental o momento em que estas ideias atingem as massas populares, “as últimas a serem afetadas pela consciência nacional”. Para ele, esses movimentos não podem ser compreendidos sem serem analisados também *de baixo*, em termos de suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas (HOBSBAWM,1990, p.20). E ao permitir este encontro entre as ideias nacionais e as massas que o esporte assume papel importante na difusão e consolidação das identidades nacionais.

Assim, o futebol funcionará como um “forte *operador de nacionalidade*, como construtor de narrativas nacionalistas pregnantes e eficazes, em geral com alta coerência com a narrativa estatal de cada período” (ALABARCES, 2002, p.27). No caso brasileiro, talvez poucas coisas sejam tão significativas para a construção de uma identidade nacional como o futebol (GUAZZELLI, 2000, p.21), alçado à condição de “esporte nacional”. Como enfatiza Guedes (1998, p.41), qualquer esporte pode produzir a identificação coletiva através das vitórias, mas apenas o futebol o faz permanentemente nas vitórias e nas derrotas. Qualquer esporte pode acionar as dimensões identitárias nacionais, mas estas representações estão diretamente associadas ao sucesso, enquanto o fracasso é completamente ignorado e circunscrito aos limites da disputa esportiva.

Já o futebol, atua como um catalisador de brasilidade, que permite a vivência de uma “comunidade moral de brasileiros”, portanto, terreno propício para a construção e confrontação de juízos sobre a nação, em que, em se tratando da Seleção Brasileira, passa-se sem mediações consideráveis, da avaliação do time para a avaliação do povo (GUEDES,

1998, p.20). As vitórias e derrotas da Seleção Brasileira “contaminam” e são “contaminadas” pelas representações sobre o Brasil e os brasileiros¹.

O fato de o Brasil ser um país “desigual e combinado”, na expressão de José de Souza Martins, manifesta-se no futebol na esquizofrenia abatimento/euforia, idolatria/perseguição, que marca as relações entre a seleção e a população (e, também os clubes e suas torcidas), revelando que no fundo projetamos nossas aspirações coletivas mais nos campos de futebol que nos campos sociais (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.130).

Por sua vez, sendo a expressão máxima tanto do futebol como evento, quanto da sua função metafórica de nações em confronto, as Copas do Mundo tornam-se momento privilegiado para a aferição deste fenômeno identitário. Simoni Lahud Guedes (1998) define as Copas do Mundo como períodos de “transe” em relação à vida cotidiana, em que o tempo e a História encontram-se suspensos e substituídos pelo tempo e pela história próprios da Copa, onde apenas a memória das copas anteriores é relevante. Nesse momento, a Seleção Brasileira transforma-se no Brasil, simultaneamente o time e o país.

No caso brasileiro, coube ao jornalismo esportivo e à crônica a tarefa de operar esta amálgama entre povo, nação, valores, futebol e seleção.

A crônica ajudou a perpetuar no imaginário popular tanto a tragédia de 1950 quanto a glória de 1958 e o êxtase do Tri em 1970. O discurso acalorado dos cronistas sedimentou, no imaginário sobre o futebol, tanto o silêncio sepulcral da multidão deixando o Maracanã, em 16 de julho de 1950, como a idéia eufórica de que o futebol é coisa nossa e de que, nesse terreno, ninguém consegue suplantar o brasileiro. A memória que, hoje, se retém desses fatos foi, em grande parte, formada por imagens e reflexões elaboradas por esses cronistas. Idéias que mobilizaram as atenções de uma época e que participaram do processo de construção da identidade nacional. Idéias que, preservadas em jornais e revistas, puderam ser revisitadas como vozes do passado que, contudo, ainda ecoam em nossos dias. (ANTUNES, 2004, p.290).

Dessa forma, os cronistas esportivos, chama atenção Antunes (2004), cumprem papel semelhante aos *estudos brasileiros*, ensaios de interpretação histórica combinando, por vezes, a abordagem sociológica que, por meio de uma reinterpretação do passado, propunham um diagnóstico do presente.

Por exemplo, ainda que não seja cronista, mas sociólogo, ministro do Tribunal de Contas e dirigente esportivo, os dois livros de João Lyra estudados por Simoni Lahud Guedes (1998) “diagnosticam o povo brasileiro” ao analisar a Seleção Brasileira. Escrevendo em 1954, Lyra Filho procura dar consistência científica às teses de imaturidade e atraso do povo

¹ Franco Junior (2017) nota que os italianos torcem pela Azzurra, os franceses pelos Bleus, os ingleses pelo English Team, os alemães pela Nationalmannschaft, os brasileiros torcem mais pelo “Brasil” do que pela Canarinho. Assim como os jogadores brasileiros não são “selecionados”, mas “convocados”.

brasileiro, correntes tanto no meio intelectual quanto no meio esportivo. Tributário das teses racialistas e evolucionistas, Lyra Filho classifica os povos por sua formação étnica, onde o brasileiro caracteriza-se por sua imaturidade, pela atuação instintiva, mais próxima da animalidade e, portanto, incapaz de enfrentar a racionalidade, o autocontrole e a densa cultura que representariam os europeus.

Sem constrangimentos, Lyra Filho atribui aos negros e mulatos pela herança que impede a caminhada do país ao progresso, pois, em suas palavras, a parte mais substantiva do povo brasileiro é “herdeira dessa ralé, desse zé povinho, desta gentinha oriunda das fugas das senzalas” (GUEDES, 1998, p.33). Esta argumentação inclui ainda uma importante implicação: sendo o povo brasileiro imaturo e ignorante, ele precisa ser educado e orientado. Esta tarefa cabe a um personagem que está além do povo brasileiro, a elite dirigente, que não é imatura e nem analfabeta e que, portanto, tem por missão uma ação civilizatória interna (GUEDES, 1998, p.34).

Se para Lyra Filho, a questão racial encerra depreciativamente a discussão sobre quem é o brasileiro, em Nelson Rodrigues, esta resposta permaneceria, temporariamente, em aberto. Para Rodrigues, na Copa de 1950, “houve mais que o revés de onze sujeitos, houve o fracasso do homem brasileiro” (2012, p.22). O drama brasileiro era um dilema intrínseco em todos os aspectos da vida e, portanto, também no futebol: afinal, o homem nascido neste rincão dos trópicos seria um vira-latas ou um moleque genial? Dilema sintetizado no seu conceito de *Complexo de Vira-Latas*:

Por “complexo de vira-latas” entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. (...) Eu vos digo – o problema do escrete não é mais futebol, nem de técnica, nem de tática. Absolutamente. É um problema de fé em si mesmo. O brasileiro precisa se convencer de que não é um vira-lata e que tem futebol para dar e vender, lá na Suécia. Uma vez que ele se convença disso, ponham-no para correr em campo e ele precisará de dez para segurar, como o chinês da anedota. Insisto: para o escrete, ser ou não ser vira-lata, eis a questão (RODRIGUES, 2012, p.26).

Rodrigues acreditava que faltava ao brasileiro consciência de seus dons. Para ele, fatores como a capacidade de organização, o uso da técnica aliada à astúcia e à determinação pela vitória, o sentimento da nação, o equilíbrio emocional e a constituição de uma alma brasileira deveriam compor o rol das aspirações daqueles que haviam sido predestinados a vencer (ANTUNES, 2004, p.271).

A identidade nacional, em Nelson, inclui os elementos da molecagem, da esperteza e da agilidade, associadas, sobretudo, ao negro e ao mulato.

Também agrega a ela a fragilidade emocional e a insegurança. A humildade, reconhecida por ele como um importante traço do caráter nacional, é também encarada como um grave defeito moral a ser corrigido, pois acabava desdobrando-se em posturas negativas, como o complexo de inferioridade e a falta de autoestima. (ANTUNES, 2004, p.271).

Para o escritor, este dilema existencial do brasileiro se encerra com a conquista do mundial em 1958. “Diziam de nós”, escreve Rodrigues (2012, p.34), “que éramos a flor de três raças tristes. A partir do título mundial, começamos a achar que a nossa tristeza é uma piada fracassada”. Assim, “o triunfo na Suécia, em 58, foi para nós tão importante quanto a Primeira Missa. Começava o Brasil. Nós nos inauguramos. Tudo o que ficava para trás era o pré-Brasil” (RODRIGUES, 2012, p.119). Depois de 1958, o país continuará subdesenvolvido, prossegue Rodrigues, porém agora “cada brasileiro está investido de uma imensa potencialidade criadora”. A ideia deste dom nato, obra de Deus e da natureza, que precisa apenas superar o pessimismo e a mentalidade subdesenvolvida para emergir permanece nas suas crônicas posteriores ao bicampeonato, às vésperas da Copa do Mundo de 1970:

Amigos, a nossa seleção não precisa de futebol, porque já tem o melhor do mundo. Precisa tão somente acreditar em si mesma. Se não corromperem seu otimismo, é capaz de comer e beber, fisicamente, a bola (...). Querem o caneco de ouro, e para sempre o caneco de ouro? É tão fácil, tão simples. Basta estimular os nossos craques. Se eles sentirem o amor da torcida e a fé de noventa milhões de brasileiros – seremos imbatíveis, assim na terra, como no céu (RODRIGUES, 2012, p.138).

Para Antunes (2004), as crônicas de Nelson Rodrigues, juntamente com as de seu irmão Mario Filho e de José Lins do Rego eram portadoras de um projeto para a nação brasileira que se imaginava grande e vitoriosa. Em *O Negro no futebol brasileiro* de Mário Filho, em que pese a ficcionalização e a harmonização excessiva, encontra-se o esforço da intelectualidade brasileira em construir uma nova imagem nacional. Sua ideia central é de que o futebol possibilitou uma democratização racial, permitindo a ascensão profissional dos negros no esporte, logo na sociedade, ao mesmo tempo em que a presença negra fornecia os elementos necessários para um estilo brasileiro, habilidoso e ágil. Desta forma, Mário Filho insere o esporte no mesmo conjunto de esforços em que outros intelectuais que defendiam que:

tal movimento deveria ocorrer através da valorização daquilo que possuíamos como próprio de nossa cultura, mesclando desta forma nossa originalidade com tendências que viriam além de nossas fronteiras. Assim, pela vez primeira, interpretações produzidas a partir de uma elite intelectual valorizavam aspectos que tínhamos como indignos de merecerem uma maior atenção. Se até pouco tempo atrás deveríamos providenciar um branqueamento de nossa sociedade, agora passávamos a nos ocupar das

senzalas e das relações mais íntimas existentes entre os senhores e seus escravos; nossas raízes lusitanas passavam a ser um elemento explicativo de nossa sociedade como até então não haviam sido; tomávamos consciência de que as características de nossa organização social e econômica eram em muito uma decorrência da forma com que a produção material se organizava entre nós durante o período colonial. Tomávamos assim ciência de nossa formação e de nossa historicidade como nunca o tínhamos feito. (FRAGA, 2009, p.55).

Neste aspecto, segundo Fraga (2017, p.12), este é um período histórico que demarca, entre os intelectuais, uma fronteira entre duas formas de compreender o Brasil. De um lado, uma perspectiva que remonta ao período colonial, calcada no desejo de modernidade e civilização estabelecidos em modelos estrangeiros e onde a característica de país mestiço é um obstáculo para atingir esta aspiração – onde também o futebol e o esportes são excludentes porque apenas as elites podem praticá-los como “aperfeiçoamento das raças”. De outro, a ideia de que nossa brasilidade pode ser conjugada com os valores modernos, conferindo uma feição própria no mundo, como expressão positiva de nossa identidade e não como condenação de uma condição atrasada.

A interpretação da nacionalidade através do futebol adotada pelos irmãos Mário Filho e Néelson Rodrigues guarda semelhanças ou afinidades com uma narrativa adotada por “intérpretes do Brasil” nos marcos do que Chauí (2000) definiu como *verdeamarelismo*: a narração de que o Brasil é “um dom de Deus e da natureza”, com um povo pacífico, ordeiro e generoso, alegre e sensual, um país sem preconceitos e acolhedor de todos que desejam trabalhar.

O *verdeamarelismo*, segundo Chauí (2000), corresponderia à ideologia e à celebração de um país essencialmente agrário e hegemônico pelas oligarquias rurais, mas que teria sobrevivido ideologicamente mesmo com a perda de sua base material, substituindo o latifúndio pela indústria na sustentação política nacional. Nesta narrativa, há uma dualidade ambígua, em que o Brasil é simultaneamente algo dado, um dom de Deus e da natureza, e algo por fazer.

Assim, na perspectiva verde-amarela, o sujeito da ação é triplo: Deus e a Natureza são os dois primeiros, e o agente do desenvolvimento, da grandeza ou da modernização é o Estado. Isto significa que o Brasil resulta da ação de três agentes exteriores à sociedade brasileira: os dois primeiros são não só exteriores, mas também anteriores a ela; o terceiro, o Estado, tenderá por isso a ser percebido com a mesma exterioridade e anterioridade que os outros dois (...) (CHAUÍ, 2000, p.26).

Além do esporte, pode-se perceber que a narrativa nacionalista, em geral, apoia-se também, na difusão dos meios de comunicação, na ação de intelectuais e, obviamente, pela ação do Estado como impulsionador deste sentimento nacional, através de seus aparatos institucionais, como a expansão do sistema escolar. Evidentemente, existe um *nacionalismo oficial*, em especial em se tratando de uma Ditadura, que emana do Estado e visa à manutenção ou a defesa dos interesses daqueles que ocupam este Estado (ANDERSON, 2000, p.221). Não é por acaso, portanto, que o uso do futebol como operador de nacionalidade coincida com a ação de governos de forte intervenção estatal, como José Battle y Odoñez (presidente em 1903-07 e 1911-15) no Uruguai, Getúlio Vargas no Brasil (1930-45 e 1951-4) e Hipólito Yrigoyen (1916-22 e 1928-32) na Argentina.

Entretanto, isto não significa que a relação entre futebol e nacionalismo seja determinada por artificialismos. Como lembra Anderson (2000), as *comunidades imaginadas* não se distinguem pela sua autenticidade ou falsidade, mas pela maneira “como são imaginadas” e, ainda, o nacionalismo oficial surge, inicialmente, como resposta aos movimentos nacionalistas populares europeus. O Estado utiliza o nacionalismo como mecanismo de coesão e defesa, mas ele não pode criá-lo artificialmente a partir do vazio, sobre o vácuo, mas aproveita-se dos elementos culturais já existentes nesta comunidade para provocar uma identificação deste sentimento nacional com o próprio Estado e seus dirigentes.

Justamente, por isso, segundo Alabarces (2002, p.27), o futebol não é uma narrativa estatal, com exceção de períodos ditatoriais, mas sim de práticas “paraestatais”. Caberia ao Estado, então, produzir a passagem da “memória coletiva” – vivencial e cotidiana – para a “memória nacional” – virtual e ideológica (ALABARCES, 2002, p.48).

Para este autor, a construção do nacionalismo pelo esporte tem, porém, suas exigências específicas: primeiro, é constituído por um rito de passagem, da transição da invenção inglesa para a formação de um estilo *criollo*, justificado pela imprensa, pela formação de uma sociedade multiétnica e pela naturalização de um processo econômico e cultural; Segundo, necessita de um êxito desportivo; Terceiro, heróis que suportem a épica da fundação; Quarto, necessita de uma prática diferenciadora, um estilo de jogo, mais narrado do que vivido (ALABARCES, 2002, p.45-46).

O objeto deste trabalho localiza-se exatamente nesta tensão entre a narrativa *paraestatal* e sua negação ou em afirmação distinta de outra identidade e nacionalidade. Considerando que, a partir dos princípios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), os dirigentes militares buscam equivaler Estado com a Nação, expressão maior de uma unidade que deve inibir a existência real de contradições, de modo que qualquer suposição de

antagonismos sociais ou questionamentos ao Estado é identificada como nociva aos interesses da “nação” e, portanto, deve ser combatida como tal (PADRÓS, 2005, p.52).

Assim, procura-se comprovar que, em sentido inverso, na mesma medida em que perde sustentação política, a Ditadura militar perde também a capacidade de significação da identidade nacional, permitindo sua reapropriação pela sociedade civil, associando valores opostos à manutenção do sistema vigente. Em especial, procuramos demonstrar que o futebol é terreno privilegiado para esta ressignificação e que a recepção pública do desempenho da Seleção Brasileira nas Copas do Mundo é indicativa do processo gradual de erosão da narrativa oficial até a completa alteração de sua conotação, simbolizando o desejo por democracia.

Por isso, o referencial de periodização histórica abarca as três Copas do Mundo disputadas no período (1974, 1978 e 1982). Tomando-as como o momento de ápice deste esporte e, portanto, propício para análise da construção identitária. Propositamente excluiu-se deste escopo a Copa do Mundo de 1970. A utilização do selecionado nacional como ferramenta de propaganda ou de legitimação da Ditadura militar encontra-se largamente abordada em inúmeras pesquisas² e, entretanto, justamente por isso, constitui-se em paradigma, como se esta utilização política e propagandística do time nacional, supostamente, se repetisse de forma idêntica nas Copas do Mundo seguintes³.

Como sistematiza Rocha (2019, p.198), tradicionalmente, a conquista da Copa de 1970 tem sido contada como “uma fábula de apropriação política pelos militares” em que, em linhas gerais, o debate gira em torno de qual a extensão, a natureza e o impacto deste discurso no conjunto da sociedade civil. Parte dos autores argumenta que, diante da ação da Ditadura, a recepção das mensagens teria sido heteróclita. Enquanto, outros historiadores, mais incisivos, defendem que o uso político da seleção pelos militares teve impactos diretos na construção de uma hegemonia política. Há consenso, porém, de que o êxito do selecionado brasileiro de 1970 foi capitaneado e capitalizado pelos militares.

Ainda, teria sido justamente esta utilização do futebol como parte da máquina de propaganda e legitimação da Ditadura que afastaria as pesquisas das ciências humanas do futebol como objeto. O campo futebolístico foi desprezado como esfera de compreensão das manifestações de oposição e resistência, segundo Rocha (2014, p. 118), pela sedimentação de

2 Entre os trabalhos mais recentes produzidos sobre o tema estão a dissertação de Aníbal Chaim (2014), “A Bola e o Chumbo: Futebol e Política nos anos de chumbo da Ditadura Militar Brasileira” e a tese de Livia Gonçalves Magalhães (2013), “Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e Ditadura no Brasil e Argentina”.

3 O artigo de Soares e Salvador (2014), em uma coletânea de artigos sobre o Brasil nas Copas do Mundo, por exemplo, as Copas de 1970, 1974 e 1978 são tratadas como um único bloco interpretativo, enquanto apenas a Copa de 1982 recebe uma análise específica.

uma interpretação “apocalíptica” do “futebol-como-ópio-do-povo”, em que o esporte fora reduzido ao conjunto de bens culturais instrumentalizados pelos grupos conservadores dominantes, invisibilizando os sujeitos de resistência neste espaço.

A literatura sobre futebol no Brasil tem sua origem no início do século XX, praticamente simultânea à introdução do esporte no país, se tomarmos como referência a data oficial da partida organizada por Charles Miller em 1895 (D’ANGELO, TAKARA, 2019). E, ainda que os primeiros trabalhos sobre o futebol relacionados às ciências humanas remontem aos anos 1940, será apenas a partir da década de 1990 que a produção acadêmica se intensificará, suplantando o discurso de escassez de abordagens sobre os temas (GIGLIO, SPAGGIARI, 2010, p.296).

Inicialmente, o tratamento bibliográfico aos esportes caracterizou-se pelo que Oliven e Damo (2001, p.28) definiram como “dialética da incompreensão”: a tensão entre a produção de uma militância esportiva, sem distanciamento crítico, e a negação ou o tratamento periférico conferido por parte da intelectualidade. Além de frequentemente tratada como um campo secundário, parte da produção anterior aos anos 1990 conferiu uma interpretação estática e negativa acerca do esporte. Como demonstra Giulianotti (2002, p.32), tanto funcionalistas quanto alguns marxistas compreendem o futebol como válvula de escape para manutenção da ordem e do status quo, cuja popularização é explicada por “influências maquiavélicas”.

Porém, Guazzelli (2000, p.48) já demonstrou como antagonismos e descontentamentos políticos poderiam ser transferidos ou canalizados para o futebol, atuando como espaço para demandas políticas reprimidas. Assim como Damo (2002), que afirma que o futebol é capaz de tornar públicos dilemas e conflitos sociais, através dos clubes e de suas rivalidades.

Desde a tese de Leonardo de Miranda Pereira, *Footballmania* (1998), a produção historiográfica que tem o futebol como chave de interpretação da sociedade torna-se mais volumosa, ampliando os objetos e sujeitos de estudo, como também as fontes, desde atas de diretorias à história oral, beneficiando-se da interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, como a antropologia, sociologia e a comunicação social.

Ainda, é possível imaginar ainda o futebol, como propõe Franco Júnior (2007, 2017), como síntese ou metáforas do mundo contemporâneo, onde este esporte é tratado como fenômeno cultural total e como poderoso criador de microssociedades, fundamental para que nas sociedades ocidentais – ao se democratizarem, industrializarem, massificarem, uniformizarem – diluam em certa medida grupos sociais, econômicos, culturais, religiosos,

sexuais, etários. É desta forma que o autor identifica também no campo de futebol as contradições sociais e econômicas da sociedade brasileira. A tensão entre o arcaico e o moderno, de uma sociedade que se transforma de rural em industrial, mantendo, porém, estruturas políticas oligárquicas e desigualdades sociais e econômicas, expressam-se também na atuação de técnicos, jogadores, dirigentes e federações. No mesmo contexto histórico em que as massas exigem maior espaço de participação política, simultaneamente, apropriam-se do futebol, até então como a política, elitizado. Talvez justamente por esta capacidade metafórica, tenha tido papel aglutinador e fomentador da formação de uma identidade nacional.

O futebol e a identidade nacional são também o tema da tese de Gerson Wasen Fraga (2009) que utiliza a derrota da Seleção Brasileira para o Uruguai, na Copa de 1950, para confrontar a ambição civilizatória calcada no modelo europeu, difundida por intelectuais e jornalistas, com uma autoimagem da malemolência e atraso da alma brasileira, representada pelo “Jeca”. Se vitoriosa, a Seleção Brasileira seria redentora da identidade nacional e anunciadora da modernidade e do caráter civilizado do país. Com a derrota, a mestiçagem e a “democracia racial”, que nos tornariam positivamente ímpares, invertem de polaridade e justificam nossa incapacidade em ascender aos padrões de desenvolvimento ocidentais. Uma disputa de projetos que não se encontra solucionada e que é reavivada, agregada a novos sentidos, em outros momentos históricos.

Os dez anos restantes da Ditadura militar

O período histórico escolhido para análise tem como marco os mandatos dos dois últimos presidentes militares, Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985), cujo eixo dos debates nacionais encontrava-se na *Abertura Política* e no “distensionamento” do regime militar. É ainda o período em que o *milagre econômico* esgota seu fôlego e o país ingressa em uma longa crise econômica, em que o regime encontra forte oposição eleitoral e popular, através do surgimento de novos movimentos populares e expressões políticas.

O Brasil viveu um dos mais longos processos de transição para o restabelecimento da ordem democrática. Anunciada pelo General Ernesto Geisel em 29 de agosto de 1974, quinto mês de seu mandato, como uma “distensão lenta, gradual e segura”, estendeu-se pelo exercício de seu sucessor, o General João Baptista Figueiredo, sendo efetivamente concluída,

no final dos anos 1980, durante o primeiro governo civil em 21 anos⁴, com a promulgação de uma nova Constituição Federal (1988) e as primeiras eleições presidenciais diretas (1989). Segundo Diniz (2016),

Um dos aspectos característicos dos processos de transição política é a permanente tensão entre continuidade e mudança, cujos desdobramentos definem os diferentes ritmos e o alcance das transformações. Dessa forma, tais processos são necessariamente ambíguos, marcados pelo entrelaço de pressões, contraditórias algumas, convergentes outras e pela confluência de tendências que reforçam quer os elementos de continuidade, quer os de descontinuidade na dinâmica do regime (DINIZ, 2016, p.239).

As diferentes e divergentes tensões, oriundas de diversos protagonistas, em torno do processo de redemocratização do país, inclusive internas ao regime militar, resultou num “processo pendular, em que se revezaram períodos de maior e menor violência política, de acordo com uma lógica menos instrumental e mais conjuntural” (CODATO, 2005, p.166), cuja velocidade era determinada pela tentativa do governo militar em controlar as variáveis e tutelar o processo.

Para Codato (2005, p.166), o objetivo dos militares não era revogar o regime autoritário e restituir a democracia, mas tornar a Ditadura militar menos conservadora politicamente. Igualmente, para Silva (2007, p.263), o projeto de *Abertura* desejado pelos militares representava uma volta ao Estado de Direito, a reconstitucionalização do regime, mas não exatamente a redemocratização do país. A oposição – mesmo a permitida – não fazia parte da equação do projeto militar, ao contrário, era vista como um estorvo em seu anseio por acelerar o processo de *Abertura*⁵.

De fato, a estrondosa vitória da oposição nas eleições parlamentares de 1974 – com a eleição de 16 senadores e 189 deputados do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – foi suficiente para o recuo de quaisquer intenções liberalizantes do governo, com a manutenção do AI-5, a aprovação da Lei Falcão (1976), que impedia na prática a oposição de utilizar os meios de comunicação na campanha, a imposição do recesso ao Congresso Nacional e o

4 Para Codato (2005), a “Nova República” consistia na última fase dos governos militares, ainda que exercido por um civil, por sua direção conservadora, como uma transição sob tutela militar para um governo liberal democrático.

5 O Ato Institucional n.02, de 27 de outubro de 1965, e o Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965, extinguiram o pluripartidarismo no Brasil, permitindo apenas duas legendas partidárias, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de sustentação ao governo militar, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que ocuparia o papel de oposição consentida. Ambas as organizações foram construídas a partir do Congresso e sem participação da sociedade. Inicialmente, o bipartidarismo fortalecia a Ditadura, ao criar uma legenda suficientemente forte de sustentação parlamentar ao governo, ao mesmo tempo em que restringia a oposição em uma única legenda. O sistema também construía uma aparência “democrática” para a Ditadura com a realização de eleições e o funcionamento, ainda que não de forma ininterrupta, do Congresso Nacional. Na última década da Ditadura, o sistema fortaleceu a oposição, permitindo a unidade e vitórias eleitorais importantes.

Pacote de Abril (1977), que alterava as regras eleitorais para favorecer a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo. Geisel revogou o AI-5 no final do seu mandato (1978), mas **relegou** o principal tema da *Abertura* naquele momento para seu sucessor: a *Anistia*.

Para além da ação parlamentar do MDB, a bandeira da Anistia, *ampla, geral e irrestrita*, agrupou inúmeros protagonistas: o movimento estudantil em reorganização; a Igreja Católica; associações profissionais como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI); jornais alternativos; novos movimentos sociais como o Movimento Negro Unificado, Movimento Feminista pela Anistia, Movimento contra a Carestia e pelo Custo de Vida (RESENDE, 2015, p.40).

A atuação dos Comitês Brasileiros pela Anistia, segundo Resende (2015, p.41), demonstrava que, para além desta reivindicação, o movimento desejava o fim do gradualismo no processo de *Abertura*, incluindo em seu programa o fim das torturas, a libertação dos presos políticos e a volta dos cassados, a elucidação da situação dos desaparecidos políticos, a reconquista do Habeas Corpus, revogação da Lei de Segurança Nacional e o apoio às lutas pelas liberdades democráticas.

Além das manifestações políticas, o Governo Figueiredo precisava lidar ainda com o agravamento da crise econômica. Para Silva (2007, p.254), a crise econômica internacional e o esgotamento do modelo econômico da Ditadura ainda não eram dados presentes no momento da escolha de Geisel para a Presidência, com índices de crescimento em torno de 10%, um cenário otimista que inclusive facilitaria a transição. Assim, a crise não condiciona a *Abertura*, mas determina o seu ritmo.

A situação econômica projetaria ainda, através de inúmeras greves e reivindicações salariais, um novo protagonista: um movimento sindical pujante e autônomo. Irradiado a partir dos metalúrgicos da região do ABCD em São Paulo, contagiou outras categorias, e resultou, posteriormente, na fundação da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores.

Sem negociação com a oposição e beneficiado pelas alterações eleitorais dos anos anteriores, o governo aprovou e decretou a Lei de Anistia em agosto de 1979, estabelecendo uma interpretação de reciprocidade, anistiando tanto as vítimas quanto os agentes de repressão, impedindo que estes últimos fossem julgados ou condenados.

A disputa seguinte se daria em torno das eleições diretas para presidente, **expressa na Campanha pelas Diretas Já** e pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Neste momento, o governo já se encontrava enfraquecido, seja pelas cisões internas no aparelho militar, seja

pela iniciativa da oposição, cujo sucesso ameaçava um rompimento radical da *Abertura* limitada e pactuada conduzida pelo regime.

É diante do vazio de ação do governo que, após a derrota das *Diretas Já* e em torno da eleição indireta pelo colégio eleitoral, a condução da *Abertura* passa a ser assumida pelos partidos, ou melhor, por um *Colegiado de Cardeais*. De acordo com Silva (2007, p.275), com anos de política, estes *Cardeais* se unem para evitar retrocessos ou rupturas, identificados com uma transição pactuada e conservadora, que se expressa na construção da candidatura Tancredo Neves e José Sarney,

A falência da Ditadura militar retira de sua tutela também a capacidade de estabelecer ou de se apropriar dos valores que constituem a identidade nacional. A ideia do combate ao inimigo interno, associado ao comunismo internacional (e, portanto, a serviço de forças externas), é central na formulação da Doutrina de Segurança Nacional. Associada ao sucesso do *Milagre Econômico*, estabeleceu não apenas o discurso ufanista do *País do Futuro*, como concedeu ao Estado as prerrogativas de estabelecer “o que é ser (e quem é) brasileiro”, fomentada pela propaganda oficial e pela indústria cultural. As manifestações por *Anistia*, o retorno dos exilados e cassados, a libertação de presos políticos, as greves operárias e manifestações populares e, em especial, a campanha pelas *Diretas Já* não apenas reapropriam símbolos nacionais, como agrega como componente da identidade um valor que é impossível para a Ditadura reivindicar: Democracia.

Cabe ressaltar que a ação da Ditadura Militar sob o futebol não se reduz ao espectro simbólico ou propagandístico, muito ao contrário, como em outras dimensões da vida da sociedade, o Estado militar interveio diretamente na gestão e organização do esporte, como elencam Ribeiro e Almeida (2014): na determinação para a realização de clássicos regionais no dia primeiro de maio de 1964, com receio de enfrentar manifestações contrárias ao recente golpe; organização da Taça Independência em 1972; construção de trinta estádios entre 1972 e 1975, alguns com capacidade superior a 70 mil pessoas, como o Rei Pelé (Maceió) e Castelão (Fortaleza); e, criação da loteria esportiva para financiamento do campeonato nacional.

Entre as ações, destaca-se também a criação do Campeonato Brasileiro de Futebol, em 1971, por determinação do Conselho Nacional do Desporto (CND), antiga reivindicação dos clubes, da imprensa e das torcidas, em substituição ao limitado Torneio Roberto Gomes Pedrosa que, porém, seria utilizado como mecanismo de clientelismo e política:

Participar do Campeonato Brasileiro transformou-se em uma questão política, e governadores associaram-se a dirigentes de clubes para fazer

pressão por seus times. Em Goiás, o governador Leonino Caiado apoiou a ideia de Halê Selassié Pinheiro, presidente do Goiás em realizar um torneio paralelo ao Campeonato Brasileiro: o Torneio de Integração Nacional, tendo como participantes times que ficaram de fora da “festa da CBD”. A alegação é sempre a mesma: o futebol seria uma bela promoção para seus estados. Em Pernambuco, o governador Eraldo Gueiros anunciou estar disposto a envolver o governo estadual na luta pela reforma do estádio Arruda (SANTOS, 2012, p.88).

A partir de 1975, em substituição a João Havelange, Heleno Nunes assume a presidência da Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Ex-dirigente do Bonsucesso e diretor de futebol do Vasco da Gama, fora três vezes deputado pela ARENA, filho do ex-capitão Adalberto Nunes, irmão do ex-ministro da Marinha no governo Médici, Adalberto de Barros Nunes, e do diretor de relações públicas da Petrobrás, o general Antônio Luiz de Barros (SANTOS, 2012, p.111). Sob seu comando, de acordo com os interesses políticos do momento, o campeonato nacional altera vagas e regulamentos. A anedota “onde a Arena vai mal, um time no nacional” justifica-se: no primeiro ano da competição, eram 21 times; em 1979, o campeonato comportava 96 clubes. As vagas atendiam os interesses políticos, sem obedecer necessariamente a critérios esportivos.

A intervenção militar não se limitava à organização do esporte fora de campo, mas também nos vestiários. Entre 1970 e 1978, diversos egressos das Forças Armadas ocuparam funções técnicas e administrativas nas Comissões Técnicas da Seleção Brasileira.

Os interesses comuns entre a Ditadura e o futebol se estendiam aos cargos parlamentares e às nomeações de governadores biônicos: Laudo Natel, presidente do São Paulo Futebol Clube entre 1958 e 1970, foi nomeado Governador do estado por Médici em 1970; o ex-presidente do Corinthians Wadi Helu, o presidente da Portuguesa de Desportos, Oswaldo Teixeira e o ex-presidente do Santos Athiê Jorge Curi concorreram às eleições parlamentares pela ARENA em 1974, assim como outros sete dirigentes de clubes de Pernambuco e o ex-vice presidente do Grêmio, Sérgio Ilha Moreira (SANTOS, 2012, pp.108-109).

A associação entre os valores atribuídos ao governo através do futebol é de responsabilidade da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), como parte da estratégia de difundir uma imagem otimista do regime e do próprio país, que incluía ainda a “humanização” dos presidentes militares, apresentados como “gente comum”. Assim, Costa e Silva era o “seu Artur”, enquanto seu sucessor Médici costumava ser fotografado escutando rádio de pilha no Maracanã ou cabeceando uma bola de futebol (SANTOS, 2012, p.62).

Além da propaganda oficial, a instituição da censura também era ferramenta para garantia da transmissão da mensagem desejada pela Ditadura, sem fissuras ou cisões. Além dos prejuízos com edições confiscadas, o conflito com o governo poderia significar perda da receita com a publicidade oficial, o que leva a maioria das empresas de comunicação a realizarem uma espécie de “acordo forçado”:

Autocensura (ou seja, a imprensa seguia as indicações da Polícia Federal sobre aqueles assuntos que não deveriam ser divulgados), aceitar o ato censório após efetivamente realizado, ou acatar os bilhetinhos enviados às redações eram práticas comuns. Apesar da formação de uma memória construída acerca de uma possível resistência, poucos são aqueles que efetivamente enfrentaram a estrutura repressora (SANTOS, 2012, p. 69).

Sejam pelos mecanismos repressivos, seja pelo alinhamento político e ideológico com o regime, a imprensa terá papel fundamental na construção simbólica da Seleção Brasileira como representante da Nação e dos valores almejados pela Ditadura, em especial em torno da Copa do Mundo de 1970:

(...) longe de se constituir em objeto politicamente neutro, permite a realização de diversas aproximações entre a Nação e os seus representantes no campo de jogo, fruto de uma discursividade que atribui à Seleção Brasileira, o papel de sua representante direta. Em outras palavras, sob a óptica da mídia, a seleção seria a própria nação em campo, a pátria de chuteiras, incidindo em tal representação o contexto histórico vivido pelo país. (FRAGA, 2011).

Entretanto, se o futebol se torna campo para a ação política, ainda que oficial, não tarda para que as contradições deste regime e sua oposição também se manifestassem neste terreno. Guazzelli (2000) demonstra como, já em 1972, os antagonismos e descontentamentos da relação entre o Rio Grande do Sul e o governo central são deslocados para uma partida entre a seleção estadual e a seleção nacional, permitindo a afirmação de uma identidade local em oposição ao regime.

A intensificação da crise econômica somada aos regulamentos esdrúxulos do campeonato brasileiro, determinado pelo casuísmo político, afastam o público dos estádios. O clima de insatisfação na sociedade encontra, também no futebol, espaço para sua expressão. O questionamento da Lei do Passe por Afonsinho, contestava a arbitrariedade contra a sua vida privada e, ao mesmo tempo, fustigava a prevalência do vínculo esportivo sobre o vínculo trabalhista, tornando-se exemplo de ação política, ainda que individual. Precedente que permitiria, adiante, no início dos anos 1980, a ação coletiva dos jogadores na *Democracia Corintiana*. Os atletas debatiam desde a concentração para os jogos às novas contratações para a equipe. Mais tarde, os líderes corintianos, Sócrates e Wladimir, subiriam ao palco dos

comícios pelas *Diretas Já*. Não é surpresa que a animação das manifestações coubesse ao narrador esportivo Osmar Santos. Nas arquibancadas do Maracanã, os torcedores da *Fla Diretas* apoiavam o Flamengo e, ao mesmo tempo, exigiam o direito de votar para presidente da República.

A imprensa, por sua vez, diante da crise econômica, recorre ao futebol “como um instrumento paliativo para o ânimo nacional diante do quadro de crise”, porém, sem sucesso. Fraga (2011) conclui, referindo-se ao *Mundialito*, jogado no ano anterior à Copa do Mundo de 1982, que

A crise escancarada não mais se continha nos informes oficiais nem nas notícias otimistas, e a população sedenta por democracia, mas também por emprego, renda e uma condição de vida não vincularia as belas atuações do time de Telê Santana ao desempenho político das equipes comandadas pelos generais (FRAGA, 2011).

A análise historiográfica sobre este período tem sido beneficiada pelo próprio enriquecimento dos estudos sobre a Ditadura Militar como um todo nos últimos anos com a ampliação das fontes disponíveis aos pesquisadores, permitindo abordagens mais amplas, desde aspectos culturais, as conexões entre as Ditaduras sul-americanas e a própria questão da justiça de transição.

No entanto, uma corrente, definida como *revisionista* por seus críticos, tem procurado rediscutir desde a própria terminologia *Ditadura Militar*, sua duração e o comportamento da oposição ao regime, destacando-se os trabalhos de Villa (2014) e Reis (2014).

Para Fico (2017), são pelo menos cinco questões que estão no cerne das divergências apontadas por historiadores marxistas, como Caio Navarro Toledo (2014) e Virgínia Fontes (2014), aos pesquisadores chamados de *revisionistas*: a tachação de João Goulart como golpista, o questionamento sobre o caráter democrático da esquerda, o uso do conceito de cultura política e a não utilização do conceito de classe; uma crítica à “memória confortável” da luta armada; a noção de retroalimentação entre “luta armada” e repressão; o debate sobre a denominação e a periodização do golpe e do regime, e; o entendimento sobre a saída da Ditadura como projeto de longa duração e maturação pouco influenciado pelos setores de oposição ao regime.

Com referência ao período abordado neste trabalho, é importante concentrar-se na discussão sobre os dois últimos pontos por sua caracterização, especificamente sobre sua periodização e fim. Neste caso, ao contrário dos vinte e um anos de Ditadura Militar, tanto Marco Antônio Villa, quanto Daniel Aarão Reis trabalham com períodos menores de exercício de autoritarismo. Apoiado no argumento de que as casas legislativas estiveram em

funcionamento, na realização de eleições para prefeitos e governadores e de que não havia restrições para edição e impressão ou para atuação de movimentos, Villa (2014)⁶ afirma que só é possível falar em Ditadura militar durante a vigência do Ato Institucional nº5 (AI-5), entre 1968 e 1978.

Da mesma maneira, Reis (2014) também considera o período autoritário encerrado com a revogação do AI-5 em outubro de 1978. Coerente com sua proposição, Reis vê no final do governo Geisel o momento crucial para a liberalização. A delicadeza da retirada militar implicaria cuidados “para que as coisas se passassem em ordem e paz” e, naquele momento, o General contaria “com a grande maioria da impropriamente chamada classe política, com os moderados de todos os bordos e com a ampla maioria da sociedade, (sobretudo dos grandes centros urbanos), hostil à Ditadura, mas também adversária de políticas radicais de enfrentamento” (REIS, 2004, p.40). Tendo enfrentado com a força necessária os bolsões de resistência interna no próprio regime e dos resquícios da luta armada, além de “engenho, truculência e arte” para estabelecer os artifícios eleitorais que impediam o crescimento do MDB. Segundo Reis, com os dispositivos estabilizados, foi possível a liberalização e aí, sim, “floresceram” os movimentos civis numa nova atmosfera, em que “sociedade e país respiravam”. Villa (2014, p.126) data o fim da Ditadura alguns meses depois, em dezembro de 1978, considerando o ciclo encerrado com a revogação do banimento de 126 brasileiros nessa condição.

Entretanto, os *revisionistas* têm dificuldade de explicar o que substituiu a Ditadura entre 1979 e 1985, como demonstra a estranha equação de Reis (2014, p.127), onde “a Ditadura tinha acabado. Mas a democracia plena ainda não havia nascido”.

Para Fico (2017), se os argumentos de Villa se apoiam na definição de que a Ditadura ocorreu apenas no momento em que o Poder Executivo teve plenos poderes, deve-se lembrar que o Ato Institucional e o AI-2 já concediam estes poderes para que o governo militar cassasse mandatos e suspendesse direitos políticos, além da possibilidade de demitir, aposentar compulsoriamente, transferir ou reformar funcionários públicos e militares. Da mesma forma, os mecanismos de Estado de Emergência e Medidas de Emergência, instituídos por Geisel na revogação dos Atos Institucionais, permitiam a aplicação de todas as medidas do Estado de Sítio pelo presidente da República, sem a necessidade de autorização do Congresso Nacional, sempre que os poderes ou as instituições estivessem “gravemente

⁶ Textualmente: “O regime militar brasileiro não foi uma Ditadura de 21 anos. Não é possível chamar de Ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural que havia no país. Muito menos os anos 1979-1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições diretas para os governos estaduais em 1982. Que Ditadura no mundo foi assim?” (VILLA, 2014, p.7)

ameaçados ou atingidos por fatores de subversão”. O General Figueiredo utilizaria esses mecanismos duas vezes em seu mandato presidencial: na região de Brasília em outubro de 1983, por ocasião de votação de decretos sobre política salarial, e em abril de 1984, para pressionar o Congresso Nacional a rejeitar a emenda das Diretas⁷.

Ainda, segundo Fico (2017, p.54), ambas elaborações carecem de evidências empíricas e são prejudicadas também pelas conotações políticas de seus autores: “Na medida em que são fragilmente sustentados, parecem mera opinião e, como tal, desbordam com facilidade o ambiente acadêmico para sustentar a leitura política segundo a qual o regime que surgiu com o golpe de Estado de 1964 não foi muito prejudicial para o Brasil, já que a fase inicial e final nem teriam sido tão duras”.

Outra corrente, identificada com uma memória *liberal* do período, também enfatiza o *abrandamento* da Ditadura como um todo, tendo a *Abertura* como justificativa e ilustração de seu caráter menos violento. Esta é a crítica de Napolitano (2014) aos trabalhos de Skidmore (1988) e de Gaspari (2003). Segundo o historiador, nesta operação, valoriza-se a imagem de Geisel como estadista, capaz realizar a “retirada negociada dos militares no poder, com contenção dos atores mais radicais, em nome da “paz social” e da ordem pública (NAPOLITANO, 2014, p.158). Esta narrativa liberal incluiria implicitamente um raciocínio em que “as mazelas da política durante o regime militar não se devem às boas intenções do golpe de 1964, desagradável, mas necessário, que por sinal contou com amplo apoio civil e liberal”. E que a posse de Geisel representaria uma retomada de rumo – temporariamente desviado pela linha dura e alimentado pelo radicalismo da esquerda, onde as forças de repressão, atuavam de forma autônoma e quase um ator político em si mesmo – em um projeto retilíneo de transição, conduzido desde o Palácio, impondo-se às ruas tomadas pela esquerda e aos quartéis tomados pela extrema-direita (2014, p.219).

Ao contrário, Napolitano sustenta que o processo de *distensão* e *Abertura* era, sobretudo, um projeto de institucionalização do regime. “Até então “*abertura*”, dentro da concepção palaciana, era sinônimo de institucionalização da exceção, descompressão pontual, restrita e tática e projeto estratégico de retirada para os quartéis *sine die*” (2014, p.160). A transição só se torna *Abertura* de fato na medida em que a pressão das ruas, sujeito ausente na formulação de Skidmore e Gaspari, estabelecem novas demandas políticas, sociais e econômicas, para as quais a estratégia do governo oferecia pouca resposta além da repressão.

⁷ Villa (2014, p.137) afirma que, em 1980, “o próprio governo não cumpria o que prometia. A 17 de abril interveio nos sindicatos do ABC e afastou 42 dirigentes. E mais: prendeu e enquadrou na Lei de Segurança Nacional Lula e mais dez dirigentes sindicais”. E mais adiante que “a legislação autoritária continuava em vigência” (p.138).

Assim como Codato (2005), que também credita às manifestações de oposição e pressão popular a responsabilidade por acelerar o processo de *Abertura*, uma vez que o regime desejava apenas atenuar seu caráter conservador. Igualmente, Francisco Teixeira da Silva (2007) que atribui às manifestações de rua e à oposição protagonismo suficiente na *Abertura* — ou *Aberturas*, como se refere às tentativas de redemocratização desde o início do governo militar — a ponto de destacar que o crescimento da Campanha *Diretas Já* poderia levar a uma transição com ruptura, não desejada pelas elites civis ou militares. E, da mesma maneira, para Resende (2015) e Diniz (2016), cuja interpretação afirma que a meta da distensão não obedeceu a um programa previamente formulado, contendo indicações sobre suas várias etapas, ao contrário, foi sendo gradualmente elaborada e redefinida em função das pressões e resistências enfrentadas pelos governos encarregados de implementá-la.

Em síntese, é possível identificar três interpretações para o processo de *Abertura*, segundo Almeida (2016, pp.169-170): a primeira, considera a transição como um processo iniciado pelos dirigentes do regime em virtude de uma crise interna no sistema de dominação, gerando tensões permanentes entre continuidade e mudanças; na segunda abordagem, são as pressões sociais que ocupam o centro gerador das mudanças políticas, alimentadas pela crise econômica, pela insatisfação social e pela redução da base de apoio do regime; por fim, a terceira interpretação articula as duas anteriores, em que estariam presentes uma dinâmica do pacto e de negociação pelo alto, juntamente com as e as demandas sociais, traduzidas pelos movimentos, organizações e partidos diversos.

As constantes tensões entre diferentes e divergentes interesses que perpassam não apenas o processo de *Abertura*, mas todo o período ditatorial, também se manifestam no futebol. A organização e a direção institucional deste esporte talvez sejam algumas das expressões mais visíveis da aliança civil-militar que caracterizou a Ditadura no período de 1964 a 1985. Aqui, a terminologia *Ditadura civil-militar* corresponde ao seu sentido originalmente proposto por René Dreifuss (1981) e não o deslocamento operado pelos citados “*revisionistas*”, que procuram atribuir cumplicidade à “sociedade brasileira” pelos anos do regime, como se esta sociedade fosse algo coisificada e homogênea.

Essa reificação da sociedade, capaz de “assumir responsabilidades” ou “esquecer” (talvez até “arrepêndida”, colocar-se “em frente ao espelho”), nada mais faz que reabilitar a mitologia criada por aqueles que assaltaram o poder em 1964, segundo a qual a intervenção militar se fez por “exigência do povo brasileiro” (MELO, 2014, p.168).

Isto não significa omitir ou ignorar a participação civil no golpe ou o apoio que a Ditadura desfrutou fora dos quartéis. Tampouco incidir, como alerta Bauer (2011, p.198), na

teoria de que a sociedade que estava à margem do conflito entre os militares e organizações guerrilheiras, “os dois demônios”⁸. Ao contrário. A pesquisa de Dreifuss não se limitou em apontar a participação civil no golpe, mas tratou de identificá-los precisamente como parte de uma elite organicamente ligada aos interesses do capital multinacional e associado:

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários (DREIFUSS, 1981, p.417).

É recorrendo a esta conceituação que Melo (2012, p.53) sugere o uso do termo *Ditadura empresarial-militar* como diferenciação para a aplicação *revisionista* da participação civil. Como se demonstrará no próximo capítulo, esta terminologia é igualmente adequada para análise destas relações quando expressas no futebol, seja pela ação dos dirigentes esportivos, pertencentes ou vinculados aos setores empresariais, seja pela presença da tecnocracia na gestão da Seleção Brasileira. Como a militarização da Seleção Brasileira é uma das manifestações do objeto deste trabalho, o termo *Ditadura militar* será utilizado com maior constância para enfatizar estas características, sem ignorar ou omitir a participação e os interesses *civis-empresariais* na Ditadura.

Imprensa e Ditadura

Para aferir as relações de dominação e resistência nos anos finais da Ditadura através do futebol, este trabalho tem a imprensa como fonte principal de pesquisa e campo específico de análise. Como destaca Anderson (2008, p.78), o jornal e o romance — ou melhor, o capitalismo editorial — são determinantes para a construção da Nação e da nacionalidade. É a interação entre um modo de produção e relações de produção (o capitalismo), com uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e fatalidade da diversidade linguística humana que permitirão a imaginação de novas comunidades.

Segundo Anderson (2000), a imprensa é determinante para a formação de uma consciência de que os integrantes dessas comunidades estão inseridos em um tempo secular e serial, estabelecendo uma constante cronológica que permite atravessar o moderno “tempo vazio e homogêneo” que ocupa o lugar da concepção medieval de simultaneidade temporal, e

⁸ A consequência desta opção de desresponsabilização das sociedades pelo apoio ou omissão em relação ao terrorismo de Estado resulta, segundo Caroline Bauer (2011,p.199), em uma “privatização da memória”, em que passado traumático dos desaparecimentos é confinado à esfera privada de familiares e sobreviventes e não um fenômeno coletivo.

ainda pela relação que a imprensa estabelece com o mercado, onde cada consumidor do veículo impresso preserva sua identidade no anonimato, ao mesmo tempo em que reconhece sua participação na “comunidade”:

E, no entanto, cada participante dessa cerimônia tem clara consciência de que ela está sendo repetida simultaneamente por milhares (ou milhões) de pessoas cuja existência lhe é indubitável, mas cuja identidade lhe é totalmente desconhecida. Além disso, essa cerimônia é incessantemente repetida a intervalos diários, ou duas vezes por dia, ao longo de todo o calendário. Podemos conceber uma figura mais clara da comunidade imaginada secular, historicamente regulada pelo relógio? (ANDERSON, 2000, p.63).

A imprensa fornece, assim, a ideia de uma simultaneidade sólida e constante e uma narrativa de identidade necessária para a consolidação e manutenção desta comunidade secular.

Como fonte histórica, a imprensa oferece ainda as vantagens da periodicidade, cujo acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos; a disposição espacial da informação, de onde se afere a inserção do fato histórico em um contexto mais amplo, logo, a relevância que tomou ou não naquele momento; e os tipos de censura, uma vez que a imprensa sofre imediata ou instantaneamente, ao contrário de outras fontes documentais (ZICMAN,1985, p.90).

Entretanto, esta fonte histórica exige cuidados específicos em seu tratamento. Primeiro, justamente desvelar do texto jornalístico a aceção que o senso comum faz dele como “verdade incontestável”. É da natureza do discurso jornalístico apresentar-se como o “discurso da objetividade”, onde o sujeito cede lugar ao “referente”. Nenhum autor assume a enunciação deixando uma lacuna que é preenchida pelo sujeito do enunciado (MOTTER, 2002, p.60). Porém, a apresentação das notícias na imprensa, como lembra Zicman (1985, p.90) não é uma mera repetição de ocorrências e registros, onde as informações são dadas ao azar, mas ao contrário, denotam atitudes próprias de cada veículo de comunicação, a maneira como cada um organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio filtro.

Diariamente, os veículos precisam responder “o que há de novo no mundo hoje?”. E neste mundo, o inesperado e o singular são valorizados (BERGER,1998, p.45). Este processo de definição do que será ou não notícia, com ou sem destaque em uma manchete ou uma capa é, obviamente, um processo seletivo e, portanto, um movimento de recorte do real. Ao selecionar o que considera relevante, e recebendo credibilidade do leitor para isso, o jornal ou revista não apenas está divulgando, mas, propriamente, criando um acontecimento. Logo, como qualquer outro documento é uma produção sobre o real — e não uma apreensão exata

deste — uma perspectiva sobre um determinado fato. Sendo assim subjetivo, não pode, ainda que se pretenda, ser neutro.

Como todo produto cultural, portanto, o jornalismo também carrega marcas de subjetividade, porém, com outros dois agravantes em relação aos outros campos de produção de conhecimento. Primeiro,

O jornalismo, tal qual a história, a sociologia e a ciência política, enuncia fenômenos sociais. Mas o jornalismo, diferente destas disciplinas, não têm o rigor científico como premissa para elaborar seus enunciados. Sua premissa é ética e estética. E o jornalismo, assim como a ficção, tem a linguagem como cúmplice de sua produção. Mas enquanto a literatura inventa o mundo, o jornalismo deve descrevê-lo (BERGER, 1998, p.19).

E, segundo, o modo de consumo do jornal dispensa-o da crítica. É ele próprio que a exerce, quando a exerce. Um recurso que, aliás, lhe confere ainda mais credibilidade no exercício cotidiano de ratificar o contrato fiduciário entre emissor e receptor, onde o leitor confia na pressuposta veracidade do discurso jornalístico. Somada à rapidez que marca a sua produção, com a cotidianidade (superficialidade e perecibilidade), quanto menor a atenção dada a sua produção, maior seu potencial como veiculador ideológico. Os jornais só podem ser considerados perecíveis enquanto objetos, pois, enquanto discursos, são incorporados por seus leitores dia após dia (MOTTER, 2001, p.60-61).

Portanto, os veículos de comunicação devem ser tomados como agentes do processo social, capazes de intervir no curso dos acontecimentos pelo uso autorizado da palavra que estrutura, sustenta e reproduz o sistema engendrado no poder (MOTTER, 2001, p.63). Logo, como agente da história (CAPELATTO, 1988, p.21). Partindo, assim, da hipótese de que a imprensa age sempre no campo político-ideológico, Zicman (1985) sugere que, metodologicamente, deve-se levar em conta a dupla substância e natureza do próprio jornal, sua forma e conteúdo, interdependentes e interatuantes, tanto traçando suas principais características, quanto analisando seu discurso. Mais precisamente, Berger (1998) propõe que o veículo seja compreendido como um “sujeito”, com personalidade jurídica, razão social, estatuto, mas principalmente com uma “imagem de marca”, que provoca atração ou repulsa, que define seu “modo de ser”.

Com isso, não está se afirmando que a imprensa, mecanicamente, produz uma interpretação do real e que ela é prontamente aceita por seus receptores. Ao contrário. E justamente aqui reside outro cuidado ao historiador. Como sujeitos da arena política contemporânea, representantes de correntes de opinião e de interesses, evidentemente que os veículos procurarão utilizar seu capital simbólico a fim de influenciar as decisões políticas e

sociais. Logo, é preciso tomar cada veículo não de forma isolada, mas no contexto em que se insere, que forças políticas representa e com quais atores se relaciona ou se opõe e, como toda fonte, colocá-la à prova de outro conjunto de documentação. E ainda, implica que o historiador, pacientemente, se debruce não sobre uma única edição, mas na leitura em série e identifique o que é constante, o que é peregrino e significativo para a análise. É esta repetição sistemática que produz os valores e conceitos que o veículo procura direcionar ao leitor.

Quanto ao jornalismo esportivo, por sua vez, é considerado hierarquicamente secundário ou menor em relação a editoriais mais nobres, como a economia e a política. Porém, justamente porque a subjetividade do enunciador-jornalista esportivo é menos regulada institucionalmente, que a cobertura esportiva se torna propícia para aferir interpretações e opiniões que dificilmente emergiriam em outras editorias (GASTALDO, 2006).

Em se tratando da análise de um período autoritário, os procedimentos e cuidados são ainda mais necessários ao abordar os veículos de imprensa. Como alerta Silva (2016, p.44), a imprensa é parte da sociedade civil e, portanto, portadora de projetos sociais e de necessidades econômicas e, em relação ao regime militar, a grande imprensa, mesmo censurada, esteve alinhada com a Ditadura brasileira. A conspiração e o golpe que derrubaram o presidente João Goulart receberam apoio e legitimidade praticamente consensual dos grandes veículos de imprensa tradicionais, justificada muitas vezes por um anticomunismo e antirreformismo grosseiros mobilizados em nome de um liberalismo genérico e conservador (NAPOLITANO, 2017, p.347).

Ainda que os veículos já estivessem submetidos a outras formas de coerção e vigilância⁹, para Maria Aparecida Aquino (1999, p.207), o exercício institucionalizado e formalizado de censura aos meios de comunicação a partir da promulgação do Ato Institucional n.º5 (AI-5), em dezembro de 1968, é um marco divisório, a partir do qual a censura à imprensa escrita sofrerá períodos de maior ou menor intensidade de acordo com o periódico, a extensão de suas denúncias e com a intensidade de sua resistência.

Segundo Aquino (1999), num primeiro momento, entre 1968 e 1975, a censura assume um caráter amplo, agindo indistintamente sobre todos os periódicos. Dentro deste primeiro período, nos anos entre 1968 e 1972, há uma estruturação legal e profissional da censura e o procedimento praticamente se restringe a telefonemas e bilhetes enviados às redações. Na segunda fase, entre 1972 e 1975, há uma radicalização da atuação censória, com a

⁹ Aquino (1999, 206) cita por exemplo o caso do jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, que recebeu diversas visitas de um oficial militar e que resultaram na instalação da censura prévia no jornal de 23 de outubro de 1968.

institucionalização da censura prévia aos órgãos de divulgação que oferecem resistência (AQUINO, 1999, p.212).

A censura não era o único instrumento de pressão ou ingerência do Estado sobre os meios de comunicação, podendo valer-se de uma série de mecanismos, desde pressões diretas contra as empresas (bloqueio de receitas publicitárias, negação de empréstimos pelos bancos oficiais, recusa de licenças de importação de equipamento ou papel de imprensa ou confisco de tiragens), passando pelo controle das notícias (dificuldades em obter informações das autoridades, recebimento de notícias e declarações já “prontas”) e chegando até a pressão individual (processos judiciais contra pessoas, baseados nos termos da Lei de Imprensa ou Lei de Segurança Nacional, negativas de credenciais, ameaças e agressões físicas) (GASPAROTTO, 2008, pp.106-107).

Se considerarmos o apoio dado ao golpe pelas empresas de comunicação, estas medidas poderiam ser consideradas exageradas. Deve-se compreender, porém, que a censura e a repressão, juntamente com a propaganda e a ação dos serviços de informação constituem a complexa engenharia de *construção de consenso* operado pelo regime militar.

Além disso, a relação entre veículos de imprensa e a Ditadura não ocorreu de forma homogênea ou monolítica. Segundo Napolitano (2017, p.347), após o golpe, a construção do regime autoritário mais dividiu do que uniu os jornais, com diferenças, ainda que sutis, sobretudo acerca de três questões: a perspectiva mais ou menos democrática de política e sociedade; concordância com ações autoritárias, com as restrições às liberdades públicas e com a violência de Estado praticadas pelo regime; o papel do Estado na regulação da economia.

Esta pesquisa tem como corpus documental os semanários **Veja** e **Placar**, ambos da Editora Abril, e os jornais diários **Folha de São Paulo**, do grupo Frias, e **Jornal do Brasil**. Não se trata de escolha aleatória¹⁰. Para Napolitano (2017), enquanto *O Globo* caracterizava-se por um “governismo inveterado” e *O Estado de São Paulo* pelos mesmos princípios ideológicos da Ditadura – defesa intransigente da iniciativa privada, da ordem e da hierarquia social tradicionais, com proeminência do empresariado, sobretudo de origem rural, da classe

10 Outro fator determinante para a escolha dos veículos analisados, além de sua relevância comercial, política ou específica, foi a disponibilidade destes acervos digitalizados e facilmente acessíveis ao pesquisador. Na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>) encontram-se, gratuitamente, as edições do *Jornal do Brasil*, bem como de fontes suplementares como *Jornal dos Sports* e dos veículos de oposição *Movimento*, *Opinião* e *Pasquim*. A revista *Veja* (<https://veja.abril.com.br/acervo>) e a *Folha de São Paulo* (<https://acervo.folha.com.br/>) possuem acervos próprios com políticas de acesso para visitantes e assinantes. Apenas parte das edições da revista *Placar* se encontram disponíveis na internet (<https://books.google.com.br/books?id=X77SxquKJy8C&hl>), para a realização integral desta pesquisa foi fundamental o acervo impresso da Biblioteca do Centro de Referência do Futebol Brasileiro no Museu do Futebol.

média profissional-liberal como base social e dos militares como garantia de estabilidade republicana – a Folha e o JB seriam mais difíceis de mapear a partir de uma imagem sintética. Porém, ainda segundo o autor, ambos veículos, consolidaram, a partir da década de 1970, uma autoimagem de oposição liberal tipicamente progressista que ocultava momentos de adesão ao regime¹¹.

No caso do Grupo Folha, houve notório colaboracionismo com o regime militar desde sua instalação (ARAÚJO E FÁVERO, 2012, pp.41-42). O jornal Folha da Tarde, do mesmo grupo empresarial, era conhecido como “diário oficial da Oban”¹², pela linha editorial de apoio e corroboração com o ideário oficial. A autocensura imposta pela Folha de São Paulo, permitiu manter suas redações sem censores oficiais, abrandando ou omitindo os fatos, de acordo com o interesse ditatorial.

Ainda, segundo Araújo e Fávero (2012), a partir de 1975, as narrativas presentes no jornal Folha de São Paulo buscavam “afastar” da memória seus vínculos com o golpe de 1964. A campanha pelas *Diretas Já* coincide com o período de alterações na normatização da editoração do jornal, incluindo a adoção de um Manual de Redação e mudanças gráficas. Neste período, a empresa-jornal materializou sua autoimagem de espaço democrático a partir da referida campanha, tentando desvincular qualquer passado que contradissesse essas bases.

Quanto ao Jornal do Brasil, é justamente na primeira metade da década de 1960 que o veículo conclui sua reformulação técnico, administrativa e editorial que marca sua trajetória e define sua identidade moderna¹³. Segundo Motta (2018), o Jornal apoiou o golpe desde a preparação, desde a direção da empresa à toda a cúpula da redação. Segundo Napolitano (2017), o JB se pautava por um *realismo político* adesista, tentando convencer seus leitores de que o governo tinha de agir para defender a “Revolução”, o que levou o diário a defender a cassação de Juscelino Kubitscheck, apoiar o Ato Institucional nº 2 e a eleição e posse de

11 Esta situação era ironizada pelo General Ernesto Geisel que teria dito aos assessores: “Engraçado, todos esses jornais são metidos a independentes, falam em liberdade de imprensa, mas vivem pedindo dinheiro ao governo”, referindo-se particularmente ao JB e a O Estado de S. Paulo (MOTTA,2018).

12 A Operação Bandeirante (Oban) foi um centro de informações e investigações criado pelo comandante do II Exército, general José Canavaro Pereira com a função de integrar e centralizar os diversos órgãos de informação e repressão política, sendo composta por membros da Aeronáutica, Marinha, do Departamento de Polícia Federal, do Serviço Nacional de Informações e também por órgãos do governo do Estado de São Paulo (Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Ordem Política e Social, Força Pública do Estado de São Paulo e Guarda Civil). Criada em 1969, foi transformada em Destacamento de Operações Internas/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército no ano seguinte.

13 Criado como um jornal monarquista em 1891, tendo Joaquim Nabuco entre os fundadores, o JB passou por inúmeras transformações de acordo com os seus proprietários no período, passando de veículo republicano com direção de Rui Barbosa à veículo informativo centrado em casos policiais e crítica aos costumes até, finalmente, simples jornal de anúncios antes da reforma iniciada em 1956 por seus proprietários, a Condessa Pereira Carneiro e seu genro Nascimento Brito (CHAMMAS,2012, pp.23-24).

Costa e Silva, entre 1967 e 1968. Para Chammas (2012), o Jornal do Brasil procurava dialogar com os setores do governo considerados “democráticos”

Defendia, assim, a maior parte das ações da Ditadura, mas procurava colocá-las sempre nos marcos da redemocratização ou do retorno à normalidade democrática, dando seu voto de confiança ao governo e ao mesmo tempo pressionando-o nesse sentido. Era também um árduo defensor da modernização capitalista, e enxergava na ação dos militares a possibilidade de sucesso dessa modernização estrutural. O jornal criticava o que considerava alguns excessos do regime e os sinais de possível endurecimento da Ditadura, por mais que muitas vezes os considerasse resultado da ação de provocadores e subversivos que queriam transformar o Brasil em uma Ditadura comunista ou de políticos personalistas e oportunistas que pretendiam retornar à ordem política pré-1964 (CHAMMAS, 2012, p.106).

Ainda, o veículo caracterizava-se pela rejeição absoluta ao trabalhismo e pela possibilidade de ampliação da inserção das camadas populares na vida política nacional. A crítica aos militares, enfatiza Chammas (2012, p.106), dá-se apenas quando os direitos individuais são ameaçados ou cerceados, já os direitos sociais e políticos dos *de baixo* não merecem a atenção daqueles que representam os interesses liberais no Brasil. Segundo Motta (2018), o Jornal do Brasil beneficiou-se das relações pessoais de seus diretores com integrantes do alto escalão da Ditadura para obter vantagens econômicas, em especial durante o período do General Médici¹⁴. Durante o governo Geisel, “editorialmente, o JB fazia a oposição possível à política nacionalista e estatizante do novo governo. E esse “possível” era bem suave, em opiniões publicadas como editoriais” (MOTTA,2018).

Já a *Revista Veja*, criada em 1968 pela Editora Abril, propriedade da família Civita, procurava desde a primeira edição apresentar um projeto editorial distinto dos semanários existentes no país. Enquanto em revistas como *Cruzeiro*, *Manchete* e *Fatos e Fotos* predominavam a fotorreportagem, com grandes fotos e textos curtos, a *Veja* inspirava-se no modelo da norte-americana *Time* para oferecer matérias de reflexão, aprofundamento e síntese.

Em relação à Ditadura, a revista compartilhou interesses em comum, como o combate ao comunismo no contexto da Guerra Fria. Por outro lado, a revista manteve postura crítica a temas como as denúncias de tortura pela repressão, que resultaram na apreensão de exemplares, além do envio de *bilhetinhos* e telefonemas pelos censores, resultando inclusive na demissão do editor-chefe Mino Carta. Ao contrário de outros veículos que eram mais

¹⁴ Segundo Motta (2018), através da amizade com o ministro Delfim Netto, o JB “usou e abusou da Operação 63, um mecanismo pelo qual tomava-se o empréstimo em dólares no exterior e recebia-se aqui no Brasil em moeda nacional”, transformando em cruzeiros uma boa parte de sua dívida em dólares.

contundentes em sua crítica ao regime, em especial na imprensa alternativa, *Veja* não poderia ser considerada como uma “voz da oposição”, tendo alternado entre práticas de colaboração e crítica de acordo com as margens possíveis da conjuntura política. A cobertura da Copa do Mundo é ilustrativa desta relação pendular entre a revista e o regime. As reportagens estão alinhadas com a imagem que o regime produziu de si mesmo através do evento esportivo e do selecionado brasileiro. Por exemplo, endossando a ideia do futebol como elemento de unidade nacional:

Uma arte popular e barata: o futebol não requer alfabetização, duas pedras fazem o gol, uma bola faz o jogo. Essa economia o tornou tão difundido. São mais de 10000 partidas a cada domingo, da qual participam ou já participaram 85% dos brasileiros. Toda a população, assim, é parte ativa no processo de criação dessa arte que é o futebol.

Por isso é possível o acordo entre o intelectual e o semianalfabeto, sobre a beleza deste ou daquele gol. Todos têm direito e condição para opinar, e essas opiniões pouco divergem, na verdade. Foi a nação em peso que obrigou, por exemplo, Zagalo a mudar o Selecionado na partida contra a Áustria. (Veja, nº 93, 17/06/1970, p. 56).

Ou ainda, na aproximação do regime com a população através da ideia de que “o presidente é mais um torcedor”:

Ser um estilista é bom, mas melhor ainda é ter muita garra para ser um rompedor de defesas. Para o Presidente Garrastazu Médici (um dos 90 milhões de técnicos de futebol que vivem no Brasil), esta é a receita certa para a escolha do centroavante ideal da Seleção Brasileira (Veja, nº 78, 04.03.1970, p. 21).

Tenho muita confiança na Seleção (...)

Quem fala assim é o torcedor Emílio Garrastazu Médici, que, por ser também presidente da República, pôde oferecer um almoço aos jogadores da Seleção...

Como bom entendedor, o presidente dirigiu-se a cada um dos jogadores de forma especial: saudou a “canhotinha” do Gérson, manifestou esperança nos gols de Dario, perguntou pelo olho de Tostão e dispensou apresentação a Pelé (“Este já conheço muito”) ... (Veja, nº 87, 06.05.1970, p. 20).

Porém, exatamente no mesmo período, a redação da *Veja* convivia com a censura prévia e, entre 1968 e 1976, a revista chegou a ser retirada das bancas. Ainda que não possa ser classificada exatamente como *colaboracionista*, durante o processo de redemocratização política, assim como a *Folha*, destacam Araújo e Fávero (2012), a *Veja* também tentou se desvincular de quaisquer proximidades com a Ditadura militar.

Tanto o semanário da Editora Abril, quanto os diários paulista e carioca podem ser definidos como veículos “*de prestígio ou de referência*”, segundo Berger (1998, p.46), em

contraposição a outra tendência de veículos de vanguarda ou “*nova imprensa*”. Os jornais “*de referência*”, para essa autora, pretendem “testemunhar o mundo, produzindo um discurso universal e objetivável”, onde seu leitor apreende a informação como objeto de conhecimento e como campo de ação e se encontra na esfera das altas responsabilidades.

Já a revista *Placar* não tinha a política de maneira alguma como horizonte. A ideia da revista esteve arquivada por 18 anos e foi retomada em 1970, tanto para aproveitar a cobertura da Copa do Mundo, quanto porque originalmente Victor Civita, proprietário da Editora Abril, pretendia associar a revista à Caixa Econômica Federal, como veículo oficial da nascente loteria esportiva, distribuindo com exclusividade os volantes e resultados da loteria. Diante da reclamação dos outros grupos editoriais, a Caixa manteve a loteria como interesse público (CHIARONI, KROEHN, 2010, p.32). O que também revela o desinteresse da empresa em afrontar o regime militar.

Ao fim, a revista passou a ocupar o vácuo aberto no jornalismo esportivo desde o fim da circulação das revistas *Sport Ilustrado* em 1950, *Revista do Esporte* e *Manchete Esportiva* em 1960. Em pouco tempo, se consolidou como o grande veículo deste gênero jornalístico, beneficiada pela euforia em torno da conquista do Tricampeonato mundial e pela melhoria no rendimento econômico da classe média.

Por outro lado, provavelmente menos visada pelos censores por seu caráter esportivo, a revista construiu uma linha editorial bastante crítica à administração esportiva nacional desde seus primeiros números, tendo nos cartolas, os dirigentes dos clubes e do futebol, um objeto constante de crítica pela má gestão de recursos e do próprio esporte, denunciados na ação da Confederação Brasileira de Desportos, das Federações estaduais, mas também da loteria esportiva e da própria Seleção Brasileira.

Essa linha editorial mais politizada se acentuou a partir de 1979, característica que identificou seu editor deste período até 1995, o jornalista Juca Kfourri. Recém ingresso na faculdade de Ciências Sociais, Kfourri se somou à revista ainda na sua fase experimental, contratado para o Departamento de Documentação e Pesquisa, responsável pelas pesquisas nos arquivos da editora e, entre outras tarefas, pela criação das palavras cruzadas de cada edição. Em 1974, se tornou chefe de reportagem, o que o levou a abandonar a pós-graduação, onde pesquisava “futebol e alienação”¹⁵. Cinco anos depois, como dirigente sindical, teve papel destacado na greve dos jornalistas que paralisou totalmente a Editora Abril,

15 Em suas memórias, Kfourri relembra: “Entrei na Faculdade de Ciências Sociais da USP com duas ideias: seguir carreira universitária e escrever uma tese de doutorado para demonstrar que o futebol, ao contrário do pensamento vigente em nossa esquerda, era mobilizante, e não alienante. Duros tempos, aqueles. Tempos de Ditadura” (KFOURI,2017)

participando do comando de greve, o que não o impediu de ser convidado para assumir a direção da revista em seguida. Outros jornalistas críticos à Ditadura, com maior ou menor engajamento, também compunham a redação da revista como João Rath, autointitulado “sócio vitalício do Partido Comunista Brasileiro”. Assim, é provável que os leitores mais assíduos não tenham se surpreendido quando a edição de 20 de abril de 1984 trazia Pelé na capa com a chamada “Diretas Já!”.

Metodologicamente, este trabalho não enfatiza a dimensão dos veículos aqui abordados como empresas – Jornal do Brasil S/A, Folha da Manhã S/A e Editora Abril – e, portanto, como *Aparelhos Privados de Hegemonia*, ainda que seu posicionamento crítico ou dissidente nos anos finais da Ditadura possa ser compreendido como um movimento de classe e não um posicionamento individual de seus proprietários¹⁶.

Organização da tese

No primeiro capítulo, procura-se demonstrar como o futebol e a organização esportiva do país inserem-se na tentativa de implantação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) em todas as dimensões da vida cotidiana. Nesse contexto, a Confederação Brasileira dos Desportos cumpre o papel de *Aparelho Privado de Hegemonia*, como parte do *Estado Ampliado*, ambos conceitos provenientes da obra do filósofo italiano Antônio Gramsci. É a capacidade deste aparelho em implementar as diretrizes da DSN, autonomamente ou não, que determinam o grau de militarização a que será submetida tanto a CBD, quanto a própria Seleção Brasileira.

Os capítulos seguintes têm como marco histórico a realização das Copas do Mundo de Futebol, compreendidas como momento propício para manifestação da identidade nacional e como evento de ampla cobertura pela imprensa, procurando identificar as possíveis transformações nas representações de identidade nacional através do selecionado brasileiro,

16 Nota Metodológica: O *corpus documental* foi formado pelas reportagens do período anterior à Copa do Mundo, correspondente à preparação da Seleção Brasileira e, de forma integral, durante o próprio evento, quando o corpus documental era analisado em relação ao contexto histórico, ao conjunto de matérias do próprio veículo e de suas outras editorias e na organização interna dos cadernos especiais das Copas, no caso dos diários. Foram utilizados como critérios de análise: *a hierarquia da reportagem*, crônica ou artigo neste contexto (posição e espaço ocupado); *os termos de linguagem* e sua frequência (ou ausência); *os autores* e sua posição hierárquica, determinando seu status em relação à sociedade, no caso de um jornalista renomado ou celebridade, e a própria redação do veículo (como colaborador efetivo ou temporário, mais ou menos experiente); *as fontes* das reportagens, ou seja, seus interlocutores, e seu valor hierárquico, no futebol ou na política. *As charges, ilustrações e fotografias* têm um peso destacado na cobertura esportiva e pelo volume de fontes disponíveis, optou-se por priorizar a análise textual à imagética, compreendendo que esta demandaria outros métodos e cujos resultados seriam menos volumosos para o objeto pesquisado especificamente, portanto, sempre que possível são referenciadas no trabalho, assim como o peso dos *anunciantes*, estatais ou privados, na cobertura impressa. Para uma leitura dos métodos de análise da imprensa, utilizou-se Zicman (1985).

expressas nas manifestações do regime ou sua contestação, sempre mediada pela imprensa nos campeonatos de 1974, 1978 e 1982, nos capítulos dois, três e quatro respectivamente. Este último capítulo comporta ainda um epílogo, os anos finais da Ditadura (1982-1985), com ênfase na participação de atletas nas manifestações por democracia e, em especial, na campanha *Diretas Já* pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira.

Portanto, o objeto deste trabalho é o futebol, fenômeno de massas capaz de representar ou mesmo produzir valores identitários, tendo ainda como objeto a ação mediadora da imprensa, que tanto pode reverberar, quanto tentar destituir ou bloquear estes valores. Assim, busca-se observar esta relação dialética entre futebol e imprensa, em um contexto de crise política, econômica e de afirmação ou reconstrução de uma identidade nacional.

CAPÍTULO 1 NÃO É O FUTEBOL, SÃO OS TANQUES

Em fevereiro de 1969, a Confederação Brasileira de Desportos surpreendeu a todos ao anunciar João Saldanha como novo técnico da Seleção Brasileira. Saldanha não apenas era jornalista, como também comunista, crítico da organização esportiva e da Ditadura. O anúncio, na comparação de Franco Júnior (2007, p.142), assim como a meteórica passagem de Jânio Quadros pelo Planalto, “deixou a esquerda perplexa e a direita indignada. Ou talvez tenha sido o contrário”. Se para a CBD, a militância política do novo técnico não seria um problema, aos que criticavam seu aceite, João Saldanha respondia: “o que segura o governo não é futebol. São os tanques” (RODRIGUES, 2007, p.116)¹⁷.

E, enquanto asseguradas pelos tanques, as Forças Armadas não pretendiam apenas governar mas, como sintetiza Padrós (2005, p.25), compreendiam que receberam legitimidade política para ordenarem o sistema social, ao mesmo tempo em que se apresentavam como garantia suprema da unidade nacional ameaçada pelos efeitos desagregadores do *perigo comunista*.

O Brasil e demais regimes de Segurança Nacional do período, prossegue Padrós (2005), incorporam a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) como fundamento teórico e estabelecem um *estado de guerra permanente* contra um (suposto) *inimigo interno*, que podia ser toda pessoa ou organização armada, política ou social de oposição aos interesses da ordem vigente. Segundo Netto (2016),

Na elaboração dos seus ideólogos brasileiros, a Doutrina de Segurança Nacional contemplava não apenas a guerra convencional, caracterizada pela agressão externa, direta e declarada entre Estados: voltava-se antes para a guerra “não clássica”, a da “agressão indireta”, caracterizada por ações insurrecionais e revolucionárias — tratar-se-ia da “subversão interna”, que operava com a “guerra psicológica”. Com este referencial, as fronteiras territoriais perdiam importância em relação às “fronteiras ideológicas”: as fronteiras não limitavam nações, mas separavam ideologias — o “mundo livre” e o “mundo comunista”. E ainda: o inimigo deixava de ser externo: estava no interior do país, era o “subversivo” — ou seja: aquele que pretendia promover transformações sociais revolucionárias (não importa se por meios pacíficos ou ações violentas) na sociedade nacional (NETTO, 2016).

A Doutrina de Segurança Nacional, assinala Lentz (2021), é o elemento que confere unidade ao pensamento político-militar brasileiro, equilibrando diferenças, orientando o

¹⁷ Segundo seu amigo, colega e biógrafo, João Máximo (1996, p.70), o “politizado Saldanha jamais viu ligações muito estreitas – ou eficazes – entre futebol & política (...) realmente acreditava que o futebol fosse algo acima do bem e do mal, imune aos bens e aos males da política. Se pensasse diferente, decerto não aceitaria ser técnico de uma Seleção Brasileira que naquele momento precisava de um João Saldanha para servir ao governo militar no poder”.

processo de ressocialização militar, condicionando o recrutamento institucional e estruturando a estratégia e o planejamento de manutenção e preservação da nova ordem política conquistada. A DSN é resultante do pacto político estabelecido pela *Revolução de 1930*, atribuindo às Forças Armadas a responsabilidade pela “ordem da segurança nacional independentemente da Lei”. Para Lentz (2021), a sobrevivência de uma ordem social e política instituída por elites civis e militares que está acima da ordem constitucional ou da soberania popular é a gênese da Doutrina de Segurança Nacional. Um pensamento político nacional estruturado, formalizado e institucionalizado — a ponto de se tornar um *Manual Básico* na Escola Superior de Guerra — e que porta uma interpretação sobre o processo histórico-cultural brasileiro e estabelece diretrizes para ação política de uma elite nacional.

A Doutrina apoia-se, ainda segundo a síntese de Lentz (2021), em nove crenças: no humanismo cristão; na sociedade evolucionista; nos objetivos nacionais brasileiros, entre eles, a paz social pela harmonia entre as classes sociais; no poder nacional; na Democracia social liberal; na Sociedade de mercado; na Segurança e no desenvolvimento nacional, e; no Planejamento estratégico.

Para que estes objetivos alcancem sua plenitude é necessária uma ordenação social, que termina por justificar a ação militar, por exemplo, na modernização conservadora da educação, com a ocupação quase completa do espaço cultural pela lógica mercantil (RIDENTI, 2007, p.156), ao qual pode-se incluir a censura dos veículos de comunicação e de obras artísticas, sejam por questões políticas quanto pelo que o regime julgava como “moral”, e a prática esportiva.

Esta ordenação social conta com o poder dos tanques, em seu sentido literal, mas também metafóricamente, na ação dos *thinks tanks* como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Criado pelo empresariado paulista e carioca, o IPES produzia relatórios, acompanhava a conjuntura econômica e política, formulava projetos, divulgava matérias para os veículos de comunicação e providenciava publicações. Atuante na derrubada de João Goulart, o IPES não teve caráter episódico e procurou projetar-se como uma espécie de *Estado Maior* e o centro estratégico de formulação e intervenção política do empresariado brasileiro (NETTO, 2016).

Dessa forma, coube ao IPES moldar o processo de modernização econômica, agindo como um verdadeiro mediador de poder, pois, assinala Dreifuss (1981, p.485), era ao mesmo tempo agente político e ideológico, que fazia parte tanto das classes dominantes quanto do Estado. Estabelece-se um regime tecno-empresarial, formado por uma elite orgânica, protegido e apoiado pelas Forças Armadas, a favor de interesses multinacionais, e cujos

desacordos econômicos eram solucionados pelo regime *tecnocrático*, baseado em tomadas de decisões aparentemente racionais (DREIFUSS, 1981, p.485).

Assim como outras expressões da elite orgânica, como os veículos de comunicação, essas entidades participaram intimamente do Estado, antes e durante o período ditatorial, porém, assinala Fontes (2010, p.242), apresentavam-se como *sociedade* no sentido liberal, contrapondo-se ao Estado, deslizando facilmente de um lado ao outro, inclusive no processo posterior de democratização. Recorrendo ao filósofo italiano Antônio Gramsci, Fontes (2010, p.216) reafirma que a sociedade civil é parte integrante do Estado, não pode ser seccionada ou amputada da totalidade da qual emerge, somente por razões analíticas pode ser dele destacada.

Para Antônio Gramsci, o Estado era habitualmente compreendido de forma reduzida como *sociedade política* — ou Ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento. Para o filósofo, porém, o Estado era o equilíbrio entre esta sociedade política e a *sociedade civil*, ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc. (GRAMSCI, 2011, p.267).

Portanto, nesta concepção de *Estado Ampliado*, não há oposição entre o Estado e a sociedade civil. Ao contrário, o Estado é formado por estas duas dimensões, política e civil, e ambas servem para conservar ou promover uma determinada base econômica de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. A distinção entre estas duas esferas expressa-se nas funções que exercem na organização da vida social e na reprodução das relações de poder:

(...) no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso; por meio da sociedade política (ou o Estado-coerção), ao contrário, as classes exercem sempre uma Ditadura, ou, mais precisamente uma dominação mediante a *coerção* (COUTINHO, 1989, p.77).

A *sociedade civil* também não se encontra isolada do mundo da produção, enfatiza Fontes (2010, p.137), ao contrário, é este o solo da sociabilidade a partir da qual se produzem os interesses e antagonismos, se forjam as agregações de interesses e vontades, se produz a subordinação fundamental. De maneira que a *sociedade civil* é o momento organizativo a mediar relações de produção e a organização do Estado, produzindo organização e convencimento (FONTES, 2010, p.137).

Ainda, tomando também o conceito de *Partido*, num sentido mais amplo e não formal, não apenas como organismo coletivo, mas como instrumento portador de um *Projeto de*

Sociedade que se desdobra e se expressa em múltiplas associações e organizações, Gramsci (2011, p.272) afirma que “ninguém é desorganizado e sem partido”, porém, diante desta multiplicidade de sociedades particulares, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo “o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercitivo”. Entretanto, como os indivíduos pertencem a mais de uma associação e estas podem estar em contraste entre si, em se tratando de uma política *totalitária*, ela buscará precisamente:

1) a fazer com que os membros de um determinado partido encontrem neste único partido todas as satisfações que antes encontravam numa multiplicidade de organizações, isto é, a romper todos os fios que ligam estes membros a organismos culturais estranhos; 2) a destruir todas as outras organizações ou a incorporá-las num sistema cujo único regulador seja o partido. Isto ocorre: 1) quando um determinado partido é portador de uma nova cultura e se verifica uma fase progressista; 2) quando um determinado partido quer impedir que uma outra força, portadora de uma nova cultura, torne-se “totalitária”; verifica-se então uma fase objetivamente regressiva e reacionária, mesmo que a reação não se confesse como tal (como sempre sucede) e procure aparecer como portadora de uma nova cultura. [...] (GRAMSCI, 2011, pp. 272-273).

Em suma, a concepção *gramsciana* de *Estado Ampliado*, ao destacar o vínculo inseparável entre sociedade civil e Estado afirma que as relações de dominação – e, portanto, também de resistência – perpassam todos os espaços da vida social. Estas tensões expressam-se de forma difusa através da atuação dos *Aparelhos Privados de Hegemonia*, no âmbito da sociedade civil, educando o consenso, forjando um ser social adequado aos interesses (e valores) hegemônicos e formulando, inclusive, as formas estatais de coerção aos renitentes e encontrando no Estado um ponto de aparente resolução, ainda que gerador de novas tensões (FONTES, 2010).

Mas, ainda, evidencia os vínculos orgânicos e o caráter *civil (empresarial-financista)-militar da Ditadura brasileira*, cuja diretriz básica, para civis ou militares, era a Doutrina de Segurança Nacional, tendo como desdobramento político, militar e econômico, a subordinação à interesses multinacionais, especificamente dos Estados Unidos. Para operar este movimento de alinhamento ao centro do capital internacional, fez-se necessário tanto um regime tecno-empresarial, para solucionar eventuais divergências no seio desta elite, e uma política de repressão que restrinja ou elimine, inclusive fisicamente, eventuais oposições exteriores a esse grupo orgânico.

Desta forma, em seu elã totalitário, a *Ditadura empresarial-financeira-militar* pretende, então, ordenar toda a vida social de acordo com os parâmetros e funcionalidade da DSN. Novamente, Gramsci assinalou como a abrangente teia associativa estadunidense – como Lions Club, Rotary, Associação Cristã de Moços etc. – eram parte de um momento inicial de elaboração de um novo tipo humano adequado à nova estrutura industrial do tipo fordista que atingia o papel da mulher, da família e da própria sexualidade (FONTES, 2011, p.134).

Esta formulação pode ser aferida no *Manual Básico* da Escola Superior de Guerra brasileira, publicado em 1975, portanto, após uma década de Ditadura:

a – desenvolvimento do homem, o processo de permanente aperfeiçoamento de seus atributos físicos, intelectuais e espirituais para que ele, comungado com as aspirações nacionais, possa participar da formação de uma sociedade cada vez mais evoluída e aproveitar-se dos benefícios por ela proporcionados; (ESG, 1975, p.335).

Neste mesmo *Manual*, constam os quatro objetivos que deveriam nortear a organização da Educação sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional: Ajudar a pessoa em sua autorrealização; Fazer do indivíduo um bom cidadão; Fazer do indivíduo um trabalhador produtivo; Fazer do indivíduo um bom membro da família e da comunidade (ESG, 1975, p. 401). É a partir dessas diretrizes que se desenvolvem a reforma universitária, a criação das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Estudos dos Problemas Brasileiros, programas como o Projeto Rondon e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Nos campos da comunicação e da cultura, através de um projeto de formação de um sistema nacional de comunicação — combinando infraestrutura estatal e incentivo ao consumo e acesso aos televisores pelo Estado com a organização privada da Rede Globo — fortaleceu a Indústria Cultural — no sentido de aparelhos de construção de consensos — que por sua vez disseminavam a imagem de um país sem contradições, harmônico, cordial, uma “potência em crescimento”, à revelia do país real (BASTOS, STÉDILE, VILLAS BOAS, 2012, pp.413-414).

O futebol, igualmente, não ficaria imune à ação da DSN. O próprio Antônio Gramsci, ainda em sua juventude e antes de elaborar as formulações aqui mencionadas, já apontava o futebol como metáfora para a sociedade liberal – ou para o que ele futuramente definirá como *americanismo*, a dimensão ideológica e cultural do capitalismo contemporâneo, cuja expressão técnica é o *fordismo* – em oposição ao atraso econômico da sociedade italiana, representada no artigo pelo gosto pelos jogos de baralho:

Observem uma partida de futebol: é um modelo da sociedade individualista. Nela se toma a iniciativa, mas essa é definida pela lei. As personalidades distinguem-se hierarquicamente, mas as distinções não ocorrem segundo o status, mas segundo as específicas capacidades de cada um. Há movimento, competição, luta, mas esses são regulados por uma lei não escrita que se chama “lealdade”, continuamente recordada pela presença do árbitro. Paisagem aberta, livre circulação de ar, pulmões saudáveis, músculos fortes, sempre voltados para a ação. (...) Até mesmo nestas atividades marginais dos homens se reflete a estrutura econômico-política dos Estados. O esporte é atividade difundida nas sociedades onde o individualismo econômico do regime capitalista transformou os costumes e, ao lado da liberdade econômica e política, suscitou também a liberdade espiritual e a tolerância em face da oposição (GRAMSCI, 2004, p.209).

Portanto, a educação, o esporte, a cultura, por exemplo, são também objeto da construção da *Hegemonia* e da ação dos *aparelhos privados*.

1.1. A Confederação Brasileira de Desportos como Aparelho Privado de Hegemonia

Ainda que *sociedade política* e *sociedade civil* formem um todo na concepção *gramsciana* do *Estado Ampliado*, nas sociedades capitalistas mais avançadas, como necessidade da conquista do consenso, estes mecanismos da sociedade civil, os *aparelhos privados de hegemonia*, passam a funcionar com estrutura e legalidades próprias, com independência material da *sociedade política* e do *Estado*, em seu estrito senso (COUTINHO, 1989, pp.77-78). É nestes termos que deve ser compreendida a atuação da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) no conjunto de sua trajetória, assim como sua sucessora a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Como assinala Damo (2005):

Não apenas no Brasil, mas em quase todos os Estados ocidentais, a organização esportiva é um poder delegado, razão pela qual as agências futebolísticas, como a CBF e suas subsidiárias, confundem-se facilmente com as agências governamentais. De outra parte, a organização esportiva e, particularmente, a futebolística, não se deu por acaso, nem da noite para o dia. Trata-se de um processo em relação ao qual as agências governamentais desempenharam um papel decisivo, podendo-se afirmar, sem margem de equívoco, que a organização do futebol como espetáculo declina da lógica estatal. O trânsito intenso de dirigentes de futebol pelos interstícios do Estado - seja do aparato administrativo, legislativo ou judiciário -, fez migrar não apenas uma espécie de “mentalidade de gestão”, senão que muitas representações acerca da nação (DAMO, 2005, p. 226).

A Confederação Brasileira de Desportos (CBD) nasceu graças à intervenção direta do governo brasileiro. A disputa entre paulistas e cariocas pela primazia da organização do futebol e de sua representação internacional, nos primórdios deste esporte no Brasil,

obrigaram o ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, a intermediar pessoalmente a pacificação e unificação da direção do futebol, em junho de 1916, encerrando a disputa entre a Federação Brasileira de Esportes (FBE) e a Federação Brasileira de Futebol (FBF) pela representação nacional e internacional do futebol brasileiro. A unificação era a garantia para a participação do Brasil no primeiro campeonato sul-americano de futebol, uma vez que apenas uma entidade por país era reconhecida pelos órgãos internacionais de futebol e dos esportes olímpicos. Portanto, o governo não apenas foi determinante para a criação da CBD, como também da própria Seleção Brasileira de futebol.

Ainda que o futebol estivesse em seus anos iniciais no país e, portanto, sendo impossível antever toda a popularidade e simbolismo que possui hoje, naquele momento, já se encontrava claro para o governo que o selecionado brasileiro não representava apenas uma modalidade esportiva e os seus praticantes, mas o próprio país, submetido à aferição de forças entre seus pares sul-americanos.

Quando o ministro Lauro Müller interveio pessoalmente no conflito entre as duas entidades que reivindicavam a representação nacional e internacional do futebol, o que estava em jogo, na verdade, era a constituição de um novo canal formal de operações para a diplomacia (SARMENTO, 2013). Naquele momento, a disputa entre a Federação Brasileira de Esportes (FBE), majoritariamente carioca, e a Federação Brasileira de Futebol (FBF), predominantemente paulista, reproduzia as disputas entre as elites da República Velha. Seja no futebol, seja na política, a participação era restrita às antigas oligarquias ou famílias com propriedades. Ambos os espaços portavam um discurso *civilizatório*, um projeto de país e nação, onde não cabiam as classes subalternas. E, ainda que questões como o amadorismo e a profissionalização estivessem presentes nos debates e diferenças entre as duas entidades, efetivamente, tratava-se muito mais de uma disputa pelo poder político da representação esportiva nacional do que divergências substanciais sobre a direção esportiva. Cada uma procurava legitimar-se no nascente cenário geopolítico esportivo, reivindicando o reconhecimento da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA).

A intervenção do Itamaraty resultou na unificação da direção esportiva, com a criação da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) – ao menos institucionalmente, já que a disputa política entre cariocas e paulistas se estenderia por mais quatro décadas pelo menos – e, na definição do selecionado que participaria do I Campeonato Sul-Americano de Futebol, composto por jogadores paulistas e cariocas, origem da intervenção governamental.

A gestão da entidade seria também ilustrativa das especificidades do liberalismo brasileiro. A CBD, privada, reclamava constantemente da falta de aporte financeiro público

para as suas atividades. Em 1921, diante de uma nova crise interna entre dirigentes paulistas e cariocas, a presidência da entidade foi assumida pelo deputado José Eduardo Macedo Soares. Apesar de um breve mandato de oito meses, Macedo Soares foi o responsável pela aproximação definitiva entre a CBD e os interesses e fundos públicos. A participação da CBD nas comemorações do centenário da Independência permitiu que a entidade obtivesse um crédito de 300 contos de réis para organizar os jogos comemorativos. Além disso, com o aval do presidente Epitácio Pessoa, o relator do orçamento da União, senador José Euzébio, incluiu uma emenda que previa uma dotação anual de 100 contos [de réis] para a CBD (SARMENTO, 2013).

Os anos 1930 são determinantes para a redefinição do conceito de *nacional* e da própria visão sobre o país e o lugar que ocupa no mundo. No processo de construção do Estado e da Nação brasileira empreendido pelo governo Vargas, o futebol tornou-se campo privilegiado para a representação e expressão dessa identidade nacional.

Essa tendência assumia contornos ainda mais definidos em um momento político no qual a centralidade do Estado como elemento formador da nacionalidade ganhava maior nitidez na postura dos dirigentes políticos. A confluência da concepção acerca do Estado com os ideais de raça e nacionalidade também implicava uma compreensão do esporte como ferramenta para a construção de uma raça forte, adaptada à vida nos trópicos e apta a desenvolver o chamado “destino histórico” do povo brasileiro. Disseminar a prática esportiva correspondia a um modelo getulista de eugenia, de fabricação do tipo ideal do homem nacional (SARMENTO, 2013).

O interesse pelo desempenho da seleção na primeira Copa do Mundo em 1930, seguida pela festa popular pela conquista da Copa Rio Branco, em 1932, derrotando o Uruguai, campeão do mundo, eram indícios do potencial simbólico do futebol como síntese do Brasil e do povo brasileiro. Em 1938, além do subsídio financeiro, a delegação brasileira para a III Copa do Mundo é recebida no Palácio do Catete por Getúlio Vargas, antes do embarque para a França, e sua filha, Alzira, é nomeada madrinha da seleção. É o Mundial de 1938 que consagra a associação simbólica entre a Seleção Brasileira e o povo.

Como observa Franco Júnior (2007, p.79), o “processo que incorporava os torcedores ao universo do futebol brasileiro, estabelecendo um alargamento de sua base social, era o mesmo que incluía as camadas subalternas urbanas no jogo político nacional”. Logo, os estádios de futebol passam a ser também o espaço para eventos cívicos, como o Dia da Raça ou o Primeiro de Maio, como para os anúncios políticos do governo. Maurício Drumond (2008) descreve um dos eventos, o Dia do Trabalho de 1941, realizado no estádio de São Januário, então maior estádio da capital federal, Rio de Janeiro. Em um carro aberto, Getúlio

entra no estádio lotado sob grande ovação e, após dar uma volta no campo, posiciona-se no palanque presidencial, onde assiste à execução do Hino Nacional e de “O Guarani” de Carlos Gomes. Em seguida, desfilam atletas operários e integrantes da Escola de Educação Física do 3o Regimento de Infantaria, ouvem-se os discursos de ministros e do próprio Vargas, novamente o Hino Nacional é executado e o presidente realiza mais uma volta olímpica antes de se retirar do estádio. Na sequência, realiza-se um torneio entre times operários e, finalmente, uma disputa entre as seleções das zonas norte e sul da cidade.

Além da aproximação com os setores urbanos e a construção de um novo sentido de Nação, o esporte incorporava-se com facilidade na ideologia higienista do Estado Novo que preparava e disciplinava o corpo para os rigores do trabalho, ao mesmo tempo em que exigia um comportamento disciplinar e integrado à sociedade ou à produção fabril. Para tanto, além da legislação que normatizasse e estimulasse a prática esportiva como elemento moral e cívico, era necessário ainda controlar os órgãos que executariam esta política efetivamente.

Na CBD, caberia a Luís Aranha, irmão do ministro Osvaldo Aranha, a responsabilidade por implementar o projeto varguista nos esportes. Para Sarmiento (2013), Aranha representava o consentimento dos dirigentes esportivos em uma intervenção do governo federal e seu projeto consistia no reconhecimento legal do profissionalismo no futebol, pacificação através da submissão de todos a uma entidade central, e especialização do gerenciamento de certas modalidades como meio de obter melhorias operacionais.

O ápice da presença governamental foi a criação do Conselho Nacional de Desportos (CND), através do Decreto-Lei no 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabeleceu um novo organismo máximo da gestão desportiva, estabelecendo um controle central sobre as confederações desportivas existentes¹⁸. Além de subordinarem-se ao CND, as confederações deveriam constituir federações estaduais, que eliminavam e centralizavam as antigas ligas e associações estaduais de futebol. O CND, por sua vez, estava subordinado ao Ministério da Educação e Saúde e sua direção era constituída por cinco membros nomeados pelo presidente

18 Além da CBD – responsável pelo Futebol, atletismo, tênis, remo, natação, saltos ornamentais, water-polo, voleibol e handebol —, as confederações brasileiras de Basquete, de Pugilismo, de Esgrima, de Vela e Motor e de Xadrez.

da República, sem fixação de mandato. O decreto de criação do CND reconheceu ainda o profissionalismo¹⁹.²⁰

A realização da Copa do Mundo no Brasil, em 1950, deveria ser o ápice da celebração da inserção definitiva do país na modernidade. Tratava-se de comunicar ao mundo que nosso atraso se encontrava superado e que o país deveria ser conhecido por essa capacidade moderna, e não pelo exotismo ou pela tragédia. Entretanto, a derrota conferiu um sentido mítico que extrapola absolutamente o aspecto meramente futebolístico, transformada antecipadamente em metáfora do desenvolvimento nacional, acabou por reforçar a ideia de que neste país “nada vai dar certo” (FRAGA, 2009). O que seria um momento de afirmação nacional, transformou-se na confirmação de uma suposta incapacidade de pertencimento à civilização e à modernidade, atribuídas à mestiçagem do povo brasileiro. Ideia que permaneceu vigente após a eliminação na primeira fase da Copa de 1954, com uma seleção reformulada no elenco e até no uniforme, trajando o fardamento *canarinho* em substituição ao amaldiçoado branco de quatro anos antes. A instabilidade emocional brasileira, atribuída à ascendência negra, seria incapaz de enfrentar em condições semelhantes a racionalidade e a modernidade europeia.

A eliminação na Copa do Mundo de 1954 é o último capítulo antes da construção e afirmação do Brasil como *país do futebol*, em consonância tanto com os projetos modernizadores de Juscelino Kubitschek quanto, futuramente, com o *milagre econômico* e o ufanismo promovido pela Ditadura militar.

Neste aspecto, a trajetória de João Havelange, dirigente do futebol brasileiro por 16 anos e 24 anos à frente da FIFA, é exemplar para compreender como estas organizações associativas, aparentemente independentes, como as confederações desportivas, expressam

19 A ação do Estado na gestão esportiva é definida como “regime do Estado no esporte” por Chaim (2018), que associa esta prática a regimes totalitários. Neste caso, Chaim opera com a separação entre “sociedade civil”, então alijada da iniciativa, e Estado, agente centralizador e excludente. Entretanto, o uso propagandístico do futebol e demais esportes não pode ser atribuído exclusivamente a regimes totalitários. Ao contrário, são inúmeros os exemplos de governos, durante o século XX, independente de seus valores políticos, que utilizaram o esporte como ferramenta de propaganda ou legitimação, em especial os eventos de dimensões internacionais como Copas do Mundo e Olimpíadas. Para além disso, cabe se perguntar qual o grau de desenvolvimento a prática esportiva pode alcançar num país periférico e dependente como o Brasil sem a ação do Estado.

20 A prática não era exclusiva do governo brasileiro. O mesmo pode ser observado nos governos de Juan Domingo Perón (1946-1955), na Argentina, e de José Battle y Odoñez (presidente em 1903-07 e 1911-15) no Uruguai. Na gestão de Perón, a construção de estádios foi largamente financiada pelo Estado, beneficiando o Racing, favorito do presidente, mas também o Boca Junior, River Plate e Vélez Sarsfield. Em 1950, o Racing inaugurou seu novo estádio Presidente Perón e, no ano seguinte, o Club Atletico Sarmiento inaugurou o Estádio Eva Perón. Outras modalidades também foram contempladas, como o velódromo Presidente Perón, em Palermo, e o autódromo 17 de outubro, em Buenos Aires, entre outros (DRUMOND, 2009). No caso uruguaio, as associações de futebol existentes eram controladas por integrantes do Partido Colorado do presidente Battle. A marcha de comemoração da conquista do ouro olímpico em 1924 partia do Partido Colorado e encerrava-se na casa de Atilio Narancio, dirigente colorado, do Club Nacional de Football e comandante da seleção. A bandeira nacional que liderou toda a marcha lhe foi entregue na chegada.

um mesmo projeto que a sociedade política, mesmo que desfrutando de margens de autonomia. Ainda que transitasse entre governos de diferentes alinhamentos ideológicos com a mesma facilidade com que ampliou exponencialmente seu patrimônio pessoal, Havelange é a personificação da *modernização conservadora à brasileira*, onde os elementos mais avançados do capitalismo coexistem e são dirigidos pelas expressões mais arcaicas da política²¹.

Filho de um empresário belga, representante no Brasil da Fábrica Nacional de Armas de Guerra da Bélgica e da Sociedade Francesa de Munição, atleta com participação em duas olimpíadas – natação em Berlim, 1936, e Pólo Aquático, em Helsinque, 1952; bicampeão da travessia a nado do rio Tietê (1935-1936) e campeão carioca juvenil de futebol pelo Fluminense (1931); advogado e diretor-presidente da Viação Cometa, desde 1943, Havelange ingressou na direção da CBD em 1954 como diretor de esportes aquáticos, após ter papel de destaque na campanha que elegeu Sylvio Pacheco e João Correa da Costa para a direção da entidade. Os votos correspondiam aos esportes representados, de maneira que, por exemplo, federações do norte e nordeste do país tinham direito a até cinco votos, enquanto a poderosa Federação Paulista de Futebol tinha direito a apenas um. Sabedor dessa equação, Havelange investiu nas relações com *coronéis* esportivos de federações com maiores representações, como a família Nunes, no Pará, que “fazia o governador, fazia o deputado federal e é claro mandava nos esportes” (RODRIGUES, 2007, p.50). Em 1956, assume a vice-presidência da entidade, substituindo Costa, e, dois anos depois, é eleito presidente da Confederação.

Se por um lado, a chapa Sylvio Pacheco-João Correia da Costa apresentava-se como modernizadora, apoiada em um programa que pretendia estruturar a CBD administrativamente; integrar as federações do norte e nordeste, a partir da organização de competições e distribuição de recursos; melhorar as relações da CBD e a imagem do Brasil com as entidades internacionais; por outro, ela buscava nos votos periféricos e aliados do poder central, a força para garantir sua eleição.

Havelange compartilhava avaliação semelhante à de Lyra Filho sobre a índole do povo e dos jogadores brasileiros, a partir da experiência das Copas de 1950 e 1954. Antes da posse, Havelange encomendou um relatório ao comandante da Escola de Educação Física do Exército, coronel Antônio Pereira Lima, onde afirmava-se que “o maior problema do jogador brasileiro, segundo o relatório, era seu temperamento e instabilidade emocional na hora das decisões” (RODRIGUES, 2007, p.62). A superação destes males só seria possível graças à

21 Ironicamente, quase uma pilhéria, a abertura da sua biografia é “Aprendi a nunca querer emprego ou negócio com o governo. Você virá um infeliz quando se mete com o governo” (RODRIGUES, 2007).

ação disciplinadora de uma elite preparada e forte em resposta ao “sentimento de vergonha da elite local ao ver o país representado por indivíduos com os quais eles não se identificavam” (FREITAS JUNIOR, 2013).

Esta formulação é idêntica à interpretação da Doutrina de Segurança Nacional sobre o *nacionalismo brasileiro*:

(...) constituída por uma raça e uma cultura miscigenada de europeus (portugueses, italianos, alemães), árabes, japoneses, índios e negros, o indivíduo brasileiro tem historicamente em comum o perfil conciliador, individualista, informal, improvisador, criativo, adaptável, resiliente, passivo e emotivo; as instituições brasileiras são historicamente de inspiração portuguesa, inglesa, estadunidense e francesa, dirigidas por uma elite nacional conciliadora de classes; portanto, natural e historicamente anticomunista (LENTZ, 2021).

Este era o impulso do projeto conjunto de Havelange e de Paulo Machado de Carvalho²² de profissionalização da Comissão Técnica brasileira para a Copa da Suécia em 1958²³. De acordo com Freitas Junior (2013), tratava-se de “um projeto intervencionista de cunho civilizatório”, composto por 96 artigos, dos quais os primeiros 63 eram relativos aos procedimentos administrativos que envolviam a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), o Conselho Nacional de Desportos (CND), o Conselho Técnico de Futebol (CTF). O documento detalhava as atribuições de cada membro da Comissão Técnica, detalhes das convocações e obrigações das equipes que tivessem jogadores convocados e as funções do capitão da equipe. Além do corpo técnico tradicional formado por um médico, um preparador físico, um massagista, um roupeiro e um técnico, o plano previa a convocação de outros profissionais, entre eles um dentista e um psicólogo²⁴. Meses antes da disputa, a seleção já tinha o cardápio pronto, incluindo a projeção de teor de gordura que seria consumida, e as acomodações definidas antes do certame, o que na época não era comum.

A modernização da Seleção Brasileira encontrava-se em sincronia com o projeto modernizante do governo Juscelino Kubitschek²⁵, expresso nas ideias dos *50 anos em 5* e na

22 Fundador da Rede Record de Televisão e da Rádio Record, foi chefe da delegação brasileira nas Copas de 1958 e de 1962. O Estádio Municipal do Pacaembu, em São Paulo, foi batizado com seu nome.

23 A parceria entre Havelange e Carvalho, este último vinculado ao futebol paulista, selaria ainda a pactuação e o fim do conflito entre paulistas e cariocas na CBD.

24 Ainda que tenha um caráter pioneiro, a inclusão de um psicólogo, hoje figura comum no esporte, também ganhou tons de anedota, uma vez que João Carvalhaes, o psicólogo da comissão, sugeriu que Garrincha não estava apto para disputar a Copa e deveria ser excluído da delegação (RODRIGUES, 2007, p.64).

25 Conforme Rocha (2019, p.185), a ascensão pública e política de Havelange à arena pública se confunde com o próprio percurso do governo Juscelino Kubitschek. Amigos de longa data, Juscelino e Havelange se conheceram quando João era uma criança, formados em um mesmo ambiente sociopolítico, as afinidades de JK

construção da nova capital federal²⁶. O país e o futebol, mais uma vez, reivindicavam o desenvolvimento e a inserção do país na civilização. O conceito de “desenvolvimento” abarcava as ideias de planejamento e eficácia e a vitória do Brasil em 1958 seria também a vitória da especialização, da divisão do trabalho e da ciência sobre o empirismo e o improvisado (ROCHA, 2019). As ideias do Brasil como *país do futuro* e *país do futebol* começavam a ser desenhadas e a conquista da Copa do Mundo, na Suécia, parecia confirmar o destino manifesto do país, nas palavras do próprio presidente ao receber a seleção campeã:

É o Brasil novo que começa a conquistar as suas vitórias, é o Brasil de Brasília que, plantado no coração da Pátria, tem agora um espírito novo a dirigir-lhe os destinos. Estamos, portanto, felizes e vitoriosos e que Deus nos ajude em novas arrancadas para que o Brasil doravante não conheça mais derrotas (Kubitschek, 29/06/1958).

Nesse sentido, a Taça Brasil, instituída em 1959, reunindo campeões estaduais, em substituição ao deficitário campeonato de seleções estaduais, não apenas alcançou bons resultados financeiros para a CBD, clubes e federações, como cumpriu um papel de integração nacional, articulando outros estados fora do eixo Rio-São Paulo, e alimentando o caráter de unidade desse projeto nacional desenvolvimentista.

Se com Kubitschek, Havelange nutria uma amizade que perdurou até a morte do ex-presidente, com o seu sucessor, João Goulart, no mínimo estabeleceu relações diplomáticas, ainda que acumulasse, junto com a presidência da CBD, um posto no secretariado de Carlos Lacerda, governador da Guanabara e inimigo político de Goulart. Com a vitória brasileira na Copa do Mundo do Chile, em 1962²⁷, repetindo a organização da Copa anterior, “às 3h30 da tarde do dia 18 de junho, os portões do Palácio da Alvorada se abriram, pela primeira vez na história de Brasília, para uma multidão calculada em 8 mil pessoas” para comemorar o bicampeonato com o presidente Goulart e a seleção. Habilmente, Havelange levou mais tarde, no mesmo dia, às 22hs, a seleção para encontrar-se com Lacerda no Palácio da Guanabara (RODRIGUES, 2007, p.87). Na entrega de uma medalha e um automóvel para cada jogador no Palácio das Laranjeiras, João Goulart mencionou o nome de Havelange por três vezes em seu discurso e, na última delas, como “incansável batalhador”, que “jamais

e de Havelange crescem, à medida que o tempo avança e os dois se destacam na arena pública. No final da década de 1950, Havelange filia-se ao PSD (Partido Social Democrático), mesmo partido de JK, fracassando na disputa por um cargo de deputado federal.

²⁶ Por coincidência, assim como Juscelino encerrou um período de instabilidade política, com cinco presidentes (Getúlio Vargas, Café Filho, Carlos Luz, Nereu Ramos e Juscelino Kubitschek) entre 1954 e 1956, igualmente cinco treinadores dirigiram a Seleção Brasileira no mesmo período (Zezé Moreira, Vicente Feola, Flávio Costa, Oswaldo Brandão e Teté).

²⁷ Vitória que contou com a ação da diplomacia brasileira e do Primeiro-ministro Tancredo Neves para anular a expulsão de Garrincha no jogo anterior e garantir a participação do principal jogador brasileiro na final (COUTO, 2014, p.102).

duvidou da vitória do Brasil, pela qual lutou permanentemente” e por isso “um dos baluartes decisivos para a grande conquista” (GOULART, 02/10/1962).

Dois anos depois, Havelange demonstrou indiferença ao golpe militar – ao qual sempre se referia como *Revolução*, seguindo a terminologia oficial da Ditadura – e resumindo sua relação pragmática com os ocupantes da presidência: “A gente não vai deixar de jogar a Copa do Mundo porque mudou o governo. Governo é governo. Paciência” (RODRIGUES, 2007, p.89).

Em outra ocasião, Havelange definiu da seguinte maneira sua relação com a Ditadura militar: “em nosso caso, toda essa questão de militares não interferiu. Eles fizeram a parte que lhes cabia na vida brasileira. (...) E, especialmente, devido ao fato de eu não me meter em política. Eles tinham um trabalho a fazer. Eu tinha o meu” (YALLOP, 2002, p.109). Novamente, a narrativa memorial de Havelange pouco corresponde aos fatos²⁸.

Como visto anteriormente, os *aparelhos privados da sociedade civil* apresentam-se na aparência como autônomos e independentes do Estado – e, funcionalmente, realmente podem ser. Entretanto seus interesses e operações expressam efetivamente o mesmo projeto da *sociedade política*. A Confederação Brasileira de Desportos, aqui ilustrada pela habilidade de João Havelange, é expressão do liberalismo brasileiro e, como tal, só pode ser compreendido com referência à realidade brasileira, tal como assinalou Emília Viotti da Costa (1999) e Roberto Schwarz (2014).

Enquanto, na Europa, o liberalismo correspondia a uma ideologia burguesa, contra os privilégios do clero e da nobreza e os empecilhos para o desenvolvimento capitalista, reivindicando direitos como universais tais como a liberdade, a igualdade perante a lei e o direito à propriedade, aqui, as ideias liberais foram incorporadas por classes dominantes latifundiárias e proprietárias de escravos, profundamente envolvidas com a exportação e a importação. A grande contradição estabelecida para os liberais brasileiros era equacionar a retórica com o desejo de conservar um sistema de clientela e patronagem e de valores que representavam a verdadeira essência do que os liberais europeus pretendiam destruir (COSTA, 1999, p.134).

Ainda que a crítica de Emília Viotti da Costa refira-se às elites do século XIX, este liberalismo brasileiro, forjado na ausência de uma aristocracia e de um proletariado, sem se desvencilhar da escravidão e nem das grandes propriedades de terra, tampouco produzindo

²⁸ Em julho de 1988, em Zurique, diante do jornalista João Máximo, fizera a seguinte recomendação ao seu genro e futuro presidente da CBF Ricardo Teixeira: “Em 70 tínhamos um governo militar e eu entreguei o comando [da seleção] ao brigadeiro Jerônimo Bastos. Vivemos hoje um momento político e Ricardo deve se unir a um político influente. A um Senador, por exemplo, que seja respeitado no país” (JORNAL DO BRASIL, 04/07/1977 p.16)

qualquer tipo de desenvolvimento industrial, não constituíram mero devaneio ou imitação cultural. Ao contrário, tornaram-se o modo de operação destas elites, perpassando os séculos XX e XXI, e incorporando como mecanismo de funcionamento o sistema de patronagem e o clientelismo. Em síntese, os liberais brasileiros caracterizam-se por valores conservadores e antidemocráticos, pela mais profunda ojeriza à presença popular em espaços públicos e de participação política; em que os políticos não são representantes do povo, mas seus *padrinhos*, o Estado é um distribuidor de benesses e os direitos são concessões ou privilégios (COSTA, 1999, p.168).

A coexistência da ética da patronagem com a ética liberal reproduzia, no nível ideológico, a experiência de pessoas vivendo numa sociedade em que o capitalismo se desenvolveu dentro de uma rede de patronagem. Traduzia também as contradições dessa forma híbrida de burguês-aristocrata (*bourgeois gentilhomme*), característico das elites imperiais brasileiras – um indivíduo que vivia no Brasil com os olhos na Europa, “que tinha um olho no lucro e outro na etiqueta”; que se utilizava de escravos para produzir para o mercado internacional; e que dependia da reprodução de estruturas arcaicas para incrementar o processo de acumulação de capitais (COSTA, 1999, p.168).

Assim, eram os latifundiários do Império, mas o eram também as oligarquias da República Velha. O horror que os *Sportsmen* do início do século XX tinham pelos negros e operários dentro dos campos de futebol era o mesmo terror que sentiam em vê-los também nas ruas ou igualados pelo sufrágio universal.

O liberalismo brasileiro no esporte, busca no Estado, tal como na economia, o seu papel de provedor de seus ganhos e interesses. Ainda que a independência e autonomia sempre sejam reivindicadas quando se trata de prestar contas destes mesmos recursos. Neste caso, o esporte, especialmente o futebol, transita rapidamente para a esfera e segurança jurídica do privado.

De tal forma que o *Estado Novo* de Getúlio Vargas constrói um arcabouço para a intervenção estatal para os esportes, moderniza as relações com o profissionalismo, mas preserva as relações de clientelismo e coronelismo na direção dos clubes. Os trabalhadores estão regidos, quando convém, por relações modernas de trabalho, enquanto a gestão segue dirigida pelos métodos clientelistas e arcaicos. Os termos de Francisco de Oliveira para o subdesenvolvimento nacional aplicam-se igualmente (e contemporaneamente) ao futebol brasileiro: “uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (OLIVEIRA, 2015, p. 32).

Por outro lado, a manutenção desta estrutura deficitária e clientelista convergia com os interesses do regime militar afinal, os sujeitos envolvidos com a gestão esportiva nacional –

sustentada por laços afetivos clientelistas e interpessoais – compartilhavam dos mesmos preceitos políticos e ideológicos defendidos pelo regime militar (MARCZAL, 2017, p.65).

João Havelange também não foi o único a aproveitar as relações entre futebol e a Ditadura militar. Derrotado em sua candidatura para o Congresso antes do golpe militar, Havelange desistiu da carreira parlamentar. Melhor desempenho tiveram os presidentes de clubes paulistas: Wadi Helu, presidente do Corinthians entre 1961 e 1971, elegeu-se deputado federal pela Arena entre 1966 e 1978, sendo também secretário estadual de administração no governo de Paulo Maluf. Presidente do São Paulo FC por sete vezes, Laudo Natel, foi governador do estado por dois mandatos (1966-1967 e 1971-1975) pela ARENA, sendo o último como governador biônico nomeado pelo general Médici. Já o presidente do Santos, Athiê Jorge Coury, foi deputado federal pelo MDB por quatro legislaturas seguidas, entre 1966 e 1983.

Outro ícone destas relações tênues é José Maria Marin, ex-ponta-esquerda do São Paulo Futebol Clube, que trocara o esporte pela advocacia e, a partir de 1963, pela carreira política, apoiado por Laudo Natel, elegendendo-se vereador na capital paulista. Um “juízo sintético” elaborado pelo Serviço Nacional de Informações afirma que Marin era considerado fraco por seus próprios pares na Arena para disputa da presidência da Câmara Municipal e não apenas só teria alcançado o posto com a ajuda de Natel, como todos seus atos seriam “sugeridos pelo esquema que o elegeu”. No mesmo ano, denuncia-se que a “suntuosa” campanha eleitoral de Marin teria sido financiada com recursos de feirantes cuja situação era irregular. Em 1971, foi eleito deputado estadual. Foi na Assembleia paulista que Marin fez um pronunciamento, em 1975, exigindo providências sobre a TV Cultura e sua programação que “causavam intranquilidade” nos lares paulistas. Quinze dias depois, o editor-chefe da emissora, Vladimir Herzog, foi preso e assassinado pelo DOI-CODI. Em 1978, foi indicado como candidato a vice-governador do Estado, na chapa da ARENA, encabeçada por Paulo Salim Maluf. Com o afastamento de Maluf para disputar uma vaga na Câmara dos Deputados, Marin assumiu o governo do Estado em 1982. No mesmo período presidiu a Federação Paulista de Futebol, cargo que ocupou até 1988. Em 1986 chefiou a Delegação Brasileira na Copa do Mundo, no México²⁹.

29 Em 2012, assumiu a presidência da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), após a renúncia de Ricardo Teixeira, e, conseqüentemente, do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2014. Inaugurada sob sua gestão, a nova sede da CBF fora batizada com seu nome. Em 2015, Marin foi preso na Suíça por ordem do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, sendo condenado dois anos depois por conspiração por recebimento de dinheiro ilícito; conspiração para fraude e conspiração para lavagem de dinheiro na Copa Libertadores e pelas mesmas acusações em relação à Copa América.

Ainda que o Brasil ostentasse o bicampeonato mundial, as finanças da CBD possuíam apenas um pequeno superávit e a entidade enfrentava os permanentes dilemas de sua sustentação, num quadro econômico de recessão e pressão inflacionária. Havelange investiu os recursos da entidade em aplicações imobiliárias e utilizava a Seleção Brasileira como instrumento diplomático e econômico. Sob seu comando, a seleção excursionou pela América do Sul, África e Europa. Igualmente, Havelange intermediou excursões do Santos, impulsionado pela popularidade internacional de Pelé, fosse para as comemorações do aniversário do Príncipe Phillips, na Inglaterra, fosse por cinco diferentes países africanos: Congo, Nigéria, Moçambique, Gana e Argélia (CHAIM, 2014, pp.44-45). A principal fonte de recursos da CBD continuaria sendo a realização da Taça Brasil.

Em 1964, a CBD organizou a Taça das Nações, em comemoração ao seu cinquentenário, com a presença das delegações de Argentina, Portugal, Inglaterra e sucesso de público³⁰. O evento, porém, resultou num prejuízo de 50 milhões de cruzeiros aos cofres da CBD, além de resultar no rompimento de relações entre Havelange e Paulo Machado de Carvalho, fruto das críticas dos dirigentes paulistas aos convocados da Seleção Brasileira (FERREIRA, 2014, p.137).

Sem Carvalho, o próprio Havelange assumiria a chefia da delegação brasileira para a Copa do Mundo de 1966 na Inglaterra. O resultado foi desastroso: havia quatro seleções brasileiras – verde, amarela, azul e branco - que viajam pelo país, disputando partidas em cidades estratégicas; resultando em 45 jogadores na lista dos selecionáveis há um mês da competição³¹; a preparação física ficou a cargo de Rudolph Hermann, um mestre de artes marciais indicado por Havelange e sem experiência no mundo futebolístico. A eliminação brasileira para a seleção portuguesa foi atribuída à falta de preparo físico e à incompetência da Comissão Técnica. Parte da imprensa alegava ainda que Havelange negligenciou a preparação da seleção por conta de seu interesse em alcançar a presidência da FIFA (FERREIRA, 2014, p.138). Em um artigo intitulado “A explosão do Caos”, na revista *Manchete*, Nelson Rodrigues expressa diretamente a ideia de que os “melhores jogadores do mundo” não puderam exercer a plenitude de sua arte graças à incompetência da Comissão Técnica:

A comissão técnica é ré única e nada misteriosa. O jogador brasileiro não tem culpa de nada, é inocente da cabeça aos sapatos. Continua sendo o maior craque do Mundo. A Comissão Técnica é que preparou, cavou e cultivou o

30 A Argentina conquistou a Taça, vencendo todos os adversários, inclusive o Brasil, que perdera por 3 a 0 no Estádio do Pacaembu.

31 Um episódio que demonstra a desorganização da Seleção foi a convocação do zagueiro Ditão do Flamengo, confundido com seu irmão mais velho e de mesmo apelido que jogava no Corinthians. As convocações também pretendiam atender preferências das torcidas nas regiões como Alcindo (Grêmio), Tostão (Cruzeiro) e Nado (Naútico).

abismo em que estão metidos não só o futebol do Brasil como 80 milhões de brasileiros. O único aspecto mais ou menos simpático da Comissão Técnica é o ridículo que está inserido em todo o seu comportamento de ópera bufa. Fora disso, a coisa assume uma hediondez inédita na história de nosso esporte. Êsses homens tiveram tudo – dinheiro, prestígio, apoio oficial e popular, pão-de-ló, pires de leite, mil e um favores – e não fizeram nada senão massacrar o time nacional com suas patas. Com cerca de quatro meses de treinos e de jogos, a Comissão não conseguiu formar um time (RODRIGUES apud MARCZAL, 2013, p.7).

A percepção de que os interesses políticos e comerciais interferiram na organização da seleção eram correntes não apenas entre os jornalistas, mas também entre os políticos. Na oposição, os deputados do MDB Hermógenes Príncipe e Néelson Carneiro utilizavam termos como “desesperança” e “infelicidade” para responsabilizar “a atual situação política” do país pelas sucessivas derrotas esportivas – o JB (20/07/1966, p.20) lembrava ainda que, mesmo exorcizando as camisas de treino vermelhas, associadas ao comunismo, desde o 1964, o país não vencia uma competição internacional — enquanto outro medebista, o deputado Anísio Rocha, de Goiás, propunha a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o uso dos recursos pela CBD, os critérios de convocação e “os verdadeiros motivos de insucessos” (JB, 20/07/1966, p.5). Já o candidato da ARENA ao governo do Rio Grande do Sul, Coronel Peracchi Barcelos, isenta o governo federal de quaisquer responsabilidades diante da “desorganização e da falta de critério da Comissão Técnica na organização dos treinos e na escolha dos jogadores selecionados”, além da falta de “senso e de autoridade da Comissão” (Jornal do Brasil, 20/07/1966, p.5)³².

O quadro fora suficiente para despertar a preocupação dos militares, como narra o jornalista Juca Kfourri, em entrevista para David Yallop:

[os militares] achavam que o futebol era importante demais para ser deixado nas mãos dos jogadores. Resolveram militarizá-lo. Foi grande a decepção no país quando o Brasil deixou de ganhar a Copa do Mundo na Inglaterra, em 1966. Embora houvesse, naquela época, uma Ditadura no poder. E ela se tornou muito mais repressiva depois de 1968. O povo olhava para trás e pensava: bem, os bons tempos eram aqueles em que estávamos vencendo Copas do Mundo. Os bons tempos eram os de outros governos. Governos anteriores. Essa situação era considerada sumamente perigosa pelos militares (YALLOP, 2002, p.109).

Além dos resultados em campo, as estranhas movimentações financeiras de João Havelange na CBD, envolvendo empréstimos para Pelé, que já naquele momento atuava

³² Na mesma página, o Jornal do Brasil descrevia a reação do presidente Marechal Castelo Branco e de seu sucessor Costa e Silva, descrevendo que ambos não assistiram o jogo, mas foram informados pelos assessores pelo desenvolvimento da partida e fazem comentários triviais: Castelo Branco ironiza a ausência de um atacante cearense, como ele, e Costa e Silva promete torcer por Portugal de agora em diante (JB, 20/07/1966, p.5). Não há nenhuma menção ao cenário político ou, neste momento, de ações do Estado em relação à seleção.

como seu “cabo eleitoral” para a presidência da FIFA, já haviam sido motivo de uma reunião do ditador Castelo Branco e integrantes do primeiro escalão do governo como Golbery do Couto e Silva, Mem de Sá, Pedro Aleixo e Otávio Bulhões, em julho de 1966. A reunião discutiu ainda a situação de outro dirigente esportivo e político, o governador paulista Laudo Natel, ex-presidente do São Paulo Futebol Clube e envolvido em escândalos financeiros (FERREIRA, 2014, p. 143).

Até então, a Seleção Brasileira ainda não se encontrava incorporada ao projeto ideológico dos militares, segundo Couto (2014, pp.133-134), desprovidos de carisma e de penetração popular, a alta cúpula militar e o General Castelo Branco se distanciavam do futebol, identificado ainda como um dos elementos mais expressivos da propaganda do período anterior de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Porém, como percebe o próprio Havelange, em declaração em julho de 1968, cinco meses antes do Ato Institucional n.º 05, “só se reúnem 200 mil pessoas num comício de protesto ou num estádio onde se joga uma partida de futebol. É preferível reuni-las num estádio. Eis porque acho que os governos, de todas as partes do mundo, deveriam dar maior amparo ao futebol” (A Gazeta Esportiva, 31/07/1968, p.8). Diante de um crescente descontentamento e das exigências democráticas incompatíveis com a Ditadura de Segurança Nacional, assim como mandou “às favas, todos os escrúpulos de consciência”³³ e cerceou os últimos vestígios democráticos, a Ditadura buscou no futebol o que não obtinha na política, o respaldo popular.

E, os generais não encontraram resistência, diante de uma Confederação clientelista e deficitária, para ocupar os espaços e, gradativamente, controlar sua gestão. Ao longo da Ditadura, os dirigentes esportivos da CBD deixaram, sem esforços, qualquer posição de dubiedade ou oscilação para uma total participação na Ditadura.

1.2 Projeto México: ponto de partida da militarização

Como *aparelho privado de hegemonia*, a Confederação Brasileira de Desportos compartilha do mesmo projeto de sociedade da elite tecnocrática, financeira e militar que dirige o Estado na Ditadura. Para ambos, os subalternos (o povo ou o jogador de futebol) deve ser educado e disciplinado por uma elite culta em direção à ordem. O que se espera de um soldado, de um operário ou de um jogador de futebol é a obediência e a subordinação ao seu papel no sistema. Neste sentido, a maneira de João Havelange administrar os recursos financeiros da entidade desfrutou da tolerância da Ditadura empresarial militar por pelo

³³ Frase proferida pelo então ministro do Trabalho e da Previdência Social Jarbas Passarinho durante a reunião que decidiu pela instauração do AI-5, em 1968.

menos dez anos, de 1964 à 1974, e da mesma forma, a Seleção Brasileira não foi, até 1968, objeto de preocupação dos ditadores.

Entretanto, é insuficiente a conclusão de Chaim (2018, p.173) de que “os militares brasileiros assumiram o poder em 1964, mas não possuíam de partida um projeto pronto para o futebol: este acabou por ser desenvolvido em função das circunstâncias políticas e sociais que envolveram seu governo”. Evidentemente, todo projeto e planejamento está sujeito às alterações das circunstâncias. Porém, havia um projeto e este era a **Doutrina de Segurança Nacional**. Enquanto os valores da DSN pudessem ser implementados pela CBD, não haveria necessidade de intervenção direta da Ditadura. Na medida em que a gestão de Havelange na CBD revela-se um desastre nos cofres e nos campos, somada aos ímpetos totalizantes do regime e a profunda aversão aos civis pelo núcleo militar, o processo de militarização avança gradualmente.

Por **militarização** do futebol durante a Ditadura empresarial-militar, compreende-se:

A disseminação do autoritarismo na orientação das condutas técnicas e profissionais provocou mudanças substanciais no cotidiano da seleção e dos clubes. A militarização da CBD legitimou a introdução de práticas autoritárias que passaram a nortear as relações entre as comissões técnicas e os jogadores. Alicerçados no paradigma cientificista absorvido pela Educação Física, os sistemas de treinamento implantados no futebol brasileiro exigiam maior esforço e dedicação dos atletas. A emergência dessa nova mentalidade conduziu à implantação de rígidos controles disciplinares nos clubes, controles que, para além das rotinas de trabalho, invadiam a vida privada dos jogadores. Respaldados pela imprensa, tais ideais procuravam disseminar na sociedade o perfil do novo jogador, que exigia habilidade técnica, mas, acima de tudo, disciplina, bom caráter e afinação com os valores morais da época. (COUTO, 2014, pp.256-257)

Ou seja, a militarização da Seleção Brasileira, a militarização da CBD ou o uso político do futebol são dimensões de um mesmo projeto, **a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional nos esportes**, mas que possuem certo grau de independência entre si, tempos e pesos distintos de implementação. Na definição pioneira de Santos (1981, p.83), não é na disciplina que reside a essência da militarização no geral, mas no binômio *segurança e desenvolvimento*, em que ao primeiro correspondem os atos institucionais, as salvaguardas institucionais, a censura e os esquadrões da morte e, ao segundo, a modernização pela tecnologia estrangeira. Santos estabelece um paralelo entre os desejos e métodos da tecnocracia com a atuação de Cláudio Coutinho, técnico da Seleção Brasileira de 1978 e integrante da Comissão Técnica nas duas Copa do Mundo anteriores.

Não necessariamente a militarização da seleção implicava a militarização da CBD, como visto em 1970 e 1974, quando a Confederação ainda não se encontrava sob total

controle militar. Tampouco se trata apenas de uma visão utilitária do futebol tão somente como instrumento de legitimação e apoio popular. Nem se trata de uma contradição entre a liberdade da sociedade civil (a CBD, no caso) versus um regime totalitário.

Ao contrário, uma vez que o aparelho empresarial, representado por João Havelange, colocou seus projetos políticos e financeiros internacionais acima da realização bem-sucedida da operação da DSN nos esportes, foi necessária a ação direta da sociedade política para corrigir o funcionamento de sua contraparte na sociedade civil. Assim, o *Projeto México* – o planejamento da conquista da Copa do Mundo de 1970, iniciado dois anos antes — não é o ápice da presença militar, mas o início da militarização total.

Considerando este conjunto de elementos, incluindo aqueles que já se encontravam presentes antes da Ditadura, como o arcabouço legal da ação do Estado em relação ao esporte, deve-se considerar que a militarização total não era uma necessidade, posto que a CBD poderia, como *aparelho da sociedade civil*, cumprir parte dessas obrigações. Portanto, na medida em que a CBD se torna ineficaz para a materialização da DSN na prática esportiva, é que o aparato tecnocrático militar ocupa esse espaço e toma para si esta responsabilidade.

Em suma, a militarização é um estágio da aplicação da Doutrina de Segurança Nacional nos esportes que ocorre, em especial, no período entre as Copas de 1970 e 1978, diante da ineficácia do aparelho privado em operacionalizar plenamente a DSN no futebol.

Portanto, a militarização é um processo gradual e determinado pela relação entre *sociedade política* e *sociedade civil*. Assim, o *Projeto México*, com vistas à conquista do tricampeonato Mundial em 1970, não é ainda o ápice, mas seu primeiro movimento, em direção à militarização total.

O marco simbólico do início do *Projeto México* é a audiência realizada em 3 de dezembro de 1968, quando o então presidente Costa e Silva recebe João Havelange e Paulo Machado de Carvalho, além do brigadeiro Jerônimo Bastos, naquele momento dirigente da CBD, e dois deputados. Na reunião de quarenta minutos, aberta à imprensa, Costa e Silva foi “o que mais falou”, segundo a reportagem do *Jornal dos Sports* (04/12/1968, p.3), e de forma enfática decretou que “O Brasil não pode perder a Copa de 1970. Temos que ganhá-la através da disciplina, de muito treinamento, hierarquia e patriotismo”.

A partir deste marco, desenvolvem-se os elementos seguintes como características que compõem a militarização.

Primeiro, o **comportamento disciplinar do atleta correspondente a de um soldado**. A disciplina e o ordenamento é parte do próprio processo de constituição dos esportes modernos, a partir da Revolução Industrial e da urbanização, como assinala Elias (1992,

p.186), onde a normatização da prática esportiva cumpre o papel de igualar as oportunidades entre os competidores, exigindo a supervisão do cumprimento destas regras, para equilibrar a manutenção da alta tensão da luta com a proteção razoável contra danos físicos. Neste aspecto, para este autor, a “desportivização” cumpre um impulso “civilizador” comparável às “opressivas regras de etiqueta” aos quais os guerreiros eram submetidos na corte. Desde a antiguidade, os esportes já ocupavam o espaço ritualístico da guerra nos momentos de paz (DURANTEZ, 1987) e este fenômeno potencializa-se no século XX, no entre guerras, com os esportistas tornando-se expressões fundamentais de suas comunidades imaginadas, na representação de seus Estados ou nações, como atesta Hobsbawm (1990, p.171), tornando simples o estabelecimento do paralelo entre as equipes nacionais e seus exércitos, em que os atletas cumprem o papel reservado aos soldados.

Logo, a disciplina física, moral e cívica do atleta, amador ou profissional, esteve intrínseca na proposta *estadonovista* de Vargas, assim como da disciplinarização dos demais trabalhadores, preparando a todos para o respeito hierárquico e a ordem, que neste caso, são a mesma coisa. Assim, é possível inclusive estabelecer relação entre a disciplinarização do atleta e a disciplinarização do trabalhador brasileiro para o mundo do trabalho assalariado pós-escravidão. Afinal, como lembra Sidney Chalhoub (1996, p.22), a não-ociosidade era o critério essencial para que o sujeito não fosse classificado como parte das *classes perigosas*. A ociosidade, o não-trabalho, seria o maior vício possível em um ser humano, uma vez que não utilizar seu tempo para o trabalho, acumulação e poupança seria indicativo da falta de virtudes e da origem da própria pobreza. Talvez aí esteja a justificativa dos técnicos e dirigentes para a concentração dos jogadores antes das partidas: ocioso, o jogador de origem humilde, provavelmente não resistiria à sua natureza sem virtudes e indisciplinada.

Logo, não surpreende que a disciplinarização esteja presente também no Plano Paulo Machado de Carvalho de 1958, em que o estabelecimento de códigos de vestimentas e comportamento, apresenta-se como uma inovação científica, mas que na prática, pretende controlar, regular e ordenar o mundo do trabalho, de forma a extrair o máximo de produtividade do trabalhador da bola (ROCHA, 2019, p.194). Da mesma forma, Vickery (2018), após a eleição de Jair Bolsonaro, cinquenta e quatro anos após o golpe militar, descreve como o comportamento dos jogadores brasileiros de futebol se aproxima do discurso conservador que triunfou naquele ano:

Muito disso ressoa com os jogadores de futebol brasileiros. Frequentemente, são representantes socialmente conservadores de uma população socialmente conservadora. Muitos são evangélicos, ou pelo menos cresceram em famílias evangélicas. Confira a foto de uma Seleção Brasileira Sub-17 ou Sub-20.

Eles poderiam ser cadetes militares, com seu cabelo cortado e testosterona cuidadosamente direcionada. Uma vez que um jogador se destaca a nível sênior, existe a possibilidade de se exprimir através do seu penteado e da sua roupa - como, por exemplo, Daniel Alves adora fazer. Mas não na ascensão. Então ele está em um ambiente quase militarista; o cabelo comprido faz dele um maconheiro (fumante) ou um vagabundo, um brinco o transformaria em um veado (...) Há pouco espaço para pensar ou agir de forma diferente” [tradução do autor]. (VICKERY, 2018, p30).³⁴

Portanto, a novidade na Ditadura empresarial-militar não é a disciplinarização, mas a exigência de que os ideais formulados pela Doutrina de Segurança Nacional de ordem, disciplina, desenvolvimento e harmonia, estejam expressos no gramado não apenas no comportamento dos atletas, mas no estilo de jogo da seleção. Para isso, era necessário transformar o jogador: já não bastavam a habilidade, a técnica, a ginga e a malandragem. A genialidade só era bem-vinda se viesse acompanhada da obediência, da disciplina e do espírito coletivo (COUTO, 2014, p.182)³⁵.

Essa ideia está claramente expressa pelo Marechal Costa e Silva na audiência com João Havelange e Jerônimo Bastos: “temos que ter humildade (...) O jogador não pode perder-se pelo personalismo, como é o caso do Jairzinho, um jogador formidável, mas como ele dribla, meu Deus. Precisamos nos disciplinarmos para o jogo coletivo em benefício da seleção, como fazem os ingleses e alemães” (JORNAL DOS SPORTS, 4 dez. 1968, p. 3).

A mesma concepção era apresentada por João Saldanha ao assumir a Seleção Brasileira em 1969 e anunciar que, mais do que jogadores, escalaria *11 feras*. Como explicaria o Jornal dos Sports (06/02/1969, p.20), “O que Saldanha quer é que os jogadores tenham coragem para disputar as bolas divididas com os europeus violentos ou desleais (...) O que Saldanha quer são jogadores que saibam ser craques e homens, leais e maliciosos, frios e inflamados”

Dois anos depois, já sob a direção Mario Jorge Lobo Zagalo³⁶, a seleção cumpriu este papel de simbolizar a unidade, entrosamento, nacionalismo e a busca de um objetivo comum

34 No original: “Much of this resonates with Brazilian footballers. They are often socially conservative representatives of a socially conservative population. Many are evangelicals, or at least grew up in evangelical households. Check out a photo of a Brazil Under-17 or Under-20 team. They could be military cadets, with their clipped hair and carefully directed testosterone. Once a player makes his name at senior level, there is the possibility of expressing himself through his hair style and his clothes – as, for example, Daniel Alves clearly enjoys doing. But not on the way up. Then he is in a quasi-militaristic environment; long hair makes him a maconheiro (dope smoker) or a vagabundo (bum), an earring would turn him into a veado – (...) There is little space for thinking or acting differently.

35 Ainda segundo Couto (2014, p.182), as escolinhas de futebol, associadas aos clubes, cumprirão este papel a partir dos anos 1970, trabalhando também o caráter dos atletas além da formação técnica.

36 Notoriamente supersticioso, anos mais tarde, Zagalo adotou um segundo “l” na grafia de seu sobrenome, “Zagallo”. Utilizaremos a grafia original para que haja unidade e consonância com as citações dos veículos impressos estudados.

– o desenvolvimento nacional – encarnando os valores que a Ditadura de Segurança Nacional projetava para todo o brasileiro (FRAGA, 2011, p11):

Governante ou governado, poderoso ou anônimo, governista ou inconformado, rico, pobre ou remediado, o brasileiro deve meditar sobre estes dias de expectativas, tensões e alegrias futebolísticas. Há uma lição positiva a extrair. Somente com a soma dos esforços e da boa vontade de todos, conseguiremos obter outras “forras” mais importantes: a “forra” contra o analfabetismo e a vergonha das secas, a subnutrição e os males endêmicos, os mercados perdidos nas exportações e os resíduos inflacionários, em suma, contra a espinha do subdesenvolvimento, atravessada na garganta nacional. São tarefas gigantescas, que não podem ser apenas responsabilidade do governo. Elas dependem de uma solidariedade semelhante àquela que imbuiu as “Formiguinhas” de Zagalo no entusiasmo coletivo que a paixão do futebol injeta em nossas veias (A TARDE, 19/06/1970, p 7 apud FRAGA, 2011, p.12)

E foi Pelé quem incorporou este ideal atlético da Ditadura de Segurança Nacional³⁷. Como lembra João Máximo, referindo-se ao tratamento dado pela imprensa, em 1975, a Paulo César Lima (Caju): “Sempre que um jogador de futebol parece ‘sair da linha’ – e, sobretudo, quando este jogador é negro – começam a surgir as inevitáveis comparações com Pelé [...] Pelé sempre agiu exatamente como as pessoas esperavam que ele agisse” (OPINIÃO, n.136, 13/06/1975, p.11)³⁸. Ao mesmo tempo, sua imagem foi fartamente utilizada pela Assessoria Especial de Relações Públicas, no período Médici, para legitimar a Ditadura, associando a popularidade do *Rei do Futebol* ao governo. Segundo Couto (2014, pp.154-155), Pelé foi um dos maiores protagonistas da mídia brasileira entre a preparação para a Copa do México e as comemorações da conquista, participando de diversas solenidades oficiais, ao lado de ministros, e sendo condecorado com a Ordem de Rio Branco. Após a Copa, Pelé prosseguiu participando de campanhas e nomeando estádios e obras públicas. Em 1974, em uma entrevista coletiva em Frankfurt, Pelé declararia que a “seleção ajudou a estabilizar a situação do país ao conquistar o tricampeonato (...) Na época o Brasil passava por tempos difíceis e

37 As relações entre Pelé e a Ditadura é um dos fios narrativos do documentário “Pelé” (2021), produzido pela Netflix para o mercado de streaming. As críticas se dirigem a uma postura de isenção e omissão de Pelé frente a Ditadura, não de engajamento, e que são endossadas na montagem por declarações do jogador como na resposta à pergunta “-Quando teve a Ditadura... mudou alguma coisa para você?”, [Pelé:] “Não, o futebol continuou igual. Para nós não teve diferença. Para mim, não teve diferença nenhuma”. O jogador justifica que as constantes viagens para partidas e concentrações isolavam os atletas das notícias políticas - “Se eu dissesse que não sabia [sobre as torturas] eu estaria mentindo, mas tinha muitas coisas que eu não sabia se era verdade ou mentira...”; além de declarar suas boas relações com quaisquer governos (“eu sempre tive as portas abertas”), incluindo os militares (“eu nunca fui forçado a fazer nada... nunca, nunca).

38 O próprio Paulo César Caju enfatiza esta diferença entre o seu comportamento e o de Pelé: “Eu achava que ele tinha um comportamento do negro “sim senhor”, do que negro que é submisso, que aceita tudo, que não contesta, que não crítica, que não julga (...) uma opinião dele relacionada a isso [a Ditadura] mexeria muito, principalmente no Brasil” (PELÉ, 2021).

com a vitória as coisas melhoraram (...) criou uma solidariedade que os brasileiros nunca viram antes” (JB, 02/07/1974, p.24)³⁹.

A militarização do futebol não se limitou à Seleção Brasileira. A ideia de técnicos disciplinadores e de ações repressivas já se implementavam antes mesmo do sucesso da seleção no México ou, justamente, pelo fracasso da exibição na Copa da Inglaterra de 1966. Em 1968, o Sport Clube Corinthians Paulista anunciava a chegada de Oswaldo Brandão como alguém que “não gosta de corpo mole e, principalmente, de indisciplina”, enquanto o novo técnico do São Paulo Futebol Clube, Diede Lameiro, estabelece punições aos jogadores por atrasos, por assinar errado o livro ponto (sic) por falta de empenho nos treinos e por pouca produtividade. No Vasco, o vice-presidente Ciro Aranha toma posse, nas suas palavras, “como um bom soldado” que pretende levar o clube a uma nova fase de “trabalho e disciplina”. No Flamengo, jogadores são frequentemente atacados pelo técnico Yustrich pelo comportamento ou vestimentas (FLORENZANO, 1998). O Grêmio, em Porto Alegre, também possuía seu regulamento “militar” que abrangia o controle da vida privada, da condição atlética, do consumo de álcool e do comportamento moral e social dos atletas. A Comissão Técnica incluía um chefe de polícia, o diretor de futebol Renato Souza, um capitão do exército, o técnico Carlos Froner e um major do exército, Mario Doernt. O Botafogo instituiu uma cartilha de posturas dos jogadores em 1970 que, no relato do jogador Afonsinho

...passaram a privilegiar; a colocar em primeiro lugar a preparação física, entendeu, a disciplina entre aspas, né, porque com o nome de disciplina se impunham coisas assim sobre os costumes ou não sei o quê; então passaram algumas ideias assim de que o jogador quando se machucasse teria de ficar internado no clube, entendeu... coisas diretas, não são quimeras, são coisas objetivas que eles tentaram impor no funcionamento (do futebol)... E um esquema militarizado, entendeu, um esquema militarizado mesmo (FLORENZANO, 1998, p.49).

Como assinala Florenzano (1998), a derrota na Copa do Mundo de 1966 alimentou a ideia de que o futebol arte brasileiro se tornou incapaz de enfrentar um novo futebol moderno, também entendido como futebol força. A concepção do que seria um futebol moderno compreendia a equipe como “uma máquina” e os jogadores “como peças desta engrenagem”. O “sonho militar no futebol” exigia a presença de um jogador-soldado, formado desde as

39 Dez anos depois, Pelé oficializou seu apoio à campanha pelas eleições diretas para presidente da República, com uma discreta crítica à Ditadura: “Na minha posição, você tem de conviver com a bajulação e a falsidade. Você esbarra em montes de pessoas que só querem aparecer com você nas fotos. Às vezes, é difícil evitar. É difícil evitar um presidente, por exemplo, como o Geisel e o Médici. São coisas que acontecem e que não dá para evitar. E, indiretamente, é claro que é um uso. Mas disso eu era consciente. Eu cedia porque você tem de fazer concessões” (PLACAR, n.726, 20/04/1984, p.62)

categorias de base para a obediência e para a docilidade automática às ordens do mestre de disciplina. Em suma, o jogador-soldado combinava força física, inserção funcional no grupo e disciplina (FLORENZANO, 1998, p.116).

A prevalência do grupo sobre o individual. Um novo tipo de jogador surgia, calcado num elaborado preparo físico e numa estrita disciplina tática. O jogo cadenciado, o estilo clássico, a liberdade dos dribles “sem objetividade” passaram, nesse momento, a ser classificados como fruto do individualismo e da indisciplina. Driblar era bem-visto desde que em direção ao gol adversário e sem floreios. Ou seja, para se adequar a arte inata do jogador brasileiro, impunha-se como tarefa inadiável a produção do jogador moderno profissionalizado, calcado nos mais rígidos conhecimentos científicos oriundos da Educação Física e atrelado ao discurso dos teóricos pragmáticos envolvidos com o exército brasileiro (FERREIRA, 2014, p.79)

Esta ideia de um jogador disciplinado dentro e fora de campo, nas páginas da Placar, encontra seu personagem em Enéas, atacante da Portuguesa e integrante do 2.º Batalhão de Guardas, no bairro Cambuci, na capital paulista. Filho de uma Testemunha de Jeová, “esse menino empertigado, que nos campos dá quase uma impressão de autossuficiência, na realidade só quer ser reconhecido como um bom jogador, que quer devolver uma parte da confiança que o brasileiro perde aos poucos” (Placar, nº177, 3 de agosto de 1973).

Um segundo elemento característico da militarização e relacionado ao primeiro é **o papel que cumpre a educação física** tanto como formadora do caráter moral e cívico através da disciplinarização do corpo, como, ao mesmo tempo, portadora do discurso tecnocrata da cientificidade aplicada.

Como pode-se aferir pela VI Reunião de Diretores de Escolas de Educação Física, o primeiro item para “Estabelecimento de uma política nacional de Educação Física” deveria ser “A prática da Educação Física em massa, com a finalidade de favorecer a melhoria do homem e os meios de colaborar no plano de SEGURANÇA NACIONAL” (VI Reunião *apud* DE OLIVEIRA, 2003, grifos do original).

Dessa forma, como em outras dimensões da vida, a Ditadura de Segurança Nacional estabeleceu um arcabouço legal que regulamentou sua intervenção nesta área, desde a Emenda Constitucional nº. 01, de 17 de outubro de 1969, que tornou competência da União legislar sobre educação e sobre os esportes, e mais tarde o Decreto n.º 69.450, de 1º de novembro de 1971, que tornou obrigatório o ensino da Educação Física em todos os níveis de ensino; a própria reforma universitária estabelecida pela lei 5.540/68, que expandirá o número de cursos e professores formados nesta área; assim como na realização do Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil; e, por fim, estabelecendo a Política Nacional de

Educação Física e Desportos com a criação do Departamento de Educação Física e Desporto (DED).

Parte dos recursos da Loteria Esportiva, a partir de 1969, também serão destinados para o financiamento das práticas esportivas, onde o investimento federal é acompanhado de um forte apelo ideológico disseminado em projetos como a *Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo*, que visava a convencer a população, especialmente os jovens, a se interessar pela prática do esporte e das atividades físicas (COUTO, 2014, p.164). Também na educação física, a tecnocracia militar derivada da Doutrina de Segurança Nacional procurou controlar diretamente a totalidade das ações possíveis.

Por encomenda do Instituto de Pesquisa e Estudos Avançados (IPEA), em 1969, o mesmo Lamartine Pereira da Costa, à época Capitão Tenente e Professor de Educação Física, elaborou o *Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil*, estudo que se tornaria a base para a elaboração e legitimação das políticas do regime para a área, como parte de uma *esportivização* da sociedade brasileira, onde a educação física e os esportes serão tratados como assuntos de Estado, visando à construção de uma potência olímpica em dez anos (FERREIRA, 2014, p.33).

Um modelo brasileiro de organização esportiva foi construído a partir do Diagnóstico e da lei 6.251, de 1971, dividindo o esporte em quatro dimensões (comunitário, estudantil, militar e classista) e estabelecendo uma *pirâmide esportiva*: na base, o *desporto da massa*, prática não competitiva e não-formal em que qualquer pessoa poderia participar; no degrau acima, a educação física no âmbito escolar, incluindo o nível universitário, cujo objetivo era descobrir jovens com potencial olímpico; no centro da pirâmide estavam os investimentos em equipamento básico urbano e na organização comunitária (clubes, associações esportivas, ligas, federações e confederações). No topo, a elite esportiva. Além de se transformar em uma potência esportiva, que despertasse prestígio internacional, a política esportiva pretendia educar o brasileiro, entendendo a educação física como sinônimo de saúde e, ao mesmo tempo, como mecanismo de combate à pobreza e a criminalidade (FERREIRA, 2014,p.38). A loteria esportiva financeira também este sistema.

Em 1967, o mesmo Lamartine Pereira da Costa publicou o *Planejamento México*, em que aborda e detalha minuciosamente cada etapa da preparação, incluindo a questão dos fusos horários, da simulação dos efeitos da altitude em cada atleta individualmente, a alimentação, as condições climáticas do local, a umidade do ar, os efeitos do estresse, o horário de treinamento físico, técnico e tático equivalente ao horário dos jogos da competição, os

resultados da massagem muscular em altitude e o preparo psicológico dos atletas (FERREIRA,2014, p.65).

Antes mesmo da Ditadura, a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) era a principal referência do país em estudos científicos e tecnológicos sobre o movimento do corpo, participando de uma sólida rede nacional e internacional, e tornando-se a o centro de inovação do país na área (ROCHA, 2019, p. 209). O preparador físico da Seleção Brasileira desde 1968, Admildo Chirol, formou-se lá e já havia se destacado no Botafogo pela implantação de um método de treinamentos individualizados. Para o Projeto México, Chirol solicitou à CBD a contratação de mais três preparadores físicos para auxiliá-lo e pelo menos três semanas para a aclimação dos jogadores no México (JORNAL DOS SPORTS, 25 jun. 1970, p. 8.).

Por sua vez, a EsEFEx, comandada pelo coronel Eric Tinoco Marques, colocou toda experiência e estrutura da escola para as avaliações dos atletas realizada pelo major Ângelo Azevedo Marzano, o capitão Benedito José Bonetti, o sargento Ismael Kurtz, o sargento Jorge Ferreira da Purificação, o sargento Eduardo Abdias Gurgel de Araújo, o capitão Cláudio Coutinho, o capitão Kleber Caldas Camerino, o sub tenente Raul Carlesso, Chirol e Carlos Alberto Parreira - este formado pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos (RJ) mas que também orbitava em torno da EsEFEx (SOARES, SALVADOR, DO CABO, 2014, p.157)

Quando João Saldanha foi anunciado como novo técnico da Seleção Brasileira, em 1969, a militarização a partir da educação física não apenas já estava em curso, como contou com a aprovação do próprio Saldanha. O técnico confirmaria que seu encontro com Lamartine Pereira da Costa, apresentado por Cláudio Coutinho, marcaria a introdução dos métodos militares de educação física ao futebol brasileiro (FERREIRA, 2014, p.70).

Assim, será através da educação física que a militarização penetrará na terceira característica: **o controle sobre a Comissão Técnica**. Aqui, cabe distinguir que a *presença* de militares na Comissão não significa precisamente que estes exerçam a direção e o controle sobre a organização técnica e administrativa da equipe.

Responsabilizado pelo fracasso de 1966 e dependente do apoio político e financeiro dos militares, João Havelange retrocedeu habilmente em sua concentração de poderes e permite a inserção dos militares na gestão da Seleção Brasileira, como demonstra Rocha (2019, p.208), através da criação de uma Comissão Seleccionadora Nacional (CONSENA), composta por dirigentes esportivos, políticos e militares. A experiência fracassou com apenas

dois anos de existência, entre 1967 e 1969. Para recuperar a opinião pública, João Saldanha é convidado para dirigir a seleção.

Diante da crítica da imprensa e do público ao desempenho da seleção, a escolha de Saldanha teria sido uma escolha do diretor de futebol da CBD Antônio do Passo⁴⁰, como “uma jogada de mestre” para calar os críticos (RODRIGUES, 2007, p.115). O próprio Saldanha escreveu em artigo no jornal O Globo, em 24 de março de 1970, que o difícil era entender por que ele tinha entrado e não saído da seleção, ainda que já havia sido sondado pelo próprio Passo em outra ocasião, dois anos antes (MÁXIMO, 1996, p.91).

Se a conquista da Copa do Mundo em 1958 sepultou o *complexo de vira-lata* e a Copa de 1962 confirmou a supremacia brasileira no esporte, interrompida injustamente segundo a narrativa comum pelo auto beneficiamento da Inglaterra, tudo indicava que as *Feras do Saldanha* confirmariam a hegemonia nacional e conquistariam em definitivo a taça Jules Rimet, como descreve Nelson Rodrigues, em setembro de 1969:

Dirão vocês que em 58 e 62 o povo se levantou para receber os nossos craques. Mais eis o que importa ressaltar: o entusiasmo explodiu com as vitórias e com o título. Desta vez, a loucura começou antes, muito antes. O povo sente que este scratch vai ser campeão (...) é fácil perceber que o otimismo anda por toda a parte, difuso, volatizado, atmosférico. Sim, nós respiramos otimismo. (RODRIGUES, 2012, p.50)

Ao assumir a chamada Direção Técnica da seleção, Saldanha incorpora-se, na verdade, à Comissão Técnica, já formada desde 1968, que incluía Chirol e o médico Lídio Toledo. Juntamente com Carlos Alberto Parreira, os quatro seriam os únicos civis da Comissão. Os capitães Cláudio Coutinho, Kleber Camerino e Benedito José Bonetti completavam a equipe de preparadores físicos, enquanto o subtenente Raul Carlesso era responsável pela preparação dos goleiros. Note-se que a militarização da Comissão já ocorria durante o período em que João Saldanha comandou a seleção.

Após a classificação para a Copa do México, porém, Saldanha fora demitido em março, poucos meses antes da Copa, após uma reunião entre o ministro da Educação Jarbas Passarinho, responsável pelos esportes no governo, e João Havelange⁴¹. Esteve à frente da seleção apenas entre 4 de fevereiro de 1969 e 17 de março de 1970.

Há distintas versões para a demissão de Saldanha. A versão mais frequente afirma que o técnico teria recusado a interferência militar em um episódio de pedido de convocação de

⁴⁰ Em algumas fontes, o nome de Antônio dos Passos também é grafado como Antônio Passos ou Antônio do Passo.

⁴¹ Segundo Roberto Médiçi, Passarinho teria sugerido ainda que a Presidência assumisse controle total da Seleção (RODRIGUES, 2007, p.213).

Dario, atacante do Atlético e preferência de Médici⁴². Segundo Havelange, o técnico teria entrado em rota de colisão com Antônio do Passo, com o médico Lídio Toledo e com o preparador Admildo Chirol, além de comportamentos inadequados extracampo, como a ameaça ao técnico do Flamengo Yustrich que lhe criticou na imprensa, e um mau relacionamento com os atletas, sabidamente Pelé (RODRIGUES,2007, p.117)⁴³. Havelange afirma que a demissão de Saldanha fora decisão sua e de que “nunca recebi na CBD a interferência da Revolução” (RODRIGUES, 2007, p.126). Já Ernesto Geisel, sucessor de Médici, afirmou em depoimento que “Médici teve um papel importante nessa vitória, porque influenciou na nossa representação, inclusive na escalação da delegação brasileira e na escolha dos técnicos” (D’ARAUJO E CASTRO, 1997). Como analisa Carlos Sarmiento (2012):

O regime militar confiscou os símbolos nacionais. Se apropriou dos símbolos nacionais. Transferiu a bandeira como símbolo do regime não da nacionalidade. O patriotismo como uma expressão de ligação direta com o regime. Mas tinha um problema aí, isto não era apenas manter uma certa imagem, mas a cada quatro anos tinha que por isso a prova (MEMÓRIAS, 2012)

A interferência da Ditadura na seleção já era tratada na mesma semana pela Revista Placar (nº. 2, 27/03/1970). Segundo a apuração da revista, independente do resultado no México, o ministro da Educação Jarbas Passarinho já estava decidido a intervir na CND, forma pela qual poderia, através da entidade pública intervir sobre a gestão privada, a CBD. A reportagem afirmava que a CBD já se encontrava sob “intervenção fria” desde a reunião entre Passarinho e Havelange, onde o ministro teria exigido “o fim da crise Saldanha”, sem necessariamente exigir a demissão do técnico.

A queda de Saldanha já tinha data. E ficou resolvida quando influentes amigos de Havelange o aconselharam a tomar uma decisão urgente, pois o governo estava muito interessado na Seleção Brasileira. Os amigos ainda advertiram: se Havelange não fizesse nada, o governo poderia virar-se contra ele (PLACAR n.º2, 27/03/1970)

Na mesma edição, a revista publicava uma “Carta aberta ao futebol brasileiro”, assinada por João Saldanha, que relatava os bastidores de sua passagem pela seleção. A certa altura, a *carta aberta* passa a ter como destinatários o ministro Jarbas Passarinho e o presidente Médici:

42 Esta versão é contestada pelo sucessor de Saldanha, Zagallo: “Olha, o Dadá nem foi para o banco na Copa se eu tivesse cumprindo ordens, pelo menos pro banco ele iria, né?” (SANTOS, 2012, p.67).

43 Perguntado sobre a passagem de Saldanha pela Seleção, cinco décadas depois, Pelé respondeu “(...) particularmente se você perguntar para mim “ele entendia muito de futebol”? Ele não entendia de futebol (...) tinha muitas decisões que a gente via que não davam certo” (PELÉ,2021).

Senhor presidente da República, General Garrastazu Médici. O senhor é gaúcho, sabe que eu adoro gaúcho. O senhor é gremista, sabe que eu adoro o Grêmio. (...) o meu clube (...) é o Grêmio, que é também o seu clube. Então nós temos estas coisas em comum. Eu conheço a sua família, o senhor conhece a minha. Somos filhos daquelas famílias tradicionais, os gaúchos de quatrocentos ou quinhentos anos. O senhor é um torcedor apaixonado pelo futebol. Isso é uma maravilha. O Brasil precisava há muito de um presidente que goste de futebol, verdadeiramente, como o senhor gosta. O senhor é um homem de vestiário. Seu irmão foi um jogador muito bom. Então o senhor é gente do futebol. (PLACAR n.º2, 27/03/1970)

Ao fim, Saldanha responsabiliza o médico Lídio Toledo, João Havelange e Antônio dos Passos pelos problemas enfrentados, em especial, a omissão da situação de saúde de Pelé. Além disso, o ex-técnico apresenta outras denúncias sobre interferências políticas e econômicas na condução da seleção e dos jogos. Anos mais tarde, escreveria, sobre a gestão seguinte da CBD, “os fatos históricos desmentem que futebol sirva para escorar governos. O que escora governo é tanque” (SALDANHA, 1988, p.121). Nos anos seguintes, Saldanha manteve a versão que sua demissão se dera por intervenção da Ditadura, tanto por sua rejeição em convocar Dario, quanto por ter denunciado torturas e mortes no país para um jornal inglês⁴⁴:

Além do mais, eu já estava com problemas mesmo antes do negócio do Dario. Foi uma entrevista que dei a um jornalista inglês. Ele me perguntou se havia presos políticos e tortura no Brasil. Eu respondi que sim. Alguns presos tinham sido soltos em troca de um embaixador e declararam isto a todo mundo. E aqui no Brasil todos sabiam das prisões e torturas. (Placar n.º5, 06, 11/01/1980, p.24-25)

Para a Placar (n.º. 2, 27/03/1970, p.8), “a queda de João Saldanha foi nascendo ao mesmo tempo em que ele se transformava no João-sem-medo, no João-língua-solta, no João-das-feras ou no João-Quixote”. A revista elencou quatro motivos que levaram à demissão: “1) brigas com a Comissão Técnica; 2) liberdade “tática” excessiva aos jogadores, a qual mais tarde obrigou-o a virar-se contra eles; 3) falta de organização tática na seleção; 4) interesse do governo pela Seleção”.

Para o ex-jogador Tostão, “Saldanha, com a sua ideologia comunista, não queria ser usado junto com a Seleção Brasileira, pela Ditadura. Daí começou a arrumar problemas,

⁴⁴ O biógrafo de Saldanha, o jornalista João Máximo, que fora amigo e editor, apresenta uma versão bastante surpreendente para a trajetória e a demissão do treinador. Segundo Máximo, Médici nutria “uma admiração sem limites” por Saldanha e havia cogitado inclusive entregar para Saldanha a direção da CBD e teria sido demovido da ideia por interferência de Jarbas Passarinho e de Cláudio Coutinho justamente com o argumento de que não se entregaria o esporte nacional para alguém “em desacordo com os ideais da revolução” (1996,p.99-100). Na versão de Máximo, a queda de Saldanha não teria sido exigida por Passarinho na crise de 1970, mas teria sido articulada pelo médico Lídio Toledo e pelo preparador Admildo Chirol, ambos “homens de Zagallo”, integrantes da sua Comissão Técnica no Botafogo. Zagallo estaria confiante de que seria o escolhido para substituir Aymoré Moreira e teria ficado arrasado com a escolha por Saldanha (p.101).

conscientes ou não, para sair e não compactuar com o regime” (GONÇALVES,1997, p.61). Segundo os jogadores da seleção de 1970, havia uma pressão implícita dos militares para que a seleção vencesse, mas desnecessária

[Pelé:] O peso que existia era a situação política do país, na época. Havia uma mensagem do governo de que era importante a gente vencer. Mas isso ninguém precisava pedir ou mandar. Era tudo o que a gente queria (RODRIGUES, 2007, p.127)

[Carlos Alberto Torres:] O João Saldanha que falou, que teria falado. Eu sinceramente, a gente convivendo ali, em momento nenhum a gente ouviu falar, se tivesse falaria aqui, não teria problema nenhum, mas dizem que o governo querendo se meter na seleção, nós nunca vimos ninguém lá dentro da nossa concentração querendo se meter, querendo dar palpíte. Não, a gente fazia o nosso trabalho, nós sabíamos a importância, para nós, profissionalmente, ganharmos aquela Copa do Mundo. Para o Pelé era a última, para o Brito, Gérson, Piazza, Tostão, para a maioria dos jogadores era última oportunidade de jogar uma Copa do Mundo e ganhar (TORRES, 2013, p.32)

[Tostão:] Não se falava em política na seleção de 1970. Ninguém deu ordens, mas era evidente que não seria permitido. Não havia ambiente e eu só queria jogar e ser campeão do mundo. Após a Copa, logo ao chegar ao Brasil, fomos para Brasília para sermos recebidos pelo presidente Médici. Era o auge da Ditadura que eu tanto detestava, e não queria comparecer. Pensei muito, racionalizei que era preciso ir e que eu não podia confundir política com esporte. Arrependo-me de ter ido, pois era a oportunidade de mostrar minha indignação como cidadão. (GONÇALVES, 1997, p.62)

Às vésperas da Copa do Mundo, João Havelange convidou o major-Brigadeiro Jerônimo Bastos, para a chefia da Comissão Técnica. presidente do Conselho Nacional de Desportos, Bastos esteve na audiência que determinou o apoio do governo para o *Projeto México*. Para assessorá-lo, levou consigo o major Roberto Câmara Ipiranga dos Guarany's, chefe de segurança da Seleção. Sobre Guarany's - “um senhor troncado, recordista brasileiro de natação, professor de educação física” - pairavam suspeitas de que fosse agente do Serviço Nacional de Inteligência, assunto que o próprio desconversava com humor, segundo reportagem da revista Placar (nº. 09, 15/05/1970)⁴⁵.

45 Durante a Copa do Mundo de 1970, o jornalista Flavio Tavares reconheceria, pela televisão, o major como um de seus torturadores durante sua prisão na Polícia do Exército no Rio de Janeiro em 1969 (MOVIMENTO, n.155, 19/06/1978, p.2). Anos depois, o documentário “Memórias do chumbo – o futebol nos tempos do condor” afirmaria que o major Guarany's estaria envolvido no “caso Para-sar” para realização de atentados pela aeronáutica que seriam computados para a oposição e justificariam o endurecimento do regime antes do decreto do AI-5. Seria ainda sobre ele a referência de João Saldanha em uma crônica posterior a sua demissão: “Vou escrever uma matéria sobre a presença exigida e por mim repelida, de policiais espancadores na concentração. Foram barrados por mim, mas depois eu fui barrado por eles. Afinal de contas estavam no poder. E que poder” (MEMÓRIAS,2012).

Como comprovou Rocha (2019), através da troca de correspondência entre os protagonistas, a primeira opção de João Havelange para a chefia da Delegação não era um militar, mas o banqueiro Walther Moreira Salles, um dos principais articuladores da Campanha de arrecadação de fundos com empresários para o *Projeto México*. E, através desse episódio, é possível identificar outra dimensão em disputa pela militarização, **o financiamento das atividades da Seleção e da CBD**.

Na audiência presidencial que marca o início do *Projeto México*, diante das reclamações de João Havelange sobre as dificuldades enfrentadas pela CBD, Costa e Silva concorda que os principais problemas são financeiros e incube o próprio Havelange de presidir um Grupo de Trabalho para elaborar uma nova proposta para Loteria Esportiva, como mecanismo de financiamento do esporte. “A loteria irá render tanto dinheiro para o esporte que talvez o governo venha a lhe pedir emprestado”, ironizou o Marechal (JORNAL DOS SPORTS, 4 dez. 1968, p. 3).

A Loteria Esportiva era uma antiga reivindicação da Confederação e de seu presidente, mas o projeto fora bloqueado por Jânio Quadros em seu breve mandato. Após a audiência de dezembro de 1968, a proposta tramitou rapidamente e os recursos beneficiaram diretamente o caixa da entidade responsável pelos esportes, a ponto de Havelange, a partir de 1973, defender publicamente a dissolução da CBD e sua substituição por entidades especializadas em cada modalidade, incluindo a criação de uma Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Ao longo de seu mandato na CBD, assim como posteriormente na FIFA, Havelange transitará entre o mundo estatal e o privado buscando, na combinação do financiamento de ambos, os caminhos que sejam mais proveitosos a seu projeto pessoal⁴⁶. Em 1970, com baixo capital político, decorrente do fracasso de 1966 e temeroso que um novo fracasso resultasse em algum tipo de penitência [imposta] pela Ditadura, Havelange optou em buscar no empresariado, através de uma campanha de arrecadação, os recursos para o Projeto México, estimados em 9,5 milhões de cruzeiros na época. Segundo Bellini Cunha, assessor de Walther Moreira Salles, “tratava-se de uma aliança, né? Os militares entraram com a estrutura. Os empresários com o dinheiro” (ROCHA, 2019, p.199).

A conquista da Copa do México altera significativamente os pesos dessa parceria *público-privada*. Por um lado, a Ditadura pretende “rotinizar a euforia nacionalista” (CHAIM, 2018, p.197), por outro, João Havelange almejava o controle internacional do futebol e a presidência da FIFA. Mais uma vez, os interesses do dirigente e dos militares convergiram e

⁴⁶ O trabalho de Rocha (2019, p.314) demonstra como o projeto individual de Havelange possuía relativa autonomia em relação a essas esferas estatais e que entre a defesa de uma instrução do Estado brasileiro e o seu próprio projeto, prevaleceu o segundo.

as comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil, em 1972, seriam um pretexto para levarem a cabo suas pretensões.

As celebrações incluíam a ênfase em uma imagem *militar* de Dom Pedro I, envolvia uma megaprodução cinematográfica para a época, *Independência ou Morte*, e o traslado dos restos mortais do primeiro Imperador. Entre os eventos esportivos, o Rio Grande do Sul recebeu a Olimpíada do Exército, entre abril e maio; os campeonatos estaduais nomearam seus vencedores como *campeão do Sesquicentenário*, a Taça Guanabara teve sua decisão marcada para o dia 7 de setembro, mesmo mês em que se disputou o Torneio Internacional de Vôlei, também no Estado da Guanabara. Porém, o grande evento era a realização de um Torneio Independência, também chamado de Super Copa ou mini-Copa do Mundo.

A organização do evento expressava os ideais de integração nacional e pujança econômica que a Ditadura pretendia transmitir: as 44 partidas eram distribuídas entre os estados das regiões Sudeste (Guanabara, Minas Gerais e São Paulo), Nordeste (Alagoas, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe), Sul (Paraná e Rio Grande do Sul), Centro-Oeste (Mato Grosso) e Norte (Amazonas). Todos os estádios tinham capacidade de receber acima de 45 mil pessoas. A intenção era reunir todos os países campeões mundiais de futebol e alguns convidados, entretanto, problemas logísticos ou de calendário inviabilizaram a presença das principais seleções europeias. Ainda assim, representantes de quatro continentes participaram do torneio.

Porém, a baixa qualidade do futebol apresentado, inclusive da Seleção Brasileira, afastou o público dos estádios, desinteressado também por partidas de menor competitividade, além da concorrência da transmissão dos jogos pela televisão. Com os estádios vazios e com a renda abaixo do esperado, o governo teve de cobrir as despesas do transporte das seleções internacionais. Ao fim, a receita obtida pela CBD com o Torneio ficou abaixo do previsto e o prejuízo da entidade foi coberto pela subvenção do governo militar. Quanto ao torneio, fora vencido pela Seleção Brasileira, simbolicamente contra a ex-metrópole Portugal, com um único gol de Jairzinho, diante de um público de 100 mil pessoas no Maracanã.

O torneio materializava para a FIFA as marcas socioculturais do *milagre econômico* e, ao lado da Taça Jules Rimet, conquistada em definitivo pelo Brasil, os novos estádios representavam o legado da administração de João Havelange à frente da CBD (ROCHA, 2019). Havelange era garoto-propaganda da Ditadura no exterior e a Ditadura que, em contrapartida financiava aqui as realizações de sua campanha em direção à FIFA. É neste contexto que, além da Taça Independência, a Ditadura financiou ou estimulou a construção de grandes estádios, onde a ideia de um país em crescimento e desenvolvimento era expressa

tanto na magnitude das grandes obras, rebatizadas popularmente com superlativos como *Mangueirão*, quanto na interiorização dessas construções. Foram construídos ou ampliados consideravelmente 52 estádios significativos durante o período da Ditadura militar, 32 deles durante a década de 1970. E mesmo estádios que eram obras particulares, como o Morumbi ou o Beira-Rio, inserem-se nesta ideia de grandes construções que exaltassem a maior virtude do brasileiro, o futebol.

Estádio	Cidade	Ano de inauguração	Estádio	Cidade	Ano de inauguração
Palma Travassos	Ribeirão Preto-SP	1964	Almeidão	João Pessoa-PB	1975
Mineirão	Belo Horizonte-MG	1965	Alfredo Jaconi	Caxias-RS	1975
Barão de Serra Negra	Piracicaba-SP	1965	Amigão	Campina Grande-PB	1975
Lomantão	Vitória da Conquista-BA	1966	Serra Dourada	Golânia-GO	1975
Abreução	Marília-SP	1967	Verdão	Cuiabá-MT	1976
Santa Cruz	Ribeirão Preto-SP	1968	Índio Condá	Chapecó-SC	1976
Rei Pelé	Maceió-AL	1968	Centenário	Caxias-RS	1976
Vila Euclides	São Bernardo-SP	1968	Estádio do Café	Londrina-PR	1976
Beira-Rio	Porto Alegre-RS	1969	Willie Davids	Maringá-PR	1976*
Batistão	Aracaju-SE	1969	JK	Itumbiara-GO	1976
Vermeirão da Serra	Passo Fundo-RS	1969	Bezerrão	Gama-DF	1977
Morumbi	São Paulo-SP	1970*	Décio Vitta	Americana-SP	1977
Colosso da Lagoa	Erechim-RS	1970	Limeirão	Limeira-SP	1977
Martins Pereira	São José dos Campos-SP	1970	Mangueirão	Belém-PA	1978
Lanchão	Franca-SP	1970	Walter Ribeiro	Sorocaba-SP	1978
Vivaldão	Manaus-AM	1970	Serejão	Taguatinga-DF	1978
Romeirão	Juazeiro do Norte-CE	1970	Pituaçu	Salvador-BA	1979
Moreirão	Campo Grande-MS	1971	Lacerdão	Caruaru-PE	1980
Presidente Médici	Itabaiana-SE	1971	Romildão	Mogi Mirim-SP	1981
Arruda	Recife-PE	1972	Moacyrão	Macaé-RJ	1982
Uberabão	Uberaba-MG	1972	Olimpico Regional	Cascavel-PR	1982
Machadão	Natal-RN	1972	Castelão	São Luís-MA	1982
Albertão	Teresina-PI	1973	Prudentão	Presidente Prudente-SP	1982
Castelão	Fortaleza-CE	1973	Ipatingão	Ipatinga-MG	1982
Jaução	Jauú-SP	1973	Parque do Sabiá	Uberlândia-MG	1982
Mané Garrincha	Brasília-DF	1974	Kleber Andrade	Cariacica-ES	1983

Tabela 1: Estádios construídos durante a Ditadura Civil-Militar.

*Estádios criados antes de 1964, mas significativamente reformados e ampliados.

Fonte: <https://trivela.com.br/da-criacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-plano-de-integracao-nacional/> - acessado em 28 de dezembro de 2019.

Se a primeira metade da década de 1970 corresponde ao auge da febre da construção dos estádios, por outro lado, assinala Mascarenhas (2014, p.169), é notável a desaceleração abrupta desse processo na década seguinte, coincidindo com o período crítico do regime e a recessão econômica brasileira, além do esgotamento dessa demanda, uma vez que praticamente todas as capitais possuíam estádios, suficientes para cobrir o território e a aspiração de um espetáculo de massas, o campeonato brasileiro⁴⁷.

47 Em setembro de 1988, na edição 952, a Placar dedicaria longa reportagem aos “estádios-fantasmas” do nordeste, incluindo o Rei Pelé (AL), Albertão (PI) e três chamados de Castelão (Fortaleza, Natal e São Luís). Além da baixa ocupação, os estádios enfrentavam situações de abandono, roubo e eram utilizados para outros fins como alojar desabrigados de enchentes e até o quartel da tropa de choque da polícia militar cearense.

O Campeonato Brasileiro é outro exemplo desta *rotinização da euforia* almejada após a conquista do Tricampeonato no México⁴⁸. Instituído em 1971, contava inicialmente com a participação de vinte times, sendo quatro nordestinos, treze do Sudeste e três do Sul. Apesar da hegemonia do Sudeste, a composição atendia aos pedidos do coronel José Guilherme, do general Oldenor Maia e Rubem Moreira, respectivamente presidentes das federações mineira, cearense e pernambucana, que pretendiam ampliar o número de participantes de seus estados em relação ao antigo Robertão. Os vinte principais clubes nacionais formavam a Divisão Extra. O regulamento previa que três times por grupo passavam para a segunda fase pelos pontos obtidos em campo, enquanto outros dois times por grupo eram classificados pelo critério de média de renda por jogo.

Abaixo, apesar do nome, estava a Primeira Divisão, com times de importância regional, distribuídos em duas chaves (Norte-Nordeste e Centro-sul), cujos vencedores disputavam o título desta categoria. O regulamento não previa ascensão à divisão extra e nem rebaixamento para a primeira divisão. A CBD manteve a prioridade para os campeonatos estaduais no calendário, agradando as federações, e destinando apenas três meses para o campeonato nacional.

Os mineiros venceram a primeira edição das duas divisões: o Atlético Mineiro foi o primeiro campeão brasileiro, conquistando a Divisão Extra, enquanto o Vila Nova conquistou a Primeira Divisão.

Em 1972, o campeonato já contava com 26 times e agregava os estados do Rio Grande do Norte, Alagoas, Pará, Sergipe e Amazonas. O Palmeiras foi o vencedor da Divisão Extra e o Sampaio Correia, [de onde?] da Primeira Divisão. Em 1973, as duas divisões são unificadas em um único campeonato com 40 times, disputado entre agosto daquele ano e fevereiro do ano seguinte, vencido novamente pelo Palmeiras. Em 1974, ano em que João Havelange vence a eleição para a FIFA e deixa, contra a vontade, a direção da CBD, o campeonato permaneceria com 40 equipes.

Com o campeonato nacional, por um lado, o regime poderia beneficiar-se da capilaridade da rede desportiva estabelecida pela CBD e, por outro, o encontro de times do interior com as poderosas equipes do Sudeste poderia criar um sentimento positivo nas populações locais e assim permitir o uso eficaz de ferramentas políticas nessas regiões,

48 Até então, a Taça Brasil, que reunia os campeões estaduais e seria extinta em 1969, e a Taça Prata ou Roberto Gomes Pedrosa, antigo torneio Rio-São Paulo, eram o mais próximo de uma disputa de abrangência nacional no futebol brasileiro. No caso do “Robertão”, desde 1967, ampliou seus participantes para incluir clubes das federações gaúcha, mineira e paranaense, mas também seria disputado pela última vez, justamente, no “ano do Tri”.

favorecendo a ideia de “integração nacional por intermédio do futebol” (SARMENTO, 2006, p.132).

O depoimento do ex-jogador Leão, goleiro de Palmeiras, Grêmio e Corinthians ilustra os efeitos práticos da combinação entre grandes estádios e campeonatos com muitos times para os jogadores e para a propaganda política:

[A] construção de estádios, não passou pela euforia do futebol, mas sim pela –talvez – inteligência política. Os campeonatos foram inchando; os políticos foram colocando os times dos Estados que não existiam na primeira divisão; foram fazendo grandes estádios maravilhosos; colocando times; e o Brasil foi passado a limpo. Nós saíamos para jogar e parecia uma caravana. Chegávamos em Manaus e voltávamos pelo Norte e Nordeste jogando futebol. Foi a época política que a CBF organizou. Então, por isso que eu te digo que tudo cresceu. Pessoas que... Teve o lado ruim? Teve. Mas o povo que nunca teve acesso ao futebol passou a ter acesso. Quem nunca gostou, passou a gostar de assistir na televisão. Quem nunca viu os seus ídolos campeões do mundo, tricampeões do mundo, pessoalmente, passaram a ver em Manaus, em Belém, entendeu? Quer dizer, tudo acontecia. Eles jogavam em São Paulo e jogavam no Rio, mas jogavam também em Manaus. Pô, eu cheguei a jogar em Manaus, às duas horas da tarde, com quarenta e cinco graus, meu amigo. Antigamente, tinha... Camisa preta para jogar era o diabo na cruz, não é? Mas valeu a pena porque nós dávamos, também, uma alegria ao povo (LEÃO, 2012)

Como percebe-se, não há contradições entre o projeto pessoal de Havelange, dos dirigentes da Confederação Brasileira dos Desportos e da Ditadura de Segurança Nacional, como se pode aferir pelas declarações do então presidente da CBD, no auge da relação com os militares.

Minhas ideias são claras. Sou partidário de uma democracia autoritária. Nós estamos tranquilos com o técnico. O técnico é o rei. Ele estuda e resolve os problemas [...] O político é um papagaio, que fala muito, mas nada faz. Estamos tranquilos com os técnicos, perdidos com os políticos. O Brasil se transforma em nação gigantesca em todos os domínios porque se inspira na ação dos técnicos. [...] Quando o dirigente supremo, Médici, leva tão a sério o esporte, tem sensibilidade, a juventude pode ficar tranquila porque seu futuro é cor-de-rosa (France Football, Paris, 28 mar. 1972 apud ROCHA, 2019, p.528)

Entretanto, a harmonia e a convergência de interesses dependiam especificamente dos resultados dentro do campo. Quando esses resultados não são proporcionais ao investimento financeiro e político, a Ditadura aprofunda a militarização, apropriando-se também da **gestão da Confederação Brasileira dos Desportos**, além de já controlar as instâncias esportivas como o Conselho Nacional de Desportos. Como assinala Couto (2014, pp.112-113), a Ditadura incrementará a organização esportiva existente desde o Estado Novo para atender de forma mais adequada aos interesses ideológicos presentes no escopo doutrinário

implementado após o golpe de 1964. É este controle das entidades esportivas pela Ditadura que alicerça o uso pioneiro do conceito *militarização do futebol* por Joel Rufino dos Santos (1981, p.82), ironizando: “Os dirigentes da CBD – desde janeiro de 1975 um órgão sob intervenção federal — são todos militares. Na CBD até papagaio bate continência”.

O último elemento necessário para mensurarmos a militarização é justamente aquele pelo qual a Ditadura de Segurança Nacional é frequentemente associada ao Futebol e à Seleção Brasileira: a **apropriação e instrumentalização propagandística destes símbolos e seus valores pela Ditadura**.

O principal mecanismo para implementação dessa diretriz foi a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP)⁴⁹, criada em 1968, dada a necessidade de se construir uma imagem pública mais favorável da Ditadura. Como demonstrou Fico (1997), no governo Médici e sob a direção de Octávio Costa, a AERP busca a construção de uma imagem positiva da Ditadura após a instalação do AI-5. O futebol passa a ser incorporado como metáfora para a união nacional nas campanhas aparentemente despolitizadas e neutras, com teor cívico e educativo, com temas comuns tratados de forma simples e didática, sem exageros ou vinculação direta com o regime e transmitindo valores positivos e otimistas.

Para que o futebol fosse instrumento de legitimação e propaganda do regime, integrador nacional ou simplesmente veículo para as pretensões de Havelange, da CBD ou do governo, para que a ideia do *país do futebol* se consolidasse, não poderia haver nome mais apropriado para ocupar a presidência da República entre os militares do que Emílio Garrastazu Médici.

Apaixonado por futebol, torcedor do Guarany de Bagé, do Grêmio no Rio Grande do Sul e do Flamengo no Rio de Janeiro, jogou na Escola Militar. Segundo seu sucessor, Ernesto Geisel, “dizia-se que o Médici era omissivo, que o seu tema predileto no despacho era o futebol. Contava-se que o ministro ia ao despacho, começavam a conversar, e o Médici dizia: ‘Não, deixa os papéis aí’, e começava a discutir problemas de Grêmio, Botafogo, Flamengo” (D’ARAUJO E CASTRO, 1997). A obsessão era reconhecida, como na crônica de Nelson Rodrigues (2012, p.59): “Mas fora o presidente Garrastazu Médici e o Marechal Hermes da Fonseca, nenhum outro presidente teve a menor simpatia pelo futebol (...) como pode um chefe de estado desconhecer a nossa maior e mais obsessiva paixão popular?”

49 Curiosamente, marcos da propaganda associada ao regime como “Brasil, ame-o ou deixe-o” foram iniciativas de empresários e não produção oficial da AERP. Sobre a AERP, ver FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997

Frequentemente Médici era apresentado nos estádios, assistindo as partidas com um rádio de pilha, construindo a imagem do presidente como *homem comum* e torcedor⁵⁰, num movimento de humanização do líder e do regime, como expresso pelo próprio Médici durante a Copa de 1970: “desejo que todos vejam no presidente da República um brasileiro igual a todos os brasileiros, como um homem comum, como um brasileiro que, acima de todas as coisas, tem um imenso amor ao Brasil e uma crença inabalável nesse país e nesse povo” (MAGALHÃES E CORDEIRO, 2016).

Antes da Copa, Médici acompanhou, com seu rádio a pilhas, as partidas amistosas da Seleção Brasileira contra argentinos e austríacos e, também ofereceu um jantar para os jogadores no Palácio das Laranjeiras. Durante a competição, o general telefonou inúmeras vezes para os jogadores no México para parabenizá-los pelas vitórias. Para regozijo da imprensa e do próprio regime, Médici acertou o palpite sobre o resultado do jogo: 4 a 1 para a Seleção Brasileira sobre os italianos. O jornal O Globo estampava no dia seguinte a frase atribuída a Médici e que se tornaria um dos motes do regime: “Ninguém segura este país” (O Globo, 22/06/1970). Os portões do Palácio da Alvorada foram abertos e Médici carregado nos ombros da população. A conquista do tricampeonato foi descrita pelo presidente como “o maior dia da minha vida” e utilizando mais uma vez as ideias-chave de disciplina, harmonia e desenvolvimento propagadas pela Ditadura:

Desejo que todos vejam, no presidente da República, um brasileiro igual a todos os brasileiros! Como um homem comum, como um brasileiro que, acima todas as coisas, tem um imenso amor ao Brasil, e uma crença inabalável neste país e neste povo, sinto-me profundamente feliz, pois nenhuma alegria é maior no meu coração que a alegria de ver a felicidade de nosso povo, no sentimento da mais pura exaltação patriótica. Identifico, na vitória conquistada na fraterna disputa esportiva, a prevalência dos princípios do que nós devemos amar para a própria luta em favor do desenvolvimento nacional. Identifico no sucesso da nossa seleção de futebol, a vitória da unidade e da convergência de esforços, a vitória da inteligência e da bravura, da confiança e da humildade, da constância e da serenidade, da capacitação técnica, da preparação física e da consistência moral. Mas é preciso que se diga sobretudo, que os nossos jogadores venceram porque souberam ser uma harmoniosa equipe, em que, mais alto que a genialidade individual, afirmou-se a vontade coletiva (MÉDICI, 21/06/1970)

Conquistada a Jules Rimet, os jogadores desembarcaram em Brasília, conduzidos em um carro de bombeiros ao Palácio da Alvorada, onde foram recebidos por Médici e pela população, autorizada a entrar nos jardins do Palácio, ao som de “Pra frente, Brasil”.

50 Um ano antes da Copa de 1970, as comemorações em torno do milésimo gol de Pelé já aplicavam esta estratégia de aproximação entre governo e o futebol, com o jogador sendo recebido por Médici e sendo homenageado com uma comenda e com um selo comemorativo.

Ainda que seja inegável o papel da propaganda oficial na construção desta associação, Marczal (2013) destaca o papel que a imprensa, portanto os aparelhos privados de hegemonia, tiveram na legitimação deste discurso, inclusive dissimulando a apropriação política em favor do Estado, em que a conquista do tricampeonato é localizada fora das possibilidades de intervenção do governo. A própria utilização do termo “tricampeonato”, assinala Marczal (2013), é proposital para inserir a vitória no México como continuidade das “glórias” anteriores, em 1958 e 1962, reafirmando a tradição do Brasil no certame esportivo.

Em síntese, a **militarização** (do futebol, da Seleção Brasileira e/ou da CBD) é parte do processo de implementação da Doutrina de Segurança Nacional nos esportes, operada tanto pelo Estado (*sociedade política*) quanto pela sociedade civil (*aparelhos privados*, neste caso, a CBD), cujo grau de intensidade é determinada pela eficácia ou não do setor privado e civil da Ditadura de Segurança Nacional em executar a parte que lhe cabia nesta implementação. Esta militarização se expressa no ideal do atleta como um soldado; na ingerência sobre a gestão da CBD, da Seleção e da Comissão Técnica, expressa também pela ideologia tecnocrata; e pela associação dos valores e conquistas do futebol brasileiro com a Ditadura civil militar.

Cabe ainda destacar que o caso brasileiro não encontra correspondência equivalente em grau de militarização com as outras Ditaduras sul-americanas do mesmo período. Argentina, Chile e Uruguai também utilizaram o futebol como mecanismo de legitimação de suas Ditaduras, em especial, através da organização de eventos esportivos, como a Copa de 1978 na Argentina e o *Mundialito* de 1981 no Uruguai, e na exigência de sucesso nos resultados esportivos nos três casos. Entretanto, a Ditadura brasileira estabeleceu níveis autoritários de controle superiores ao de qualquer regime totalitário sul-americano, quiçá só comparável ao nazifascismo europeu.

Segundo Couto (2014, p.163), a utilização política do futebol durante a Copa de 1970 exigiu do governo tanto a mobilização de um vasto aparato publicitário, quanto o controle das instituições esportivas e jornalísticas. Esses objetivos teriam sido alcançados através da militarização da Comissão Técnica, da substituição de João Saldanha por Zagalo no comando técnico e a cooptação de jogadores como Pelé. Considerando, então, o elã totalitário da Doutrina de Segurança Nacional, é possível afirmar que, naquele momento, a Ditadura ainda não havia militarizado completamente a Seleção Brasileira, mantendo uma margem de atuação para sua contraparte civil empresarial. Considerando ainda que, na Copa de 1970, esse estágio era evidentemente superior ao da Copa da Inglaterra em 1966, é possível afirmar

que o Mundial disputado no México marca o início desse projeto, mas não ainda o auge da militarização.

1.3 Identidade em disputa

Como fenômeno cultural massivo não é surpreendente que regimes políticos busquem sua associação com o futebol como forma de legitimação. A conquista do tricampeonato mundial pelo Brasil no México e a vitória da Argentina na Copa organizada em seu país são exemplos recorrentes do uso do futebol como instrumentos por regimes autoritários, assim como as Olimpíadas de 1936 e seu uso pelo regime nazista ou a Copa do Mundo de 1934 pelo fascismo italiano. Como sistematiza Fraga (2011):

A criação da imagem positiva de um governo através da associação a um atleta ou conjunto de atletas vencedores parece assumir um sentido ainda mais urgente nos momentos em que tais governos passam a carecer de legitimidade, seja diante de sua própria população, seja no plano externo. Nestes momentos, não somente as vitórias, mas a própria organização de torneios esportivos internacionais reveste-se de significado, uma vez que representa a possibilidade de mostrar-se ao mundo como uma nação portadora de características positivas, tais como modernidade, civilidade e ordem. No plano interno, há a possibilidade de se reforçar um discurso meritocrático, atribuindo aos atletas vencedores um comportamento tido como exemplar para o conjunto da sociedade (capacidade de trabalho, de organização, de sacrifício, de amor à pátria simbolizada em uma camisa), ou ainda resgatando discursivamente os pretensos traços originais da nacionalidade (FRAGA, 2011).

No seu impulso autoritário, a Doutrina de Segurança Nacional pretende controlar todas as dimensões da vida social e cotidiana. Ao mesmo tempo, os dirigentes do Estado de Segurança Nacional pretendem que este Estado seja compreendido como sinônimo da própria *Nação*. Desta forma, a DSN opera dois movimentos em relação ao futebol, a Seleção Brasileira e as Copas do Mundo: por um lado, busca associar-se a um símbolo consagrado — a seleção é o Brasil em campo na Copa, logo é também o Estado de Segurança Nacional. Uma vez que dispõem o controle sobre os fluxos de opinião, as Ditaduras tentam fazer crer que a seleção é, primeiro, um símbolo do Estado, e não um símbolo laico da nação (DAMO, 2006, p.85). E, segundo, estabelecer os parâmetros da identidade nacional.

Toda identidade é um movimento dialético de afirmação de uma unidade entre seus integrantes, mas também de diferenciação em relação ao outro. *Unidade* e *alteridade* são as dimensões que formam uma *identidade*. E, em relação a uma identidade nacional, nos Estados modernos, o sentimento de pertença à nação deve ser superior a outras manifestações

identitárias, como classe, etnia ou religião. Porém, este movimento de unidade superior é também uma operação de supressão forçada da diferença e pela generalização (Hall,2016). De maneira que a construção identitária operada pela DSN enfatiza o princípio da exclusão, da cultura do interdito, da confrontação do exclusivo e do excluído (FIORIN, 2009, pp.117-118). Em outras palavras, o *Estado ampliado da Doutrina de Segurança Nacional*, aparelhos políticos e civis, pretendem determinar o que é ser e quem é brasileiro.

Como assinala Fraga (2011), adversários da Seleção Brasileira e os opositores ao regime militar são enquadrados dentro de uma mesma categoria, negando a própria brasilidade dos opositores e tornando-os adversários a serem vencidos para a afirmação do projeto político da Ditadura de Segurança Nacional, como fica explícito nesta crônica da Revista *Manchete*:

Acontece, porém, que vários torcedores, expulsos dos estádios e proibidos de neles ingressar por dez anos, organizaram-se fora deles e partiram para o crime e o desespero. Substituíram as bandeiras pelas armas, as faixas pelas bombas e as camisas pelas máscaras. Que torcedores tão fanáticos eram esses? Quando presos ou liberados nos resgates, verificava-se que não se tratava dos crioulos das gerais ou dos operários das arquibancadas, mas sim de jovens estudantes, das cadeiras de pista, com média de 23 anos de idade, fascinados pelo delírio da aventura e enlouquecidos pela sede de violência que desaguaria numa onda de atentados, sequestros e assaltos a mão armada (...)

Era o clima de desânimo, retração, desconfiança e derrotismo que se instalara no Brasil durante todo o primeiro semestre deste ano e que terminaria por contagiar também a seleção. O país inteiro estava numa espécie de circuit ou de interval-training, submetido aos testes de Cooper.

-Não passaremos das oitavas.

O presidente da República, que havia assistido ao jogo contra a Áustria, última (e melhor) prova antes da partida, pediu a seu filho Roberto que fosse ao vestiário dizer ao capitão Carlos Alberto: -Traga essa Copa. Nunca precisei tanto de um caneco.

-Diga a seu pai que pode ficar descansado. Nós traremos o caneco.

E se o capitão falou, estava falado. A promessa seria cumprida ao longo de seis provas duríssimas, nas quais um grupo de brasileiros patriotas, humildes, disciplinados e capazes – indivíduos competentes, olha a camisa deles! — deslumbrou o mundo inteiro com seu futebol-arte (...).A turma do sereno não estava satisfeita com toda essa alegria, assaz desinteressante para os planos negativistas do quanto pior melhor, do povo triste, do país derrotado, da nação incapaz. Na fumaça das comemorações da vitória sobre o Peru, espocavam outros tiros menos festeiros e mais certos. Mas nem mesmo o sequestro do embaixador de um país que poderíamos enfrentar nas semifinais conseguiu desviar o povo das celebrações que, num crescendo, desaguariam no maior carnaval de todos os tempos. O Brasil estava muito ocupado com seus triunfos para preocupar-se com seus terroristas.

-Vamos, minha gente (...)

Quem, por exemplo, esperasse uma caça às bruxas ou uma noite de São Bartolomeu logo após o reaparecimento do embaixador alemão, recebeu a notícia da Rodovia Transamazônica (...).

E pela primeira vez, nestes seis anos, abriram-se ao povo os portões do Palácio da Alvorada. E o povo confraternizou com seu presidente, jogou bola com ele, penetrou na zona do agrião, tirou de letra, deu de chilena e de primeira, estendeu um lençol, fez o corta-luz e a ponte, os passes de profundidade e a cobertura, os dois toques e a embaixada.

-Ninguém segura este país. (Revista Manchete, 11 de julho de 1970, p 20-21 *apud* FRAGA, 2011)

E esta simbiose almejada entre Povo, Nação, Seleção e Ditadura era assinalada pela Veja, na conquista do tricampeonato:

No Palácio do Planalto estava claro que a razão e o denominador comum da concentração popular daquela tarde ensolarada era a vitória da equipe brasileira no México. Mas os aplausos ao presidente tinham também outro significado: o povo reconhecia e aceitava como cabeça e símbolo da imensa e exaltada torcida em que o país havia se transformado. (Veja, 1º de Julho de 1970, p. 19).

Neste contexto, em que o aparato da Ditadura de Segurança Nacional — seja o Estado, sejam aparelhos privados como os meios de comunicação — pretende estabelecer *quem são os brasileiros* – ou quem pode reivindicar-se como brasileiro, não surpreende que a oposição estivesse dividida sobre como se comportar durante a Copa⁵¹, como demonstra o depoimento de Cid Benjamin, integrante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), preso em uma cela do DEOPS/RJ no início da Copa do Mundo e, posteriormente, libertado em Argélia em troca do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben:

Na prisão, imagino também que fora dela, os militantes de esquerda se dividiram entre torcer ou não torcer pelo Brasil. Nós tínhamos este debate lá no DOPS, quando vimos o primeiro jogo, e depois na Argélia, na final. Os dois lados tinham argumentos sólidos. Quem achava que não devíamos torcer, lembrava, com razão, que a Ditadura iria utilizar a vitória para aparecer junto aos jogadores, tomar uma coroa junto ao prestígio deles. Aqueles que achavam que deviam torcer diziam "olha isso vai acontecer, agora isso vai acontecer independente da nossa torcida, nós estamos aqui numa cela do DEOPS, nós torcemos ou não, não tem nenhuma influência no resultado". E no fundo, no fundo, essa divisão se dava da seguinte maneira: quem gostava de futebol, acabava torcendo pelo Brasil, e quem não se interessava muito, teorizava de que não valia a pena (BENJAMIN, 2014)

O episódio da final em Argel é citado também por Domingos Fernandes, integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e igualmente libertado em troca do embaixador alemão:

Vamos supor que dos quarenta [libertos] - mais o Miguel Arraes que vivia em Argel, mais o pessoal do Oscar Niemeyer que estava lá construindo

51 O jornalista José Trajano ilustra a situação daqueles que como ele não apenas tinham uma posição política de oposição à Ditadura, como tinham paixão pelo futebol: ““Eu cobri a Copa de 70 e vou dizer uma coisa a você. Eu fui contra a Ditadura, fui pra lá [México] para torcer contra o Brasil, você imaginava que se o Brasil ganhando era fortalecer esse Brasil que a gente não queria que vivesse este momento... Mas futebol é fogo na jaca, como diria... quando a bola começa a rolar, você passa por cima disso aí... chegando lá a gente não teve coragem de torcer contra...” (PELÉ, 2021).

Constantina... assistimos lá numa televisãozinha de vinte polegadas... Havia lá um terço, um quinto que torcia contra o Brasil... não é que torcia, que achava que se o Brasil perdesse, a Ditadura caía mais rápido. Mas logo que houve uma primazia do time brasileiro, isso acabou... (FERNANDES, 2014)

Entretanto, o sucesso da Ditadura em associar-se à imagem da Seleção Brasileira não era obra exclusiva do aparato de propaganda oficial ou dos veículos de comunicação. Como ressalta Carvalho (1990, p.127), para que um símbolo nacional traduza o sentimento coletivo não basta a simples rotinização das práticas de culto à pátria ou o emprego do poder coercitivo. Advertência semelhante feita por Hobsbawm (1997, p.272), referindo-se às “invenções das tradições” dos Estados modernos, de que “os novos feriados, cerimônias, heróis e símbolos oficiais públicos (...) talvez não mobilizassem os cidadãos voluntários se não tivessem uma genuína repercussão popular”⁵².

Em suma, não há identidade nacional sem repercussão popular e base material. Não bastava a força para garantir a estabilidade do regime e nem o volume ou excesso de propaganda para conquistar a adesão popular. Era necessário que este apoio se sustentasse sobre bases legítimas. Desta forma, a conquista do Tricampeonato mundial estava em conjunção com outros dois fatores intrínsecos, o *Milagre Econômico* e o apoio da classe média à Ditadura.

A legitimação do regime passou a ancorar-se no êxito do projeto de modernização da sociedade, que ficou evidenciado a partir de 1970 com o chamado *milagre brasileiro* na economia. O *milagre* era resultado do estímulo provocado pelo governo, desde 1967, na produção e consumo, através das isenções fiscais, especialmente na agricultura, oferta de crédito ao consumidor e setores produtivos, e na atuação direta do governo nas áreas de habitação e infraestrutura. Os setores de bens duráveis cresceram, desde automóveis aos eletrodomésticos, estimulados pela oferta de crédito. O rápido crescimento ocultava tanto a concentração de renda acentuada, quanto a desvalorização salarial dos trabalhadores e o aumento do endividamento e dependência externa do país. A expansão refletiu-se nos indicadores do Produto Interno Bruto – PIB que subiu em torno de 11% ao ano entre 1970 e 1973.

O crescimento resultante de uma gestão tecnocrática – na aparência, neutra e técnica em oposição à política “contaminada” — fortaleceram a imagem de um país em modernização acelerada que, por sua vez, resultava no clima de euforia, especialmente na

⁵² Hobsbawm (1997, p.272) menciona o fracasso do Império Alemão em transformar o Imperador Guilherme I num pai aceito pelo povo, fundador de uma Alemanha unida. Com apoio oficial, 327 monumentos foram construídos em homenagem a Guilherme I até 1902, enquanto apenas um ano após a morte de Bismarck, em 1898, 470 municípios haviam resolvido erigir “colunas a Bismarck”.

classe média e nas elites, endossando o ufanismo e a aprovação do regime militar, ignorando ou desconhecendo outro crescimento vertiginoso, o da repressão política, alcançando o ápice de brasileiros mortos ou desaparecidos pela Ditadura neste período. O *Milagre* apoiava-se e, ao mesmo tempo, aprofundava a histórica desigualdade social brasileira.

A aproximação entre Ditadura e a população, já ensaiada durante o período de Costa e Silva, foi possível graças ao sistema de telecomunicações que a Ditadura estabeleceu, com a criação da Empresa Brasileira de Comunicações (Embratel), em 1965, e da Telecomunicações Brasileiras S.A., em 1972. Nesse mesmo contexto, a indústria cultural brasileira passa a apoiar-se na televisão, seja com a expansão do consumo dos aparelhos — se em 1960, menos de 10% dos domicílios tinham televisor, dez anos depois, já eram 45% — seja com a criação e expansão acelerada da TV Globo.

É através dessa dimensão do consumo que a Ditadura estabelece a satisfação de sua base social, as classes médias urbanas — formadas por funcionários públicos, trabalhadores autônomos e profissionais liberais — já mobilizadas desde os antecedentes ao golpe de abril de 1964 e que tiveram sua capacidade de consumo ampliada pelas mudanças no sistema financeiro, subsídio ao consumo e outros mecanismos que consolidam um mercado consumidor de bens duráveis, em especial automóveis e eletrodomésticos. E o futebol é parte dessa equação, estabelecendo pela primeira vez um caráter visual na relação entre a Seleção Brasileira e sua torcida, com a primazia do rádio sendo superada pela imponência da televisão. Não se trata de um fato fortuito que o governo Médici tenha pago praticamente 50% a mais do que os ingleses pela transmissão ao vivo da Copa do Mundo de 1970, quando a população brasileira possuía apenas 25% da quantidade de televisores existente na Inglaterra (Veja, 03 de Junho de 1970, p. 36).

Daí, a conclusão de Almeida e Weis (1998, p.322), de que partes da “intelligentsia de esquerda” iriam torcer contra, não em razão de um cálculo, mas “antes uma reação de estômago”.

Tinha a ver com a burrice e a prepotência escarrapachadas por toda a parte, com o novo-riquismo da classe média arrotando milagre nos seus fuscas zerinhos e com o desinteresse geral em saber o que acontecia com os desafetos do regime a partir do momento em que eram jogados dentro de uma Veraneio. Tinha a ver com as fichas que todos deviam preencher quando se mudavam de apartamento e que o síndico do prédio encaminhava ao Dops (Departamento de Ordem Política e Social). Tinha a ver com o mal-estar — e, por que não, o medo — diante do gozo feroz da turba que ocupava as ruas depois de cada jogo, como aquela que percorrera a avenida Nossa Senhora de Copacabana, depois do 1 a 0 sobre a Inglaterra, duas semanas antes, urrando: "Um, dois, três, pau na bunda da rainha" espancando os carros que não tivessem na antena a fitinha verde-amarela ou

o adesivo "Brasil, ame-o ou deixe-o" no vidro. Tinha a ver com o ar de felicidade — previsível e intolerável — com que os generais apareceriam na mídia festejando a vitória. Por tudo isso, torcer a favor seria "uma forma de colaboracionismo" no dizer do escritor Luís Fernando Veríssimo.' Mas, como recorda um daqueles na contramão, quase trinta anos depois, "doía tanto torcer contra o Brasil, tamanha a solidão de exilado que se sentia, que, se a Seleção afinal perdesse, ninguém iria para casa feliz" (ALMEIDA e WEIS, 1998, p.322)

Este conjunto de elementos permitiu a longa vigência de uma interpretação mecânica da relação entre a Ditadura e o futebol, em que a ideologia oficial era “imposta e aceita passivamente” pela população, graças à eficácia da indústria cultural, da propaganda oficial e dos meios de comunicação. Esta perspectiva linear e unidimensional, como assinala Marczal (2017, p.61), ignora tantos os traços culturais quanto as particularidades inerentes à própria estrutura esportiva, tendo o Estado autoritário como foco exclusivo é incapaz de elaborar outras compreensões políticas fora de sua tutela ou de outros atores tradicionais. Ao mesmo tempo, a tradição a que pertence esta interpretação só admite a resistência quando seja ação de espaços pré-determinados, como partidos (MARCZAL, 2017, p.59). Trata-se de uma interpretação que ignora qualquer possibilidade de *agir histórico*.

Entretanto, como ressalta Damo (2006), “a magia da seleção” não é natural, mas culturalmente constituída, exigindo um aparato engenhoso para “encaixar a nação no time organizado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), de maneira tal que isso pareça natural, que a seleção seja percebida como ‘Brasil’ ”. Trata-se de uma operação que não se restringe unicamente à ação do aparelho político, onde o Estado não é o único emissor desta identidade. Ao contrário, como visto, deve-se destacar o papel dos meios de comunicação (COUTO, 2014; MARCZAL, 2013), em que os profissionais da mídia são responsáveis por suscitar o interesse pelas competições e dotar as equipes e/os atletas com um poder de representação (DAMO, 2006, p.87). E, além destes, a própria organização institucional do esporte — a Confederação Brasileira de Desportos, as federações estaduais, os clubes – são também responsáveis pela validação desta identidade.

E, por fim, mas não menos importantes, os próprios torcedores são sujeitos e agentes dessa construção identitária, através da socialização de gerações mais jovens, da manutenção ou omissão de determinadas narrativas e interpretações. Dessa forma, o torcedor-cidadão não é apenas agente passivo ou objeto da ação vertical do Estado e do regime.

Por sua vez, Manero (2013), ao assinalar que o Estado não é o único ator em relação ao futebol – incluindo ainda empresários, representantes do poder midiático e a própria sociedade civil – e ao aumentar exponencialmente o número de atores envolvidos, estes cada

vez menos tem controle sobre o jogo e seu resultado, podendo resultar, inclusive, em algo que não tenha sido planejado por nenhum deles. A resistência e a inconformidade podem também se expressar aí, de forma espontânea ou planejada. O autor toma como exemplo o episódio do *Mundialito* de futebol organizado pela Ditadura uruguaia como parte de um projeto de legitimação e continuidade. Ao contrário da celebração dos militares, o jogo final foi marcado pela manifestação da torcida (“*se va a acabar, se va a acabar, la dictadura militar*”), ainda invadindo o campo e rompendo o protocolo oficial, tornando-se uma “festa compensatória”.

Enquanto Vilches Parra (2016), ao abordar os usos da seleção de futebol chilena pela Ditadura de seu país entre 1973 e 1989, lembra que a identidade nacional é uma construção conformada por uma série de narrativas, operada por diversos dispositivos culturais, entre eles, o futebol. Desta forma, a relação do futebol com a identidade nacional não pode ser analisada isoladamente, descartando as outras experiências sociais e culturais do período. Entretanto, é impossível que a instrumentalização do futebol pelo regime militar seja alcançada, dado a massividade e a complexidade que caracterizam esse dispositivo cultural. De maneira que, ao contrário, o futebol e a seleção são espaços de negociação.

Além de colocar em discussão a onipotência do Estado como emissor de mensagens através do futebol, é preciso discutir a complexidade da ideia de resistência ao regime. Como alerta Cordeiro (2009), a memória em torno da Ditadura militar fora estabelecida em termos binários, em que só seriam possíveis duas formas de atuação: os favoráveis e os contrários ao regime militar. Para esta autora, o início dos anos 1970, eram tanto *anos de Chumbo*, ápice da repressão política, quanto *anos de ouro*, impulsionado pelos resultados econômicos e pelo otimismo, resultando em inúmeros e complexos comportamentos frente a Ditadura que não se restringiam ao apoio ou a oposição unilateral:

Assim, se tentarmos observar os comportamentos sociais em sua complexidade, perceberemos que para além da resistência e da colaboração ativa, é preciso prestar atenção na passividade, na indiferença: entre aqueles que se engajaram na luta contra o regime, seja pelo enfrentamento armado, seja por vias institucionais, e os que colaboraram, há uma série de comportamentos muito diversos, que ao fim nos permitem compreender a formação de um consenso social em torno do regime. Consenso que de modo algum significa unanimidade, mas que, ao contrário, abarca uma série de comportamentos muito diversos (...) (CORDEIRO, 2009, p.91).

Proposição semelhante é elaborada por Lvovich (2017) em relação a Ditadura argentina:

Se deben evitar las generalizaciones abusivas e indemostrables. La dictadura militar implicó rupturas, represión y experiencias traumáticas, pero no para toda la población. Por ello no toda la población vivió invariablemente aterrorizada, ni se sintió invariablemente amenazada por el poder militar. Sin

esa comprensión, resulta imposible avanzar en este campo de la investigación histórica. Por ello, mientras la vida cotidiana de segmentos de la población se desarrolló bajo el signo del terror, para otros la normalidad fue la pauta. En segundo término, y en un sentido similar, aunque resulta imposible no preguntarse por la politicidad de las acciones, se debe evitar el abuso imperialista de la pregunta por la resistencia o la complicidad. Considerar el peso de las rutinas, la indiferencia, las representaciones de larga data no ligadas de un modo lineal a la política, resulta entonces indispensable para comprender la dimensión de la cotidianidad (LVOVICH, 2017, p.273).

As fronteiras entre o público e privado se tornam mais imprecisas e movediças nos regimes autoritários, lembram Almeida e Weis (1998,p.327), pois, embora o autoritarismo procure restringir a participação política autônoma e promova a desmobilização, a resistência ao regime inevitavelmente arrasta a política para dentro da órbita privada, porque parte da atividade política torna-se clandestina e deve ser ocultada, sob pena de implicar em consequências diretas ao cotidiano, como perda de emprego, afastamento da família, etc. Desta forma, até a primeira metade dos anos 1970, a política restringia-se às portas fechadas.

Segundo Guterman (2004), porém, o próprio caso brasileiro é ilustrativo de como os triunfos esportivos não se convertem automaticamente em resultados políticos. Nas eleições ocorridas no ano do tricampeonato, a ARENA conseguiu quase 70% dos votos válidos para a Câmara e mais de 60% na eleição para o Senado, porém o processo teve alta abstenção: para a Câmara, 22,5%, além de 20,9% de votos em branco e 9,4% nulos; na eleição para o Senado, houve 22,53% de abstenção, 45,52% de votos em branco e 12,59% nulos (GUTERMAN, 2004, p.273).

Assim, é preciso considerar a hipótese de que as manifestações de resistência ao regime podem se expressar no futebol de formas menos abertas, de acordo com as margens de negociação e segurança possíveis. O que Guterman (2004) chamou de “janela de oportunidade”, onde a festa nas ruas na comemoração da conquista do tricampeonato mundial também seria, sutilmente, uma forma de contestação do regime, como registrava a Folha de São Paulo (23/06/1970): No Rio, “uma loucura. Sem lei e sem documento, o carioca vibrou como sempre quis, sem qualquer repressão legal...”, e em São Paulo, “há mais de *seis anos* não se via uma concentração popular tão grande como a de ontem no Anhangabaú” (grifo nosso). Ideia que está presente no testemunho contemporâneo de Paulo Francis para o jornal Pasquim:

A multidão nas ruas, depois das vitórias brasileiras na Copa do Mundo, estariam somente celebrando o futebol? Nada de comparável aconteceu em 1958 e 1962. Nem o fato do Tri ou da posse definitiva da taça explicam de todo a arruaça, pois arruaça foi. Havia algo mais, óbvio e inconsciente. Desde 1964, esta foi a primeira vez que o povo se sentiu unido em torno de

um objetivo nacional. A inexistência de veículos de extravasão política, o tédio, o medo, e a miséria da vida do Brasil de hoje encontraram um antídoto nos nossos 11 jogadores em campo. Eles saíram daqui desmoralizados como nós. Lá fora, se reencontraram, talvez porque livres da nossa opressiva atmosfera doméstica, e a gente, por procuração, partilhou esse estado de espírito. Agora acabou, mas ficaram alguns sinais na parede para quem sabe lê-los. (O PASQUIM, n. 54, 1970, p.25)

Outros textos da mesma edição d' *O Pasquim*, localizado na oposição ao regime, também questionam a eficácia da associação da Ditadura com a conquista da Copa do Mundo, minimizando inclusive o papel do regime. Na narrativa desse veículo, *o povo* é o sujeito desta trajetória épica:

Quem é o responsável por este surpreendente comportamento, tão pouco "brasileiro"? A intervenção do Estado e o governo revolucionário? Não. O futebol, felizmente, é uma das poucas coisas neste País, que não foram estatizadas e nem sequer dependem do capital estrangeiro, a não ser no capítulo das verbas de publicidade. Pertence todo à iniciativa popular e particular: é o que pode haver de democrático. Quem fez a atual seleção foi a nação propriamente dita. Foram os clubes e entidades esportivas, com todos os seus defeitos; foi a crítica vigilante da imprensa; foi a pressão das opiniões da opinião pública; foram os próprios jogadores. Com esses elementos, através de um debate mais livre, mais amplo e talvez tão apaixonado quanto o da política, chegamos ao México. Pode ter sido uma lição. (O Pasquim, Rio de Janeiro, n. 54, 1970. p. 11)

Ideia que é corroborada por Ferreira Gullar, ainda na mesma edição:

Por isso é que tão pouca coisa neste país tem a autenticidade nacional como a desta Copa. Como foi a da Copa de 58 e 62. É nacional não porque se intitule nacional, mas porque tem profundas raízes no povo do país. Não é uma coisa inventada pela propaganda nem imposta de cima pra baixo. É nacional como o trabalho duro de todo dia, como o salário pouco de cada mês, como o sonho de uma vida melhor. Nacional como o samba e o Carnaval. (O PASQUIM, n. 54, 1970, p. 29).

O episódio do confronto entre a Seleção Brasileira e seleção do Rio Grande do Sul, em 1972, também poderia ser compreendido como uma expressão de resistência. O jogo fora proposto como solução para a crise estabelecida pela exclusão de Everaldo, único atleta gaúcho no time tricampeão, na convocação para a disputa da Taça Independência, recebido como um agravo pela imprensa e a torcida do Estado. O conflito despertou uma identidade de um Rio Grande sempre esquecido e jogado a segundo plano, mas que sempre cumprira sua parte quando lembrado. Reconstituía-se uma identidade para o Rio Grande do Sul justamente num momento em que a Ditadura moldava um Brasil de fantasia, unido, próspero e feliz. Justamente por se tratar de um momento em que a propaganda e o regime ocultavam ou asfixiavam as manifestações de desagrado, incluídas as reivindicações regionais, as

manifestações de identidade tinham que ser construídas em outros espaços que não os políticos. O deslocamento dos eventuais antagonismos e descontentamentos para o futebol fazia sentido nessa conjuntura em que a noção de nacionalidade era transferida para a seleção campeã, símbolo de todos os sucessos do *milagre brasileiro* e das palavras de ordem ufanistas (GUAZZELLI, 2000)⁵³.

1.4 Aperfeiçoando o imperfeito, desprezando a perfeição

O enfrentamento à *militarização*, não apenas na gestão, mas no modelo disciplinador do *jogador-soldado* e da vigilância permanente ao esportista também podem ser considerados como forma de resistência. Neste contexto, o comportamento tático do atleta, disciplinarmente rígido, dentro de campo entra em contradição com o chamado *estilo de jogo nacional*.

As conquistas das Copas do Mundo de 1958 e 1962 não apenas encerraram o *complexo de vira-latas*, nos termos *rodrigueanos*, como estabeleceram um novo parâmetro de identidade nacional: os brasileiros não eram apenas bons no futebol, o Brasil era o *país do futebol*. Em todos os seus aspectos, pela paixão da torcida, pela importância do tema na vida nacional, pela participação em todas as Copas do Mundo. E, a explicação para a superioridade brasileira nesse esporte estaria em uma forma brasileira de se jogar futebol, o *joga bonito* ou o *futebol arte* que diferenciaria nosso país dos demais.

Como demonstrou Guedes (2006, p.12), os *estilos nacionais* de jogo são um longo processo de construção coletiva que estabelece, por um lado, a potencialidade de inclusão de todos os indivíduos que partilham a mesma herança e, por outro lado, a exclusão desta herança dos que não partilham a nacionalidade. O parâmetro para a inclusão ou exclusão é a valorização da exibição da corporalidade no desempenho individual, no exercício sempre surpreendente do drible, o lugar maior da habilidade, da inventividade, da improvisação ao invés da força, erige o craque como o herói destas narrativas, capaz de sobrepor-se à disciplina e a aplicação tática. Desta forma, enquanto os brasileiros são detentores do *futebol arte*, os *outros*, em especial os europeus, são como *máquinas* ou capazes apenas de usar o corpo como força.

53 Os ataques entre os dois selecionados através da imprensa nos dias que antecederam o jogo, uma inimaginável e irreplicável torcida gre-nal, formada homogeneamente pelos torcedores dos rivais, o maior público do estádio Beira-Rio, com cerca de 110 mil torcedores, e as vaias com as quais a Seleção Brasileira foi surpreendida dão os contornos épicos que a partida assumiu e ilustram o caráter de afirmação identitária e a oposição descritos por Guazzelli (2000). Para descontentamento de “legalistas” e “insurgentes”, a partida terminou empatada em três a três.

A aplicação do ideário tecnocrático na gestão administrativa e técnica da Seleção Brasileira gera uma contradição entre o ideal da Doutrina de Segurança Nacional e a identidade construída de como deve se comportar em campo, um jogador brasileiro. Enquanto o torcedor tem como parâmetros a técnica individual e a estética do jogo, a tecnocracia privilegia o resultado, a obediência tática e o conjunto. O combate ao que a tecnocracia considera como uma indisciplina ou indolência gera uma ausência de identificação entre a seleção e sua torcida, tornando nula a operação de associar a Ditadura com a equipe. Ao não reconhecer a seleção – e essa intrinsecamente associada ao regime – a população tende a não reconhecer também o governo como parte da mesma comunidade de sentimentos.

Talvez a maior expressão deste controle – e, portanto, da falta de confiança no trabalhador/atleta – seja uma especificidade brasileira, a concentração antes das partidas. Ainda em maio de 1974, portanto sete anos antes da Democracia Corintiana, o técnico e ex-jogador Telê Santana já defendia a extinção da concentração dos jogadores, dispensando os jogadores casados e exigindo a presença dos solteiros apenas nas vésperas dos jogos do Atlético Mineiro:

Se lhe interessasse, certamente Telê poderia transformar-se num excelente político, dentro da melhor escola mineira, embora como técnico de futebol contrarie uma das máximas que a caracterizam: o conservadorismo. (...) Tudo porque Telê não abre mão de suas ideias, uma delas verdadeiramente revolucionária: o jogador não é uma criança que precise ser vigiada cada hora do dia (...) Técnico não é fiscal e menos ainda vigia. Não sou de abrir porta de quarto de jogador. Eu confio no homem. Isso não basta? (PLACAR nº.217, 17/05/1974, p.18-19)

Note-se que Telê assumiu o Atlético Mineiro em substituição justamente a Yustrich, considerado o exemplo de técnico disciplinador. “No Atlético de Yustrich, a disciplina era rígida, ele falava e os jogadores cumpriam suas ordens. Qualquer falta significava suspensão ou multa. [Telê:] ‘Minha disciplina se baseia na amizade. Todos falam e, apesar disso, sou respeitado’ “(Placar n.º21, 07/08/1970, p.30). Em agosto daquele ano, a Placar comemoraria que Telê fora bem sucedido, fechando a concentração do Atlético, com a chamada “O processo da liberdade” (Placar n.º228, 2/08/1974, p.14-15). Menos sorte tiveram os cinco jogadores do Guarani que decidiram não ir para a concentração dois dias antes de uma partida. Amaral, Flamarion, Lola, Wilson e Alexandre preferiram dormir em casa - “ com a mulher e sem mosquito” , o que a revista considerou “uma revolução dos casados” (Placar n.º225, 12/07/1974). Mesmo apresentando-se pontualmente para o treino do dia seguinte, foram afastados do time titular.

Entre os jogadores, provavelmente como hoje, a política desperta menos interesse, como testemunha Valdomiro, integrante da Seleção Brasileira em 1974, “Não, a gente nem ligava para política, eu nunca liguei também para política. O que ligava para mim era Seleção (...)”. Mas o próprio Valdomiro lembra dos jogadores que preferiam evitar as cerimônias oficiais com o governo, “por causa do negócio do Regime, esse negócio todo, e alguns jogadores não queriam ir” (FRANCO, 2012).

Mais do que impor o modelo do *atleta-soldado*, as condições trabalhistas e sociais às quais o jogador é submetido bloqueiam, na prática, sua condição de cidadão, como assinala Florenzano (2010, p.22), expresso no paradoxo entre a onipotência de uma divindade à qual tudo e todos devem se submeter, ou à impotência de um *animal* ao qual só resta cumprir ordens, do qual só se espera obediência, imobilizado numa identidade domesticada e numa posição subalterna.

Neste contexto, a trajetória de Afonso Celso Garcia Reis, o Afonsinho, e sua luta pelo direito ao passe livre é também a afirmação da sua condição de cidadão, sendo possivelmente, o maior episódio de enfrentamento no futebol brasileiro durante a Ditadura. Criado pelo decreto nº 53.820 de 24 de março de 1964, assinado por João Goulart, o *passe* era o valor pago por uma associação esportiva a outra pela transferência de um atleta, mas se tornou na prática o vínculo profissional com esta agremiação. Afonsinho era o substituto incontestável de Gerson no Botafogo. Com 21 anos, era o capitão do clube quando se sagraram campeões da Taça Brasil, vencendo o Fortaleza. Já contava também com dois troféus de campeão carioca.

Fora de campo, cultivava amizades com militantes de esquerda e cursava medicina. “Eu estava em uma fronteira, protegido da repressão mais dura pela visibilidade do esporte. Mas colegas meus foram presos e torturados. Eu estava chegando ao refeitório quando mataram o Edson”, lembra, referindo-se ao assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto no refeitório universitário Calabouço, episódio que desencadeou manifestações estudantis contra a Ditadura em 1968 (PEINADO, 2017, p.147). Como estudante, participava de assembleias e foi até mesmo convidado a ingressar na luta armada⁵⁴.

Fora dos planos do técnico Zagalo, foi emprestado para o Olaria, equipe com a qual viajou pela Europa. Depois da excursão, Afonsinho permaneceu mais dias no continente, em plena efervescência do final dos anos 1960 e início dos 1970. De volta ao Brasil, Afonsinho

54 Segundo entrevista do próprio Afonsinho - “cheguei a ser convidado em um determinado movimento, e foram claros comigo, era um momento que não tinha saída, era luta armada ou não” - para a Rede Bandeirantes. Em: <https://esporte.band.uol.com.br/noticia/100000673852/afonsinho-fui-chamado-para-a-luta-armada.html> acessado em 06 de abril de 2020.

se reapresentou ao Botafogo de barba e cabelos compridos. Por conta da aparência, foi proibido de treinar com os demais jogadores. Além do visual considerado contestador, o vice-presidente Xisto Toniato decidiu se desfazer de todos os jogadores que estudavam (Placar n.º25, 04/09/1970, p.34). Alexandre da Silva, Chiquinho e Dimas foram cedidos à Portuguesa carioca e Humberto vendido ao Olaria.

Vinculado ao clube, Afonsinho continuou comparecendo regularmente para trabalhar. Diariamente impedido de receber o equipamento e de treinar com os colegas, Afonsinho atravessava a rua e treinava em um campo em frente, mantendo o preparo físico de um profissional. Com 23 anos, terceiranista de medicina, Afonsinho decidiu reivindicar seu direito ao passe – e, portanto, de trabalhar onde quisesse – na Justiça. Mesmo sem expectativa de vitória, Afonsinho procurou inicialmente o Tribunal da Federação Carioca de Futebol e recorreu ao Supremo Tribunal da Justiça Desportiva na CBD. Neste período, o seu caso ganhou publicidade e uma dimensão que extrapolou os muros do campo de General Severiano, onde treina o Botafogo. Em março de 1971, Afonsinho se tornou o primeiro jogador a ter direito ao passe livre por decisão do STJD. Na prática, questionava a prevalência do vínculo desportivo sobre o vínculo trabalhista, mas também da arbitrariedade sob sua vida privada (FRANCO JUNIOR, 20007, p.148).

“Homem livre no futebol eu só conheço um, o Afonsinho” diria Pelé, diante dos obstáculos para encerrar sua trajetória no Santos (PASSE LIVRE, 1974). Logo, o atacante tornara-se inspiração para outros jogadores. Os cabelos compridos e barbas seriam adotados por outros jogadores que se identificavam com os valores da contracultura do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, mas no caso de Paulo César Caju, companheiro de Afonsinho no Botafogo, e de Jairzinho, que antes utilizara um disciplinado corte militar, a adoção dos cabelos *black power*, implicavam reivindicar não apenas a pauta, mas a radicalidade dos movimentos negros, como o Partido dos Panteras Negras. Afonsinho seria ainda homenageado pelo amigo Gilberto Gil com a canção *Meio de campo*:

Prezado amigo Afonsinho
 Eu continuo aqui mesmo
 Aperfeiçoando o imperfeito
 Dando um tempo, dando um jeito
 desprezando a perfeição

Que a perfeição é uma meta
 Defendida pelo goleiro
 Que joga na seleção
 e eu não sou Pelé nem nada
 se muito for, eu sou um Tostão

No mesmo mês de março de 1971, logo após a vitória de Afonsinho, Raul, goleiro do Cruzeiro, também partiu em busca da alforria do passe na justiça. Em dezembro, o atacante Hécio do Galícia da Bahia também conseguiu o passe na justiça do trabalho, após acordo com o clube (Placar, n.º93, 24/12/1971). A contestação à Lei do Passe, ainda que política, era tratada como uma rebeldia nata ou uma postura cultural. No caso do atacante Spencer, do América (MG), que conquistara o passe libertando-se do Cruzeiro (MG), é tratado como “um barbado, pinta de hippie, bolsa enorme a tiracolo, roupas extravagantes” na reportagem “como é boa a liberdade” (Placar n.º224, 05/07/1974, p.26-27). Apesar da imagem folclórica, a revista associa o bom futebol do atacante com a sua liberdade: “Não viver oprimido é um privilégio, mas devia ser um direito. Por isso não abandonei a luta com a minha vitória”.

CAPÍTULO 2 1974: NAS JANELAS E VARANDAS, SÃO RARAS AS BANDEIRAS.

Três meses antes da Copa do Mundo de 1974, Ernesto Geisel tomou posse como quarto presidente da Ditadura militar. Eleito ritualisticamente em janeiro, com 406 votos contra 76 obtidos por Ulysses Guimarães e 23 abstenções. Na verdade, teve um único e definitivo eleitor, seu antecessor, o general Emílio Garrastazu Médici.

Impulsionado pelo desempenho econômico, o chamado *milagre brasileiro*, a Ditadura obteve significativo apoio popular. Em julho de 1971, o IBOPE computou 82% de aprovação para Médici; a economia crescia desde o ano de sua posse, em 1969, acima de 9%, alavancando consigo a renda per capita, as exportações industrializadas e a rentabilidade da bolsa de valores. Em apenas dois anos, os brasileiros com automóvel passaram de 9% para 12% da população e as casas com televisão, de 24% para 34%. Os anos Médici também acumularam recordes nas violações de direitos humanos: em menos de três anos, foram registradas pelo menos 2.500 denúncias de torturas, contra cerca de 1.500 casos nos oito anos anteriores. As forças de repressão assassinaram 120 pessoas, mais do que a soma de seus dois antecessores, 59 brasileiros (GASPARI, 2003, 21-22).

Seu sucessor era um general com larga experiência em conspirações. Ernesto Geisel se levantou contra a posse de Júlio Prestes, contra a permanência de Getúlio Vargas e, claro, participou do golpe que derrubou João Goulart. Foi chefe da Casa Militar e ministro do Supremo Tribunal Militar durante o governo de Castelo Branco. Foi submetido ao ostracismo durante o governo Costa e Silva, de onde foi retirado no governo Médici, para ocupar a presidência da Petrobrás.

A manutenção de um padrão de crescimento econômico era uma necessidade política para sobrevivência do próprio regime. A crise do petróleo elevou em apenas três meses, a partir de outubro de 1973, os preços do barril de 2,90 para 11,65 dólares. O país dependia de óleo para 44% do seu consumo de energia elétrica e importava 80% dos combustíveis fósseis que queimava. Desde 1968, o consumo crescia uma média de 16% ao ano, de maneira que os novos preços significavam um dreno de US\$2 bilhões anuais. Consequentemente, entre o final de 1973 e o início de abril do ano seguinte, a carestia aumentou: a gasolina e a carne de segunda haviam dobrado de preço, o leite subira 33% (GASPARI, 2003). Sem crescimento, o governo perderia sua base legitimadora, daí a obsessão do primeiro ano de governo com a busca pelo crescimento do Produto Interno Bruto em 10%, expresso em diretrizes políticas e palavras de ordem.

A repressão política também não seria abandonada pelo governo. Gaspari (2003) é um dos propagadores da ideia de que Geisel seria um “distensionador”, alguém que reprovaria o uso da tortura, ainda que também não defendesse a punição dos torturadores. O jornalista utiliza o levantamento da Arquidiocese de São Paulo que registra 67 denúncias de tortura em 1974. O que significaria uma espécie de “volta à normalidade” das estatísticas anteriores à edição do AI-5, quando, entre 1965 e 1968, as denúncias eram de “apenas” 71 casos por ano. Em 1973, último ano de Médici, as denúncias haviam sido 736 (GASPARI, 2003). Entretanto, o memorando do Diretor Central da Agência de Inteligência estadunidense (CIA) ao Secretário de Estado Henry Kissinger, datada de 11 abril de 1974, portanto um mês após a posse, demonstra que Geisel reafirmou a repressão física como política estatal:

O presidente, que comentou a seriedade e os aspectos potencialmente prejudiciais dessa política, disse que queria refletir sobre o assunto durante o fim de semana antes de tomar qualquer decisão sobre [Página 279] se deve continuar. Em 1º de abril, o Presidente Geisel disse ao General Figueiredo que a política deveria continuar, mas deve-se tomar muito cuidado para garantir que apenas subversivos perigosos sejam executados. O Presidente e o General Figueiredo concordaram que, quando a CIE prender uma pessoa que possa se enquadrar nessa categoria, o chefe da CIE consultará o General Figueiredo, cuja aprovação deve ser dada antes da execução da pessoa. O Presidente e o General Figueiredo também concordaram que a CIE deve dedicar quase todo o seu esforço à subversão interna e que o esforço geral da CIE deve ser coordenado pelo General Figueiredo (CIA, 11 abril de 1974)⁵⁵

Para Netto (2016), Geisel não era um adversário da repressão cometida pelo Estado. Ao contrário. Ela era requisito para seu projeto de distensão — “autorreforma” na definição do autor – onde a aniquilação de grupos e partidos que punham radicalmente em questão o regime era uma condição para a nova “institucionalidade” que ele pretendia erguer. O que o separava da “comunidade de informações” e do “porão” do regime era o seu sentido de hierarquia e autoridade: a sua distensão supunha um aparelho repressivo limitado, disciplinado, subordinado ao poder central, prestando inteira conta da sua atividade e, sobretudo, que não funcionasse como único e/ou principal suporte do regime (NETTO, 2016). Em suma, o general aceitava a tortura e os assassinatos como recursos lógicos de defesa do Estado, mas não tolerava a insubordinação militar. Sem que a economia ou os discursos

55 Tradução do autor. No original: “ The President, who commented on the seriousness and potentially prejudicial aspects of this policy, said that he wanted to ponder the matter during the weekend before arriving at any decision on [Page 279] whether it should continue. On 1 April, President Geisel told General Figueiredo that the policy should continue, but that great care should be taken to make certain that only dangerous subversives were executed. The President and General Figueiredo agreed that when the CIE apprehends a person who might fall into this category, the CIE chief will consult with General Figueiredo, whose approval must be given before the person is executed. The President and General Figueiredo also agreed that the CIE is to devote almost its entire effort to internal subversion, and that the overall CIE effort is to be coordinated by General Figueiredo”.

patrióticos fossem suficientes para manter a ordem e a estabilidade do regime, parte da Ditadura atuava apenas pela repressão e pela manutenção do poder *per se*.

Para Geisel, assim como para o General Golbery do Couto e Silva, artífice de seu governo, a ação dos “porões” levaria o regime a um beco sem saída. Por isso, faziam-se necessários dois movimentos: depurar a máquina repressiva do banditismo e buscar uma nova legitimidade para o regime através da valorização do seu partido, a ARENA, que, até então, era objeto de olímpico desprezo pelos dirigentes da Ditadura (NETTO, 2016).

A ideia de um “distensionamento” não aparece em seus primeiros pronunciamentos públicos, como o discurso após a confirmação de sua vitória no colégio eleitoral ou no próprio discurso de posse. Ao contrário, durante a primeira reunião ministerial, em 19 de março, Geisel afirma que seu governo tomará “sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático”, “estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 64”.

Tampouco prevê abrir mão dos “instrumentos excepcionais”, como o Ato Institucional n.º5, mas prefere “vê-los não tanto em exercício duradouro ou frequente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica” e que poderiam ser substituídos por outros instrumentos desde que ofereçam “salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional” (GEISEL, 19/03/1974). Em outras palavras, não se avistavam mudanças reais que implicassem a transferência ou retirada dos militares do controle do Estado e do poder político.

O projeto de “distensão” de Geisel, portanto, não previa a saída dos militares, mas ao contrário, buscava sua permanência no poder. Para isso, assinala José Paulo Netto (2016), pretendia estabelecer um marco institucional que ativasse a vida política com a abertura de espaços que legitimassem o Estado ditatorial, com as restrições necessárias à preservação da essência do regime, incorporando seletivamente algumas demandas da oposição e, para cada demanda incorporada, o regime enfatizava o seu comando.

Neste contexto, compreende-se a extinção da AERP, uma das poucas mudanças sensíveis em relação ao período anterior, pois Geisel considerava que a propaganda produzida pela Agência possuía apelos “totalitaristas” e que não condiziam com os princípios ideológicos do “novo governo”, ainda que a “propaganda ideológica” permanecesse difundida pela imprensa escrita, em especial as revistas Manchete e Veja, que em tom bajulador exaltavam as realizações do governo (COUTO, 2014, p.163).

Quanto ao futebol, nunca lhe dera prazer (GASPARI, 2003, p.79).

Às vésperas da Copa, outro presidente era eleito por um colégio eleitoral fechado: João Havelange chegava à presidência da FIFA, projeto acalentado desde a década anterior. Durante a campanha, Havelange visitou 84 países votantes, promoveu excursões do Santos de Pelé e da Seleção Brasileira tricampeã e atraiu o apoio dos países africanos e asiáticos, tanto como um contraponto a política eurocêntrica de seu antecessor Stanley Rous, quanto pela promessa de ampliação do número de times na Copa do Mundo. E, ainda, contou com o aporte de milhares de dólares de Horst Dassler, dono da empresa de material esportivo Adidas, que “simplesmente distribuiu maços de dinheiro vivo entre os dirigentes que continuavam indecisos ou resistentes ou que podiam angariar mais votos, para incentivá-los a apoiar Havelange” (JENNINGS, 2012). Indiretamente, é possível afirmar que os recursos da Ditadura também viabilizaram a candidatura de Havelange, como por exemplo, nos recursos da Taça Independência, que politicamente também contribuíram para a campanha do presidente da CBD ao posto de dirigente máximo do futebol.

Assim como não havia dúvidas em relação à sucessão de Médici por Geisel, também não havia dúvidas sobre a manutenção de Mário Jorge Lobo Zagallo à frente da Seleção Brasileira. Assim como ele, parte da Comissão Técnica de 1970 permaneceu no cargo: Antônio dos Passos como coordenador da comissão, o médico Lídio Pompeu de Toledo, os preparadores físicos Admildo de Abreu Chirol, Carlos Alberto Parreira e o subtenente Raul Alberto Carlesso; o capitão Cláudio Pêcego Coutinho, agora como assistente técnico. O diretor financeiro da CBD Tarso Herédia de Sá era o secretário da Comissão Técnica.

A presença militar também estava preservada: o chefe da Delegação era o coronel Eric Tinoco Marques, comandante da Escola de Educação Física do Exército, medalhista de ouro no Pentatlo nos jogos Pan-Americanos de 1951, também competiu nos jogos olímpicos de Helsinque em 1952 foi cogitado pelos militares para substituir Antônio dos Passos na direção de futebol da CBD, durante a crise de 1970 (Placar n.º2, 27/03/1970). No Projeto México, foi Marques quem disponibilizou a experiência e a infraestrutura da EsEFEx para aquela Comissão Técnica. O ex-goleiro olímpico e militar da aeronáutica Carlos Alberto Cavalheiro era o supervisor da comissão. A segurança ficou a cargo de um certo major Lobo que, segundo Ostermann (1992, p.32), antes de ser escolhido para a tarefa, “passava o dia no aeroporto do Galeão, era um dos encarregados da secção dos tóxicos. A CBD ou qualquer outra entidade não soube explicar se o Major foi escolhido ou se foi indicado”.

A composição da Comissão Técnica, tal como em 1970, parecia reproduzir o ideal tecnocrático do governo militar. Mais do que militares, os preparadores físicos correspondiam

ao ideal supostamente neutro, científico e eficiente da tecnocracia, exatamente como se afirmava que deveria ser a gestão do Estado – operada por técnicos (economistas, administradores, engenheiros etc.) em oposição aos políticos. Como percebeu Mino Carta, no editorial da revista *Veja* nº.302:

Hoje, o que se pretende, no entanto, é um meio-termo entre o super-homem e o autômato, e lindamente trajado, escovado e psicanalisado. E, por trás dele, um bando de frios e laureados especialistas na árdua ciência que condiciona os movimentos das pernas às possíveis trajetórias de uma esfera de couro. Enfim, os tecnocratas alcançaram até mesmo o verde gramado dos nossos sonhos (VEJA n.302, 19/06/1974).

O discurso tecnocrático contaminava inclusive a cobertura jornalística. A Folha dedicou uma reportagem especial em seis partes, iniciada poucos dias antes da abertura da Copa, sobre a preparação física da seleção e a Comissão Técnica, assinada por Narcisio James e ocupando páginas duplas do caderno de esporte, com o título “Alemanha 74: nosso futebol tenta criar o supercraque”. Além disso, após cada partida da Seleção Brasileira, uma página inteira era dedicada às estatísticas da partida com gráficos analisados por Douglas Viaro, estatístico e administrador de empresas.

A militarização incluía a permanência do esquema de segurança rígido, afastando jogadores da imprensa e dos torcedores, a adoção de um toque de alvorada como nos quartéis (Placar n.º558, 23/01/1981, p.57) e a prática da censura, adotada no “Manifesto de Glasgow”, redigido por Cláudio Coutinho, em que os jogadores anunciaram que não falariam mais com a imprensa. Supostamente a decisão partia da irritação dos jogadores com notícias referentes ao comportamento extracampo, mas também blindava a seleção sobre os medíocres resultados nas partidas⁵⁶.

Principal cabo eleitoral de Havelange e dispensada das eliminatórias, por ter vencido a Copa anterior, a Seleção Brasileira disputou partidas contra selecionados pouco expressivos como a partida contra Haiti (4 x 0), Grécia (0 x 0), Romênia (2 x 0), antes de embarcar para compromissos na África, vencendo a Argélia (2 x 0) e a Tunísia (4 x 1). Depois, numa reedição da última final, foram derrotados por 2 a 0 pelos italianos e, em seguida, empataram com a seleção austríaca (1 x 1). Na sequência, vitórias por 1 a 0 contra Alemanha Ocidental e União Soviética, derrota pelo mesmo placar para a Suécia e novas vitórias sobre a Escócia (1 x 0) e a Irlanda (4 x 3).

Sem os grandes jogadores que conquistaram o tricampeonato – em especial Pelé – e dos quais restavam apenas Jairzinho, Rivelino, Piazza e Marco Antônio, a Seleção Brasileira

⁵⁶ Anos mais tarde, a Placar recuperaria a história do Manifesto, comparando-o à implantação da censura no país: “A censura chega ao futebol” (PLACAR,n.599,30/01/1981, pp.50-53).

apoiava-se mais na soberba e no ufanismo do que nos resultados para almejar o tetracampeonato⁵⁷. Para a Placar, “O México-70, faz parte da história, é passado. Infelizmente, alguns jogadores e dirigentes parecem não pensar assim; continuam sofrendo de apoteose mental, da febre perigosa do somos os maiores, do ninguém é de nada e de os gringos têm cintura dura (Placar n.º171, 22/06/1973,p. 6). A mesma ideia ilustrava a charge de Zélio na página dos editoriais do Jornal do Brasil, no dia da abertura da Copa, em que um torcedor diz ao outro: “não adianta nada, usar a mesma roupa, sentar na mesma cadeira, nem mesmo ver a mesma TV... Desta vez não tem Tostão, nem Gérson, nem Pelé” (JB, 13/06/1974, p.5).

Além da comparação com a seleção tricampeã, outros dois fantasmas de 1970 perseguiram a seleção. O primeiro era o de Pelé, não apenas integrante da equipe consagrada na Copa do México, mas detentor do título de Rei do Futebol, maior jogador de seu tempo (e, provavelmente, de todos os tempos), que havia se despedido da seleção no ano seguinte ao tetracampeonato e planejava sua despedida do Santos e do futebol brasileiro naquele mesmo ano. A ausência era reconhecida pelo próprio presidente da Comissão Técnica Antônio dos Passos há poucos dias da estreia:

Esse [Pelé] bem que poderia estar aqui com a gente. Ele foi muito mal assessorado no final de sua carreira. Se ele estivesse aqui, como todos os brasileiros queriam, o time já estava pronto para a Copa. A única coisa que ainda não definimos bem é justamente o meio do ataque, a posição dele. Enfim... (JB, 26/05/1974, p.42)

Mesmo sem jogar, Pelé desfilou pela Alemanha Ocidental como garoto-propaganda da Pepsi e de uma infinidade de outras marcas e produtos, além de assinar uma coluna de comentários sobre a Copa. Além disso, esteve envolvido como principal cabo eleitoral da candidatura de Havelange nas eleições da FIFA até às vésperas da eleição (FSP, 07/11/1999, Caderno Especial, página 3). Em artigo para a Revista Placar, Pelé elenca suas diferenças com o time de Zagalo:

O que eu acho é que vocês ainda não descobriram que não podem jogar da mesma maneira que em 70. Ainda existem jogadores, pelo que vi na televisão, querendo impor aquele estilo de toque de bola que empregamos em 70. Isso agora não é mais possível, simplesmente porque Tostão, aquele baixinho sensacional, não está mais no comando do nosso ataque (Placar n.º217, 17/05/1974, p.3).

57 Presente nas seleções de 1970 e 1974, Marco Antônio justificou a derrota na Copa da Alemanha com a seguinte frase: “O que faltou em 1974? Foi uns três ou quatro jogadores que jogaram em 70: Pelé, Tostão e Gerson [risos], para mim o que faltou foi isso” (FELICIANO, 2011).

Pelé ainda nota que “ainda falta confiança ao time” e que “todos deveriam cooperar”, mas principalmente sugere que os jogadores sejam mais ofensivos e explorem mais a individualidade e a velocidade.

O outro fantasma era João Saldanha. Passados quatro anos desde a conquista definitiva da Jules Rimet, o senso comum sedimentou a ideia de que o selecionado de 1970 era uma seleção sem técnico, ou melhor, com muitos técnicos – Pelé, Tostão, Gerson – mas não Zagalo, beneficiado apenas pela substituição de João Saldanha. Em setembro, a revista *Placar* afirmava que “sem chegar ao posto de inimigo público n.º1, Zagalo talvez seja hoje um dos homens mais odiados do Brasil” (*Placar* n.º185, 28/09/1973). O técnico é descrito como “quadrado, pouco criativo, cauteloso até a fronteira da covardia, matreiro em excesso e traidor”.

Segundo a revista, dentro da própria CBD, Zagalo era avaliado, unanimemente, como instável e incapaz de armar um time sem Pelé, Tostão e Gérson. A matéria prosseguia afirmando que o sucesso de 1970 se devia ao prestígio que João Saldanha conferiu à seleção, na “eliminação de influências políticas na convocação e escalação do time” e na boa margem de tempo para a preparação dos jogadores. A reportagem concluiu com o que a própria revista definia como uma “bomba”: um cartola da Confederação teria dito que “João Saldanha ainda resiste, mas pode voltar a ter grande influência na seleção, ainda que como um simples divulgador, uma catalisador de correntes em choque” (*Placar* n.º186, 5 de outubro de 1973).

A percepção anterior à Copa é de que Zagalo exerce o cargo burocraticamente, ainda que apoiado por uma comissão técnica eficiente, mas igualmente perdida, enquanto a seleção carece de líderes dentro e fora de campo. Como se percebe na edição de *Placar*, n.º211, de 5 de abril de 1974, dois meses antes da abertura do campeonato: “Afim, os homens [comissão técnica] se renderam ao óbvio: sem gol, não há vitória”. Em três treinos coletivos, definidos pela revista como “mediócras”, apenas um único e solitário gol fora marcado em cento e oitenta minutos. Além disso, a seleção estava organizada com um erro de concepção: excesso de armadores, apenas um ponta-direita e nenhum ponta-esquerda. Como solução, Zagalo e a Comissão convocaram mais três jogadores, somando-se aos vinte e dois já concentrados desde março. Na edição seguinte, a revista alertava que o ambiente na seleção era “conturbado, tenso e inseguro”, resultado das contusões, das novas convocações e dos testes táticos. A reportagem supõe que as discussões dentro da Comissão “alcançam o nível de bate-bocas de botequim”, enquanto entre os jogadores é ainda mais ferrenho (*Placar*, n.º212, 12 de abril de 1974).

Esta combinação entre a ausência do maior jogador de futebol brasileiro de todos os tempos com a pouca confiança no time e em Zagalo transbordava da crônica esportiva e invadia outras expressões culturais. A música “*Camisa 10*” de Hélio Matheus e Luís Vagner, gravada por Luiz Américo, criticava de forma bem-humorada o time, citando os jogadores por seus apelidos:

Desculpe seu Zagalo
 Mexe nesse time que tá muito fraco
 Levaram uma flecha, esqueceram o arco
 Botaram muito fogo e sopraram o furacão [Jairzinho]
 Que nem saiu do chão

Desculpe seu Zagalo
 Puseram uma palhinha na sua fogueira
 E se não fosse a força desse pau-pereira [Luis Pereira]
 Comiam um frango assado lá na jaula do leão [Leão]

Mas não tem nada não!

Cuidado seu Zagalo
 O garoto do parque [Rivelino] está muito nervoso
 E nesse meio campo fica perigoso
 Parece que desliza nesse vai não vai
 Quando não cai

E o refrão não deixava dúvidas sobre a grande questão: “É camisa dez da seleção, laiá, laiá, laiá/Dez é a camisa dele, quem é que vai no lugar dele”. Para concluir: “Desculpe seu Zagalo/A crítica que faço é pura brincadeira/Espírito de humor, torcida brasileira/A turma está sorrindo para não chorar, tá devagar”.

E os problemas da seleção persistiram até a véspera da Copa, como demonstra a reportagem da Veja:

A dez dias da estreia na Copa, o problema mais sério da Seleção Brasileira não parece ser o de jogar futebol. Achar fórmulas para chegar à meta adversária com um pouco mais de imaginação e evitando os caminhos algo burocráticos tentados até agora, que envolvem normalmente dezenas de toques para o lado, ou tentar definições táticas realmente definitivas, enfim aquilo que diz respeito à condução de uma bola durante a partida, tudo passa a segundo plano, a esta altura (Veja n.º300, p.71).

A revista questiona a preparação física “entregue a profissionais de alto nível”, acusada de provocar contusões constantes e dores musculares, gerando inclusive um movimento de jogadores para pedir uma modificação no sistema de treinos, mas que não tiveram resultados práticos, porque entre os “conspiradores”, “não havia nenhum com espírito de liderança capaz de levar adiante a ideia” (Veja n.º300, 1974, p.71). Os problemas com a

preparação física, outrora diferencial da Seleção Brasileira no México, também era tratada pela Placar (n.º220, 07/06/1974), com a chamada “Cadê o preparo físico?” na capa da edição. O editor Jairo Régis lembra-se de um episódio, após a Copa de 70, em que Admildo Chirol e Cláudio Coutinho afirmavam que eram eles, e não os jogadores, os responsáveis pela conquista do tricampeonato e provocava agora: “se Coutinho e Chirol se julgam os donos da glória do México, que assumam agora a responsabilidade pelo que está acontecendo na Alemanha” (p.3).

Já a Folha tratava os problemas como uma questão alheia à vontade dos preparadores, obrigando-os a alterarem o plano inicial. “Se não tivesse tantas confusões, convocações e cortes, o time estaria bem melhor” desabafou Carlos Alberto Parreira para o jornal paulista (FSP, 13/06/1974, p.16). Os imprevistos foram a convocação “inesperada” de mais três jogadores em março (César, Valdomiro e Edu); a convocação de Nelinho e Renato após os cortes de Carlos Alberto e Félix em abril; as recuperações mais lentas que o previsto de Paulo César, Clodoaldo e Jairzinho. Até o local da concentração na Alemanha Ocidental fora escolhido equivocadamente e o campo era impraticável para os treinamentos, obrigando a CBD a encontrar outro local, distante 38 quilômetros, há poucos dias da chegada da delegação (Placar n.º218, 24/05/1974). “Por causa disso tudo, não se pode culpar a equipe de preparadores pelas eventuais falhas que aconteceram. Eles, apesar de tantas mudanças bruscas, obedeceram a ideia original para este período”, absolve a Folha (13/06/1974, p.17).

Vinte anos depois, desde a Copa do Mundo de 1954, outro fenômeno voltava a se manifestar associado à seleção: a instabilidade emocional. O que era tratado como uma “característica dos trópicos” ou uma fraqueza de nossa formação até a conquista do campeonato mundial em 1958 e erradicada pelas vitórias de 1962 e 1970, ressurgia no vestiário do selecionado nacional para surpresa da crônica jornalística.

A Veja chamava atenção, em especial, para a instabilidade daqueles que deveriam ser, nos termos da reportagem, os “condottieri do ambicionado tetracampeonato”, como Clodoaldo (“altamente sugestionável”) e Rivelino (“acometido de inexplicáveis dores de estômago e ânsias de vômito”). Na edição seguinte, os correspondentes de Veja, já na Alemanha Ocidental, acrescentavam ainda, em tom irônico, a falta de concentração e foco dos jogadores, mais preocupados com transferências de clubes — Paulo César para a França e Jairzinho para Itália — e até com o casamento, como era o caso de Marco Antônio (Veja n.301, p.100).

A revista Placar (n.º221, 14/06/1974, p.14) também registrava momentos poucos auspiciosos para a véspera de uma competição: não se via nem descontração e nem

confraternização entre os jogadores. Poucos podiam se considerar titulares incontestáveis, segundo a revista, e ninguém sabe realmente – incluindo Zagalo – quem joga ou não e se a seleção estaria à altura para vencer a Copa. A indefinição do time já era apontada como a causa para a instabilidade emocional, dias antes, pelo Jornal do Brasil (26/05/1974): “Nos últimos treinos tem ficado cada vez mais evidente o nervosismo dos que não se conformam com a reserva, bem como os do que receiam perder a posição já aparentemente conquistada”, descreve o diário carioca antes de elencar uma série de episódios de imaturidade e brigas, como a ameaça do atacante César de “quebrar a cara” do defensor Marinho (do Botafogo). Ainda assim, antes da estreia na Copa, o Jornal do Brasil prefere ignorar estas tensões e recorre a Pelé, onipresente na cobertura do veículo carioca neste dia da estreia brasileira, e que, após uma visita de quinze minutos à concentração, sentencia: “sentiu o mesmo ambiente de 70” (JB, 13/06/1974, p.27).

Porém, na mesma página, o diário carioca é obrigado a reconhecer que “a Seleção do Brasil começa o torneio sem muito otimismo por parte de sua torcida”⁵⁸. Para Veja, a questão central estava na distância entre a torcida e a seleção, ou melhor, na *alienação* da torcida em relação a sua seleção, cuja expressão era a perplexidade:

O torcedor brasileiro simplesmente não tinha condições de dedicar-se ao seu esporte favorito de vésperas de qualquer Copa do Mundo, ou seja, desancar o técnico por sua desavisada escolha do agrupamento descoordenado de indivíduos que em má hora resolveu escalar para enfrentar o primeiro adversário. Não havia como criticar Zagalo e seu time, mesmo porque não se tem noção do nome dos onze cidadãos da República que entrarão em campo na inauguração da 10ª Copa Mundial de Futebol Association.

Das profundezas do tirocínio irretorquível da massa anônima espalhada nas ruas e nos locais de trabalho, do consenso popular. Não saiu aquele conjunto de jogadores conhecido como "time óbvio" com o qual o povo pode se identificar. Ao contrário de 1970, o povo não elegeu seu time. E Zagalo, que há quatro anos teve sensibilidade suficiente para aceitar a contragosto o "time óbvio" sabiamente aconselhado pela multidão nos aplausos e vaias nos treinos ainda no Brasil, de repente se vê sozinho, com a oportunidade, talvez única em toda a história do futebol nacional, de o técnico escolher, afinal, o seu time preferido (...) uma conjuntura inédita no futebol mundial, na qual ninguém, desde o torcedor de botequim até o mais influente cronista esportivo, se atreve a dar palpites e o técnico pode escalar qualquer time que ninguém ficará particularmente mais assustado do que já está (Veja n.º301, 12 de junho de 1974, p.100).

Note-se que agora, a narrativa isenta o povo e o país dos fracassos do selecionado. Ao contrário, se os jogadores são emocionalmente instáveis e a seleção desordenada, a

⁵⁸Curiosamente, a frase completa é “A Seleção do Brasil começa o torneio sem muito otimismo por parte de sua torcida **e até mesmo dos jornalistas**” (grifo meu), convertendo as tradicionais posições em que o torcedor é passional e cabe ao jornalismo a análise racional.

responsabilidade não pode recair sobre o povo que, como diz a reportagem, “não elegeu seu time”. Porém, mais do que um possível código subliminar pela democracia, a reportagem demonstra que não há preferência dos torcedores por nenhuma escalação ou jogador. Não são os mecanismos de escolha que estão bloqueados, mas os nomes disponíveis que não satisfazem à preferência popular ou especializada. O espelho entre a seleção e seu povo, aqui, quebrou-se. Não é o brasileiro que é fraco ou instável. São só jogadores, coletiva ou individualmente, que não correspondem à autoimagem do brasileiro no futebol.

O futebol não é a única manifestação de uma ruptura. No mesmo caderno especial, Veja registra que “largas camadas da população teriam chegado à conclusão de que não tem importância o Brasil ganhar ou não o tetra” (Veja n.º301, p.100),

A menos de uma semana de mais uma Copa há uma certa passividade ou indiferença diante do evento que se aproxima. Nas ruas, nota-se a ausência quase completa do fenômeno do verde-amarelismo que desceu sobre o país em 1970. Na época, era arriscado um automóvel circular sem pelo menos uma tarja indicando que seus ocupantes estavam integrados na "corrente pra frente" do futebol (Veja n.º301, p.102).

A reportagem passa, então, a registrar que se por um lado as vendas de televisores aumentaram, outros produtos e setores que contavam com o consumo durante a Copa não tiveram o mesmo desempenho. Um fabricante de bandeiras, camisetas e flâmulas de Porto Alegre reclama que não recebera nenhuma encomenda ainda, enquanto em 1970 havia vendido 10 mil bandeiras; na capital gaúcha ainda, uma agência de viagens recebeu 148 inscrições para a Copa, dois anos antes, mas apenas 50 pessoas se interessaram em viajar no ano da Copa, enquanto uma agência de viagens em Blumenau esperava vender 1.100 passagens, vendeu 780, apesar da colônia alemã na região. Para a Veja, “há sintomas que este campeonato mesmo com um “happy end” nunca será tão comemorado como a conquista do Tri” (n.301, p.108). A explicação para a particularidade de 1970 estaria no comportamento da classe média:

A transmissão dos jogos pela TV em imagens diretas provocou, na época, um fenômeno que chamou a atenção dos estudiosos do comportamento humano. A classe média, uma entidade de contornos mal definidos — “é a que tem máquina de lavar, geladeira, televisão, uma empregada e um automóvel”, dizia um sociólogo —, aderiu à euforia futebolística como nunca ocorrera antes (Veja n.º301, 12 de junho de 1974, p.108).

O discurso de “país potência” parecia não se adequar nem aos campos econômicos, nem aos campos futebolísticos. Por fim, a revista chama a atenção que “enquanto o governo Médici identificou-se com a vitória esportiva, o governo Geisel entendeu que não seria conveniente uma vinculação a êxitos ou fracassos futebolísticos” (p.108). A decisão é

confirmada pela pequena reportagem do Jornal do Brasil, no dia de estreia da Seleção Brasileira, quase uma nota, localizada na parte inferior da página: Geisel assistirá ao jogo na Granja do Riacho Fundo acompanhado apenas de seus familiares. O jornal informa ainda que o expediente de almoço no Palácio do Planalto será alterado para que os funcionários vejam as partidas, mas que não haverá nenhuma mudança oficial de horários nas chefias de departamento do Planalto (JB, 13/06/1974, p.27).

A X Copa do Mundo ocorreu na Alemanha Ocidental entre 13 de junho e 7 de julho. Ainda que as relações entre futebol e política se cruzem desde a primeira Copa do Mundo, poucas edições talvez tenham sido tão marcadas por questões geopolíticas como esta, como notava o colunista A. Mendes na Folha (13/06/1974, p.15), “o futebol de hoje transcendeu de forma impressionante suas dimensões esportivas (...) passou a viver uma época de afirmação da capacidade e das possibilidades e feitos de uma nação. É preocupação de governos e autoridades, como se fosse possível lançar a sorte de países num acontecimento promovido para fins e efeito de conagraçamento(...)”.

No contexto da “Guerra Fria”, a Alemanha Ocidental tinha pela frente um confronto inédito com a Alemanha Oriental, na primeira fase. Mas, principalmente, a Copa herdara o temor das Olimpíadas de Munique de 1972, quando onze integrantes delegação israelense foram sequestrados dentro do Parque Olímpico e, posteriormente, mortos no desfecho que também matou cinco sequestradores e um policial, evidenciando o despreparo da polícia alemã para lidar com situações de terrorismo. A questão era uma preocupação antes da abertura do evento, na Folha de São Paulo, que registrava a prisão de um jovem palestino na fronteira franco-alemã e o comunicado da polícia alemã que desmentia a informação sobre movimentações de grupos guerrilheiros palestinos no interior do país. A Folha também se preocupava com a possibilidade de operações do “grupo anarquista de guerrilheiros urbanos Baaden-Meinhoff”.

A seleção chilena também atraía a atenção fora dos gramados. Há menos de um ano, o golpe militar liderado por Augusto Pinochet levou à morte de Salvador Allende e o início de um regime de brutal repressão. Durante as eliminatórias, Chile e União Soviética deveriam disputar uma vaga através da repescagem. A primeira partida, em 26 de setembro, fora na União Soviética, mas os soviéticos recusaram-se a disputar a segunda partida, em novembro, no Chile e especificamente no Estádio Nacional, utilizado como centro de detenção, tortura e assassinatos. A FIFA não aceitou o pedido de alteração da partida e os chilenos venceram pela ausência dos adversários, classificando-se para a Copa.

Curiosamente, enquanto os demais veículos limitam-se à cobertura esportiva, a Folha abordava as intersecções entre a situação política do Chile e de sua seleção praticamente em todos os dias da primeira fase – os chilenos não se classificaram para a fase seguinte – na seção “O mundo na Copa” que reproduzia notas de agências internacionais e tratava da repercussão na imprensa internacional sobre a Copa.

No dia 12 de junho, véspera da abertura da Copa, uma bomba explodiu no consulado do Chile, deixando quatro feridos. A ação teria sido organizada por “grupos esquerdistas”. Nos dias 13 e 14, a Folha trata do acompanhamento da Copa pelos torcedores chilenos, enfatizando o clima de normalidade no país. No dia seguinte, o atentado ao consulado voltaria a ser destacado pela crítica do governo chileno pela inércia da polícia diante da “ação de organismo marxistas” e requerendo proteção ao seu selecionado. No dia 16, o jornal destaca uma manifestação na Alemanha de 5 mil jovens contra Pinochet e a junta militar. No outro dia, como uma espécie de compensação ou balanceamento, a Folha destaca a mensagem de apoio ao time enviado pelo General chileno. O atentado ao consulado é assumido por uma “célula revolucionária” — não se sabe de qual organização ou país — no dia 18. Na mesma seção, uma nota anuncia novas manifestações de “organizações de esquerda, do Partido Comunista Alemão e da Liga contra o Imperialismo (dominada por esquerdistas)”. No dia 19, sobre a partida contra a Alemanha Oriental, o jornal menciona que a seleção do Chile foi vaiada na entrada em campo e faixas com dizeres “Chile sim, Junta não” foram desfraldadas durante o hino nacional chileno. Pinochet seria o protagonista de outras notas nos dias seguintes, sobre seu interesse na Copa e nas ligações para o capitão da equipe Francisco Valdez (20/06) e palpitando uma vitória de 4 a 0 sobre os australianos (empataram sem gols) (21/06).

A Folha prevê que a permanência do Chile na Copa poderia levar a novas manifestações contra o regime, como realmente ocorreu na última partida, no dia 23. A maneira com a qual a Folha oscila em sua cobertura, ora neutra, ora destacando o interesse de Pinochet e a relação de proximidade com a sua seleção, além de associar o comportamento de grupos “marxistas” com “terrorismo”, demonstra a preocupação da Folha em defender a Ditadura chilena ou ao menos manter certo equilíbrio quando a parcialidade não for possível. Que tanto pode significar simpatia ideológica ou ainda, ao proteger a Ditadura chilena, também defender a Ditadura brasileira. Em comparação, a cobertura do Jornal do Brasil ignora a questão chilena, mencionando brevemente o rígido esquema de segurança da concentração do Chile, sem explicar ao leitor por que a presença de um efetivo que impedia até mesmo a circulação de jornalistas (JB, 16/06/1974, p.44).

No decorrer da disputa da X Copa, chamava a atenção ainda a instabilidade política da Argentina, agravada pela situação de saúde do General Juan Domingo Perón — que faleceria durante a competição — uma vez que os argentinos seriam o próximo país-sede da Copa, deliberação tomada ainda em 1966.

A abertura da Copa coube ao Brasil, como vencedor da edição passada, numa partida disputada contra a Iugoslávia. Pela primeira vez, estaria em disputa a Taça FIFA, substituta da Jules Rimet, conquistada em definitivo pelo Brasil. Nas bolsas de apostas, registrava a Folha, a Alemanha liderava as expectativas, seguida por Brasil e Holanda. Uma pesquisa entre técnicos feita pelo jornal argentino *La Nación* previa uma final entre as duas Alemanhas, enquanto Brasil, Itália, Iugoslávia, Polônia e Holanda estariam entre os prováveis semifinalistas.

A Folha registrava que a véspera para o jogo de abertura fora um “dia tranquilo” para a Seleção Brasileira, porém sem treinos e sem contato com a imprensa. Como o programa previa uma entrevista do treinador com os jornalistas brasileiros, houve um pequeno princípio de confusão entre estes profissionais e a Comissão Técnica. A decisão da Comissão pretendia preservar Zagalo que estaria tenso “como todos nós”, segundo Cláudio Coutinho. Por fim, um único jornalista foi autorizado a entrevistá-lo e distribuir a gravação entre os colegas. A principal questão de Cândido Garcia, da Jovem Pan, para o técnico era “em 1970, qualquer criança tinha o time do Brasil decorado. Agora, em 1974, na véspera da estreia, ninguém pode anunciar oficialmente o time. Por quê?” (13/06/1974, p.20). O técnico desconversou, alegou que a imprensa e todos os brasileiros sabiam qual era o time e que ele só não fora anunciado oficialmente como tática para despistar o técnico iugoslavo.

O jogo entre Brasil e Iugoslávia, um tedioso empate sem gols, foi descrito no dia seguinte pela Folha (14/06/1974, p.13) como “decepcionante”. E ainda pior, o empate foi “um milagre” para um time que foi permanentemente atacado e teve no goleiro Leão uma das maiores figuras em campo. O Brasil era descrito como “confuso” e a Iugoslávia, inicialmente “temerosa”, se tornara confiante, obrigando “a defesa brasileira a desesperadas tentativas para evitar a derrota”. Ainda assim, “para Zagalo está tudo bem. Houve um sentimento de vitória” (p.13), estranheza com o otimismo do técnico que a Folha já expressava na capa do periódico. Nas análises, a Folha atribuiu o empate a covardia de Zagalo - “Ele não fez nada. O medo de Zagalo era tão evidente que ele não alterou em nada” (p.20) — e novamente as ausências de Pelé, Tostão e Gérson.

No interior do caderno de esportes, tanto a já citada página de estatísticas quanto a reportagem com a opinião dos torcedores faziam referência ao termo *milagre*. A análise

estatística tinha como chamada “Os números do milagre”, enquanto o contínuo José do Carmo Pedroso, 36 anos, afirmava contundente que “se o Zagalo não mudar imediatamente esse time, chegaremos, se chegarmos, à fase seguinte à custa de empates e milagres” (14/06/1974, p.14). O técnico era alvo dos torcedores que assistiam à partida na rodoviária da capital paulista (“Quando a televisão mostrou o banco do Brasil e Zagalo surgiu com seu ar preocupado, um coro uniforme: ‘burro, burro, burro’”). Um trocador de ônibus reclamava que “sem descontrair, não ganha a Copa de jeito nenhum”.

A Folha também ouviu os jogadores e a maior parte das opiniões eram de autocrítica, mas também de afirmação da obediência: “faltou confiança” (Piazza), “tivemos sorte de não levar gol” (Jairzinho), “ficamos assustados” (Paulo César). No entanto, muitos enfatizam a disciplina e obediência como características do time: “não consegui fazer quase nada, mas procurei cumprir o que o técnico mandou” (Leivinha); “Fui instruído para entrar duro e não deixar o ponta cruzar para a área. Eu só me preocupei em fazer isso, cumprir esta determinação. Assim eu esqueci de ajudar o ataque. Esqueci não, é que não me senti com liberdade de ao menos tentar isso” (Marinho do Botafogo) [Marinho Chagas], “o time cumpriu certinho as instruções do Zagalo” (Marinho dos Santos) [Marinho Peres] (FSP, 14/06/1974, p.14-15).

Já o Jornal do Brasil (14/06/1974) adota um tom mais favorável. Assim como sua manchete de capa, “Zagalo aprovou o empate e não teme a Escócia”, o JB também parecia aprovar a estreia. Na análise individual de cada jogador, Piazza, Paulo César, Valdomiro e Leivinha são criticados, mas adjetivos e elogios como “seguro”, “perfeito”, “cumpriu bem sua missão” são utilizados para descrever os demais jogadores. Mais uma vez o diário recorre a Pelé que também teria “aprovado o empate”. Enquanto Zagalo diz “que o pior jogo já passou”. Apesar do tom das manchetes, a coluna de José Inácio Wernek é explícita, “duro é ser brasileiro e ver nosso time sob vaias, a praticar um antijogo de bola para o lado e para trás, negando-se aos olhos deste público europeu que aprendeu a admirá-lo por sua inventividade, por seu espírito atrevido” (JB, 14/06/1974, p.25). Na última página do caderno de esportes, o diário enfim reconhece: foi “a estreia do medo” (p.27).

A Placar (n.º222, 21/06/1974) também considerou o empate um resultado “milagroso” pelo qual a grande parte dos brasileiros sentiu vergonha diante da “covardia da seleção”. “Até onde vamos com a covardia?”, perguntava o título da reportagem que também criticava a satisfação de Zagalo com o resultado, enquanto registrava que apenas Carlos Alberto Parreira “estranhou o baixo rendimento da equipe”.

As críticas prosseguem no dia seguinte, na Folha de São Paulo, com a chamada “o que esperar da seleção?” e nas três páginas do caderno especial, a partida é descrita como “vexame”, “decepção” e frustração”, em que a seleção “não inspira confiança” tanto que alguns torcedores já estariam providenciando passagens de retorno ao país no fim da primeira fase.

Não é nada fácil controlar os sentimentos quando o Hino Nacional é executado (mesmo que mal executado). Todos nós esperávamos que a Seleção Brasileira nos aliviasse da tensão diária de vivê-la na concentração, nos treinos, nos testes de preparação. Mas a seleção apenas aumentou esta tensão deixando a todos apenas uma pergunta: afinal quatro meses de preparação serviram para quê, se o time não tem nenhuma objetividade e não sabe se portar em campo com a dignidade que se espera de um tricampeão do mundo? (FSP, 15/06/1974)

Além de Zagalo, nesta edição, a Folha amplia a crítica aos jogadores, como já fizera a Veja anteriormente. Para o jornal, falta humildade e sobram estrelismos. Menciona que Marinho do Botafogo e Leão cobravam pelas entrevistas 500 marcos (cerca de 1500 cruzeiros) – após o empate com a Escócia, Paulo César Caju também é criticado por cobrar US\$500 para falar com a TV alemã.

O tom predominante da análise da Folha é de que *não há motivos para otimismo*. “Os mais otimistas não podem comparar o que vem acontecendo com o clima alegre e descontraído do México em 1970 e apenas deixam-se levar pela nostalgia” escreve o colunista A. Mendes, que prossegue com sua sentença, “ninguém pode estar animado, por mais otimista que seja, principalmente porque o próprio técnico Zagalo não alimenta os sonhos de ninguém”. Para o colunista, o otimismo é, ainda, decorrente da arrogância e da negação da realidade:

Pairando acima e respondendo a todos os defeitos e falhas tem-se a confiança manifestada sem a menor base ou razão de ser, da parte de Zagalo e da Comissão Técnica. Uma personalidade estruturada apenas em teimosia e arrogância, que acaba de complicar as coisas. Enquanto Zagalo faz cálculos, arrota otimismo e conserva a decisão idiota de dar crédito de confiança a jogadores que já demonstraram não estar à altura (...) (FSP, 15/06/1974, p.23).

Pois, o otimismo é exatamente o termo escolhido pelo Jornal do Brasil para descrever os jogadores brasileiros: “Time fica otimista ao ver adversários” (JB, 16/06/1974, p.44). No dia anterior, o periódico havia destacado as opiniões de Zagalo e Admildo Chirol para confirmar que a preparação física funcionara bem, que o time deveria repetir a escalação contra a Escócia. Durante a cobertura da Copa, o Jornal recorrerá inúmeras vezes ao expediente de destacar o técnico e o chefe dos preparadores físicos, sempre nas manchetes, no

alto das páginas. Não se tratam apenas da opinião de Zagalo e de Chirol, são praticamente “comunicados oficiais” ou diretrizes de como devem ser interpretados os fatos, pelo destaque e tratamento que recebem. E, ao legitimar os coordenadores da Comissão Técnica, ao mesmo tempo, a empresa valoriza e legitima seu próprio material jornalístico, como uma espécie de fonte oficial.

Porém, a coluna de José Inácio Wernek permanece destoando da cobertura do veículo. Segundo o colunista, a tensão dos atletas e o medo da derrota se devem ao fato de que vencer no futebol se tornou uma “psicose nacional (...) pela importância do futebol no equilíbrio psicológico do povo, pela dimensão exagerada que esse esporte adquiriu na vida nacional” (JB, 15/06/1974). Trata-se de uma curiosa variação dos diagnósticos nacionais pré-1958. O “brasileiro” permaneceria inconstante e desequilibrado. O “tratamento” depende de altas doses do próprio veneno para manter o equilíbrio, a irracionalidade produzida pelo futebol, ainda que nossa superioridade seja inegável neste campo.

No dia 16, a Folha acrescenta um novo elemento ao diagnóstico: a superioridade do futebol europeu sobre os sul-americanos. A capa do jornal estampa a chamada “furacão europeu arrasa sul-americanos” referindo-se às vitórias da Holanda sobre o Uruguai e da Polônia sobre a Argentina. O futebol europeu é veloz, enquanto o futebol sul-americano — “a começar pelo Brasil” — é “lento e preguiçoso” (FSP, 16/6/1974). A tese é incorporada inclusive pelo Jornal do Brasil (17/06/1974, p.29), cuja cobertura era até então menos crítica, mas outra vez referendada pela posição “oficial” de Zagalo, sempre em destaque pelo periódico. “Força” e “velocidade” são os adjetivos utilizados pelo técnico brasileiro para definir os adversários, porém sempre reafirmando a superioridade brasileira, como enfatiza a reportagem.

O caderno especial da Folha sobre a Copa volta à carga contra os jogadores, relatando que os jornalistas preferiram assistir às partidas na televisão do que acompanharem o treino brasileiro no mesmo horário. A série de reportagens sobre a preparação física altera sua chamada para “Alemanha 74: nosso futebol **tentou** criar o supercraque” (grifo do autor), mas fracassou porque o selecionado que se encontrava na Alemanha Ocidental era formado “por 22 jogadores comuns, nem superatletas, nem supercraques”. A reportagem, porém, mantém o tom de defesa dos preparadores físicos, cuja “única acusação ao trabalho da equipe de preparação era excessiva eficiência”.

Eles [preparadores] aceitaram pacientemente as implicações políticas, concordaram com cortes, convocações, crises, viagens, diminuições do ritmo, poupar certos jogadores. A escolha de um lugar errado para a concentração, na Alemanha, o tipo final de treinamento e o envolvimento

emocional dos preparadores com o clima geral da seleção fez com que justamente na hora em que era preciso calma, cuidado e mais trabalho, se pusesse tudo a perder.

Eles não têm culpa se Zagalo não aproveita os melhores atletas convocados. Como não têm culpa que Zagalo tenha vivido esses 96 dias falando de um pretenso e único time para, na hora da competição, mostrar que mentia, pois não possuía nem time nem organização tática.

Nas atitudes políticas e impessoais de Cláudio Coutinho, um dos homens da preparação física, pode-se conhecer melhor o tipo de comportamento que orientou o trabalho da equipe. Ele faz uma análise do trabalho sem focar nas pressões políticas, nas crises que a seleção viveu e que acabaram prejudicando tudo (FSP, 16/6/1974).

Na véspera do jogo contra a Escócia, surpreendentemente a capa da Folha comemora: “clima de rebelião contra Zagalo”. Os remanescentes do tricampeonato – Jairzinho, Rivelino e Piazza – encabeçariam um “movimento de franca rebelião contra as determinações do técnico”, estimulados por outro tricampeão, Gérson, que teria incitado Rivelino a assumir o comando e “levar o time ao ataque”. Todos os outros jogadores, “de Leão a Paulo César”, teriam manifestado opiniões semelhantes, porém com mais discrição para evitar problemas com a direção da seleção.

“A seleção contra Zagalo” é a chamada do caderno especial da Copa, que reproduz a crítica dos jogadores, setor por setor da seleção. “É preciso mudar, dizem todos”, afirma o jornal, que atesta que defesa, meio de campo e ataque estão contra “as ideias fixas” de Zagalo. Em conversa com os jogadores, prestes a ser censurado pelo coordenador Antônio dos Passos, Jairzinho, desabafa em tom exaltado: “desde o começo esta seleção está mal. Nossa chave é uma moleza. A Iugoslávia é horrível, o Zaire nem existe e a Escócia, uma brincadeira. E nós somos mais fracos que eles. Está tudo errado com a gente” (p.18). Na mesma edição, Zagalo sentencia que o futebol da seleção Holandesa, destaque da Copa até então, “não tinha nada de extraordinário”.

A Folha diagnostica que falta de um líder que não apenas lidere o motim, como escale o time (p.17), lamentando que nem Piazza e nem Rivelino o fizeram. Mas prevê que “talvez tenha chegado o momento em que mesmo não aceitando a opinião dos jogadores, Zagalo conheça sua maior derrota nesta Copa de 74, como na Copa de 70, o time vai acabar fazendo o jogo que acha ser o melhor, independente dos pensamentos de Zagalo” (p.18).

O descontentamento dos jogadores é significativo o suficiente para que seja citado, ainda que discretamente, na cobertura entusiasta do Jornal do Brasil. Neste dia, o nome de Zagalo, sempre nas manchetes e no alto das páginas, é associado duas vezes com “otimismo” e “injeção de ânimo”. Já o oposto a esta narrativa ocupa as colunas literalmente à margem, como as já citadas opiniões de José Inácio Wernek e, nesta edição, a pouca destacada

reportagem “Seleção promete melhorar” (JB, 18/06/1974, p.33). Discretamente, a matéria revela que, entre si, os jogadores reconheceram que “faltou coragem” na partida de estreia e que estavam “tristes e desanimados” após o confronto, sem que a comissão técnica conseguisse “criar um clima de otimismo”:

Nos aposentos dos jogadores, as reuniões de críticas abertas se sucediam, com acusações mútuas, Rivelino passou a se esconder de todos – da imprensa e dos próprios companheiros. Os boatos de desentendimento na delegação cresciam com rapidez (JB, 18/06/1974, p.33).

Entretanto a rebelião não ocorre. Contra a Escócia, a seleção repete o jogo burocrático e o resultado sem gols. A Copa tem sido uma festa, diz a Veja, mas “e o futebol?”. Mais uma vez, Zagalo e tecnocracia eram os responsáveis por transformar a seleção num time “tímido, retraído, aparvalhado, um fantasma de outros times” (Veja n.º 302, 19/06/1974):

Entrevendo a possibilidade de o futebol brasileiro se transformar em algo assim como salto em altura, 100 metros rasos ou um revezamento em quatro estilos, Zagalo e a Comissão Técnica deram passos perfeitos. Treinados como atletas olímpicos, mistos de ginastas, saltadores e corredores, os jogadores ensaiaram ainda até a exaustão cada movimento imaginado pelo técnico, cada troca de passes desenhada em algum caderninho, cada reação de cada peça do time a qualquer trapaça do adversário, a qualquer peripécia da partida. Disso tudo porém não saiu nada parecido aos olhos da torcida com um time de futebol — mas Zagalo ficou satisfeito com o resultado e, se depender dele, o time será mantido como está (VEJA, n.º302, 19/06/1974, p.70).

Desta forma, o selecionado nacional convertia-se num “irresponsável aglomerado de particulares que não se sabe bem por que usavam todos o mesmo uniforme amarelo”, cuja única esperança, também para a Veja, seria “que os jogadores resolvam mandar ao diabo as ordens do técnico e sua Comissão, e decidam finalmente pôr em prática o esporte bretão tal como o povo o concebe” (p.76). Em suma, para a Veja, o tecnicismo e a burocracia eliminaram a criatividade dos jogadores, descaracterizando a Seleção Brasileira, sem que se pudesse “discernir as funções desempenhadas pelas onze personalidades eleitas por Zagalo” (p.76). Segundo a revista, sabem-se os seus nomes, mas ninguém ainda é capaz de citar a escalação do Brasil ou explicar em que posição jogam e como jogam. “A torcida gosta de jogadores em que se reflita a capacidade criativa de um povo” sentencia a Veja:

O povo brasileiro se vê improvisando e reformulando constantemente o seu comportamento diante de situações novas, certamente impostas por algum espírito com intenções malfazejas. Diante dele é preciso reagir, criando, porém, novas maneiras de viver e não aceitando passivamente o jogo deste adversário místico. No rito do futebol essa situação ficou simbolizada numa produção estética (VEJA n.º 302, 19/06/1974, p.76).

A constatação da Veja é significativa: se a ciência e a razão aniquilaram a alma do escrete nacional, só é possível recuperá-la comportando-se como “brasileiros”, afirmando sua criatividade. Ao contrário de 1950 e 1954, é a afirmação da brasilidade que pode nos salvar e não a sua negação.

Mesmo o Jornal do Brasil, que até então ecoava as declarações e análises da Comissão Técnica, alterou abruptamente a tônica de sua cobertura. Na capa da edição do dia seguinte da partida, o futebol brasileiro é descrito como “lento, sem imaginação e intranquilo”, o que seria “uma nova demonstração” de que a seleção não está preparada para chegar ao título. Ideia que será reforçada na coluna de José Inácio Wernek, “No jogo, a certeza de um futebol superado”, pois seria “lento e estático” (19/06/1974, p.24). E até o técnico Zagalo, até então protagonista das manchetes, é ironizado, pois “como de hábito, achou excelente o desempenho do time”. Ainda segundo o JB, o resultado fora recebido “com certa euforia pela Comissão Técnica, porque continuam as esperanças de classificação” (JB, 19/06/1974). Note-se que a *euforia* e *esperança* são associadas a um sentimento de negação ou imprecisão com a realidade.

A partir deste segundo empate, a identidade do nosso futebol será o objeto da preocupação dos periódicos. A Folha define a atuação do selecionado nacional como “deprimente” na manchete de sua página de estatística. Por um lado, o jornal atesta que o time joga “a imagem de seu treinador”: assustado, acuado e autossuficiente (FSP, 19/06/1974, p.13), mas por outro lado, o periódico paulista amplia a lista de diagnósticos: o Brasil provou que seu futebol é realmente decadente. Na página seguinte, a questão é explorada por Luis Carlos Pece - “o futebol brasileiro está morrendo? Sim, e os motivos são estes” - em que os cartolas são os principais responsáveis por substituírem o “futebol espetáculo”, que nos identificaria, por “modelos europeus”.

Ao ser transplantado para cá, o modelo europeu provocou contradições insolúveis. Aí o problema deixou a esfera técnica para entrar no campo sócio-cultural, O futebol brasileiro sempre foi rápido, maneiroso, criativo, cheio de gols. Sempre teve uma personalidade própria e foi assim que acabou sendo incorporado à nossa cultura. O futebol brasileiro, não se pode negar, sempre teve as suas características empresariais, que, no entretanto, eram alimentadas pelo jogo-espetáculo.

(...) Por isso o jogador brasileiro vive hoje um conflito. Obedecer às táticas do recuo ou avançar livremente para criar situações de gol na área adversária, eis a questão. Tomemos como exemplo prático desse conflito a atuação de Paulo César (do Flamengo) no jogo contra a Iugoslávia. Há lógica em transformar um ex-menino pobre que venceu na vida jogando um futebol agressivo, cheio de gols, num zagueiro? (FSP, 19/06/1974, p.14).

O debate prossegue. No dia 20, Carlos Alberto Parreira afirma que “é preciso mudar urgente” e, no dia seguinte, pela primeira vez, Zagalo admite que o futebol brasileiro está

defasado diante dos selecionados europeus. No Jornal do Brasil, José Inácio Wernek responsabiliza Zagalo por esta defasagem, “tornando mais e mais obtuso, mais e mais defensivo”. Segundo o colunista, este “antifutebol” poderia vencer a Copa do mundo, mas a derrota seria mais desejável, pois propiciaria um “reencontro com o futebol-positivo, o futebol espetáculo, o futebol-brasileiro” (JB, 21/06/1974, p.23).

Outra explicação para o mau desempenho da seleção seriam o comportamento de estrelas dos jogadores e a má gestão de recursos pela CBD, como escreve Narcisio James, em “Incoerências de uma seleção tricampeã”, na Folha de São Paulo. “O mito de um futebol invencível, cheio de malícia e graça, de arte”, criado por jogadores “endeusados pelos meios de comunicação” facilitaria o acesso da CBD à altos recursos. Do Conselho Nacional de Desportos, vieram Cr\$14 milhões, somados a Cr\$10 milhões da loteria esportiva que deveriam ser destinados aos esportes amadores. O total arrecadado permitiria “a melhor preparação física de todos os tempos e manter em regime integral alguns dos mais caros artistas dos espetáculos da bola de todo o mundo” (FSP, 20/06/1974, p.20).

Quatro dias depois, novamente, o jornalista volta ao tema da gestão dos recursos volumosos da seleção e da CBD, “A reportagem quase impossível: os gastos da seleção” (FSP, 24/06/1974, p.20-21), que reforça o diagnóstico de que os cartolas seriam a origem do problema do futebol brasileiro. “Nos salões, a riqueza. No campo, a pobreza”, sentencia Narciso James. Na véspera da abertura da Copa, a CBD teria promovido uma luxuosa recepção aos delegados do Congresso da FIFA, exibindo “a bem trabalhada imagem de um rico e poderoso futebol brasileiro, com seu imponente título de tricampeão do mundo”, cuja verdadeira face seria exibida no dia seguinte “pelo futebol feio e retraído dos jogadores, inferiorizados diante da capacidade física e tática dos inimigos”. Para o repórter, acima de todos os problemas do futebol, “repousa a intocável Confederação Brasileira de Desportos”, cuja atividade já teria despertado a possibilidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito ainda em 1966.

Na reportagem de duas páginas, James utiliza as viagens de João Havelange como exemplo da complexidade das contas da CBD, com uma verba pessoal ilimitada e prestação de contas apenas anual. Havelange dividiria suas passagens para atividades oficiais da CBD com compromissos políticos de sua candidatura à presidência da FIFA. Por fim, a reportagem trata de cada um dos amistosos realizados no Brasil durante a preparação da Copa. A seleção haitiana, por exemplo, foi enfrentada na abertura da Olimpíada do Exército, em um feriado de 21 de abril, sem cobrança de ingresso. O governo teria coberto as despesas da CBD, mas a

informação é extraoficial e os números reais dos gastos, e por quem foram pagos, são desconhecidos (p.20).

Ainda que substancialmente nada se altere no time brasileiro, a partir da vitória previsível sobre a fraca seleção do Zaire por 3 a 0 - “parece um time de várzea vistoso” diz a Folha antes da partida - não apenas garante a classificação brasileira, como previsto por Zagalo, como parece reanimar a confiança de jornalistas e torcedores. A euforia se justifica pela tênue linha entre a tragédia e a glória: não fosse o terceiro gol, marcado por Valdomiro, suficiente para superar a Escócia pela segunda vaga, o Brasil teria encerrado sua participação na Copa nesta partida.

“Chegou a hora de jogar” anuncia Zagalo na capa da Folha (23/06/1974). Superado o nervosismo, a responsabilidade e a adaptação ao modelo europeu, agora sim começaria a Copa. A mesma ideia é reproduzida pelo Jornal do Brasil (23/06/1974), “Zagalo diz que Seleção agora imporá seu ritmo” (p.40) e “Brasil supera nervos para garantir a classificação” (p.42).

A promessa parece surtir efeito e a mesma Folha que defendera a insurgência dos jogadores, agora estampa na capa: “confiança total em Zagalo” (FSP, 25/06/1974). Segundo o jornal, Zagalo ganhou a confiança dos jogadores, aqueles que abertamente não concordavam com os defensivos esquemas do técnico, agora “mudam para um comportamento mais ponderado e paciente. Estão em silêncio, esperando as determinações do técnico” (p.11). A Veja (n.º303, 26/06/1974), um pouco mais reticente, se pergunta em sua capa se o técnico tem “sorte ou estratégia?”, seria o “mais odiado dos brasileiros” o descobridor da “pedra filosofal” do futebol moderno, pergunta-se. A revista, no editorial de Mino Carta, exige ainda provas mais cabais “da genialidade e do poder divinatório” do técnico e, no interior da revista, lembra que “a conquista do campeonato do México ele foi obrigado a dividir com João Saldanha, seu antecessor” (Veja, n.º 303, 26/06/1974, p.45).

A vitória sobre o Zaire não convenceu a Placar que evidencia em seu editorial o descontentamento com a falta de ofensividade da seleção:

As cabeças estão baixas, nos botequins e nas ruas do Brasil, as fisionomias estão carregadas. Nas janelas e varandas, são raras as bandeiras. Parece um paradoxo esse clima de triste alegria, logo no momento em que a Seleção consegue a classificação e sua primeira vitória — por 3 a 0 — na Copa. Mas não há nada de absurdo no comportamento do povo. Esse time que só conseguiu bater no Zaire não é a Seleção com que sonha este povo que ama o futebol e já comemorou três títulos mundiais. Está muito longe disso; não é nem a sombra do futebol brasileiro. Com o que tem jogado na Europa, é bem capaz de apanhar feio de alguns times que ficaram por aqui, disputando um Campeonato Brasileiro meio sem graça. Não adiantam as entrevistinhas vazias de Zagalo, dizendo que o resultado final é o que interessa. Não é só o

resultado o que interessa a quem ama o esporte. É também disputá-lo com coragem, garra e técnica. Coragem e garra faltaram nos dois primeiros jogos. (Placar, n.º223, 28/06/1974,p.3)

Enquanto os outros veículos avaliam se devem reconsiderar seus pessimismos, o Jornal do Brasil, que iniciou a Copa com uma cobertura mais confiante, parece finalmente aceitar as teses mais céticas que circulavam desde antes da competição. Na reportagem de uma página inteira, “Como chegar ao tetra por um roteiro de imperfeições” (24/06/1974, p.25), o diário carioca entrevista ex-jogadores, campeões nas outras edições da Copa, que endossam a análise de que falta preparo psicológico, não há lideranças e nem confiança mútua na equipe, como descreve o zagueiro Brito. Enquanto o goleiro da seleção de 1958, Gilmar dos Santos Neves, aponta erros na preparação, na condução pela Comissão Técnica e sugere que “a habilidade e a capacidade de improvisação do jogador brasileiro são trunfos importantes, que devem ser aproveitados de forma racional”.

Os jogos contra a Alemanha Oriental (1 a 0 para o Brasil), no dia 26 de junho, e contra a Argentina (2 x 1 para o Brasil), quatro dias depois, colocam em suspenso as avaliações sobre o fracasso do futebol brasileiro e do próprio técnico. No dia seguinte à vitória contra os alemães orientais, a Folha trazia na capa as duas preocupações do brasileiro, a economia e o futebol, com esperança: “Simonsen: crescemos a todo vapor”, afirmava o ministro da Economia, e ao seu lado, “um tiro magistral resolveu”, referindo-se ao gol de Rivelino. Na habitual cobertura do jogo na rodoviária, porém, as vaias para Zagalo permaneceram, mas o jornal registra que após a partida assistiu-se “uma grande festa na cidade” (FSP, 26/06/1974, p.16), em que alguns mais extrovertidos, despiam as camisas, enrolando-se nas bandeiras do Brasil, enquanto músicas carnavalescas e da Copa eram cantadas em toda a rua, porque agora a seleção fora “o time alegre como nunca”.

É neste jogo que, pela primeira vez, a cobertura da Folha aproxima-se da cobertura política institucional. O jornal menciona o vazio na Câmara de Vereadores da capital paulista e acompanha a partida com o governador Laudo Natel — “agora aumentou a minha esperança”.

Coincidentemente, é nesta data também a primeira vez também que o Jornal do Brasil ultrapassa a fronteira estabelecida entre futebol e política para registrar a visita de João Havelange ao General Ernesto Geisel para “um relato sobre a situação da Seleção Brasileira na Alemanha” (JB, 26/06/1974, p. 21). O general é pouco citado na reportagem, cujo protagonista é mesmo Havelange, que elenca, uma a uma, respostas oficiais às críticas da imprensa à seleção e à CBD. Logo no primeiro parágrafo, Havelange acentuou “o clima de

coesão e disciplina dos jogadores” e que, segundo a comissão técnica, “o espírito dominante entre os jogadores da Seleção Brasileira é o de vitória”. Em seguida, informa que consultará o ministro das Relações Exteriores sobre o ingresso da China na FIFA, uma de suas promessas de campanha, tece comentários sobre tática das seleções em comparação à Copa de 1970 e, por fim, decreta como mentirosa a afirmação de que “a CBD está gastando Cr\$30 milhões no preparo e manutenção da Seleção”, bem como de que “os jogadores estão sendo exageradamente gratificados”, ainda que a reportagem não revele quais seriam os reais valores. Algumas páginas adiante, o Jornal informa que a Seleção tenta imprimir uma nova filosofia de jogo “baseado no sentido de conjunto, de solidariedade e de rodízio de posições” (JB, 26/06/1974, p.24).

Assim como o General, outro ausente finalmente tem o direito de fazer parte da cobertura do Jornal do Brasil: a torcida. Sem sequer ser mencionada nas edições anteriores, os torcedores agora ocupam a capa, assim como ocuparam as ruas, com o registro de “blocos e engarrafamentos em vários pontos da cidade marcaram as comemorações dos cariocas depois do gol de Rivelino, que causou mais de 20 enfartes, um fatal“, além diversos acidentes com fogos de artifícios e tumultos nos bairros.

Até o jogo contra a Argentina, o jornal volta a prestigiar apenas Zagalo e o preparador físico Admildo Chirol, mas no dia 1.º, não apenas a torcida merece larga cobertura de página inteira, como o conjunto de páginas sobre a Copa supera, pela primeira vez, mais do que cinco páginas. Não incluída nesta soma a cobertura ordinária do futebol no Brasil e dos demais esportes. Desta vez não se registraram infartos, mas um “carnaval” “ordeiro” e sem tumultos.

A Placar (n.º224, 05/07/1974, p.4) celebra que finalmente Zagalo mudou o estilo de jogo e que mais importante do que as alterações no time, é que agora o Brasil jogou com garra. Mais ponderada, a Veja limita-se a atestar que “o time brasileiro mostrara uma notável evolução”, com as entradas de Dirceu, Zé Maria e Paulo César Carpegiani (do Internacional/RS) (Veja, n.º304, 03/07/1974, p.56). Porém, os dois resultados transformam Zagalo de “burro” em “visionário”, alinhado com o moderno futebol. O próprio Zagalo afirma que a Seleção Brasileira deixar de ser um “time de exibição” e passou a ser “apenas um time de competição” (FSP, 01/07/1974, p.21). Na Placar (n.º224, 05/07/1974, p.4), Zagalo, sem nenhuma humildade, determina que o jogo contra a Alemanha Oriental fora o primeiro passo em direção a uma “grande transformação”. Apesar de reconhecer que teve uma “falsa impressão” do futebol europeu, o técnico vangloria-se de ter feito suas mudanças em tempo. Curiosamente, a grande inovação da Copa de 1974 não eram o estilo retraído e defensivo

associado ao futebol europeu, mas justamente o jogo veloz e criativo da seleção holandesa. Ainda assim, Zagalo é alçado a profeta e pregador do “novo futebol”.

Zagalo não se satisfaz apenas em defender a sua tese. Ele pretende também que todo o futebol brasileiro se transforme. Se depender de sua vontade o futebol-espetáculo já acabou. O importante é não perder. Ele está pregando a reforma de base, convocando todos os técnicos a pensar (FSP,28/06/1974, p.21).

Além dos jornalistas, os jogadores, antes insurretos, agora rendem-se também à descoberta genialidade. “Talvez dominados pelas ideias de Zagalo, impressionados pelo esquema que ele armou, os jogadores são unânimes em afirmar que a seleção está fazendo o jogo certo”, escreve a Folha (29/06/1974, p.19), “não adianta nada querer apenas atacar times que estão muito bem preparados para se defender”.

E, finalmente, parece que o técnico ganha a torcida. Após a vitória contra a Argentina - “Nossa seleção é incrível”, ufana-se a Folha, no dia 1.º/07/1974, e determina: “É Carnaval” (p.17-18) – o “tribunal” da rodoviária muda seu parecer: “Na rodoviária, Zagalo não é mais um homem de sorte: é jogador de xadrez” (p.21). No dia seguinte, o jornal confirma a mudança de percepção, “de repente, Zagalo passou a ser admirado. O ódio dos torcedores tão violento na fase de preparação e nos dois primeiros jogos da copa, foram amenizados. O Brasil começou a vencer e Zagalo começou a distribuir calma e esperança para a aflita torcida brasileira” (FSP, 02/07/1974, p.20).

Entretanto, ainda há resistência de parte dos jornalistas à subordinação do futebol-arte ao modelo europeu:

Agora o Brasil abandona as suas características para não ser superado, joga um futebol competitivo como os europeus, esquecido de tudo o que tinha de mais belo e que foi sua consagração por muitos anos. Zagalo prefere chamar a isto de evolução, de fase obrigatória, de transformação. Essa mudança poderá realmente levar a seleção à conquista de mais um título. Mas o preço será elevado. Está sendo valorizado o futebol do empate, dos espaços congestionados, dos sofridos gols de falta. O público no Brasil, tão preocupado com a falta de gols nos últimos anos, não mais verá espetáculo. (FSP, 28/06/1974, p.24)

Pelo regulamento da Copa, após a primeira fase – em que os dezesseis times eram divididos em quatro chaves, classificando os dois primeiros colocados - os classificados foram distribuídos em duas chaves, enfrentando-se dentro destes grupos e conduzindo à final os times que obtivessem mais pontos em cada chave. Com duas vitórias (4 a 0 sobre a Argentina e 2 a 0 frente a Alemanha Oriental), a Holanda jogava contra o Brasil a definição da vaga do grupo A. No grupo B, a Alemanha Ocidental se classificou para a final, enquanto a Polônia disputaria o terceiro lugar.

A Folha de São Paulo comparava o jogo com a Holanda com as finais de 1950, 58, 62 e 70, ou seja, onde o sentido e a natureza da seleção e do país estavam em jogo. Assim, o caderno da Copa trazia como manchete “Xeque ao rei” (03/07/1974, p.13). No mesmo caderno, os jogadores eram apresentados como “nossos onze sorridentes jogadores, calmos e felizes, prontos e decididos para a vitória” (03/07/1974, p.17), uma configuração muito distinta do time confuso e dividido apresentado no início da Copa.

Os resultados da seleção permitem que a Folha avance para um terreno até então proibitivo: o otimismo.

O importante a se observar é que o otimismo não é artificial e programado, mas natural. A fase de indecisões da Seleção Brasileira, parece que já faz parte do passado. Surgia uma nova filosofia de jogo a partir da vitória sobre a Alemanha Oriental. Para muitos, o esquema do Brasil é covarde, mas para Zagalo, um técnico tranquilo e falante, é um esquema salvador, que impediu que a Seleção Brasileira já tivesse voltado ao Brasil. Os jogadores também confiam no sistema de Zagalo como ideal (FSP, 03/07/1974,p.13).

A expectativa positiva se estende então para a economia. “A 25 de março preparou sua grande festa”, anunciava a Folha (03/07/1974, p.14), em relação à tradicional rua do comércio da capital paulista. “Se o Brasil vencer, o comércio vai ter um bom lucro” constata o entrevistado, Elie Tuma, comerciante de bandeiras e camisetas. Pelos cálculos, sua loja vendeu 2 mil camisas, preferencialmente as que estampava o número 10, mesmo que Pelé não esteja jogando, enquanto o número de bandeiras foi bem menor do que em 1970, apenas 800. No Palácio dos Enfeites, apenas um quarto do estoque de bandeiras foi vendido, a loja acumulava 10 mil itens ainda, assim como fitas, correntes “prá frente” verde e amarelas, serpentinas e confetes. “Acho que o pessoal perdeu a fé na seleção, pois em 1970, nas quartas de final, já tínhamos vendido tudo” lamenta a gerente, Dona Cidinha. A Empresa Paulista de Artes Gráficas computava a venda de mais de um milhão de bandeiras em 1970, mas também alcançou apenas 25% das vendas em 1974. Todos os comerciantes ouvidos pela reportagem afirmavam que o resultado contra a Holanda seria determinante para as vendas.

Na contramão de sua própria cobertura, o até então otimista Jornal do Brasil é quem emite um parecer crítico no campo e na economia. O colunista José Inácio Wernek define a situação do selecionado como “puro terror”, informando que na Alemanha, do frentista do posto de gasolina aos jornalistas estrangeiros, ninguém acredita no Brasil (JB, 02/07/1974, p.23). E, no dia da partida, a reportagem “Os onze que farão o Rio parar” (JB, 03/07/1974, p.25) reclama que partida gerará um “vácuo de produtividade”, um prejuízo de Cr\$ 863,87

milhões na soma dos “meios feriados” das partidas, que ocorrem à tarde, ou 0,13% do Produto Nacional Bruto.

Se dois jogos anteriores da fase final foram suficientes para alterar a percepção sobre a seleção, os dois jogos seguintes reconduziram o futebol brasileiro à sua crise existencial. Diante do futebol total holandês, a Seleção Brasileira foi derrotada por dois gols⁵⁹.

“O futebol sem gols morreu ontem” decretava a capa da Folha, encerrando a breve revolução de Zagalo. Na reportagem, o obituário: “foi a confirmação da morte e fragilidade de um futebol defensivo, medroso e preso, armado pelo técnico Zagalo“. O maior vencedor fora o gol, afirmava a Folha, e a nova mentalidade de jogo da Europa em que o futebol conjunto e ofensivo substituía a habilidade e o gênio individual. O técnico brasileiro, que ignorava a Holanda no início da competição⁶⁰, converteu-se em pregador da nova fé, “desejo que todos os técnicos brasileiros vejam como joga a Holanda e façam seus times usarem esta nova fórmula”, declarou.

No editorial da Veja, Mino Carta mais uma vez recorria a identidade nacional, questionando “se não teria sido melhor jogar à brasileira?”: “Somos os senhores do ludopédio, as nossas peladas são a nossa própria vida e as crianças aqui nascem já conhecendo os segredos da esfera de couro. Por que então copiar o jogo de duros senhores de joelhos angulosos?” (Veja n.º305, 10/07/1974, p.21).

No Rio de Janeiro, o Jornal do Brasil registra que cerca de 3 mil pessoas participaram de protestos que incluíam enterros simbólicos de Zagalo na Tijuca e no Catete à depredação de ônibus e automóveis (JB, 04/07/1974, capa). A reportagem não se encontra no caderno especial da Copa, mas em páginas anteriores, onde são tratadas habitualmente as questões da cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, na página oposta, formando um único quadro, em oposição à manchete “derrota provoca protestos, homenagem e conflitos” está “Geisel anuncia êxito na política econômica”, conteúdo que normalmente ocupa as primeiras páginas do caderno e não as últimas.

59 A distância técnica entre as seleções brasileira e holandesa se observa pelo relato de Paulo Amaral, preparador físico da seleção nas Copas de 1958,1962 e 1966, e observador nesta competição. Incumbido de assistir Holanda e Argentina, relatou: “Tentei anotar alguns esquemas para esclarecer a posição dos holandeses durante o jogo e a base tática que eles usam. Vi o lateral direito na ponta-esquerda, o lateral esquerdo no meio-campo, o Cruyff na defesa, de repente no ataque e em seguida no meio. Em poucos minutos, estava cansado de anotar. E daí pensei. Sabe de uma coisa? Vou apenas ver o que acontece. E larguei papel e lápis de lado” (GOUSSINSKY, ASSUMPÇÃO,2014,p.122)

60 O desconhecimento sobre a Holanda é ilustrado no depoimento de Valdomiro (2012), “Claro que a gente não acompanhou, a gente via pouco jogo da Holanda. Na época da Copa do Mundo a gente via pouco jogo. Na época não tinha alguém que olhasse os jogos, que falasse para o Zagallo. Mas a gente sabia, mais ou menos, como é que... Porque ela vinha massacrando todo mundo. Ela pegou a Argentina, tocou seis, pegou o Uruguai, tocou não sei quantos, pegou a Itália. E aí a gente: “Puxa vida! Nós vamos pegar aí, como se diz, o bicho cabeludo” [riso].

Já no caderno de cobertura da Copa, o diário carioca registra discretamente, no canto inferior da página, que o general Geisel assistiu ao jogo apenas com a família no Palácio do Alvorada. Sucintamente, o jornal registra que “o Presidente estava confiante numa vitória (...) embora preferisse não adiantar nenhum prognóstico”. A pequena reportagem, discretamente colocada na parte inferior da página, conclui com a informação de que “testemunham seus auxiliares diretos, o General Geisel conhece futebol e é bem-informado a respeito, mas torce com moderação” (JB, 04/07/1974, p.17).

Em São Paulo, a torcida reagiu com silêncio na rodoviária, testemunhava a Folha. Já, entre a classe política, além da curiosa reação do prefeito de Porto Alegre, Thompson Flores, torcedor do Internacional, que pediu que Valdomiro sequer retornasse para a cidade, a Folha registrava o conformismo do governador paulista, que reconhecia a vitória da ofensividade holandesa e ainda acreditava no terceiro lugar, assim como o prefeito paulistano Miguel Colassuono (FSP, 04/07/1974, p.14).

“O rei do futebol, vítima de ilusão, faleceu ontem na Alemanha”, constatava a Folha de São Paulo (04/07/1974, p.11) e elencava os cinco motivos para derrota: a falta de informação dos técnicos brasileiros em relação aos times da Europa, por autossuficiência; a mentalidade dos clubes brasileiros com dirigentes amadores e jogadores profissionais, chamados de “estrelas”, “imaginários deuses”, “milionários artilheiros”; “a autossuficiência de todos os que atuam no futebol brasileiro, fantasiados de tricampeões”; a política que influi na escolha dos convocados e no uso da seleção para a campanha eleitoral de João Havelange contra times sem força, estilo ou técnica no futebol e; a falta de visão da Comissão Técnica para perceber a evolução do futebol.

Como solução a Folha propõe “uma radical mudança” no futebol: a criação do Ministério dos Esportes, a separação do futebol da CBD com a criação da Confederação Brasileira de Futebol, a adaptação dos clubes à realidade econômica do país, maior atenção aos esportes amadores e que os meios de comunicação tenham mais critérios na escolha dos ídolos a serem promovidos.

O editorial da Placar também defendia uma **revolução** no futebol brasileiro:

E o povo merece uma satisfação. Pois foi exatamente com o dinheiro do povo, recolhido das mais diversas formas, mas fundamentalmente nas bilheterias dos estádios, que os órgãos oficiais financiaram uma preparação milionária, da qual seria lícito esperar resultados mais alentadores, em termos de garra, luta e definição do desejo de vencer. (...) Será que os 33 milhões gastos não permitiriam à Seleção ter um técnico permanente, capaz de viajar e assistir aos jogos de nossos adversários? Técnico permanente e exclusivo. Eis aí uma necessidade indiscutível, à qual a CBD —ou de preferência sua sucessora, a Confederação Brasileira de Futebol — já não

poderá fugir. Mas isso é apenas um detalhe da grande revolução que precisa ser feita no futebol brasileiro, abrangendo desde as estruturas até as táticas empregadas. Revolução com um sentido fundamental: o sepultamento da covardia, do jogo para trás, o banimento geral e implacável dos técnicos que orientam seus times para o empate sem gol, apenas para garantir os seus empregos. Revolução que tem que atingir até arbitragens, para estabelecer critérios nacionais, objetivando a saber o que é realmente uma deslealdade, se segurar um jogador pela camisa ou disputar uma bola com dureza e lealdade. Revolução que tem de se dirigir imediatamente contra os urubus da Seleção, contra aqueles que acham que a Seleção morreu porque perdeu. Em primeiro lugar, a Seleção não morreu. Apenas recebeu uma lição, uma dura lição, que deve ser urgentemente aproveitada, em benefício do futebol brasileiro, que pode, efetivamente, ser o melhor do mundo, mas tem que provar isso, pelo menos a cada quatro anos. Jamais nosso futebol será o melhor do mundo apenas por decreto. Mais de uma vez já acreditamos nisso. E mais de uma vez nos decepcionamos. A mais grave delas, ninguém se esquece, foi em 1950, quando entramos campeões no campo do Maracanã e saímos derrotados. A diferença é que daquela vez não ficamos envergonhados. Apenas tristes (PLACAR n.º225, 12/07/1974).

No dia 5, o Brigadeiro Jerônimo Bastos desmentia, na imprensa, as informações de que o Conselho Nacional de Desportos pretendia intervir na organização do futebol. “Por que faríamos isso? Por que perdemos?” respondia, lembrando que o CND não possuía amparo legal para uma intervenção direta, a menos que a Confederação Brasileira de Desportes cometesse irregularidades na prestação de contas (FSP, 05/07/1974, p.27). Igualmente, numa pequena nota, o Jornal do Brasil reproduz o comunicado de imprensa do ministro da Educação Nei Braga, a quem submete-se o CND, manifestando que se encontra “profundamente entristecido com o insucesso” da seleção, mas que o Ministério apoiou financeiramente e continuará apoiando a CBD e o futebol por considerar “sua prática necessária para a formação da nacionalidade” (JB, 05/07/1974, p.23). Na mesma página, o Tribunal de Contas de União informava que não havia nenhuma decisão do órgão para rever as prestações de contas ou aplicações dos recursos do Ministério para a CBD e a seleção.

Porém o Deputado Maurício Toledo (ARENA-SP), ex-dirigente do Clube Noroeste de Bauru, propunha a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a atuação da CBD desde a Mini Copa/Taça Independência e a sua utilização para eleição da FIFA. Para Toledo, desde que Havelange decidira disputar a presidência da entidade internacional, o futebol brasileiro foi comprometido por “indisciplina generalizada, política clubística e regionalista na convocação de jogadores, torneios mal idealizados, excursões absurdas sem nenhum proveito técnico, além dos déficits e prejuízos financeiros de grande monta” (FSP, 05/07/1974, p.27).

Crítica à Zagalo e sem ter aderido ao culto temporário ao técnico, a Veja se perguntava por que os jogadores não se rebelaram seriamente como em 1958 e 1970? “Nunca foram obedientes os magníficos jogadores de futebol brasileiro a não ser diante de um técnico que realmente entendesse de futebol” (Veja, n.º305, 10/07/1974).

A rebeldia se instalou de fato, nos dias seguintes à derrota, mas pouco parece ter relação com o estilo de jogo. Assim como Piazza, o zagueiro Alfredo, que deveria substituir Luiz Pereira expulso, se recusava a jogar contra a Polônia, - “se nunca servi para ficar na reserva, porque agora devo ser titular?”. A Folha questionava a veracidade de uma contusão de Jairzinho. O clima nos dias seguintes continua tenso. “Seleção vive pesadelo – desanimados, tristes e completamente desorientados, os jogadores sentem medo” afirma a Folha (07/07/1974, p.24).

A Folha observa ainda que “o sorriso de Antônio dos Passos, forçado, foi agora substituído pelo medo de Eric Tinoco, chefe da delegação que impede os jogadores de dar entrevista “ (06/07/1974, p.21).

Contrariando as ordens do Coronel Eric Tinoco, chefe da delegação brasileira na Alemanha, Rivelino saiu até o pátio da concentração (...) para conversar com os repórteres.

Mas só teve tempo de dizer que estava triste e contrariado (...)

Enquanto conversava tranquilamente com os jornalistas surgiu a nervosa figura do Tenente Lobo, chefe de segurança da seleção, dizendo que ele não poderia ficar ali dando entrevistas, pois eram ordens da chefia. Rivelino irritado, discutiu com ele. Depois, sem clima para a entrevista, desculpou-se com os repórteres e voltou ao hotel aos berros: “Eu quero falar e nem isso posso. Já estou cheio disso tudo!” (FSP, 06/07/1974, p.24)

O mesmo episódio foi testemunhado pelo Jornal do Brasil:

Rivelino já tinha até iniciado uma entrevista quando o tenente Lobo pediu que ele se afastasse e entrasse imediatamente no hotel, mandando que todos se retirassem. Rivelino não gostou e disse que não iria sair e depois de insultá-lo acrescentou:

- Tem muita gente que veio aqui sem ter o que fazer e acabou só aborrecendo a gente.

Piazza que ouviu a bronca do companheiro, aproveitou e voltou a falar:

- O que faltou nesta seleção foi principalmente o diálogo entre os membros da Comissão Técnica e os jogadores. Nós estávamos sempre igual a cego em tiroteio. Éramos os últimos a saber das coisas. Por isso não podia mesmo dar certo. Faltou principalmente união. (JB, 06/07/1974, p.24)

A trajetória da seleção nesta Copa encerrou-se no dia 6 de julho, com nova derrota, agora diante da Polônia, o que assegurou os três primeiros lugares a times europeus⁶¹, com a vitória dos Alemães Ocidentais superando a cativante Holanda. A Folha constatou que o

61 Segundo o depoimento de Edu e Leão, João Havelange teria oferecido um valor extra para que a seleção vencesse essa partida e não deixasse os três primeiros lugares da Copa com times europeus.

quarto lugar era merecido para um grupo desunido, sem líder e sem comando, apesar da “impressão de que a história poderia ter sido diferente se Mario Jorge Lobo Zagalo fosse um pouco mais competente”⁶². A reportagem responsabiliza a Comissão Técnica pelo fracasso, preocupada sempre “em afastar o que mostravam alguma condição de liderança”, questionando os cortes de Carlos Alberto, Félix e Clodoaldo, além da submissão às “jogadas políticas” que prejudicaram o plano original de preparação da seleção (FSP, 07/07/1974, p.21).

Já o Jornal do Brasil defende, entre as modernizações necessárias ao futebol brasileiro, a redução ou o fim das concentrações longas, como verbaliza o tricampeão Gerson, “três meses sem ver a família deprime moralmente. É hora de depositar confiança no atleta profissional. Vamos dar mais condições de raciocínio para o jogador” (JB, 10/07/1974, p. 25). Além da renovação da Comissão Técnica, Gerson também propõe a revisão do calendário de partidas, “ele [o jogador] vira uma máquina de fazer gols e essa máquina quebra um dia”.

A previsão de recepção da seleção pelo General Geisel em Brasília, assim como os desfiles em céu aberto, já havia sido automaticamente cancelados após a derrota para a Holanda. Com a perda do terceiro lugar, o retorno da seleção foi marcado por um forte esquema de segurança, pelo temor de protestos de torcedores - “enterros” da seleção estavam previstos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Desnecessário. Poucas pessoas compareceram ao aeroporto do Galeão e a chegada fora “tão vazia e desconcertante como a decepção que a seleção causou na Copa do Mundo” (FSP, 10/07/1974, p.13).

Uma das poucas vozes contrárias à modernização do futebol brasileiro era o sociólogo Gilberto Freyre. “É como futebol já nacionalmente brasileiro na sua essência que conseguirá novos triunfos, quando o treinamento dos times se fizer com melhor mistura de ciência coletivista e de arte individualista” declarava à Folha

Novos Pelés, novos heróis individuais a serviço da causa coletiva aparecerão. Novas expressões de quanto no brasileiro, podem a espontaneidade e a própria improvisação dos jogadores, aliada à técnica e à ciência, que nos permitirá enfrentar até robôs nos campos de futebol, os menos tropicais, os mais úmidos, os mais parcialmente holandeses e até escandinavos nas suas condições físicas (FSP, 08/07/1974, p.21).

Já a Confederação Brasileira de Desportos, como já fizera em 1966, preferia creditar a derrota brasileira a uma conspiração internacional:

A verdade é que atuaram no último Campeonato causas negativas, algumas de caráter transcendente, que conspiraram contra nossa ambição (...) A

⁶² Um dos episódios tratados pela imprensa e que ilustraria a falta de unidade da equipe teria sido uma briga entre Leão e Marinho Chagas após o jogo contra a Polônia. O episódio é confirmado pelo próprio Marinho (2012) e por Marco Antônio (2011), ainda que ignorado por Leão nos depoimentos ao CPDOC/FGV (2012).

simples leitura de certos jornais europeus bastaria à percepção dos homens públicos: tramou-se guerra contra a supremacia do nosso futebol e o de qualquer outro país da América Latina. Por coincidência, todos os árbitros designados para as competições entre seleções representativas da América Latina e outras de nações do continente europeu pertencem a organismos do futebol desse último. Para o jogo entre o Brasil e a Holanda, que decidiria o destino da nossa seleção, escolheu-se um juiz alemão. Um juiz daquela Alemanha promotora do Campeonato e que mobilizara todos os meios para a conquista do título máximo do futebol mundial. Nosso jogo contra a Holanda, assim como os outros jogos que anteriormente disputamos, foi realizado em atmosfera por excelência anti-tropical, hostil ao ânimo da maioria dos povos sul-americanos. Nosso futebol dionísíaco sentiu-se desprotegido, sem meios de enlaçar-se nas tramas acrobáticas dos malabarismos que torneiam os adversários. Sem embargo de tudo, nossa seleção classificou-se como uma das quatro maiores do mundo. Ela não merecia, por isto, os agravos lidos e ouvidos aqui mesmo, neste nosso país. (Relatório de 1974 da Confederação Brasileira de Desportes apud SARMENTO, 2006, p.139)

Independentemente da posição da CBD, a interpretação para a derrota da Seleção Brasileira parece consolidada em responsabilizar, em primeiro lugar, o técnico Zagalo. Mas também a Confederação e seu dirigente João Havelange. Seja pela escolha do próprio técnico, seja pelo uso instrumental da seleção e dos recursos da entidade para a campanha pessoal de Havelange à presidência da FIFA, seja na má condução do campeonato nacional.

Na definição de Carlos Drummond de Andrade (2014) sobre esta Copa, “perder é uma forma de aprender. E ganhar, uma forma de esquecer o que se aprendeu”. Diante das mudanças táticas do futebol europeu, percebíveis desde os campeonatos mundiais (os holandeses do Feyenoord foram campeões europeus e mundiais em 1970 e o Ajax em 1972) , o discurso da imprensa expressava o “verde-amarelismo” descrito por Chauí: na soberba de que escolhidos por Deus e pela natureza como *país do futebol* – mas, por garantia, apoiados pela ciência e eficácia da tecnocracia da preparação física — o curso “natural” da Copa seria a vitória do Brasil. Ou como descreveu José Inácio Wernek, no Jornal do Brasil (06/07/1974, p.23), ainda antes da derrota para a Polônia: “O que emerge disto tudo é que o brasileiro convenceu-se de que tem um direito sagrado ao título de campeão do mundo como se, por algum estranho desígnio do sobrenatural, só ele soubesse jogar futebol”.

As conquistas consecutivas de 1958, 1962 e 1970 – não apenas afirmaram o “estilo nacional” de jogar, o “joga bonito”, o “futebol arte”, cuja definição contrastiva é o “futebol-máquina” ou “futebol-força” europeu (GUEDES, 2006, p.10), como realizaram sua simbiose definitiva com a identidade nacional. Segundo a narrativa ufanista, o intervalo de conquistas de 1966 só ocorreu pela violência desmedida, pela corrupção do país-sede e a incompetência da CBD. O Prometeu de chuteiras brasileiro teve acesso aos segredos divinos do futebol, mas

ao contrário do mito grego, não o compartilhará com o restante do mundo. Apenas o brasileiro é capaz de jogar o futebol verdadeiramente: o futebol de habilidade individual, de movimentos e gestos artísticos e, ao mesmo tempo, ofensivo. Nesta construção imaginária, como detentores do segredo deste fogo, é natural – natural! - que a única seleção que possa ser sagrada campeã justamente seja a brasileira. Quando um time europeu, como a Holanda, demonstra as características de velocidade e habilidade é porque “evoluiu”. É, portanto, a exceção que comprova a regra.

Entretanto, há uma operação distinta do que ocorreu nas derrotas anteriores à conquista do tricampeonato mundial, em especial 1950 e 1954. Se o *futebol-arte* é uma característica “nata” ao povo brasileiro e é ela que destaca o país entre as outras nações, o fracasso nas Copas do Mundo não pode mais ser computado ao povo. Afinal, é do povo que emerge esta virtude. Se esta qualidade nata não foi (justa e) internacionalmente reconhecida com o título da Copa do Mundo, **a responsabilidade não é do povo**. Se foi a miscigenação ou a “malandragem” que produziram o estilo mágico de jogar do brasileiro, o seu fracasso só pode ser computado a quem não soube utilizar este dom: o técnico. Ou ainda, a má gestão dos recursos pela CBD.

O que importa destacar é que, ao contrário das Copas disputadas até 1954, o que antes era um “defeito”, torna-se agora virtude. Somente jogando **como brasileiros** é que a seleção pode vencer. E há outra mudança significativa de operadores: os parâmetros que definem o que é um brasileiro – neste caso, o jogador de futebol – não são estabelecidos pelo Estado ou pela intelectualidade. Mas pela população. Se a Seleção não joga de acordo com estes parâmetros, ela não representa a Nação, ela não corresponde a imagem autoconstruída. O espelho entre a Seleção e seu país é quebrado⁶³. Neste caso, a imagem almejada pela Ditadura do atleta como jogador-soldado é rejeitada pela população que despreza o esquema tático da obediência e do mecanicismo.

A identidade do brasileiro como “aquele que joga bonito” já estava presente em 1970. Entretanto, a Ditadura civil-militar aproveita-se dos resultados econômicos e da popularidade com a classe média para agregar um outro valor: os desfavoráveis ao regime não são brasileiros. Sem resultados econômicos a oferecer, incapaz de incidir sobre a construção identitária e sem nutrir simpatias pessoais por esse esporte, o futebol é eliminado da agenda governamental.

63 Décadas depois, Tim Vickery (2012) definiu o jogo contra a Holanda como o marco inicial para o que ele denominou “ascensão da tecnocracia” no futebol brasileiro. Para o jornalista inglês, a cientificação do futebol, iniciada em 1958, e a busca pela igualdade física atingiram seu ápice na Copa de 1978 e seria o fim da ideia do “joga bonito”, do jogo marcado pela espontaneidade e criatividade.

Durante toda a Copa, não há menções na imprensa que associem o general à competição. Esta separação no conteúdo da propaganda e da publicização entre a imagem presidencial e o futebol permaneceria nas Copas seguintes de 1978, ainda na gestão Geisel, e de 1982, com o derradeiro General João Baptista Figueiredo. Para Couto (2014, p.163), essa constatação tanto revela as mudanças na estratégia publicitária oficial, quanto evidencia um deslocamento de sentido na cultura política constituída nesse período.

Mesmo veículos que não se encontram subordinados ao governo como os semanários *Opinião* e *Pasquim*, não associam o futebol, o desempenho na Copa do Mundo com a figura do General ou da Ditadura.

Fundado pelo empresário Fernando Gasparian e com a redação chefiada pelo jornalista Raimundo Pereira, o *Opinião* articulou em sua redação e entre colaboradores, militantes políticos e intelectuais de oposição como Fernando Henrique Cardoso, Antônio Cândido, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, entre 1972 e 1977. Na cobertura da Copa, o *Opinião* manteve-se no campo da análise esportiva, mas abordou também a estrutura da gestão esportiva, responsabilizando a administração da CBD e, especialmente, a defasagem da Comissão Técnica por não acompanharem o desenvolvimento do futebol europeu.

Já *O Pasquim*, criado em 1969 pelos jornalistas Tarso de Castro e Sérgio Cabral e pelo cartunista Jaguar, direcionou sua irreverência para satirizar o torcedor ou os jogadores genericamente, mas igualmente não se preocupou em relacionar o desempenho na Copa do Mundo com a Ditadura⁶⁴.

Seria exagero e ficcional, encontrar nas manchetes contundentes contra a seleção, mensagens cifradas contra a Ditadura, como no episódio de rebeldia de Rivelino ou na convocação da Folha para que os jogadores se rebelassem. Ao contrário, a cobertura nem um pouco política da Placar e a preocupação da Folha com a imagem da Ditadura chilena não nos permitem imaginar traços de rebeldia nas páginas dos veículos.

Quatro anos depois, às vésperas da XI Copa do Mundo disputada na Argentina, a imagem sedimentada da Seleção de Zagalo para a Placar era a seguinte:

Sob Zagalo, os jornalistas foram postos de quarentena. Era um tempo de severas restrições à Imprensa, com jornais diários submetidos à censura prévia. Transformada em questão de segurança nacional, a Seleção foi objeto de medidas excepcionais de proteção, que davam à sua concentração na Alemanha a aparência de uma fortificação militar, com guardas armados, cães policiais e todo um aparato para afastar estranhos – entre estes, os

64 Para um estudo detalhado da cobertura do futebol pelo *Opinião* ver ALMEIDA, Guilherme Kichel de. “Jogando pela esquerda”: o futebol brasileiro nas páginas dos jornais *Opinião* e *Movimento* (1975-1978). Dissertação de Mestrado, PPGHIS, UFRGS, 2018.

jornalistas. (...) parte do insucesso da Copa lhes foi debitada [aos jornalistas] por “falta de patriotismo” (PLACAR, n.420, 12/05/1978,p.9).

Ainda em 1974, mesmo que não seja abertamente, que seja difusa, há uma ideia implícita de que o Brasil não é mais uma potência, de que há uma estagnação e perda de modernidade, ainda que continuemos tendo os “melhores jogadores” e, ao contrário de 1954, não é uma questão de índole europeia versus caráter sul-americano, mas da gestão. Destaque-se que a palavra *milagre*, quatro anos antes utilizada como expressão positiva do sucesso econômico, agora seja utilizada com frequência para atestar uma sobrevivência impensável do time brasileiro diante de uma provável derrota. Ou ainda que a maior crítica que poderia ser feita – ao treinador ou quem quer que fosse – seria chamá-lo de “otimista”, ao contrário da certeza no futuro e no país de tempos tão próximos.

E, aproximando o léxico da Ditadura com o futebol, para a imprensa esportiva, tal como “velhos políticos”, Zagalo e Havelange deveriam ser suplantados pela modernidade, pela razão e pela ciência. E a tecnocracia redentora era representada pelos preparadores da seleção e, portanto, não é surpreendente que quatro anos depois, será Cláudio Coutinho quem estará à frente da seleção na Copa de 1978.

O Jornal do Brasil seria, inicialmente, a exceção para esta leitura. Durante toda a Copa, Zagalo e o preparador físico Admildo Chirol são os principais protagonistas das manchetes e exercem o discurso de autoridade técnica. Os demais integrantes da Comissão Técnica, mas principalmente os jogadores, são apenas coadjuvantes da narrativa ou peças que são dispostas de acordo com a tática do treinador. E Havelange jamais é questionado.

As explicações são muito simples. Tanto Zagalo, como jogador e como técnico, quanto Chirol, construíram suas carreiras, até aquele momento, exclusivamente no Rio de Janeiro. Os jornalistas estavam familiarizados com a Comissão, como também é parte da cobertura jornalística herdar as históricas disputas extracampo entre paulistas e cariocas pela gestão do futebol brasileiro, retomada após o rompimento entre Havelange e Paulo Machado de Carvalho, às vésperas da Copa de 1966. Portanto, defender a Comissão era, em alguma medida, defender o futebol carioca. Ainda assim, o técnico era o alvo de um murro de um torcedor em um aparelho de televisão, na charge de Lan, publicada na página dos editoriais do JB, no dia 4 de julho, após a derrota para a Holanda. Quanto a Havelange, amigo de infância do proprietário do Jornal do Brasil, Nascimento Brito, não tinha por que se preocupar com o diário carioca⁶⁵.

⁶⁵Segundo Motta (2018), pouco mais de uma década depois, em 1985, Havelange, seu genro e futuro presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) Ricardo Teixeira e Nascimento Brito seriam sócios em uma tentativa de adquirir a TV Record e transformá-la em TV JB.

É evidente que 1970 produziu um momento único de convergência do ufanismo esportivo com a economia, cujo protagonismo e base de sustentação do regime era a classe média. É a economia, a materialidade, quem sustenta o patriotismo e a própria torcida em torno da Seleção Brasileira. A euforia, o ufanismo e a conquista do Tricampeonato compõem uma trajetória com muitos protagonistas. E, talvez, o regime tenha sido o último a se somar entre os seus protagonistas. Em 1974, a mesma euforia e catarse já não são possíveis. Ao contrário, agora é a crise econômica que está em sincronia com uma seleção – se não ruim – aquém do que se espera. O ufanismo não pode se sustentar sem bases materiais reais.

Se a conjunção de crescimento econômico, aumento da capacidade de consumo e a conquista do tricampeonato mundial puderam ser capitalizados pelo regime militar em 1970, envolvido na propaganda patriótica e no sentimento ufanista, quatro anos depois, responsável ou não pelo fracasso da seleção, uma vez que tenha associado aos símbolos pátrios a si próprio, o regime não se encontra imune ao movimento reverso: a frustração econômica encontra-se com a frustração esportiva e ambas, de certa forma, são associadas à própria direção do regime, que afinal de contas é quem reivindica a propriedade sobre tudo o que diz respeito à pátria, incluindo seu governo e sua seleção de futebol.

Do ponto de vista econômico, os dados oficiais apontavam que o PIB mantivera seu crescimento dentro da margem do *milagre econômico*, em 9,6%, entretanto a estratégia de manter o crescimento apoiado no endividamento externo elevou a dívida para US\$17,2 bilhões, um salto de 2,3% para 6,8% do PIB em relação ao biênio anterior, aumentando em 92% a dívida líquida e endividando o país a uma taxa 12% acima da média dos países subdesenvolvidos que importavam petróleo. A inflação terminou o ano em 35% (GASPARI, 2003).

Os descontentamentos convergiram nas eleições de novembro. Com maior penetração nos meios urbanos e nas regiões sul e sudeste, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) acentuou as críticas ao governo durante a campanha no rádio e na televisão, levando o partido a praticamente duplicar sua representação na Câmara dos Deputados (de 87 para 161 cadeiras) e triplicar no senado (saltando de 5 para 16 cadeiras entre as 22 em disputa). Com o resultado, o MDB possuía mais do que os 144 votos necessários para bloquear projetos de alterações constitucionais. Sem essa condição, o governo Geisel não levaria ao Congresso nenhum projeto de distensão que lhe obrigasse a negociar ou incorporar propostas da oposição.

Do ponto de vista político, a Ditadura deixaria a discussão sobre a distensão em suspenso – não se fala em *Abertura* e não se trata de questões como a Anistia. Como deixa claro o General Geisel em um encontro com dirigentes da ARENA no Palácio do Planalto, em

agosto de 1974. Após a reunião, em um discurso distribuído à imprensa e publicado na íntegra, no dia seguinte, pela Folha (30/08/1974), afirma que o “aperfeiçoamento do regime (...) dever-se-á não abdicar das prerrogativas ou poderes que foram atribuídos ao Governo enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos específicos que lhe cumpre perseguir para a segurança social, econômica e política dos brasileiros”.

Por prerrogativas e poderes, leiam-se os atributos dos Atos Institucionais, em especial o AI-5. Como afirma, citando seu próprio discurso em uma reunião ministerial, em março daquele ano, que “espera não haver dado margem a falsas interpretações, ao mecanismo dos atos institucionais”. De forma que o governo “não aceita, porém, nem poderia admitir jamais, pressões indevidas ou campanhas reivindicadoras de indivíduos” que pretendam “forçar mudanças e revisões inconvenientes, prematuras ou imprudentes”. Por trás destas reivindicações, discursa o ditador, estariam “conhecidas minorias subversivas”, interessadas em criar um clima de “intranquilidade e desordem”.

Repetindo o conhecido léxico da Doutrina de Segurança Nacional, que estabelece inimigos internos como justificativa para a violência de Estado, declara que “nada tem a temer, portanto, quem não infringe a lei, quem não se envolve em processos de contestação do regime, quem não se deixa comprometer nas malhas de subversão”. E, por fim, ameaça que “tais pressões servirão, apenas, para provocar contrapressões de igual ou maior intensidade, invertendo-se o processo da lenta, gradativa e segura distensão” (FSP, 30/08/1974).

Incapaz de assegurar seu poder pelo consentimento, a Ditadura o exercerá mais uma vez pela força e sem apreço por quaisquer mecanismos minimamente democráticos, mesmo os já típicos processos eleitorais. Em 1977, a Ditadura alterará as regras eleitorais para que não seja derrotada novamente no jogo que ela própria arbitra.

Quanto ao futebol, há uma série de fatores que convergem para a maior intervenção da Ditadura sobre o esporte, ainda que publicamente haja uma separação entre a figura presidencial e o esporte. Primeiro, evidentemente, há o fracasso da seleção na Copa e uma interpretação que justifica esta derrota pela defasagem do futebol brasileiro e por sua má gestão. Logo, a Comissão Técnica da Seleção, o nível do campeonato brasileiro e a atuação de dirigentes de clubes e de federações são apontados como culpados. Todos eles, em última instância, de responsabilidade da Confederação Brasileira de Desportos. Portanto, recuperar o futebol como terreno de propaganda da Ditadura ou autoestima ufanista, nos parâmetros que a Ditadura desfrutou em 1970, implicava em intervir na sua gestão nestes diferentes níveis. O que significava também, tratar a questão Havelange.

Oficialmente empossado novo presidente da FIFA, Havelange almejava acumular o comando das duas entidades, a nacional e a internacional, porém fora pressionado a deixar o comando da CBD.

Na versão de sua biografia, mal disfarçadamente oficial, Rodrigues (2007) atribui a saída de Havelange à uma conspiração dos irmãos Barros Nunes: almirante Adalberto, ministro da Marinha, almirante Heleno, presidente da ARENA, e Antônio “Cacau”, amigo íntimo de Geisel e ex-diretor da CBD. Ainda segundo a biografia, a saída de Havelange seria um acerto de contas no contexto das disputas internas dos grupos militares no poder e espécie de retaliação aos indivíduos vinculados ao governo Médici, caso do então presidente da CBD. Segundo Roberto Médici, “André Richer, o diretor de futebol escolhido por Heleno Nunes que, a partir de 1975, recebeu a missão de transformar a CBD num braço político do governo militar” (RODRIGUES, 2007, p.181) e, segundo o próprio Richer, “a tropa do Castelo Branco voltou ao poder com o Geisel. E esse grupo resolveu mudar a estrutura da política do esporte no Brasil e converter o esporte num instrumento. Só que, para fazer isso, eles tinham que tirar o Havelange, que era um obstáculo porque eles queriam fazer uma reforma moldada por uma visão de Estado da atividade esportiva” (RODRIGUES, 2007, p.182).

Segundo Chaim (2018, p.201), a principal causa para a saída de Havelange seria a perda da Copa do Mundo de 1974, “de acordo com a métrica dos militares brasileiros, para efeitos de apoio popular doméstico”. Para este autor, a permanência de Havelange no poder entre 1970 e 1974 seria uma concessão das políticas intervencionistas do Estado em “manter na posição de comando do futebol brasileiro uma figura (ele próprio, JH) comprovadamente competente para gerir o regime de Futebol de Estado” (p.200). Porém, como citado anteriormente, a Copa de 1974 não recebeu da Ditadura o mesmo tratamento dado à competição anterior, seja pelas novas diretrizes da propaganda, seja pelos efeitos do cenário econômico internacional na política doméstica. E, no quesito administrativo, esta competência de Havelange é questionável, afinal foi o presidente da CBD, pessoalmente, quem dirigiu, desde a preparação, a desorganizada e desastrosa participação da seleção na Copa de 1966.

E ainda, segundo Yallop (2002), um relatório secreto informava o governo que entre 1958 e 1974, cerca de US\$ 6 milhões (US\$20 milhões em valores atualizados) teriam desaparecido sem rastro dos cofres da entidade, as prestações de contas eram falsas e o governo brasileiro precisaria cobrir em US\$ 1,7 milhões (US\$8 milhões em valores atuais) o rombo da entidade⁶⁶. Os custos incluíam o fracasso financeiro da Taça Independência. E,

⁶⁶ Segundo a Folha de São Paulo, cinco anos depois, na saída de Havelange, a Confederação possuía um déficit de Cr\$ 13 milhões, sendo que a maior parte disso era referente à dívida contraída para a realização da Taça Independência e de juros decorrentes da inadimplência da entidade quanto aos empréstimos tomados para bancar

possivelmente, parte significativa dos recursos tenha sido utilizada na campanha de Havelange para a eleição da FIFA, como as viagens aos países votantes. Submeter o recém-eleito presidente da entidade máxima do futebol a um julgamento ou penalidades seria um constrangimento para a própria imagem internacional do país. Além de cobrir os rastros e despesas, Geisel determinaria o fim do domínio de Havelange sobre o futebol brasileiro (YALLOP, 2002).

É evidente, pela cobertura jornalística, que há uma desconfiança generalizada sobre o comportamento financeiro e os negócios de Havelange. O uso da seleção para a sua candidatura à presidência da FIFA é notória. E a Ditadura percebe que sua associação com a figura de Havelange e com a CBD é prejudicial para a imagem do próprio regime. Novamente, a sua biografia afirma que preocupado em garantir a unidade e a estabilidade do esporte, Havelange trabalhara para conduzir a sucessão “com ternura” e que articulou para que Heleno Nunes fosse eleito por unanimidade (RODRIGUES, 2002)⁶⁷.

Seja por influência do ex-presidente ou determinação do regime, o fato é que o almirante Heleno Nunes assumiu o comando da Confederação Brasileira de Desportos em janeiro de 1975. Filho do ex-capitão-de-corveta Adalberto Nunes, fundador da primeira liga de esportes da Marinha em 1915, o almirante Heleno era ainda irmão do ex-ministro da Marinha no governo Médici, Adalberto de Barros Nunes, e do então diretor de Relações Públicas da Petrobrás, o general Antônio Luiz de Barros Nunes. O novo presidente era ainda ex-jogador de basquete do Tijuca Tênis Clube, ex-dirigente do Bonsucesso e diretor do Vasco da Gama, três vezes deputado pela ARENA e líder do partido no Rio. Nunes levava consigo o major Carlos Alberto Cavalheiro para tratar das finanças da entidade e o Coronel Heleno Louzada para a coordenação de esportes. A Placar trata o encontro de Geisel com Nunes, como “esperanças para os esportistas brasileiros”, pois sabem “o bafejo da autoridade” (Placar n.º260, 21/03/1975, p.35), ou seja, o poder dos militares. A partir de agora, a Ditadura dispensava mediações para controlar e implementar os princípios da Doutrina de Segurança Nacional no futebol.

este torneio (Folha de São Paulo, 08/01/1979. Esporte, página 4).

⁶⁷ Segundo a revista Veja (01/01/1975), “Visivelmente constrangido, ele [Havelange] apresentou à imprensa o Almirante Heleno de Barros Nunes, que no dia 10 de janeiro próximo deverá ser eleito com unanimidade dos votos das federações estaduais para a presidência da CBD (...) Heleno Nunes não era o candidato natural que Havelange gostaria de deixar no cargo por ele ocupado (...) Impedido de reagir à decisão do Ministro [da educação Ney Braga], contudo, Havelange teve que ceder e acabou afirmando que Heleno era também seu candidato”.

CAPÍTULO 3 1978: NÃO SE DEVE DELIRAR, JÁ QUE SONHAR NINGUÉM MAIS CONSEGUE

A gestão do almirante Heleno Nunes na Confederação Brasileira de Desportos demarca o auge do processo de militarização e de implementação das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional no futebol brasileiro. Ainda que o governo Geisel tenha se afastado do selecionado e da competição, ainda permaneciam resquícios da relação intrínseca estabelecida em 1970 e, se a derrota na Copa de 1974 não poderia ser atribuída aos militares, o mesmo não poderia ser dito em relação ao desempenho econômico do país, constituindo um somatório de reveses na popularidade e no apoio à Ditadura. Simultaneamente, os projetos pessoais de João Havelange e a má gestão financeira da CBD impeliu os militares a ampliar o controle político, gerencial e financeiro do futebol brasileiro pelos militares.

A militarização implicava que, além de Nunes, outros militares ocupassem funções de gestão na CBD. Segundo levantamento da revista Placar (nº 384, 02/09/77), estavam na Confederação, o tenente-coronel Carlos Alberto Cavalheiro (diretor de finanças), coronel Valentino Signorinelli (subdiretor do departamento de finanças), major Kléber Camarino (olheiro da seleção), coronel da Aeronáutica Hélio Lousada (departamento de coordenação e desportos), tenente Raul Carlesso (olheiro e treinador de goleiros).

O levantamento da revista se estendia aos outros esportes. O brigadeiro Jerônimo Bastos permanecia como presidente do Conselho Nacional de Desportos, tendo como conselheiros o coronel José Simões Henriques, coronel Osni Vasconcelos, coronel Salli Szanferberger, o tenente-coronel Pedro Richard Neto e a assessoria do general Pires de Castro. A Superintendência dos Estádios do Rio de Janeiro (Suderj) era presidida pelo almirante Jovino Pavan - “uma administração infeliz, caracterizada pelo abandono que se encontra o Maracanã”, registra a revista. E o departamento técnico da Federação Carioca de Futebol era ocupado pelo general Erar Vasconcelos.

Nas confederações, a presença militar era maciça, assinala a Placar. O general Anísio Rocha dirigia a Confederação de hipismo; o coronel Sá Campelo, o tiro; na vela e motor, o almirante Dantas Torres; no pugilismo, o tenente-coronel Vicente Ságuas; na esgrima, o coronel Hélio Vieira. Juntamente com o almirante Nunes e com o brigadeiro Bastos, todos faziam parte do Comitê Olímpico Brasileiro, presidido pelo major reformado Sílvio de Magalhães Padilha e que contava ainda com o marechal Edgar do Amaral e o almirante Paulo Meira.

A presença ostensiva dos militares, o autoritarismo e a centralização excessiva de poderes característico da Doutrina de Segurança Nacional eram possíveis e foram acentuadas pela reorganização desportiva através da Lei n.º 6,251 de 8 de Outubro de 1975, que “Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências”. O artigo 43 desta lei, por exemplo, determina que o Conselho Nacional de Desportos seja formado por 11 representantes, sendo um deles do Comitê Olímpico, um representante das confederações desportivas e outro do Ministério da Educação. Os outros 8 integrantes seriam de “livre escolha” do presidente da República, desde que “de elevada expressão cívica”.

Entretanto, as alterações na legislação esportiva neste período resultaram ainda na mais importante transformação da organização esportiva desde o Estado Novo: a desvinculação das modalidades amadoras da CBD, conseqüentemente a desestruturação e extinção dessa entidade e a formação de sua substituta, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). O processo, gradativo, iniciado em 1977 se desdobraria até o final de 1979, quando o final da gestão de Nunes coincidiria com o encerramento das atividades da antiga Confederação desportiva⁶⁸.

O principal mecanismo de instrumentalização do futebol pela Ditadura na gestão do almirante Heleno Nunes foi o Campeonato Brasileiro. Em seu primeiro ano como presidente da Confederação, Nunes acrescentou apenas duas novas equipes ao certame. Mas, mais importante do que a quantidade é que dois representantes do Espírito Santo e um da Paraíba garantiram que todas as unidades da Federação estivessem presentes no Campeonato. Como a distinção entre a Divisão Extra e a Primeira Divisão foram abolidas, 42 clubes disputaram a competição em 1975.

Porém, foi no ano seguinte, que a fórmula de ampliação de participantes proporcional aos interesses políticos da Ditadura e de seu partido, a ARENA, passou a ser plenamente posta em prática. No Campeonato brasileiro de 1976, competiam 54 times que representavam 31 cidades, sendo 20 capitais e outras 11 cidades “convidadas” pela CBD como Feira de Santana (BA), Campina Grande (PB), Campo Grande (MT), Londrina (PR), Caxias do Sul (RS), Santos, Ribeirão Preto e Campinas (SP), Uberaba (MG), Campos e Volta redonda (RJ). (SANTOS, 2012).

No projeto de “autorreforma” do regime de Geisel, a ARENA assumia um papel mais relevante do que nos governos anteriores, uma vez que era necessária uma aparente normalidade no funcionamento das instituições para legitimar o exercício da Ditadura. A

⁶⁸Outra marca importante da gestão de Heleno Nunes foi a aquisição e início da implantação da Granja Comary, em Teresópolis (RJ), centro de treinamento da Seleção Brasileira. As obras se estenderam pela gestão de Giulite Coutinho na década de 1980.

maioria parlamentar e a popularidade do partido eram essenciais para esta estratégia, onde os critérios políticos para escolha dos clubes que disputavam o campeonato eram evidentes. Santos (2012, p.116) cita como exemplo que o time de Alagoinhas (BA), obteve ótimo desempenho no campeonato local, mas o time convidado foi o Fluminense de Feira de Santana, cidade com maior número de eleitores. Ou ainda que o Mossoró deveria disputar a competição em 1979, porque era a cidade natal do governador arenista nomeado por Geisel para o Rio Grande do Norte (p.134).

Assim, o número de equipes crescia exponencialmente: eram 62 times em 1977, 74 em 1978 e impressionantes 94 participantes no último ano da gestão do almirante. Para satisfazer o ímpeto eleitoral de Nunes, da Arena e da Ditadura, os princípios tecnocráticos da Doutrina de Segurança Nacional foram dispensados e tal como a administração das estatais da época, a gestão militar na CBD se revelou um desastre. As edições do campeonato tinham fórmulas esdrúxulas e complexas de acordo com os interesses políticos, enquanto a necessidade de longas viagens – em plena crise mundial dos preços do petróleo – obrigavam a alargar o campeonato para comportar a imensa quantidade de partidas. O campeonato de 1977, por exemplo, foi concluído apenas no início do ano seguinte. Como todas as propriedades do campeonato eram excessivas, também suas falhas se tornavam evidentes, como demonstra o editorial da revista Placar de julho de 1978:

O presidente Heleno Nunes é apenas o mais recente dos oportunistas que têm assolado o futebol brasileiro. É apenas o mais recente dos prepostos dessa política que vê, em primeiro lugar, o monumental, o aparatoso; e que revela cegueira incurável em relação a tudo que é autêntico, a tudo que é verdadeiro. Em resumo: a tudo que é nacional. Temos um Campeonato Brasileiro monumental – e falso. (...) Reconheçamos então: o mal é anterior à ascensão do homem que governa a CBD com um olho no Vasco e outro na ARENA. O nome do almirante pode ser ligado ao surto de incompetência, o oportunismo, justiça se lhe faça, é mais antigo. Vem do tempo em que ao estilo de certos regimes que a história já condenou, se instituiu a técnica de aliciar o povo através da produção de obras monumentais. Nessa paródia histórica, os faraós do momento – e seus prepostos, espécie da qual o sr. Heleno Nunes é apenas um pitoresco exemplar – distribuíram pelo país imensos estádios. Esqueceram-se, porém, de que, para funcionar perfeitamente, o circo precisa de público e artistas. Ergueram monumentos ao futebol, que é a paixão popular. Mas esqueceram o povo, esqueceram o próprio futebol. (...) Havelange e Antônio do Passo, por mais que servissem a interesses estranhos, eram representantes da melhor escola do cartolismo nacional. E não dirigiam nenhum partido político. (PLACAR, n.º429, 14 de julho de 1978).

A desorganização do Campeonato foi suficiente para que o almirante recebesse críticas até de apoiadores da Ditadura, como o então presidente do Fluminense, Francisco Horta, em uma entrevista ao Jornal do Brasil (20/08/1977), com forte repercussão. Nela,

Horta, que era também magistrado, se define como “um liberal contra radicalismos de toda ordem” e como um apoiador “da Revolução [de 1964] com lenço no pescoço”, mas que agora “sou favorável pela reabertura em favor do estado de direito em todas os setores, incluindo o esporte”. Porém, além de tecer elogios ao almirante Nunes (“um homem admirável”), Horta reconhece que “o futebol ainda é uma questão de segurança nacional” e que o afastamento dos militares da CBD, “devolvendo o futebol aos clubes”, deveria ocorrer como mecanismo de “autopreservação” diante do iminente fracasso da seleção na Copa do Mundo de 1978⁶⁹.

A seleção, assim como a organização do campeonato, permanecia sob a égide da militarização, mesmo em processo de renovação após a derrota na Copa do Mundo de 1974. Entre 1975 e 1977, a Seleção Brasileira foi comandada por Oswaldo Brandão. Ex-jogador e técnico campeão pelo Corinthians e Palmeiras, Brandão tivera duas breves passagens pela seleção, a última delas em 1957, quando foi “chamado pela CBD para disciplinar os jogadores e organizar a seleção”, utilizando um documento de doze Normas e Condutas (NORIEGA, 2014, p.49)⁷⁰. Segundo a Placar (18/02/1977), Brandão não é apenas o técnico, “é o chefe que quer centralizar o poder; é o pai que vê nos jogadores uns meninos imaturos que precisam ser vigiados, repreendidos e tratados com severidade e dureza”.

Sob seu comando, a seleção disputou 27 jogos, vencendo 22, empatando outros três e perdendo apenas dois. E, apesar de ter conquistado a Copa Roca, em 1975, e as Taças do Atlântico e do Torneio do Bicentenário dos Estados Unidos, em 1976, Brandão foi substituído após a primeira partida das Eliminatórias da Copa do Mundo, um empate sem gols com a Colômbia⁷¹.

Assim como seu antecessor, Zagallo em 1974, Brandão foi acusado de bloquear as características consideradas intrínsecas do futebol brasileiro em nome da disciplina e da

69A administração civil dos clubes não era também exemplar nos quesitos democráticos, como demonstrado nesta reportagem da Placar (n.404, 20/01/1978, pp.22-26), “Democracia relativa”: “Vigora nos clubes brasileiros uma incrível distorção: em todos há eleições, mas de tal forma manipuladas que, em última análise, o corpo social de modo algum pode impedir que o poder seja um negócio entre amigos, famílias ou pequenos grupos. Mesmo quando há oposição, ela é representativa apenas de frações de grupos no poder, mas fora do poder”. A matéria registra a maneira como Horta é definido pela oposição no Fluminense: “Ditador”. E o próprio Horta justifica-se como alvo de uma conspiração envolvendo a FIFA e o governo por “incomodar ao presidente da República” (23-24). Na edição seguinte (n.405,27/01/1978, p.54), a revista registra a derrota de Horta nas eleições do clube: “(...)Horta, descobriu muito tarde o caminho da democracia. Depois de ter governado o clube como um ditador(...)”.

70 Em sua nova passagem pela seleção, às vésperas da estreia nas eliminatórias, a Placar (18/02/1977) assinala a inconformidade dos jogadores diante da proibição reiterada de Brandão em liberar um grupo para ir ao cinema em Bogotá: “Eles nos tratam como se fossemos crianças”.

71A versão oficial é de que Brandão pediu demissão, ainda dentro do avião que retornava de Bogotá e que o levaria a São Paulo (Folha de S.Paulo, 27/02/1977). Segundo Noriega (2014), o treinador fora avisado durante o voo de que seria demitido na chegada ao país. A hipótese da demissão é corroborada por Sarmiento (2006).

autoridade, como demonstra o editorial da Placar, após um medíocre empate em zero a zero contra a Colômbia, na estreia da seleção nas eliminatórias para a Copa do Mundo:

Nessa seleção, baixara-se um decreto contra toda forma de improviso (ou será toda forma de talento?). Jogadores capazes de criar não serviam – a não ser na medida em que abdicassem de toda espontaneidade; na medida em que se amoldassem, e de corpo e alma, aos esquemas do treinador. Tudo para quê? Para que o treinador monopolizasse já não o direito de improvisar menos ainda o de criar (PLACAR, 25/02/1977).

Seu biógrafo, Mauricio Noriega (2014), atribui diretamente à imprensa carioca, em especial o Jornal do Brasil, descontentes com a substituição de Marinho Chagas por Wladimir no time titular, e à Ditadura pela demissão. Segundo o preparador físico Hélio Maffia, que dividia o quarto com Brandão durante a preparação para a partida em Bogotá, todas as noites, “sem falhas”, muito tarde, Brandão recebia um telefonema. Posteriormente, Brandão revelaria a Maffia, a origem dos telefonemas: o general João Baptista Figueiredo, então chefe do Serviço Nacional de Informações:

[Maffia:] “Por isso que eu digo que a Ditadura militar derrubou Brandão. Eu acho isso. O Figueiredo telefonava toda noite para saber como estava a seleção, e tinha toda aquela onda da imprensa carioca por causa do Marinho Chagas. Quando empatamos o jogo, a pressão ficou insustentável” (NORIEGA, 2014, p.132)

O sucessor de Brandão foi anunciado no mesmo dia⁷²: o capitão Claudio Coutinho, então técnico do Flamengo. Como técnico, Coutinho sequer havia acumulado um ano à frente do time carioca e, antes disso, dirigiu apenas a Seleção Olímpica para os jogos de Montreal (1976), passando de Supervisor para Técnico, após a demissão de Zizinho às vésperas da competição, e conquistando o quarto lugar. Exerceu outras funções nas comissões da Seleção do Peru, no Vasco e Olympique de Marseille. Mas, principalmente, Coutinho esteve presente nas Comissões Técnicas de 1970, como preparador físico, e de 1974, como supervisor técnico. Era, portanto, familiarizado com a CBD e com a seleção e tratado com confiança pelo almirante⁷³ e pela própria Ditadura. Como registrava a Placar (04/03/1977), “sentindo um comando mais seguro em Claudio Coutinho, altas autoridades como o ministro Ney Braga, serão naturalmente afastadas do noticiário esportivo, onde sua presença, antes de ajudar, pode perturbar”.

⁷²Em outubro do mesmo ano, quando Brandão levou o time do Corinthians a vencer um campeonato depois de 23 anos, a Placar saudava as qualidades do técnico com um editorial intitulado “Um golpe na tecnocracia” (PLACAR, n.º391,21/10/1977).

⁷³A indicação de Coutinho para dirigir o Flamengo teria sido sugestão do próprio Heleno Nunes, após negar ao clube a liberação do então técnico da seleção, Osvaldo Brandão (O Globo, 30/10/2018).

Em entrevista para Placar, em maio de 1979, Coutinho relembria que em 1964, “fiquei do lado da Revolução” diante de uma cisão na Escola de Paraquedismo do Rio. “Estavam planejando um atentado contra Carlos Lacerda, mas acabou falhando graças a nossa interferência”, lembrou. O técnico também desmentiu os boatos de que seria torturador: “Eu nunca estive metido nisso. Existem muitos homônimos. Minha missão não era torturar ninguém. Eu era mestre em saltos”, afirmou ao repórter Marcelo Rezende (PLACAR, n.472,11/05/1979, p.17)⁷⁴.

Tanto Joel Rufino dos Santos (1981), quanto Tim Vickery (2012) consideram a escolha por Coutinho como o episódio exemplar da “tecnocratização” da seleção e do futebol brasileiro. Santos (1981, p.83) considera que o capitão tinha a missão de “modernizar” o futebol brasileiro da mesma forma como o Ministério do Planejamento e Economia pretendiam modernizar a economia nacional: com importação de tecnologia às custas do empobrecimento (da população e do futebol). Para Vickery (2012, p.91), a Copa de 1978 foi o ápice da ascensão tecnocrata, que já se encontrava presente desde a profissionalização da Comissão Técnica em 1958: “Prancheta na mão, apenas os tecnocratas tinham a resposta. Eles trabalharam com modelos que eram culturalmente estranhos.

Em 1978, sob direção de Cláudio Coutinho, Brasil se propôs a imitar o que os holandeses fizeram”⁷⁵. A mesma ideia já era expressa pela Placar, dias antes da estreia na Copa: “Ótimo isso, que alguém resolva estudar, aprender, transmitir, mas não haverá um certo exagero nesta dedicação quase integral à teoria? Achamos que sim. Achamos que os tecnocratas, por mais que conheçam as receitas, acabam errando o tempero” (PLACAR, n.421, 19/05/1978, p.15).

Entretanto, Coutinho não era um burocrata ou um militar alçado à sorte ao comando da seleção. Como preparador físico, coube a ele introduzir e popularizar o método “Cooper” no Brasil. O técnico atribuía seus conceitos à convivência, no Olympique, com Stephan Kovacs, técnico do Ajax no início dos anos 1970 e da seleção francesa em 1974, em especial a ideia de “futebol total”⁷⁷. Partindo das avaliações da Copa anterior de que a arte e a

74 Coutinho era filho do General Achilles Lima de Moraes Coutinho. Seu irmão, um primo e um sobrinho eram também oficiais de alta patente. Formado na Academia Militar dos Agulhas Negras (AMAN) em 1959, Coutinho cursaria a EsEFEx em 1965.

75Tradução do autor. No original: “Clipboard in hand, only the technocrats had the answer. They worked with models which were culturally alien. In 1978 under Cláudio Coutinho, Brazil set out to imitate what the Dutch had done”.

76Ainda segundo Vickery, a seleção de 1982 e 1986 sob comando Telê Santana tentaram reverter este movimento, mas a tecnocracia predominaria novamente com Sebastião Lazaroni em 1990. Cabe lembrar que em 1994, o Brasil seria tetracampeão dirigido pelo ex-companheiro de Comissão Técnica de Coutinho em 1970, Carlos Alberto Parreira.

77Segundo Coutinho: “E o que é o futebol total? Exatamente isso: o jogador capaz de desempenhar, no campo, diversas ou múltiplas funções. O jogador que se mexe, que procura espaços vazios, que procura cobrir um

habilidade do futebol sul-americano foram superadas pela força e técnica dos europeus, Coutinho estudou as equipes e os modelos táticos da Europa, procurando introduzir conceitos como “ponto futuro” e “overlapping”, que eram inclusive motivo de chacota da imprensa e torcedores.

E, ainda que a Seleção de Coutinho tenha alcançado a classificação para a Copa com certa tranquilidade (com vitórias sobre Colômbia, Peru, Paraguai e Bolívia), a crítica ao treinador era de que “a pretensa europeização do futebol brasileiro estaria descaracterizando a poética brasileira da bola. Das muitas críticas a Coutinho, deve-se destacar a recusa de torcedores e comentaristas em aceitar o predomínio de jogadores fisicamente fortes sobre os talentosos” (SARMENTO, 2006, p.143).

Coutinho fora também o redator do “Manifesto de Glasgow”, quando os jogadores decidiram não falar com a imprensa na preparação para a Copa de 1974, e durante a preparação para o Mundial de 1978 acrescentou como critério para a convocação a “boa conduta dentro e fora do campo”, uma “espécie de atestado de bons antecedentes, agora de natureza esportiva” (PLACAR, n.º391, 21/10/1977).

Em maio de 1977, antes da apresentação dos jogadores para disputar as eliminatórias, a Placar (n.369,20/05/1977) teve acesso ao “Regulamento dos jogadores, seus direitos e obrigações” emitido pela CBD. O documento recebeu críticas fortes e contundentes da revista, com a chamada “É proibido ter direitos” e descrito como “Illegal. Violento. Prepotente. Desrespeitoso”, onde “em seis páginas, trata apenas dos deveres dos atletas. E não menciona um direito sequer”. Entre as determinações da Confederação estão desde a observância aos horários até o respeito ao limite de bagagem nos voos (!). E inclui ainda a proibição de telefonar para “outras pessoas que não sejam da sua família” nas concentrações. O regulamento exige ainda que os atletas se apresentem “sempre barbeados, com cabelos cortados e penteados”. Taxativa, a revista considera um absurdo que o jogador “continue sendo tratado como um cidadão de segunda classe” e “como coisa”. Para a Placar, ainda, as normas escondem outros interesses mais pragmáticos, como determinar o uso exclusivo dos materiais esportivos da patrocinadora Adidas pelos atletas e a proibição do uso dos equipamentos ou patrocínios por outras marcas.

As repercussões foram suficientes para que a CBD recuasse e relativizasse as normas do regulamento. Mas as críticas da revista permaneceram, como neste editorial: “Tanto amor à disciplina, tanto regulamento – e no fim dá isso aí: os jogadores devem andar de cabelo bem

companheiro – enfim, o jogador polivalente. Exatamente o antagonismo de especialização” (PLACAR, n.º366, 29/04/1977,p.30). Incompreendida em 1977, esta definição é o padrão de organização do futebol contemporâneo.

penteados, de uniforme bem vestido (nunca pelo avesso) e de boca bem fechada” “E o órgão que baixa o regulamento?” (Nº 372, 10/06/77).

O tom mais elevado dos editoriais do jornalista Jairo Régis é ilustrativo de que as fissuras e fragilidades na Ditadura já permitem manifestações mais contundentes pela democracia, incluindo uma revista esportiva que, até então, pouco ecoava dos temas políticos em suas páginas. Outras declarações semelhantes podiam ser lidas, por exemplo, quando o editorial tratou da proposta de veicular publicidade nas camisetas dos clubes: “Para acabar com certas dúvidas há um milenar e democrático remédio – consulta o povo” e, comentando os resultados da enquete sobre o tema, “surpresa? Para quem vive a estudada distância do povo, talvez” (n. 371, 03/06/77). Da mesma forma, sobre o tratamento da CBD aos clubes na convocação da seleção, “vamos exigir — junto aos dirigentes dos clubes — que se respeite a base, que se façam consultas sérias. Enfim, um mínimo de democracia” (n.395, 18/11/1977).

Se na Placar, as reivindicações democráticas apareciam de forma crítica, mas sutil, nos gestos do atacante Reinaldo elas eram explícitas.

Artilheiro do campeonato brasileiro de 1977, aos vinte anos de idade, Reinaldo comemorava os gols com um dos braços erguidos e o punhos fechado, repetindo o gesto dos atletas Tommie Smith e John Carlos, contra a segregação racial nos Estados Unidos, nas Olimpíadas do México, em 1968. Nas palavras do próprio Reinaldo:

“(...) comecei a fazer o gesto, que era um gesto de socialismo, um gesto revolucionário, que era esse gesto aqui. Só que... é racial, pantera negra, porque a gente tinha um pouco de receio também. Mas na verdade era um gesto de socialismo (...) porque, na verdade, o seguinte, eu comecei a fazer isso para a gente acelerar essa coisa democrática, porque não era nada organizado, eu não tinha sindicato, eu não tinha partido político, não tinha ninguém, eu mesmo que fui lá, eu vou falar aqui do futebol. “Futebol é alienado”, eles falavam na época muito isso, “todo mundo é alienado”, aí eu comecei a chamar isso para o futebol. Então eu fazia esse gesto” (LIMA, 2012).

O ato político não se encerrava nas comemorações dos gols. Reinaldo não se furtava em defender publicamente, em entrevistas, suas posições políticas. Em março de 1978, três meses antes da Copa, Reinaldo estampou a capa do semanário *Movimento*, com a chamada “Reinaldo (o goleador do Atlético), Bom de Bola (é o artilheiro do Campeonato Nacional) e Bom de Cuca (diz que o povo sabe votar e defende a constituinte)”. Oriundo de uma fissura no antigo *Opinião*, o *Movimento*, segundo Almeida (2018, p.68), representava um anseio de parte da oposição em participar ativamente da contestação à Ditadura, expressando o desejo de formação de uma frente ampla e democrática e um caráter democrático, nacionalista, de

valorização da cultura e do popular, um jornalismo engajado que pretendia dar voz “as classes desfavorecidas”.

Na reportagem, Reinaldo fala da necessidade de representação política e sindical dos jogadores, da continuidade e da importância dos seus estudos, mas principalmente sobre a conjuntura política do país:

Ao comentar o problema da anistia, o artilheiro do Campeonato Nacional além de defendê-la diz que “ela vai acontecer mais cedo ou mais tarde porque em tudo deve haver oposição, pois é assim que surgem novas ideias e caminhos diferentes”. Também concordando com a necessidade de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para eleger os colaboradores de uma nova Constituição. Reinaldo acrescenta que “em tudo o povo tem que ter participação. Nós temos que depositar confiança em quem votamos para sermos retribuídos de algum forma, nem que as futuras gerações sejam beneficiadas” (MOVIMENTO, n.º140, 06/03/1978,p.9)

Após outra entrevista semelhante ao Jornal do Brasil, o almirante Heleno passa a defender publicamente o corte de Reinaldo da seleção, sob a justificativa de que não possuía condições físicas para disputar a Copa – o jogador enfrentava uma lesão no joelho e demandava tratamento físico especial no selecionado. Para o Movimento (n.º144, 03/04/1978, p.5), é evidente que as motivações de Nunes são políticas e uma reação às declarações do jogador, elencando ainda manifestações de solidariedade expressas pelo goleiro Raul, pelo ex-jogador Tostão e pelo escritor Roberto Drummond, além de registrar a iniciativa de torcedores em coletarem um abaixo-assinado em defesa do jogador.

O próprio Reinaldo conta que, além dos pedidos do diretor André Richter para que não repetisse o gesto do punho nas comemorações, o próprio general Geisel e o ministro Ney Braga lhe pediram para não se manifestar politicamente.

“(...) nós fomos despedir para ir para a Copa do mundo de 78, despedir do general Geisel, e ele de farda oliva, general mesmo, de quepe de tudo. E o Ney Braga falou, nós vamos lá te apresentar para o presidente, o general lá. Aí chegamos, “esse é o menino Reinaldo, tal”. “Ah, esse que é o menino? Você joga muito bem, você vai jogar bola, mas não mexe com política, não fale de política, deixa que a gente resolve as questões políticas. Vocês jogam bola.” “Tá bom, sim senhor.” (LIMA, 2012).

O silêncio temporário do jogador era comemorado pela Veja (10/05/1978, p.75), “Coincidência ou não, desde que deixou de dar entrevistas sobre temas controvertidos, como Anistia, Constituinte e eleições, Reinaldo tem merecido um tratamento capaz de convencer a torcida de que todos os esforços serão feitos para que ele vá à Copa”.

A militarização do ambiente da seleção, caracterizada pela vigilância aos jogadores, aplicação do código de conduta e a ingerência de Heleno Nunes não ficou restrita a Reinaldo

ou às opiniões políticas. Depois de criticar Coutinho e Rivelino, o atacante Dirceu foi “metido dentro de uma Kombi e remetido para o Rio de Janeiro. Mas exatamente a sede da C.B.D onde André Richer já o aguardava para um severo e ostensivo sermão” (PLACAR, n. 420, p. 11).

Se os jogadores convocados eram submetidos à vigilância e a repressão, Paulo César Caju e Marinho Chagas, destaque na Copa anterior, sequer foram incluídos no grupo que disputaria a competição. Ambas as ausências eram vistas pela Placar como mais uma tentativa da tecnocracia instalada na CBD em descaracterizar o futebol brasileiro (PLACAR, n. 418, 28 abr. 1978, p. 9).

Ainda que tenha feito parte da seleção tricampeã no México e de uma carreira vitoriosa, Paulo César Caju⁷⁸ era tratado como um “jogador problema”, por sua postura “extracampo”, que tanto destoava dos padrões sociais impostos aos jogadores, quanto era percebido como uma ameaça aos valores morais defendidos pela sociedade autoritária (COUTO,2014, p.194). Como ilustra, com ironia, o artigo de João Máximo, no Opinião, em defesa do jogador:

Namoradas brancas beijadas à luz do dia, camisas esporte de cores berrantes, calças justas sob medida, carro esporte com buzina estridente, cabelo ligeiramente pintado de acaju, o gosto pelo som, curtido nos inferninhos da zona sul (ainda que sem bebida alcoólica, fumo e outros embalos do gênero) – estes têm disso os maiores pecados de Paulo César. Pecados, enfim, que fazem o seu comportamento tão censurável (OPINIÃO, n.136, 13/06/1975, p.11)

Paulo César tem consciência dos motivos pelos quais não interessa à CBD que faça parte da seleção. A Placar (06/01/1978) reproduz uma entrevista do jogador para o Le Figaro, da França: “Não quero ser afastado por motivos políticos. (...)Muita gente diz que não existe racismo no Brasil. Eu não acredito nisso. Na Seleção, quando é possível, primeiro convocam os brancos. É um assunto que ninguém gosta de abordar, mas eu sinto esse racismo subjacente”. E, consolidada a exclusão, na Veja (n.502,19/04/1978, p.67): “Me cortaram porque sou um liberal, tenho meus pensamentos. E a seleção está cheia de militares que não entendem nada de futebol”⁷⁹.

O editorial de Placar, intitulado “Futebol sem caráter” e assinado por Jairo Régis, considera as ausências de Paulo César e Marinho como parte do processo de

⁷⁸Para uma análise mais detalhada da trajetória de Reinaldo e Paulo César Caju ver COUTO (2014) e ALMEIDA (2018).

⁷⁹Um fato que comprovaria esta hipótese é que a Seleção que buscava publicamente uma europeização do futebol não convocou dois jogadores com experiência naquele continente, o próprio Paulo César que jogara no Olympique de Marseille (1974-1975) e Luís Pereira que jogava no Atlético de Madri (1975-1980).

descharacterização do futebol brasileiro, chamado de “futebol tutelado”, em curso desde a Copa de 1974:

Mas se não consegui - em 1974 - isso parece ter se transformado no novo objetivo da Seleção: a despersonalização não mais no futebol, mas do próprio jogador brasileiro. Sem Marinho e sem Paulo César, talvez tenhamos uma excelente seleção para uso externo, para a complementação de uma imagem de país sem problemas, sem surtos de mau comportamento. Ou até uma maravilhosa seleção em termos de convívio interno: ninguém reclamando dos bichos, ninguém preocupado com o que ocorre além dos limites da concentração; todos perfeitamente convencidos de que a seleção é seu mundo, a Copa o seu destino. Aí passa tudo a ser muito natural. (...) até aquela substituição de último recurso no jogo contra os ingleses: saiu um centroavante, entra um homem de meio-de-campo - para que acima de tudo, paire o empate. No jogo ou na vida (PLACAR,n.418, 28/04/1978, p.10).

3.1 A mais politizada das Copas

A realização da XI Copa do Mundo, na Argentina, possibilita a comparação entre os mecanismos de militarização do futebol entre o Brasil e a Argentina, uma vez que as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional também caracterizavam o regime platino. A Copa do Mundo ocorreria dois anos depois do golpe em que uma Junta Militar depôs María Estela “Isabelita” Martínez de Perón, autoproclamando-se Processo de Reorganização Nacional e instaurando uma das Ditaduras mais violentas do continente⁸⁰.

Segundo Magalhães (2013, p.82), em 1978, a Ditadura argentina já considerava vencida a “guerra contra a subversão de esquerda”, porém sofria uma intensa campanha internacional de denúncia de violações de direitos humanos no exterior. Na França, o Comité d’Organization pour le Boycotte a la Coupe du Monde en Argentine (Coba) recebeu o apoio de importantes intelectuais e conseguiu grande repercussão, ainda que nenhuma seleção tenha aderido ao pedido de boicotar os jogos⁸¹. Às vésperas da abertura da Copa, a *Veja* (n.507, 24/05/1978, p.70) registrava o baixo interesse pelos pacotes turísticos para o evento como resultado do boicote, assim como o temor das delegações em sofrerem atentados.

Para construir uma imagem de clima festivo e pacífico que ocultasse as constantes denúncias de violações de direitos humanos, o Processo de Reorganização Nacional contratou uma grande empresa de publicidade norte-americana, a Burson-Marsteller, para ajudar no combate àquilo que considerava a campanha “anti Argentina”, além disso, independentemente da pressão exercida pela censura, a maior parte das revistas e dos periódicos aderiram a causa

⁸⁰Para uma análise detalhada da prática de “desaparecimento” dos adversários políticos na Ditadura Argentina e a comparação com o Brasil e as políticas de memória e reparação em ambos os países ver Bauer (2011).

⁸¹O mundial de 1978 e a comparação com a Ditadura brasileira são temas dos trabalhos de Magalhães (2013) e Do Cabo (2018), recomendados para aprofundar este tema.

como uma questão nacional, repudiando todos os veículos estrangeiros que criticavam as violações ocorridas no âmbito da Ditadura (DO CABO, 2018).

Neste contexto e considerando a experiência brasileira de utilização da Seleção à serviço da Ditadura, a posição do Movimento Peronista Montonero surpreendeu ao rejeitar a proposta de boicote ao evento, considerando a Copa como uma oportunidade tanto para o abrandamento da violência quanto para as manifestações de denúncias. O Jornal do Brasil (25/06/1978, p.15) registra que um livreto assinado pela organização, impresso em alta qualidade técnica, incluindo o programa completo dos jogos da competição e que poderia ser confundido com um material oficial da Federação argentina, circulava em três idiomas:

As palavras de ordem tradicionais foram substituídas por outras mais condizentes com o momento esportivo: Argentina campeã. O povo ganhará esta partida. Marque um gol a favor do povo argentino. O livreto é dividido em nove capítulos, oito dos quais dedicados a informar que desde março de 1976 mais de 5 mil adversários do regime militar foram mortos, 20 mil desapareceram e cerca de 15 mil foram mortos e torturados com a observação de que o Departamento de Estado reconhece pelo menos 7.500 desaparecidos. Argentina 78, esse é o título do livreto – publica ainda o programa da organização terrorista e afirma que seus militantes torcerão pela seleção argentina hoje, na final do campeonato, pois uma vitória do time “será uma vitória do povo, não da Ditadura”. (JB, 25 jun. 1978, p. 15).

Para que pudesse utilizar o evento para melhorar a imagem do país internacionalmente e associar o êxito esportivo ao próprio Processo, a atenção da Junta Militar esteve mais voltada para a gerência do evento do que para a própria seleção. Ainda em 1976, os militares nomearam Alfredo Francisco Cantilo como presidente da Asociación del Fútbol Argentino (AFA) e em junho do mesmo ano criaram o Ente Autárquico Mundial 78 (EAM 78). Os nove mais importantes postos da direção do EAM eram ocupados por militares, desde a presidência ao setor da segurança, assinalava a Veja (n.507, 24/05/1978, p.68). Na prática, significava que a organização da Copa ficava nas mãos do governo, e a AFA se responsabilizava somente pela preparação da seleção nacional (MAGALHÃES, 2013, p.81)⁸²

Esta decisão fica evidente na manutenção de César Luis Menotti como técnico da seleção argentina. Jogador de futebol durante a década de 1960, como técnico, Menotti se tornou popular e prestigiado à frente do Huracán, motivo pelo qual foi convidado para comandar a seleção argentina em 1975, portanto, um ano antes do golpe militar. Apesar dos

⁸²O EAM78 também foi marcado pelas disputas internas dentro da própria Junta. O General Actis foi nomeado como presidente da instituição, em 1976, pelo presidente e chefe do Exército Jorge Videla para descontentamento do almirante e chefe da Marinha Emílio Eduardo Massera que exigiu a nomeação do almirante Carlos Alberto Lacoste como segundo nome da organização. Actis foi assassinado em um episódio contraditório e ainda que a presidência da entidade fosse ocupada formalmente pelo general Antonio Merlo, era Lacoste quem exercia o poder de fato (MAGALHÃES, 2013, p.81-82)

vínculos públicos com o peronismo e principalmente com o Partido Comunista, Menotti foi mantido no cargo pelo pela Junta militar, como explica o próprio General Jorge Videla:

El director técnico era considerado de izquierda y venía de antes, como herencia. Yo pensaba que la continuidad en este caso era importante y no quería que viniera otro, un tipo de derecha, como propiciaban muchos, incluso en la Junta Militar. (...) Yo no ponía el acento en si los candidatos eran buenos o no, sino en que la continuidad era fundamental (apud MAGALHÃES, 2013,p.107).

Durante a Copa, Menotti foi beneficiado com o apoio incondicional dos veículos de imprensa, juntamente com a censura e a autocensura dos veículos, e permaneceu à frente da seleção durante praticamente toda a Ditadura, por quase dez anos, deixando o cargo em 1982, um ano antes do final do Processo⁸³. Para Vickery (2012), o estilo de jogo adotado pela Argentina sob comando de Menotti era exatamente o oposto da tecnocracia brasileira. Para o jornalista inglês, as duas seleções sul-americanas escolheram caminhos opostos após a supremacia das seleções europeias na Copa de 1974: o Brasil relegou o “jogo bonito” em nome da força e da tecnocracia, enquanto Menotti acentuaria as características de velocidade e ofensividade do futebol argentino como forma de equilíbrio e superação dos selecionados europeus⁸⁴.

Por fim, foi determinante a confirmação da realização do evento pela FIFA e o apoio recebido do novo presidente João Havelange, em sua primeira Copa à frente da organização. Como marcaria seu longínquo mandato, Havelange repetiria, agora em escala internacional, a combinação de intimidade com o poder nos bastidores e um discurso apolítico em público. Em sua biografia, Havelange orgulha-se de que “finalmente o mundo pode ver a verdadeira imagem da Argentina” (RODRIGUES, 2007, p.220), porque “(...) eu mantive a Copa porque era esporte. Não era política” (p.221). Não se trata de acaso de que “o Sr. João Havelange é hoje provavelmente o estrangeiro de maior intimidade com o presidente argentino” (JB,

83Com o fim da Ditadura, Menotti e os jogadores desta seleção foram cobrados pela posição em relação ao Processo. Como se percebe, por exemplo, em Peinado (2017) que trata o técnico e os jogadores como “colaboracionistas”. Menotti, que escondeu perseguidos políticos, defendeu-se inúmeras vezes das acusações, argumentando que o futebol não pertencia ao regime, mas ao povo. Segundo a Placar (n.616, 12/03/1982), as críticas de Menotti à Ditadura argentina se tornavam mais públicas e contundentes proporcionalmente ao crescimento do seu próprio prestígio no país. A revista registra a assinatura do técnico em um manifesto pedindo esclarecimento sobre mortos e desaparecidos e entrevistas em que critica a censura e a perseguição a intelectuais e artistas. Novamente, para uma análise aprofundada do Mundial argentino, ver Magalhães (2013).

84Segundo Wilson (2016), Menotti era “uma figura encantadoramente romântica (...) Era a personificação da boemia argentina. Era de esquerda, intelectual, um filósofo e artista que representava perfeitamente a tradição de romantismo do futebol argentino”. Segundo o autor, antes da final da Copa, Menotti teria dito aos jogadores: “Nós somos o povo (...) Nós viemos das classes desfavorecidas e representamos a única coisa que é legítima neste país: o futebol. Não estamos jogando para as tribunas cheias de oficiais militares. Nós representamos a liberdade, não a Ditadura.”

15/06/1978), sendo ainda condecorado com a ordem General Libertador San Martin, ao fim da competição.

A afinidade entre o discurso da Ditadura e da FIFA é evidente no relatório oficial e final da Federação sobre a Copa. “El escenario fue magnificamente preparado”, enfatiza o relatório, que adota o mesmo tom ufanista da organização argentina para definir o Mundial como “un enorme triunfo para un país que ama claramente su fútbol”, de maneira que “El General Jorge Rafael Videla, Presidente de la Argentina, y su Gobierno, pueden vanagloriarse y sentirse satisfechos por el inmenso éxito de esta competición y la buena voluntad engendrada hacia Argentina y su pueblo en todo el mundo” (FIFA,1980,p.178).

Ainda que este discurso encontre unidade internamente na Argentina e em sincronia com a FIFA, isto não significa que tenha alcançado o mesmo efeito externamente. A previsão de 400 mil turistas durante a Copa não se confirma, são cerca de dez vezes menos, e dos 40 mil vizinhos brasileiros, que eram esperados, apenas 7 mil atravessaram as fronteiras para assistir o campeonato, segundo estimativa da Veja (n.507, 24/05/1978, p.64; n.509, 07/06/1978, p.59).

O entrelaçamento entre as questões políticas e a competição são demonstrados pela Veja na reportagem “a bola e a repressão” (Veja, n.508, 31/05/1978, p.58), onde o semanário informa que a mesma quinta-feira escolhida para abertura da Copa é a tradicional data de encontro e manifestação das Mães da Praça de Maio. A reportagem menciona o dicionário recebido pelos jornalistas ingleses e que inclui expressões como “Dejen de torturarme”, “Meu jornal pagará bom dinheiro pelo meu resgate” e “por favor, entreguem meu corpo a minha família”. Ainda que trate a oposição ao regime militar argentino como “terroristas” e refira-se em várias passagens à memória dos jogos Olímpicos de Munique, a Veja não deixa de publicizar as críticas à Ditadura argentina, como na declaração do técnico da seleção francesa, Michel Hidalgo: “Não quero me intrometer na vida interna da Argentina, mas como trouxe 22 jogadores para cá, gostaria de voltar para a França com notícias de pelo menos 22 pessoas desaparecidas no país” (n508, 31/05/1978, p.60)⁸⁵.

O tema dos desaparecidos retorna na edição seguinte, quando a Veja dedica três páginas para as questões políticas na reportagem de Roberto Pompeo de Toledo, “Algo mais que a bola. No mundo todo, a preocupação com coisas que vão além das quatro linhas do

⁸⁵Eliminada na primeira fase, antes do retorno para o país, a delegação francesa realizou uma coletiva de imprensa onde apresentou-se relatório com a situação de 23 cidadãos franceses presos ou desaparecidos na Argentina (JB,11/06/1978,p.40). Antes do final da Copa, o Jornal do Brasil (22/06/1978,p.31) publicou uma entrevista com o técnico francês Michel Hidalgo. Apesar do título (“Michel Hidalgo: o futebol é uma droga para o povo”) que reproduzia um discurso clichê de esquerda, no corpo da entrevista, o francês declarava que “a politização é uma coisa a ser evitada, eu penso. O ideal seria que o mundo se despolitizasse”.

gramado: esta é a mais politizada de todas as copas” (n.509, 07/06/1978, pp.70-72). O jornalista publica os dados da Anistia Internacional — 15 mil pessoas desaparecidas e entre 8 e 10 mil presos políticos — e da Comissão de Solidariedade de Familiares de Presos, Mortos e Desaparecidos por Causas Políticas na Argentina — 8 mil mortos apenas em dois anos e a existência de 49 campos de concentração no país. A reportagem registra ainda as manifestações contra a Copa e a Ditadura que ocorreram na Suíça, Alemanha e França, ainda que o semanário reprove o boicote à competição.

Na mesma edição, descrevendo a Suécia, adversários do Brasil no primeiro jogo, a revista publica a posição do volante Staffan Topper — “jogador do Malmö, bancário e membro do Partido Social-Democrata da Suécia”: “Todos nós [jogadores suecos], sem exceção, somos radicalmente adversários de regimes militares do que tipo que existe aqui. Não vamos sair pelas ruas gritando a favor dos direitos humanos e das eleições livres porque essa seria uma atitude de provocação” (n.509,07/06/1978, p.57).

Enquanto a Folha evita a questão política, limitando-se a expressar que “(...) acreditamos nós, no esporte como elo de união entre os povos, independente de regimes políticos ou sistemas de governo” (FSP,31/05/1978, p.17), a atenção internacional para a Argentina emerge também no Jornal do Brasil (31/05/1978, p.25). O diário carioca assinala que a Federação Nacional de Imprensa Italiana orientou os jornalistas para não limitarem a cobertura aos aspectos esportivos, buscando também os aspectos políticos, econômicos e sociais. A Federação italiana lembra ainda que 29 jornalistas morreram no país sul-americano, enquanto outros 42 foram sequestrados e 60 foram presos. O Jornal do Brasil reproduz ainda a recomendação do italiano La Stampa para que o regime argentino aproveite a Copa para demonstrar “clemência”.

O JB também registra a campanha do Comitê de Apoio à Luta dos Povos da América Latina, em Lisboa, contra o uso político da Copa pela Ditadura e a invasão da embaixada argentina em Berna, na Suíça, por uma “Liga Marxista Revolucionária da Suíça”. No dia seguinte à abertura da Copa, o JB relata a presença de mais de 100 mulheres, mães ou filhas de desaparecidos, na Praça de Maio e ainda a reivindicação do Comitê de Boicote a Copa na França para que este país não venda armas à Argentina, enquanto a Paróquia de Colar, no Alto Reno francês, decidiu soar por 15 minutos os sinos de suas três igrejas, todas as quintas-feiras durante a Copa, para que os jovens “não se esqueçam da realidade de um povo sofrido e amordaçado” (JB,02/06/1978, p.26).

Mesmo a esportiva Placar não deixa de criticar a Ditadura argentina em sua cobertura do ato de abertura da Copa:

Discursos formais sem emoção. Emoção, sim, houve durante a execução do hino nacional argentino que parece oscilar entre um cantochão gregoriano e uma leve marcha domingueira, mas que comove quando cantada por uma multidão. Uma multidão que por amor à exata precisão de cada palavra cantou mais alta que todas as palavras Libertad. (PLACAR, n. 424, 9/06/1978, p. 54).

A politização da cobertura, porém, ficaria restrita aos primeiros dias da Copa. O Jornal do Brasil mencionaria ainda pequenas notas de manifestações políticas na Europa durante os primeiros dias da competição e as baixas vendas do comércio argentino, contrastando a situação econômica com a satisfação da torcida local com sua seleção (JB,11/06/1978, p.39). Durante a Copa, a imprensa também relatou as duas vezes em que os Montoneros interferiram na transmissão de televisão para publicizar sua mensagem e duas explosões de bombas, sem feridos, cujas autorias são questionadas por Ostermann (1992, p.58):

A bomba do Centro de imprensa não é uma bomba comum (...) A bomba do subsolo do Teatro San Martin, na Corrientes e Sarmiento, não é bomba de um atentado, ela é uma bomba da advertência. Ou da provocação. As esquerdas anunciaram que cessariam suas atividades no período da Copa, convencidas que o futebol estaria provocando um outro tipo de relação e de que a presença de centenas de jornalistas de países europeus especialmente haveria de decretar a mais notável geração de perguntas sobre a Argentina, e não exatamente sobre os problemas de Menotti para formar o time nacional. De onde viria a bomba? Talvez viesse de quem se irrita com perguntas.

Iniciada a Copa, os jornalistas esportivos brasileiros deixam as questões econômicas e políticas da Ditadura argentina para se dedicar exclusivamente aos problemas da Seleção Brasileira: a escalação sempre incerta, o mau futebol apresentado nas partidas, as mordomias dos dirigentes e a intervenção do almirante Heleno no time.

3.2 A mais militarizada das seleções

Diante dos primeiros resultados frustrantes da Seleção Brasileira na Copa, um jornalista pergunta, de forma bem-humorada, ao porta-voz da Presidência da República, Coronel Rubem Ludwig se os resultados não causariam divergências nas Forças Armadas: “o Brigadeiro Jerônimo Bastos não estaria satisfeito com o Almirante Heleno Nunes por não ter afastado o Capitão Cláudio Coutinho?” (JB,09/06/1978, p.28).

Paradoxalmente, com os princípios da Doutrina de Segurança Nacional no esporte, a disciplinarização e a tecnocracia, estabelecendo uma continuidade entre as Seleções, a Comissão Técnica para a Copa de 1978 era menos militarizada em sua composição em comparação com as delegações das Copas de 1970 e 1974.

Assim como o capitão Cláudio Coutinho, agora alçado à principal função de técnico, eram remanescentes das Copas anteriores, o major Carlos Alberto Cavalheiro como supervisor, o Tenente Raul Carlesso como treinador de goleiros e o capitão Kleber Camerino que, segundo ele próprio, era “antes de tudo um agente de segurança da seleção” (JB, 26/06/1978, p.28). Coutinho trouxera Jairo dos Santos, um militar reformado da Marinha, que não formava parte oficialmente da Comissão, mas atuava como espião dos adversários⁸⁶. Entre os civis, o preparador físico Admildo Chirol e o médico Lídio Toledo eram veteranos das Copas anteriores.

A Chefia da Delegação coube ao diretor de futebol da CBD e ex-presidente do Flamengo, André Gustavo Richer⁸⁷, ex-atleta de remo, esporte pelo qual disputou as Olimpíadas de Melbourne, em 1956, e o Panamericano de Chicago, em 1959. O ex-técnico de futebol Mario Travaglini era supervisor técnico, Mario Pompeo era o outro médico e, também, um psicólogo informal da equipe; Sebastião Araújo era também preparador, subordinado à Chirol com outros três; o assessor de imprensa Dácio de Almeida, o tesoureiro Marcio Papa e um massagista, um roupeiro e um cozinheiro completavam a Comissão de dezessete integrantes.

Não era, portanto, a composição ou a proporção entre civis e militares que asseguraria a militarização da Seleção de 1978. Ela se afere, certamente, pelo alto da cadeia de comando, mas também pela adoção permanente do já referido código de conduta e comportamento para os atletas e pela tecnocratização da prática esportiva, ultrapassando os aspectos de preparação física e planejamento para transbordar para o comportamento tático da equipe em campo. Como fica evidente na reportagem do Jornal do Brasil no dia da estreia da seleção na competição:

Na Seleção Brasileira, algo mais do que suas pretensões ao título estará sendo testado nesses primeiros jogos. A filosofia do técnico Cláudio Coutinho - apoiada pela CBD do Almirante Heleno Nunes - de disciplina metódica, padronização de comportamento dentro e fora do campo, ou mesmo de robotização técnica de jogadores que senta apoiaram suas virtudes na criatividade no talento individual e na liberdade de ação também começa a ser posta em xeque esta tarde (JB, 03/06/1978,p.26).

86 Santos cumpriu esta tarefa por oito Copas do Mundo, motivo pelo qual processou a Confederação Brasileira de Futebol por 33 anos de trabalho sem receber direitos trabalhistas. <https://blogs.correiobraziliense.com.br/dribledecorpo/espiao-da-selecao-em-oito-copas-vence-cbf-na-justica-r-25-milhoes/> Acessado em 12 de dezembro de 2020.

87Richer foi presidente Comitê Olímpico Brasileiro), de 1990 a 1995 e vice-presidente do COB de 1995 a 2016, chefiou a delegação do Brasil nos Jogos Olímpicos de Moscou (1980), Los Angeles (1984) e Seul (1988). Antes de falecer em 2016, foi investigado pela Polícia Federal na Operação "Unfair Play", motivo que teria agravado seu estado de saúde.

O Jornal do Brasil era ainda mais tolerante com Coutinho, considerando a escalação do Brasil para a estreia como uma “grande curiosidade”. Mais contundente, na Folha (03/06, p.28), Aroldo Chiorino escreve que a partida será o fim de um mistério, não apenas da escalação do time, mas se Coutinho é “realmente o técnico que todo o Brasil está esperando e se foi bem indicado para dirigir a nossa Seleção. A falta de experiência de Coutinho é ponto pacífico”. A dúvida dos jornalistas contrasta com o otimismo da Comissão Técnica que considera a equipe a absoluta favorita (“Comissão já tem a Copa como certa” - JB,01/06/1978, p.26) e cogita, inclusive, uma goleada contra a seleção da Suécia nesta partida (JB,03/06/1978, p.27). Fosse pelo otimismo da Comissão, fosse pelas normas de conduta, a imprensa não registra, nas vésperas da estreia, as tensões e fissuras de quatro anos antes.

Bastaram noventa minutos, porém, para que as convicções se dissipassem. A partida entre Brasil e Suécia terminou empatada em 1x1, mas principalmente, “Da estreia na Copa ficou o mau futebol” (JB, 04/06/1978, p.35). Para a Placar, “Parecia um pesadelo: nossos melhores jogadores enrolavam a bola, confusos” (Placar, n.424,09/06/1978, pp.4-5). Na capa, a Folha chama atenção para a “inexperiência e nervosismo” dos jogadores e que, apesar do Brasil começar mal a Copa do Mundo, “O 1 a 1 foi considerado bom por todos os jogadores e Coutinho” (FSP,04/06/1978, p.46). No Jornal do Brasil, “Coutinho culpa jogadores pelo empate” (04/06/1978, p.1), lamentando que a teoria não seja superior a realidade, quando diz que “nenhum esquema tático pode funcionar se os indivíduos falham”. Para José Inácio Wernek, a partida demonstrou uma penosa confusão entre as táticas de Coutinho e o desejo dos jogadores resultando numa seleção imobilista (JB, 05/06/1978, p.22). O periódico carioca ainda registra que as ruas permaneceram vazias diante da frustração da torcida com o jogo. E até Dom Paulo Evaristo Arns, então ícone maior da luta pelos direitos humanos no país, declara que “o que queremos, nesta Copa do Mundo, é que o selecionado nacional jogue à brasileira” (JB,04/06/1978, p.35).

O “estilo brasileiro” de jogar e a formação social do país são, inclusive, a explicação encontrada pela Veja para justificar o empate com a Suécia, numa versão mais sofisticada das teses elitistas da década de 1950:

Acontece que os suecos estão disciplinados por séculos de industrialização, de início artesanal e depois moderna. Os brasileiros estão acostumados a uma disciplina menos rígida já que a industrialização aqui é bem mais recente. Além disso, o povo brasileiro tem experiência secular de escravidão — por isso a disciplina, que para os suecos é um orgulho, pelos brasileiros é encarada como algo odioso: a disciplina no Brasil é indigna de um homem livre. Assim, é fácil ao técnico sueco exigir disciplina tática de seus jogadores; enquanto um Rivelino ou um Toninho Cerezzo dificilmente são convencidos a adequar-se à melhor tática se têm de jogar na ponta-esquerda.

Portanto, os suecos cumprem melhor a tática que os brasileiros: eles são superiores física e taticamente (VEJA, n.509,07/06/1978, p.56).

O único gol do Brasil foi marcado por Reinaldo, que comemorou repetindo o gesto dos punhos cerrados e erguidos. Anos mais tarde, a comemoração seria considerada um símbolo da luta pela Ditadura⁸⁸. Mas naquele momento, nenhum dos periódicos aqui estudado fez qualquer menção nem ao gesto e nem à sua conotação política.

Nos dias seguintes, segundo a imprensa, instalou-se um clima de “dúvida e descontrole” na delegação brasileira (JB, 05/06/1978, p.1). O jogador Rodrigues Neto rompe a norma do regulamento que proibia críticas à equipe e desabafa, “já me tiraram o direito de jogar, o direito de ficar no banco de reservas e só espero que não me tirem também o direito de torcer” (JB,05/06/1978, p.21). O principal responsável para os jornalistas é o técnico Claudio Coutinho – inexperiente, para a Folha (05/06/1978), aparentando “descontrole emocional” no dia seguinte ao empate, segundo o Jornal do Brasil (05/06/1978, p.21). Situação que só se agrava com a decisão de Coutinho de evitar e não conceder entrevistas à imprensa.

Na véspera da partida com a Espanha, a Folha assinala que o ambiente é ruim e que aumenta a vigilância na concentração, com maior rigor das equipes de segurança (FSP,06/06/1978, p.31). O presidente da CBD afirma ao jornal que “o torcedor Heleno Nunes ficou no Rio de Janeiro”, mas não se furta de declarar que a partida contra a Suécia foi a pior entre todos os 60 jogos que assistiu da Seleção. E garante que não irá interferir no trabalho de Coutinho, ainda que, segundo ele, “um presidente da CBD tem condições de tudo, mas não dei sugestões porque não tenho esse direito. Isso só deixaria o pessoal desorientado. Não falamos da parte técnica ou substituições. Apenas comentamos os erros e acertos do time” (FSP, 06/06/1978, p.32).

O Jornal do Brasil de 6 de junho constrói uma sequência de chamadas fortes no alto de suas páginas: “Comissão faz tudo para encobrir o ambiente ruim” (p.27), “Jogadores decidem abandonar teorias de Coutinho” e conclui com uma entrevista com Reinaldo, “um cabo eleitoral inconformado”. A entrevista, realizada no aeroporto antes do embarque para a Copa, mas publicada apenas uma semana depois, demonstra que o atacante não se intimidou com a pressão no episódio do Palácio Piratini, quando o General Geisel se despediu da equipe.

Ao JB, Reinaldo reconhece que evitou dar declarações políticas em outras entrevistas após a repercussão das manifestações no Movimento para não prejudicar sua convocação.

⁸⁸Como no El País, “O dia em que Reinaldo marcou um gol contra a Ditadura”. Acessível em:https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/01/deportes/1527862375_020869.html. Acessado em 15 de dezembro de 2020.

Mas, na Argentina, volta à carga: “Nós, jogadores, somos cabos eleitorais do Governo. Se ganharmos a Copa, ele usará a nossa vitória. Sei muito bem disso”. Reinaldo fala sobre Sartre, parapsicologia, sobre o governo da Bolívia e em especial sobre os temas políticos brasileiros daquele momento, a Anistia (“ela virá naturalmente, mas seria muito melhor que partisse do Governo”), sobre eleições diretas (“a gente quer participar”), sobre as greves operárias do mês anterior e, principalmente, sobre a baixa consciência dos jogadores de futebol e da impossibilidade de se manifestar (“Não fosse jogador de futebol, partindo para uma Copa, poderia falar dos 18 mil proletários, de tudo. Se fosse, como queria ser, estudante de medicina...”).

Pressionado pela imprensa e pela CBD, Coutinho parece transferir o tensionamento para os jogadores. O Jornal do Brasil registra uma reunião do técnico com os jogadores em um dos salões da concentração em que o técnico adota um tom ameaçador e autoritário:

Disse-lhes, inicialmente que a situação da equipe na Copa é séria e que não admitiria mais desculpas para atuações fracas como a da estreia contra os suecos. A voz de Coutinho se fazia ouvir em meio ao mais respeitoso silêncio, porque os jogadores pareciam surpresos com a nova posição assumida pelo treinador, até então, voltado para o diálogo e adepto do pedido em vez de imposição. Ontem, no entanto, Coutinho mudou: falou em *garra* e insinuou covardia ou dizer que quem for escalado, hoje, não exibir a disposição que a importância da partida exige, será substituído ainda no primeiro tempo e nunca mais voltará a seleção (JB, 07/06/1978, p.28).

O jogo contra a Espanha resultou em outro empate e, desta vez, sem gols. Com a chamada “Torcedores desolados recebem empate como derrota”, o Jornal do Brasil narra como o resultado foi recebido com desolação, num clima silencioso de fim de festa, “sem grandes comemorações e com as ruas vazias”. Segue um mosaico de episódios violentos: a tentativa de agredir turistas espanhóis no Rio; um homicídio cometido após uma discussão sobre a substituição de Zico por Jorge Mendonça em Nova Iguaçu; em Bangu um suicídio cometido pela ingestão de cachaça com barbitúricos depois da partida e um homem saltar de uma ponte após a partida “envergonhado com a seleção” (JB,08/06/1978, p.29). Nos outros estados, Coutinho e Zico eram apontados como os responsáveis pelo mau desempenho e, em Santo Ângelo, no interior do Rio Grande do Sul, um protesto de 150 torcedores pedia a demissão do técnico (JB, 08/06/1978, p.36). Em Mar del Plata, onde jogava a seleção, os torcedores realizaram um enterro simbólico de Coutinho. “Só Coutinho foi pior que o time”, assegura o periódico (p.37).

Em seu caderno B, o Jornal do Brasil pergunta se “A Copa acaba domingo?”, na terceira e última partida do grupo, lamenta que o “Futebol do Brasil é motivo de piada na

Argentina” (p.36) e dentro do país: o Presidente da FUNAI General Ismarth de Oliveira sugerir a substituição do Brasil por uma seleção Xavante (p.36).

A Folha também responsabiliza o técnico por desfigurar “não só o brasileiro, mas o próprio futebol, pela pretendida tecnologia de Coutinho”, escreve em sua coluna A. Mendes (FSP,08/06/1978, p.34). Segundo o jornal paulista, os jogadores estariam preocupados e “contra o esquema” (p.35). E, sentencia com convicção: “Ninguém aceita este futebol” (p.36).

Porém, o fato principal após o empate não é a reação de torcedores e jogadores, mas a interposição do almirante Heleno Nunes na cadeia de comando técnico. Sem subterfúgios, a manchete de capa do Jornal do Brasil (08/06/1978, p.1) é explícita: “Heleno Nunes intervém na seleção”.

Após o segundo empate da Seleção brasileira na Copa do Mundo frente a Espanha, o presidente da CBD, Almirante Heleno Nunes passou a intervir diretamente na orientação do selecionado e já marcou para hoje, às 8 horas, uma reunião com a Comissão Técnica. Heleno Nunes desmentiu, no entanto, que o técnico, Capitão Cláudio Coutinho tenha sido demitido. Pressionado pelo presidente da C.B.D, pela torcida, que através de mais de 50 telegramas exigiu ontem sua renúncia, e pelo próprio time, Coutinho estuda várias alterações para o jogo com a Áustria: Roberto no lugar de Reinaldo, Dirceu no de Batista ou Cerezo, e Nelinho no de Toninho, com Gil na ponta-direita. (JB, 8 jun. 1978, p. 1).

“O almirante entrou de navio na concentração de Villa Marista”, ironiza a Placar (n.427,30/06/1978, p.10). Já, ao final da partida contra a Espanha, Nunes determina a escalação de Roberto (Dinamite), do Vasco, que o próprio almirante define como seu afilhado (FSP,08/06/1978, p.36) e de Jorge Mendonça nas posições de Reinaldo e Zico.

As más atuações de Reinaldo, incapaz de se recuperar da lesão no joelho, e de Zico são consensuais em toda imprensa. Porém, a intervenção do presidente da CBD sobre a escalação é rejeitada pelos periódicos. Na Folha, o ministro da Educação Euro Andrade precisa negar que se tratou de uma intervenção do Estado (09/06/1978, p.26). No Jornal do Brasil, José Inácio Wernek pede que se houve a intervenção do almirante fique restrita a este episódio, pois “outras intervenções levariam ao caos e a repetição de 1966” (JB,09/06/1978, p.29). O próprio atacante Roberto considera que tem sido prejudicado pelas declarações do presidente da CBD (p.30). O almirante tenta desfazer o impacto da intervenção, mas o resultado soa caricato, como no título da reportagem no JB, “Heleno nega intervenção, mas time vai ser o seu”, e nas próprias declarações do almirante:

Na verdade, não intervi na Seleção Brasileira. Isso seria uma covardia, uma deslealdade com o Cláudio Coutinho. Se eu tivesse que me meter em alguma coisa seria melhor mandar o time largar a Copa e voltar para casa. Sinceramente, minha participação na escalação da seleção desmoralizaria por completo a figura do treinador. E quem conhece Coutinho sabe que ele é

um homem de personalidade, um líder que jamais aceitaria isso. (JB, 09/06/1978, p. 29).

Pela primeira vez na Copa, a situação da Seleção transcende o futebol e atravessa as fronteiras da política. O General Geisel estaria preocupado “com os resultados obtidos pela seleção que não corresponderiam à expectativa geral do povo”, declara o porta-voz da presidência Coronel Rubem Ludwig. Segundo o porta-voz, “um bom resultado é sociologicamente importante para o ânimo nacional”, ainda que negue que isso favoreça o governo ou a Arena. Já o deputado Nina Ribeiro, da Arena do Rio, portanto correligionário do almirante Heleno Nunes, anunciou a coleta de assinaturas para uma CPI que investigue os gastos da CBD com a Copa do Mundo. (JB,09/06/1978, p.28).

Pressionado e agora constrangido, Coutinho decide não atender mais a imprensa estrangeira. Para a Comissão Técnica, os jornalistas estrangeiros seriam responsáveis pelos boatos de que o técnico brasileiro seria demitido. De fato, o Jornal do Brasil usa como estratégia, valer-se das declarações dos veículos internacionais para criticar de forma mais contundente a seleção nacional:

Com sua tentativa de europeizar o futebol brasileiro, Coutinho acabou por quase destruí-lo. (...) libertos de esquemas rígidos como o que o treinador quis impor, os brasileiros foram sempre excepcionais – comentou Gismack Iryazard, da TV-Sport da Polônia.

(...)

Coutinho militarizou o futebol brasileiro. Um futebol que sempre se caracterizou por não obedecer muito às ordens de seu banco (...) declarou Ludwig Dietersid, da Alemanha Ocidental (JB, 9/06/1978, p.28)

E, no dia seguinte, os jornalistas brasileiros, na Argentina, receberam perplexos, a notícia de que a censura prévia à imprensa foi suspensa. E, Ludwig Dieter, da agência Sid Alemanha, ironizou: “Agora, vocês jornalistas de lá, ficaram com uma responsabilidade ainda maior, nesta Copa: podem contar para todo mundo que o Capitão do Exército Cláudio Coutinho não entende nada de futebol – disse rindo (JB,10/06/1978, p.24).

Se na Ditadura do General Geisel, a censura prévia havia caído, na Seleção do capitão Coutinho ela será uma constante. Antes da estreia com a Suécia, os jornalistas estrangeiros já haviam sido proibidos de entrar na concentração brasileira. Depois, a proibição em atendê-los após o empate com a Espanha, juntamente com os ataques do técnico à imprensa brasileira (“aqueles que hoje me enterram, amanhã vão ter que me desenterrar”). Nesse mesmo dia (09/06), Coutinho se recusou a atender os jornais e emissoras de rádio, concedendo entrevistas apenas para a televisão. Na fase seguinte, uma semana depois, Coutinho não atende a imprensa e envia em seu lugar um gravador com uma fita gravada com declarações (16/06),

e, dias depois, o major Cavalheiro e o assessor de imprensa Dácio de Almeida interrompem de forma hostil entrevistas dos jogadores, na chegada ao aeroporto para a última partida da segunda fase (FSP,20/06/1978,p.30). Ironicamente, o único elogio consensual que Coutinho sempre tivera da imprensa, desde a preparação para a Copa, era seu comportamento nas coletivas, pela forma educada e paciente como respondia às questões e por atender os jornalistas estrangeiros fluentemente em inglês, italiano, espanhol e francês.

Bloquear o trabalho da imprensa apenas acentuou outra contradição da delegação brasileira: os gastos vultosos da CBD na Copa do Mundo. Apesar da política de não-atendimento à imprensa, a CBD levou para a Argentina, além de Dácio Almeida, outros três assessores de imprensa. A Seleção estava concentrada em Mar del Plata na primeira fase, mas a CBD inaugurou um Centro de Imprensa, em Buenos Aires, enquanto a Sala de Conferências locada no Hotel fora usada poucas vezes (VEJA, n.510,14/06/1978, p.76). A festa de inauguração do Centro de Imprensa “escandalizou meio mundo”, segundo a Placar (Placar, n.424,09/06/1978, p.37), pela ostentação do coquetel que incluía camarões, perus, presuntos, vinhos e caipirinha, além da presença de Pelé e dos “beneficiários da mordomia patrocinada pelo povo brasileiro via Heleno Nunes”. Em torno da Seleção brasileira, o almirante montou uma comitiva que incluía pelo menos nove presidentes de federações estaduais, um “magote de agregados” que ocupavam 10 apartamentos e locavam 3 carros, segundo a Veja (p.84). Os custos de Cr\$70 milhões eram três vezes superiores aos gastos da Copa anterior, lembra o JB (26/06/1978, Cadernos de esportes, p.4), “um staff técnico e burocrático proporcional ao gigantismo das despesas”.

No decorrer da Copa, a Folha ironiza que “na falta do que fazer para justificar a mordomia, os dirigentes do Centro de Imprensa e Informações da CBD emitiram comunicados oficiais”, “maltratando o idioma”, com vários erros gramaticais e de datilografia (FSP,17/06/1978, p.27). A indiscreta e perdulária presença dos associados do almirante é o que obriga o presidente da CBD a proibir que seus convidados requisitem um avião da Força Aérea Brasileira para levá-los à Buenos Aires, diante da escassez das passagens civis, pois “Heleno acha que terá de enfrentar comissões de investigações parlamentares, além de outras da área federal, sobre os gastos da entidade que ele dirige. Ele não sabe agora como classificar as despesas de táxi-aéreos fretados para tanta gente”. (JB, 13/06/1978, p.26).

Não há menções a campanhas de arrecadação entre empresários como em 1970 e ainda que não se fale explicitamente que os recursos têm origem pública, está implícito nas reportagens que indiretamente, pela contribuição dos cofres públicos através do governo, ou

diretamente pelo pagamento de ingressos do campeonato brasileiro, é o torcedor quem financia estas mordomias.

“Tensão, medos, desacordos, briga, esta é a Seleção Brasileira”, anuncia o Jornal do Brasil (10/06/1978, p.28). A intervenção do almirante, confirmada pelas mudanças operadas por Coutinho na escalação, tem efeito negativo sobre a delegação. Isso fica evidente no comportamento do técnico, “nervoso como nunca e pela primeira vez com uma aparência de desânimo e cansaço”, assinala o Jornal do Brasil (p.28), “(...) notava-se seu olhar espantado, como se estivesse convencido de que todos à sua volta, tinham certeza de que aquele era o time desejado pelo almirante Heleno Nunes desde o jogo com os suecos”. E tal estado de ânimo se estende aos jogadores, apesar do clima de vigilância e de ameaça, como demonstra a reportagem “Jogadores deixam de acreditar em Coutinho”⁸⁹:

Os jogadores acham que as intromissões do presidente da CBD só serviram para criar um clima de insegurança e desconfiança mútua, pois todos sentem que as ordens para a escalação da seleção estão vindo de fora. As queixas dos jogadores são feitas reservadamente – todos têm medo de ser punidos pela cúpula da CBD – mas, se o time perder hoje, eles certamente vão tornar público seu protesto contra Coutinho e, sobretudo, contra Heleno Nunes. (JB,11/06/1978, p.41).

Tanto a Folha, quanto o Jornal do Brasil identificam uma série de divergências internas na Comissão. Coutinho atribui ao dentista Trigo o vazamento de informações para a imprensa, enquanto o colunista José Inácio Werneck registra o descontentamento dos demais membros da comissão com a presença no vestiário e o peso das opiniões do espião Jairo dos Santos (JB,11/06/1978, p.41). Para o colunista, a Comissão dividiu-se entre “um grupo mais chegado ao ex-treinador Zagalo” — Chirol, Carlesso, Camerino e os médicos Toledo e Pompeu; o grupo de supervisão mas sem atuação, como Travaglini e Richer; e, “quase o bloco do eu sozinho”, Coutinho e seu fiel escudeiro Jairo.

Enquanto todos os periódicos tomam a intervenção do almirante Heleno como fato dado, curiosamente João Saldanha, cuja queda se atribui a uma intervenção da Ditadura, como colunista do Jornal do Brasil e da Folha, não emite uma opinião sequer sobre o episódio durante toda a Copa. Ao contrário, no dia da partida decisiva contra a Áustria, Saldanha professa sua fé, não apenas na equipe, mas na Comissão Técnica:

Mas eu estou confiante. Juro que é verdade. Temos uma grande torcida e o grande remador Richer, o senhor Cavalheiro, Mozart, Travaglini, o grande Trigo (segundo dentista da delegação), e outros. Vieram para ajudar (...) eu

⁸⁹ No mesmo dia, o reserva Abel e o preparador Admildo Chirol trocam insultos no treinamento e Zico se queixa das coincidências entre a preferência do almirante e a escalação de Coutinho, questionando a autoridade do técnico (JB,10/06/1978).

também estou nessa. Sou teimoso e acredito. Cada um tem um time, o diabo é que o nosso treinador ainda não definiu o seu (JB,11/06/1978, p.40).

Em campo, a intervenção do almirante Heleno surte efeito. O Brasil alcançou sua primeira vitória na competição, 1 a 0 contra a Áustria, justamente com o gol de Roberto, escalado pelo presidente da CBD. Nos vestiários, talvez agradecido, Cláudio Coutinho tratou de amenizar a intervenção, “Coutinho elogia o almirante e diz que o time é dos dois” (JB,12/06/1978, p.20). Ao encontrar-se com Nunes após a partida, o técnico parabenizou o superior “pela vitória do time do Almirante (...) Evidente que é o seu time, Almirante. O Sr. é presidente da CBD e todos nós estamos a seu serviço. É o seu time, o meu time, o nosso time e estou muito orgulhoso disso”, explicou. Quanto ao almirante, em um lapso, confirmava as teses da imprensa de que o estilo europeu de Coutinho afastava o time do que se entendia como “futebol brasileiro”: “Tinha muito branco naquele outro time. Faltavam uns crioulinhos para dar tempero e balanço ao nosso futebol. Jogo de futebol sem crioulo em campo não dá”.

A intervenção também surte o efeito colateral de recolocar a política em campo. A capa do Jornal do Brasil registra que “Geisel se une à alegria da vitória”. Na própria reportagem, mencionando a mensagem de apoio oficial expressa pelo general, a confissão: o texto estava pronto desde o jogo de estreia e aguardava uma vitória para ser divulgada. Por isso, a primeira manifestação oficial do General ocorreu dez dias depois do início da Copa e apenas na terceira partida.

Porém, não foi apenas a Ditadura que reencontrou o futebol. Com a chamada “Afinal, o povo sai as ruas”, o Jornal do Brasil assinala que junto com as primeiras manifestações populares nas ruas, também se ouviram os protestos. Em Ipanema, policiais se desentenderam com torcedores que gritaram “viva a seleção, abaixo a repressão”. Os torcedores também gritavam “urra, urra, urra, abaixo a Ditadura” e “arroz, feijão, abaixo a repressão”. A manifestação foi dispersa com bombas de gás lacrimogêneo. O jornal registra ainda comemorações em outras cidades, mas sem conotação política.

Pelo regulamento da Copa, as oito seleções classificadas na primeira fase são divididas em dois grupos, que jogam entre si e a equipe com mais pontos classifica-se para a final. No grupo A, disputavam a então campeã Alemanha e sua vice Holanda, a Itália e a Áustria. Já os sul-americanos Brasil, Peru e Argentina disputavam com a Polônia a vaga do grupo B.

Não há registros de que o almirante Nunes tenha interferido novamente na escalação da Seleção nesta fase, porém a imagem de interventor e, por consequência, de fraqueza de Coutinho permanecerá durante todo o restante da competição. No Jornal do Brasil

(13/06/1978, p.27), José Inácio Werneck trata como uma anedota, em que um dirigente brasileiro explica a um jornalista inglês, que “O almirante disse-lhe [a Coutinho] que ele pode tocar qualquer música, desde que seja uma valsa”. A mesma edição traz a chamada “Coutinho **ainda** não desistiu de escalar o seu time” (p.28, grifo nosso). Três dias depois, mesmo após a vitória sobre o Peru, Werneck ironiza novamente sobre a escalação da partida seguinte: “O almirante foi logo dizendo ‘Estou preocupado. Não pude falar com o Coutinho e não sei o time que vai jogar’. E o nosso amigo, implacável: ‘Então, Almirante, quem deve estar preocupado é ele’ (JB,16/06/1978, p.31).

Menos cordial, a *Veja* (n.510,14/06/1978) dedica a capa de sua edição semanal para criticar Coutinho, com a chamada “O falso brilhante”. Na reportagem, o semanário constata que “o torcedor identificou Coutinho como o grande vilão da seleção de opereta que o Brasil apresentou em seus dois primeiros jogos”. A ideia é considerada “um exagero”. Para a *Veja*, Coutinho “não seria o anticristo que veio estragar nosso esplêndido futebol”. E acrescenta que esta ideia seria “uma bobagem” comparável “à identificação de nossos infortúnios, em Mar del Plata, na “militarização” da seleção e de sua Comissão Técnica, supostamente entregues a um regime de ordem unida que tudo seca e tudo enrijece” (p.76). Para a revista, o problema é que o Brasil possui um “futebol obsoleto subordinado a estruturas medíocres” (p.82). Ainda assim, não se furta a engrossar o coro dos que consideram que tentam “transplantar mecanicamente os conceitos do futebol europeu para o hemisfério sul”, num indício de “pouca brasilidade”.

Com a vitória por 3 a 0 sobre o Peru, o otimismo ganha o vestiário da Seleção, com inúmeras declarações de confiança de que a equipe chegaria à final e, também na cobertura da imprensa, mais tolerante, igualmente mais positiva, ainda que a *Folha* tenha uma cobertura menos entusiasmada. Os temas dos veículos se concentram nas táticas e escalações. Assim como Zico era permanentemente criticado pela imprensa paulista na primeira fase – um “jogador de Maracanã” que não corresponde fora do campeonato carioca – na fase seguinte é Reinaldo que é criticado sistematicamente pelo *Jornal do Brasil*, que insinua que o atacante mineiro não jogou diante da Argentina vencido pelo medo e pela pressão⁹⁰. Diminuem significativamente as críticas à CBD e as menções ao almirante Heleno Nunes.

O próprio almirante justificaria ao *Jornal do Brasil* (16/06/1978, p.32) que estava mais perto da seleção porque ela estava “doente”, agora a sua presença já não seria tão necessária. Em tom conciliador, explicita sua preferência pela volta de Reinaldo ao time no lugar de

⁹⁰Como poucos dias antes, o mesmo *Jornal do Brasil* havia publicado com destaque e abordagem positiva à entrevista de Reinaldo sobre a participação política dos jogadores, é possível supor que as críticas do jornal se referem à dimensão técnica, sem nenhuma conotação de perseguição política ao jogador.

Roberto lesionado, invertendo a sua própria intervenção: "O time pode ser o do Almirante, mas quem escala é o Coutinho". E, por fim, nega as acusações de mordomia e justifica a presença de 12 "assessores" da CBD na competição.

Um dado relevante na cobertura do Jornal do Brasil sobre as comemorações dos torcedores no Brasil – a Folha pouco usa esta abordagem nessa Copa, muito menos a Veja – é a dimensão da violência. Ainda que registre comemorações na capital fluminense e em diversas cidades, sem registro agora de novas manifestações políticas, após a vitória contra o Peru; no dia seguinte, o jornal volta ao tema (16/06/1978, p.33) para elencar um número significativo de episódios violentos durante as comemorações, como assaltos, atropelamentos e agressões.

Após a partida contra a Argentina, um empate sem gols, não se registram manifestações nas ruas, que permanecem vazias. Com um futebol pouco interessante dos então campeões da Alemanha e com o "futebol total" holandês menos impactante e envolvente, a partida entre argentinos e brasileiros ganhou contornos de final antecipada. Certamente e, um dos dois times estaria na partida final. O Brasil, invicto, movido pela tradição em Copas e pelos três títulos mundiais, a Argentina pela capacidade de envolver sua população em torno da Copa e da equipe, mas também pelo futebol veloz apresentado. Uma seleção representava a opção pela importação europeia – na definição do Jornal Brasil, enfoque na preparação física e tática, "porque os brasileiros já possuem habilidade" (18/06/1978, p.32) – e outro pela afirmação sul-americana.

O empate manteve altas as probabilidades de ambas as seleções, empatadas também em pontos nesta fase. Para o Jornal do Brasil, um resultado injusto diante da melhor atuação do time brasileiro na Copa (19/06/1978, p.24). Opinião compartilhada pelo almirante Heleno Nunes que considerou a melhor exibição da Seleção desde que esteve à frente da CBD. Mais pessimista ("empate complicou o Brasil"), a Folha elogia a defesa e o meio-de-campo brasileiro, mas critica a "incompetência do ataque".

Com o resultado, a decisão da vaga para a final seria decidida na rodada seguinte. Em horários diferentes, o Brasil enfrentaria a Polônia e os argentinos jogariam contra os já desclassificados peruanos. Nos critérios de desempate, a Seleção Brasileira havia marcado um gol a mais do que a Seleção Argentina. Porém, apesar da vitória brasileira por 3 a 1 sobre a Polônia, a Argentina superou a diferença de gols com uma improvável goleada de 6 a 0 sobre os peruanos.

O discurso da Comissão Técnica é de que o Peru teria facilitado a vitória dos argentinos e provocado a desclassificação brasileira. "Foi o dia da vergonha mundial do

futebol”, dizia o major Cavalheiro, enquanto Claudio Coutinho que já se declarava, antes da disputa com o terceiro lugar, “campeão moral” e indignava-se que “os jogadores do Peru não são dignos de ouvir o hino nacional do seu país numa competição esportiva” (JB,22/06/1978, p.1).

A narrativa da indignação com os peruanos foi reproduzida inicialmente pelos jornais, no dia seguinte à partida, porém rapidamente se dissipou, permanecendo apenas nos discursos da própria Comissão. Mesmo os dirigentes da CBD adotavam um tom mais moderado e atribuíam a goleada à boa atuação dos argentinos (JB,22/06/1978, p.30). Para a Veja (n.512, 28/06/1978,p.62), Coutinho e a Comissão operavam uma manobra “diversionista”, dirigiam a artilharia contra o Peru para desviar a atenção da torcida brasileira da “má apresentação da equipe” do Brasil. Na Folha, Aroldo Chiorino considera graves as acusações de Coutinho e Cavalheiro, e define como “infelizes e deselegantes” que constrangeram “jornalistas brasileiros e estrangeiros”, afinal o “Peru não pode ser responsabilizado pelas más apresentações do Brasil, em especial na primeira fase”(FSP, 23/06/1978,p.27). “As responsabilidades peruanas pela desclassificação do Brasil são mínimas ou, talvez, inexistentes”, conclui a Folha nos dias seguintes (24/06/1978, p.26). A reclamação brasileira também não encontra eco na imprensa internacional que entre a surpresa dos franceses, a indiferença dos ingleses não viram nada de anormal no jogo entre argentinos e peruanos, apesar de críticas na América Latina e no próprio Peru sobre a postura dos jogadores (JB,23/06/1978, p.26). Como sentencia Ruy Carlos Ostermann⁹¹:

O enfoque que me agradou, aliás: o que não cogitou da anunciada trapaça de Rosário. Como sustentá-la sem cair no apaixonado sentimento de que, se não fosse pelos golos argentinos, estaríamos inevitavelmente no domingo no Monumental de Nuñez? Acho que não se deve delirar. Já que sonhar ninguém mais consegue. (OSTERMANN,1992, p.66)

O Jornal do Brasil chama atenção novamente para os conflitos que tomam o lugar da comemoração da torcida, após a partida brasileira (22/06/1978, p.23): “Uma comemoração cheia de violência e depredações que diminuiu, mas não cessou nem após a classificação da Argentina. Era um desabafo” (JB,22/06/1978, p.1). O consulado do Peru no Rio não escapou da fúria da torcida e seria atacado novamente nos dias seguintes, quando o porteiro da representação diplomática foi agredido por um bêbado.

⁹¹Sobre a repercussão do jogo do Peru e as acusações da delegação brasileira, recomenda-se Do Cabo (2018). Curiosamente, o ex-espião e auxiliar de Coutinho, Jairo dos Santos afirma que a Comissão Técnica brasileira cogitou de oferecer dinheiro para “motivar” a seleção peruana. Em: <https://sportv.globo.com/ponta-de-lanca/platb/2013/02/27/brasil-cogitou-oferecer-dinheiro-ao-peru-na-copa-do-mundo-de-78/> Acessado em 17/12/2020.

E, mesmo com a disputa do terceiro lugar contra a Itália em jogo, a imprensa já fazia a avaliação do desempenho da seleção antes da despedida da Copa. Depois de um breve período em que as vitórias e o empate com a Argentina restringiram o debate à escalação, o estilo brasileiro de jogar volta a ser a explicação para o mau desempenho na competição. “Para o bem do nosso futebol, o Brasil não se classificou”, decretou Pelé (FSP,22/06/1978, p.28). “A seleção mais fraca que saiu do Brasil para disputar uma Copa”, sentenciava João Saldanha, para quem o Brasil foi o time que jogou o futebol “mais estranho desta Copa com um sistema que até agora ninguém entendeu” (JB,23/06/1978, p.23).

A postura ofensiva do Brasil, em especial no segundo tempo contra a Itália, endossa as críticas de que o verdadeiro futebol brasileiro sempre esteve lá, mas cerceado pela tecnocracia. Como estampava a Placar (PLACAR, n.427,30/06/1978): “Jogando à brasileira, a seleção chegou a vitória” (...)“finalmente nossa Seleção resolveu deixar as teorias de lado e jogar da maneira que sabe – à brasileira”. E nas palavras de João Saldanha: “E nós, quando jogamos o futebol brasileiro – alegre e ofensivo, irreverente e driblador – fizemos um segundo tempo que chamou a atenção e provocou palmas da torcida. Creio que ficou bem evidente que o caráter nacional não pode ser modificado impunemente” (JB,25/06/1978, p.30).

Com a vitória da Argentina, os temas políticos que estavam ausentes desde o início da competição retornaram. O Jornal do Brasil lembra que os Montoneros cumpriram sua promessa de trégua e menciona que a presidenta deposta Isabelita Perón poderá ir para prisão domiciliar em breve (JB, 26/06/1978, p.1). Já a Folha deixa evidente que a vitória não pertence à Ditadura vizinha, nem apenas à Seleção: “A Copa é do **povo** argentino” (FSP,26/06/178, p.11, grifo nosso). Ainda assim, o jornal registra que o som das emissoras de televisão foi cortado duas vezes durante a transmissão da final para que o locutor oficial da cerimônia de encerramento lesse um comunicado de cunho político elogiando o regime.

Ainda que com variações de escala, as responsabilizações pelo que era considerado um fracasso na Copa – a conquista apenas do terceiro lugar – era consensual entre a imprensa.

Em primeiro lugar, o capitão Cláudio Coutinho. Enquanto o capitão culpou os jogadores na primeira fase e o Peru e o regulamento da FIFA na segunda fase, sempre omitindo-se da responsabilidade, a imprensa não se furtou em apontar seus equívocos. Para a Veja (n.512, 28/06/1978,p.66), o time de Coutinho era “taticamente covarde”, aprendido com Zagalo, “seu primeiro mestre”, Coutinho “pensa primeiro em não perder — e depois, se possível, ganhar”. Incapaz de implementar sua teoria, resta ao capitão tentar impor pela força:

O técnico brasileiro, militar de formação e conhecedor de várias línguas adquiriu nos compêndios europeus a noção de "polivalência". Mas como

aplicar o esquema dos polivalentes ao país de monovalentes, onde crianças de 10 anos, nas escolinhas de futebol dizem orgulhosamente: "Jogo na ponta-direita". Coutinho imaginou, como militar, uma única solução: dar ordens (VEJA, n.512, 28/06/1978, p.68)

Covardia também é o adjetivo escolhido pela Placar, num contundente editorial, assinado por Jairo Régis, e intitulado "Fora! Basta! Chega!":

Porque, a rigor, o futebol de marca brasileira não esteve presente a esse mundial. Levado pela mão do capitão Coutinho, nosso futebol perdeu as raízes, perdeu a cultura, despersonalizou-se nos overlappings, nos pontos futuros e na verticalidade lateral, última invenção verborrágica para encobrir a bobagem de jogar sem pontas. Talvez não tivéssemos mesmo futebol suficiente para disputar a finalíssima. Mas isso não anula o fato de que por pura covardia do capitão Claudio Coutinho – Covardia tática? Covardia estratégica? Covardia profissional? Não ousamos tentar vencer a Argentina em Rosário. Nosso capitão se declarou satisfeito com o empate em zero, embora todos temêssemos um saldo de gols insuficiente, como acabou acontecendo. (PLACAR, n.427,30/06/1978, p.2)

A descaracterização do futebol brasileiro pelas técnicas e teorias importadas por Coutinho, uma constante desde que assumiu a seleção, também é enfatizado pela Folha:

Os muitos times armados pelo técnico Claudio Coutinho foram a campo totalmente fora do estilo do futebol brasileiro. O que se via, a cada jogo, era um grupo descaracterizado de nossas raízes, sem criatividade, sem iniciativa, preso a um esquema cuja eficácia até agora não foi provada. Muito dinheiro foi gasto nesta campanha. Muito tempo foi desperdiçado sem proveito" (...) O nível técnico desta Copa do Mundo foi tão baixo, mas tão baixo, que as virtudes básicas do futebol brasileiro seriam suficientes para levar nossa seleção a um novo título. Mas estas virtudes estavam proibidas nesta equipe sob seu comando" (FSP,24/06/1978, p.25).

A vitória argentina era a prova inconteste, para Aroldo Chiorino, que era na afirmação da própria identidade e não na substituição por um modelo europeu que os times sul-americanos enfrentariam as seleções da Europa:

Uma lição ficou devidamente constatada: não precisamos usar o sistema europeu para a nossa seleção. Claudio Coutinho tentou e não conseguiu (...) O futebol sul-americano provou, principalmente com a Argentina, que não precisa imitar outras escolas. Tem a sua própria e por sinal muito boa. A Argentina chegou à conquista do título com seu futebol, o futebol sul-americano (...) O Brasil procurou partir para outro sistema e acabou complicando mais do que acertando, deixando de lado o seu futebol (FSP,02/07/1978, p.40).

Entre a última partida da segunda fase e a disputa com terceiro lugar, a Folha assegurava todos os dias de que Coutinho já estava demitido ou na melhor das hipóteses

“rebaixado” para comandar uma seleção de novos⁹². Já o Jornal do Brasil era mais complacente com o técnico, que “em um ano tanto errou quanto acertou”. Ainda que se refira a ele como um “obscuro preparador físico”, cujo mérito era ter introduzido o método Cooper no país, alçado a técnico da seleção e “profeta da nova ordem que se pretendia implementar em nosso futebol”. Para o Jornal do Brasil, Coutinho só havia ascendido ao posto de técnico pela “tendência cada vez mais acentuada de se colocar nos postos chave do esporte brasileiro, sobretudo no futebol, militares em lugar de civis” (JB, 26/06/1978, Caderno de esportes, p.4).

Tão ou mais responsável do que Coutinho seria o almirante Heleno Nunes. O Jornal do Brasil, reconstruindo a trajetória da seleção, desde a preparação às partidas na Copa, divide a história do selecionado em “Tempo de Brandão”, “Tempo de Coutinho” e, por fim, “Tempo de Almirante”, onde sintetiza a participação brasileira: o time era um híbrido de “táticas europeias mal assimiladas com técnicas sul-americanas já quase esquecidas”, onde “o Almirante entrou em cena, mudou o time de Coutinho, jogou para o lado a filosofia de Coutinho, conseguiu salvar a barco de um naufrágio aparentemente inevitável. Mas era tarde! A Copa do Mundo – uma das mais fáceis da história – estava perdida” (JB, 26/06/1978, Caderno de esportes, p.4). Para o JB, Nunes não deve ser julgado por intervir na seleção num momento em que Coutinho estava “perdido no fogo”, mas anteriormente, desde quando substituindo João Havelange, “começou a converter a CBD num organismo ainda mais político”:

O Almirante Heleno Nunes volta da Argentina orgulhoso de seu papel de *interventor*. Não apenas da CBD, onde ele o é, de fato, desde a queda do Sr João Havelange. Mas também na própria Seleção Brasileira, cuja formação mais bem-sucedida nesta Copa do Mundo (...) foi praticamente imposta por ele a Cláudio Coutinho (...) esse acúmulo de cargos [a CBD e a presidência da ARENA fluminense] longe de ser uma coincidência era uma forma nem ao menos velada de o Partido do Governo utilizar-se do futebol com fins eleitorais. E o grande veículo disso foi – e ainda tem sido - o campeonato nacional (JB, 26/06/1978, Caderno de esportes, p.4).

Opinião corroborada pelo técnico Danilo Alvim, do América/RJ, ouvido com outros técnicos e ex-jogadores sobre o desempenho da seleção pela Folha (23/06/1978, p.27): “Acho que a política tomou conta de tudo e nos prejudicou. Aliás, se a política continuar imperando

⁹²No dia 23 de junho, a Folha publica na capa, “Coutinho fora da seleção” e anuncia a dispensa de toda a Comissão. O jornal ainda ironizava que Coutinho acreditava ter sido convocado para dirigir a seleção de forma permanente. No dia seguinte, anuncia a partida contra a Itália como a última de Coutinho e ridicularizava o técnico com os termos militares da *Abertura política*: “Honrosa” também foi a solução encontrada para o afastamento lento, gradual e seguro de Claudio Coutinho: ele foi convidado para ser apenas técnico de uma seleção permanente de jovens” (FSP,24/06/1978, p.1). As informações do Jornal do Brasil eram opostas à Folha. E para frustração do jornal paulista, na última entrevista coletiva da Copa, ao lado de Coutinho, o almirante Nunes afirmou que o técnico estaria no comando da Seleção enquanto ele estivesse à frente da CBD (FSP,26/06/1978, p.15). Em 1979, Coutinho voltou para dirigir a equipe brasileira na Copa América.

em nosso futebol, jamais conquistaremos um novo título mundial”. Além da intervenção e da instrumentalização política, o almirante é identificado como o responsável pelas mordomias e excessos dos dirigentes durante a Copa:

É verdade que o Peru entregou o jogo para a Argentina. Mas isso não nos absolverá nunca de nossos próprios pecados. E o maior deles é continuarmos admitindo uma cúpula tão incompetente como a que temos, dirigindo nosso futebol. Do Almirante Heleno Nunes ao cartola André Richer, a incompetência faz o seu carnaval impune e prenhe de mordomias escandalosas. E quem paga o pato é o pobre futebol brasileiro (PLACAR, n.427,30/06/1978, p.2).

Alguns jogadores também são responsabilizados individualmente⁹³. Quanto à Ditadura, não há correspondência direta entre as críticas e o governo, tampouco pedidos ou gestos de intervenção do Ministério da Educação ou do Conselho Nacional de Desportes. Ainda que, como em toda Copa, surja uma proposta de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a CBD e a Seleção. Desta vez, proposta pelo deputado José Maurício (MDB/RJ) (VEJA, n.º.513, 5/07/1978, p.54). Porém, o conjunto de críticas destinadas ao capitão ou ao almirante referem-se às características militares e tecnocráticas ou ao uso do futebol pelo partido governista.

É possível aferir a sedimentação desta relação entre militarização e futebol, entre a gestão do almirante Nunes e a Seleção do capitão Coutinho com os princípios da Doutrina de Segurança Nacional, pela opinião de artistas – portanto, não de críticos especializados – ouvidos a convite da Placar na semana seguinte ao final da Copa:

[Dias Gomes:] O Brasil perdeu a Copa no momento em que Coutinho, pressionado por uma parte da imprensa regionalista e outras “forças ocultas”, optou pela aplicação em detrimento do talento. No momento em que afastou Zico, Rivelino e Reinaldo, trocando-os por mediocridades comportadas como Jorge Mendonça & Cia. Trocando o futebol de artistas por um de funcionários públicos ou operários-padrão

[Dênis Carvalho:] O longo tempo de concentração e militarização de nosso futebol desfiguraram a seleção. Isolados e ouvindo o monólogo de Coutinho, os jogadores só podiam mesmo virar robôs. Despersonalizados, impedidos de criar jogadas geniais, quando os gols surgem naturalmente, nossos jogadores se perderam. Só podia dar no que deu.

[Mario Lago:] Craneando calmamente sobre nossa seleção, cheguei a conclusão de que faltaram duas coisas: esquerda e diálogo. O que aconteceu, portanto, foi um problema ideológico. Nessa comissão técnica de alto a baixo, de Heleno Nunes a Coutinho você nota que ninguém topa a esquerda

⁹³Especificamente o Jornal do Brasil cita Rivelino, encerrando sua carreira e que esteve lesionado na maior parte da Copa; Zico, que deve provar para a imprensa paulista e gaúcha que “não é um craque mimado pela imprensa carioca” e Reinaldo, cuja atuação em campo não correspondeu aos investimentos da CBD para sua recuperação (JB,23/06/1978, p.28). As posições políticas de Reinaldo não são mencionadas.

e nem está muito a favor do diálogo, daí resultando o isolamento de nossos pontas-de-lança. (Placar, 428, 07/07/1978, pp.38-40).

Ainda assim, para surpresa da imprensa e da própria delegação brasileira, os jogadores e a Comissão Técnica foram recebidos com festa e aplausos. Segundo o Jornal do Brasil, 5 mil cariocas foram ao aeroporto do Galeão recepcionar a Seleção e outros 2 mil para receber os jogadores de times paulistas no aeroporto de Congonhas (27/06/1978, p.1). Em Minas, Reinaldo evitou perguntas sobre sua declaração anterior de que os jogadores seriam cabos eleitorais, “política é assunto para se falar em bar, não em aeroporto”, desconversou. A Veja (n.513, 5/07/1978, p.54) afirma que o número era menor, 2 mil, mas registra mil torcedores em Minas e o desfile em carro aberto de Oscar, Carlos e Polozzi em Campinas.

A conquista do tricampeonato mundial na Copa de 1970, em sequência com as competições de 1958 e 1962 e com um intervalo suspeito de 1966, parecia afirmar que o Brasil era uma potência única e inigualável no futebol. Algo que não poderia ser reproduzido, pois seria um dom nato e intrínseco à nossa identidade. Assim, a pressão pela vitória em 1974 era muito maior, pois significaria a afirmação desta interpretação tomada como real pelo senso comum. Justamente, a derrota na Copa anterior, parece reduzir as exigências sobre o desempenho da Seleção em 1978.

A cobertura dos jornais e demais veículos de imprensa é um pouco menor e menos passional. Além disso, apesar dos bons resultados nas Eliminatórias, a preparação da seleção não inspirou confiança. Jogadores habilidosos como Luís Pereira, Paulo César e Marinho cortados; outros, como Edinho, improvisados fora de sua posição para justificar as teorias táticas de Coutinho e, principalmente, a percepção de que as teorias do capitão estavam para o futebol brasileiro como “Fred Astaire para o samba”, na metáfora de Zivaldo (Placar, 428, 07/07/1978, pp.38-40).

A interpretação presente em 1974, consolidada em 1970, é mais uma vez afirmada, em um inverso do “vira-latismo” da década de 1950: a potencialidade do Brasil encontra-se em sua identidade, em seu estilo de jogo, os portadores deste dom são os jogadores. A tecnocracia não é capaz de acessar ou compreender esta qualidade nacional. Tenta ordená-la, robotizá-la, cercear sua criatividade e limitá-la a um modelo exógeno, europeu.

Soma-se a este diagnóstico um campeonato brasileiro notadamente inflacionado por motivos políticos, disputado em longas temporadas e com fórmulas excêntricas, cujos organizadores também seriam responsáveis pela Delegação brasileira na Argentina.

A situação econômica do país, em que o Milagre já se tornou uma miragem distante, também colabora para isso. Não há reportagens nos veículos estudados sobre o impacto da

Copa no comércio. No início da competição, o JB menciona que a venda dos televisores coloridos cresceu 400% no mês de maio, num movimento só comparado com o período de implantação da televisão no Brasil (JB, 02/06/1978 p.28). Mas a baixa presença de turistas brasileiros na vizinha Argentina é indicativa da má situação econômica de ambos os países.

Em 1978, a imprensa já desfruta de maior liberdade editorial. A Veja já não possuía censura prévia desde 1976 e a obrigação de submissão dos textos a um censor antes da publicação é revogada durante a competição. As posições políticas de jogadores já haviam se tornado mais frequentes. Mas, paradoxalmente, a Copa “mais política” é aquela que tem a cobertura menos politizada. As posições políticas de Reinaldo que ameaçaram inclusive sua convocação sequer são mencionadas durante a Copa – salvo a entrevista feita antes da partida pelo JB e divulgada durante a competição. Não há nenhuma menção na imprensa ou repressão ao seu gesto de comemoração do gol contra a Suécia.

Talvez pelo notório desinteresse dos generais com o esporte, há uma pequena menção no início da Copa que Geisel assistiria com parentes na Granja do Riacho Fundo, assim como ele e seu sucessor ungido, o general Figueiredo, assistiram a segunda partida em suas respectivas residências. Depois disso, apenas o telegrama de cumprimento pela vitória contra a Áustria, pronto há dias, e outro na perda da classificação para a final após o jogo contra a Polônia. Por outro lado, é verdade ainda que a presença do almirante Heleno Nunes na CBD torna desnecessários os representantes ou interlocutores do governo como foram os ministros Jarbas Passarinho e Ney Braga em outros momentos. O almirante é o governo e é a Arena.

Ainda assim, as coberturas limitam-se apenas às desventuras da seleção, suas táticas incompreensíveis e suas escalações indefinidas. A Veja ainda dedica seus primeiros números durante a Copa a questionar o regime argentino. Na Folha, o entusiasmo tecnocrático das análises estatísticas não se repetiu, assim como também não houve cobertura do comportamento da torcida ou de políticos. Limitou-se ao esporte, assim como a Placar, que só volta à sua militância contra os dirigentes da CBD após o fim da Copa. Mesmo a intervenção do almirante na escalação do time e a incompatibilidade entre as teorias de Coutinho e o estilo brasileiro vão desaparecendo ao longo da cobertura, conforme avançam as partidas, restringindo-se à discussão de escalações e posicionamentos. Uma cobertura esportiva tradicional. Entre todos, foi no Jornal do Brasil que a Copa recebeu maior atenção, em número de páginas e cobertura.

Foi também o jornal carioca, assim como a Placar, que atacou com mais regularidade a figura do almirante Heleno Nunes. Sendo um veículo com trânsito de sua direção entre os mais altos círculos da Ditadura, cuja crítica ao governo não se dava no terreno dos direitos

humanos e políticos, mas quando os princípios do liberalismo econômico não eram respeitados, é possível supor duas explicações para os ataques. Primeiro, um suposto favorecimento da TV Globo, do grupo empresarial concorrente, em acessar a concentração da Seleção Brasileira na primeira semana da Copa (JB, 05/06/1978, Caderno de esportes, p.3). E, segundo, a proximidade dos proprietários com João Havelange, ex-presidente da CBD, cuja permanência infinita no cargo foi impedida pela Ditadura após 1974 e substituído pela imposição do nome do almirante Heleno Nunes.

Se o JB responsabiliza principalmente o almirante Heleno; a Folha, o capitão Coutinho, enquanto a Placar ataca os dirigentes da CBD e federações, contudo, todos eles têm em comum, a intolerância à presença militar. Expressa também na opinião do presidente do Fluminense Francisco Horta, antes da Copa e presente nas entrelinhas da cobertura dos veículos de comunicação: o futebol não deveria estar sob controle dos militares. É a presença militar responsável pelas táticas inconsistentes e burocráticas; pela utilização política do esporte e das mordomias que os dirigentes de federações recebem para garantir sua lealdade; pelo autoritarismo no tratamento aos jogadores e à imprensa. Ademais, Coutinho comporta-se egocentricamente como portador de inovações táticas que só ele vê, sempre responsabilizando a um outro (jogadores, campo, FIFA, regulamento) pelo desvio do destino certo de seu sucesso.

A realização da Copa do Mundo na Argentina submetida a outra Ditadura de Segurança Nacional permite comparações entre as duas militarizações. Enquanto a Ditadura brasileira já se encontrava em processo de desestruturação, seu correspondente argentino está no ápice das violações de direitos humanos e das liberdades políticas. A Copa é realizada sob o marco da presença ostensiva de militares, da crise econômica, da censura às manifestações das Mães da Praça de Maio e da ausência de informações sobre milhares de argentinos, desaparecidos ou mortos. Porém, no futebol, a Junta Militar limita-se a controlar a organização do evento e o Ente Autárquico Mundial. Já no Brasil, os militares controlam a gestão desportiva em todas as suas dimensões (o Conselho Nacional de Desportos e a Confederação Brasileira de Desportos), a Comissão Técnica (tanto administrativamente com o major Cavalheiro quanto taticamente com o capitão Coutinho) e impõem a censura no trato com a imprensa e a repressão e disciplinarização dos atletas, que extrapolam as características da profissão.

Entretanto, se a imprensa pode responsabilizar e exigir a saída dos militares do futebol, é porque não é apenas neste campo que as placas tectônicas se movem. São as entrefissuras da Ditadura que o ar e a luz voltavam a circular.

3.3. Autorreforma do Regime

O poeta Carlos Drummond de Andrade não lamentou a derrota brasileira na Copa. Para o escritor mineiro, agora o Brasil tinha outro desafio a vencer:

Foi-se a Copa? Não faz mal.
Adeus chutes e sistemas.
A gente pode, afinal,
cuidar de nossos problemas.

Faltou inflação de pontos?
Perdura inflação de fato.
Deixaremos de ser tontos
se chutarmos no alvo exato.

O povo, noutra torneio,
havendo tenacidade,
ganhará, rijo, e de cheio,
a Copa da Liberdade.
(JB, 24/06/1978)

Parte da “despolitização” da cobertura da Copa pela imprensa pode se justificar pelo fato de que as vias, até então bloqueadas e proibitivas, para a participação e opinião política começavam a ceder, sem que se fizesse necessário recorrer à metáfora do futebol para expressar o que não poderia ser dito.

A realização da Copa do Mundo da Argentina coincidiu com o anúncio do fim da censura prévia, assim como do pacote de reformas que o governo enviaria ao Congresso como parte da *Abertura política* ou *distensionamento do regime*. No mesmo período, estimulada pelos resultados de quatro anos antes, a oposição preparou-se para disputar com mais força as eleições daquele ano, enquanto o governo enfrentava fissuras inclusive dentro de seu próprio partido. Todos estes elementos conjunturais fazem parte de uma totalidade “extremamente complexa do ciclo ditatorial”, como Netto (2016) definiu os anos de governo do General Geisel.

(...) esgota-se o milagre econômico, reduz-se fortemente a legitimação do terrorismo de Estado com o adensamento da resistência democrática, aparecem tensões e fraturas no bloco de apoio ao regime e registra-se a reinserção da classe operária na cena política. A conjuntura internacional, de que tanto se beneficiou o governo de Garrastazu Médici, torna-se desfavorável à condução do “modelo econômico” do regime. Geisel explicita e implementa um projeto de “institucionalização” da Ditadura no sentido de instaurar uma “democracia forte”, incorporando seletivamente algumas bandeiras da resistência democrática (NETTO,2016)

O cenário internacional, com o rompimento pelos Estados Unidos do sistema de conversão dólar-ouro estabelecido no acordo de Breton Woods, o choque dos preços do petróleo e a perspectiva de recessão internacional também contribuíram para a crise da Ditadura brasileira. Porém, era na estagnação da dinâmica econômica interna que residiam os obstáculos para o governo, uma vez que o *milagre econômico* se esgotara tão rapidamente quanto surgira: o PIB que crescera 14% em 1973, limitou-se a 8,2% no ano seguinte e ficou em 5,1% em 1975. A indústria, que cresceu 17,03% em 1973, não alcançou 5% em 1975, enquanto a inflação salta para 41,2% neste mesmo ano (NETTO, 2016).

A presidência de Jimmy Carter nos Estados Unidos, ancorado na bandeira dos direitos humanos, nas relações diplomáticas, também foi um motivo de pressão externa sobre o governo. E, internamente, ainda que uma historiografia revisionista trate o general Geisel como “um reformador e humanista”, foi em seu governo que se deu o extermínio da Guerrilha do Araguaia, cuja política de desaparecimento física é apenas uma das muitas violações cometidas pelo Estado no episódio, e, eliminada a oposição em armas, o Estado voltou-se para eliminar outras formas de oposição, como na execução dos líderes do PC do B no Massacre da Lapa, em dezembro de 1976, e na prisão de inúmeros dirigentes, militantes e simpatizantes do PCB, cuja tortura e simulação de suicídio do jornalista Wladimir Herzog é o episódio mais simbólico.

Como assinala Netto (2016), a repressão do governo Geisel era um requisito para seu projeto de “distensão” e de “democracia forte”, que exigia a aniquilação da oposição que questionasse de forma radical o regime. Neste aspecto, prossegue José Paulo Netto (2016), o que separava a “comunidade de informações” e do “porão” do regime era o seu sentido de hierarquia e autoridade: “A vaga repressiva desatada em 1974/1975 irritou-o, menos pelos seus resultados (que se adequavam ao seu projeto político) do que pela clara intenção de desafiá-lo: era um recado que sinalizava com nitidez a oposição da “comunidade de informações” e do “porão” ao seu projeto, com episódios claramente provocativos”.

Desta forma, como demonstra Silva (2007, p.263), o projeto de *Abertura* representaria uma volta ao Estado de Direito, mas não exatamente a redemocratização do país. Tratava-se de uma “autorreforma do regime ditatorial”, na definição de Netto (2016). Incapaz de legitimar-se apenas pela força, o Estado de segurança nacional busca abertura de espaços que tanto ativem a vida política, controladamente, quanto legitimem o Estado ditatorial, com as restrições necessárias à preservação da essência do regime. Assim, não cabe participação alguma à oposição, na concepção de *Abertura* de Geisel e do General Golbery de Couto e Silva. Ao contrário, ela era tratada como um estorvo. Nesta tensão de forças entre o governo e

as forças pela democratização se determinará o ritmo da “autorreforma”: a cada passo no sentido de incorporar uma demanda da oposição democrática, o regime enfatizava o seu comando (NETTO,2016).

Da parte da oposição, assinalam Almeida e Weis (1998, p.336), o que muda radicalmente, a partir de 1975, são os prognósticos de que o autoritarismo possa ser liquidado a curto prazo, assim como o colapso da ideia insurrecional, pela pressão das massas ou pela ação revolucionária das vanguardas, substituído por uma mudança de atitude em amplos setores da classe média: a democracia passa a ser valorizada como um objetivo em si e, com ela, a organização da sociedade e a participação no jogo eleitoral, mesmo sob limitações.

Assim, ainda que coubesse a primazia e o controle dos primeiros movimentos ao governo – como a supressão do AI-5 e da censura prévia – na medida em que as vitórias eleitorais, a greve, a campanha pela Anistia e o fracasso dos atentados militares como o do Riocentro transferem para a oposição a capacidade de iniciativa e a velocidade das reformas.

O ano de 1977 é ilustrativo desta tensão dialética. O projeto de Emenda Constitucional do governo para reforma do Judiciário não alcançou os 2/3 de votos necessários para aprovação e, portanto, foi rejeitado no Parlamento. Derrotado, o General, determina o fechamento do Congresso e passa a governar por decreto, como permitia o Ato Institucional nº.5. Sem o Congresso, Geisel decreta o “Pacote de Abril”, conjunto de medidas que incluíam a reforma do Judiciário rejeitada pelo parlamento e profundas alterações na legislação eleitoral, para beneficiar a ARENA nas eleições do ano seguinte.

Durante a Copa do Mundo de 1978, além do anúncio do fim da censura prévia, o General anunciou as reformas que seriam enviadas ao Congresso no segundo semestre daquele ano. O AI-5 seria revogado, a partir de 1.º de janeiro de 1979, restabelecendo o Habeas Corpus e as prerrogativas do Judiciário. O governo modificaria ainda a Lei de Segurança Nacional, extinguindo a pena de morte e prisão perpétua e, antes de entregar o cargo ao seu sucessor General João Baptista Figueiredo, revogou o banimento de cerca de 100 exilados brasileiros. Para Netto (2016), o pacote de reformas era o máximo que a Ditadura poderia oferecer, mais que isso, implicaria sua própria descaracterização.

A insatisfação com o governo e o crescimento da oposição nota-se também no futebol. A Placar (n.º446,10/11/1978, p.12) faz um amplo panorama da preferência dos jogadores nas eleições de 1978. Numa oposição à ideia de jogador-soldado, a revista enfatiza a dimensão cidadã do atleta:

O jogador brasileiro já está preparado para votar. Uns estão firmes com a oposição, outros garantem apoio ao governo. Mas há um ponto comum: dos dois lados, eles tentam eleger gente capaz de defender o jogador de futebol.

Jogador de futebol é desligado — a frase corre o Brasil, como verdade definitiva. Nem tanto. Ou nem um pouco. Este ou aquele votará de acordo com seus interesses, ou até por amizade, mas a maioria vai às urnas para ‘tentar mudar alguma coisa’. Como a Arena está aí há muitos anos, a única opção possível é o MDB — é a conclusão a que chegam os jogadores (Placar, n.446, 10/11/1978, p. 12).

A reportagem nitidamente inclina-se para o apoio dos jogadores ao MDB, com depoimentos como “é a única maneira que vejo para demonstrar minha insatisfação com o atual estado de coisas, principalmente com a censura” (Zé Roberto, do Santa Cruz); “contra as péssimas condições de vida do povo e contra a falta de liberdade” (Juari, do Santos), “a coisa não anda boa e precisa mudar” (Edmar, do Desportiva/ES); “O governo precisa sentir que a coisa está mal” (Wilson, do Internacional/RS) e “Só se ouve falar mal do governo” (Joãozinho, do Atlético Mineiro). Há também opiniões favoráveis à ARENA, como Gilmar do Náutico que votará em gratidão por ter recebido uma bolsa de estudos, o zagueiro Lula que acredita que “uma mudança súbita pode provocar bagunça” ou o zagueiro Edinho que se define como “arenista convicto”. Mas, destaque-se a ideia de que as opções dos jogadores são conscientes e visam direitos e mudanças independente da legenda partidária.

Em dezembro, a revista voltaria ao tema, após as eleições, com a reportagem “Jogo das eleições: O povo venceu os cartolas”, onde o repórter Marco Aurélio Guimarães constata que “Não teve nem para a Arena e nem para o MDB: candidato que entrou naquela de faturar voto em cima do futebol recebeu um sonoro N-Ã-O do eleitorado” (Placar, n.449, 01/12/1978, p. 61). Nenhum candidato apoiado pelo almirante Heleno Nunes ou vinculado ao futebol conseguiu se eleger, segundo levantamento da revista. O resultado demonstra o fracasso da estratégia de inflacionar o campeonato brasileiro de acordo com os interesses da ARENA e do almirante.

Já o General Geisel não encontrou dificuldades no Colégio Eleitoral para sacramentar seu sucessor, o também general João Baptista Figueiredo, escolhido desde o final do ano anterior. Ainda que o MDB lançasse o General Eule Bentes Monteiro, numa tentativa de provocar fissuras no aparato militar ou arenista, os parlamentares da ARENA votaram todos em Figueiredo, salvo três abstenções. Geisel deixou parte significativa do processo de “Abertura” pronto para o seu sucessor, com exceção do tema da Anistia.

A Campanha pela Anistia surgiu ainda em 1975, com a criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) pela advogada Therezinha Zerbini em São Paulo. Os núcleos

do MFPA articulam-se com parlamentares do MDB, com a Igreja Católica, com o ressurgido movimento estudantil e com organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Também são formados dezenas de Comitês no exterior e, a partir de 1978, começaram a ser criados os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA) em diversas cidades brasileiras. Mais incisivo que o MFPA, a “Carta de Princípios e Programa Mínimo de Ação” do CBA demonstram que este movimento articulava a Anistia com o todo do processo de *Abertura*, exigindo o fim das torturas, libertação dos presos políticos e cassados, reconquista do Habeas Corpus, revogação da Lei de Segurança Nacional, entre outros⁹⁴.

O tema não demorou para invadir o campo do futebol: esteve presente nas entrevistas de Reinaldo e mesmo numa charge de Placar (02 de março de 1978, p. 59), em que um dirigente pede a retirada de uma faixa com os dizeres da Anistia. Em outra edição, em março de 1979 (PLACAR, n.465, 23/03/1979, p. 23), na nota “Quem pode dar anistia não perde tempo”, a revista registrava uma faixa com os dizeres “Anistia ampla, geral e irrestrita” em meio a torcida Unidos da Barra Funda, numa partida entre Corinthians e São Bento no Pacaembu. “Os soldados correm para prender os responsáveis, mas foram aparvalhados quando um deles aponta para o canto inferior da faixa. Em letra miúda, está escrito: ‘para sócios em débito’”, celebra a Placar.

Se, por um lado, a política dispensava as metáforas futebolísticas e podia ser exercida no seu próprio campo, por outro, a politização da sociedade também transborda para dentro de campo. Assim como a charge de Placar, a ideia dos jornalistas Antônio Carlos Fon e Chico Malfitani, discutida no Comitê Brasileiro de Anistia e com a colaboração do professor Carlos Mac Dowell, no segundo semestre de 1978, era abrir uma faixa em defesa da Anistia em uma partida entre Corinthians e Santos no Estádio do Morumbi.

Desfralda a faixa, os policiais que tentaram removê-la eram bloqueados por inúmeros torcedores, com os braços dados, formando uma massa compacta. A faixa repercutiu imediatamente nos veículos de comunicação que transmitiam o jogo. E, anos depois, em depoimento para a memória sobre a campanha pela Anistia, Antônio Carlos Fon lembrava:

– “Eles estavam falando da nossa faixa”- rádio de pilha colado no ouvido, boné e camiseta do Corinthians e um sorriso nos lábios, o torcedor ao meu lado informava a reação no estádio. Eu jamais o vira antes e nem o encontrei depois, mas nunca o pronome possessivo na primeira pessoa do plural me pareceu tão saboroso.

94 Sobre o processo de Anistia no Brasil, seu histórico e múltiplos significados ver Bauer (2011), Resende (2015) e Rodeghero (2014).

"Anistia, ampla, geral e irrestrita" – dizia a faixa, e o fato dele a chamar de "nossa" tinha, para mim, pelo menos, um significado que ultrapassava em muito aquela fugaz solidariedade que se estabelece nos campos de futebol entre torcedores do mesmo time: a bandeira era minha e da torcida do Corinthians (FON,2006).

CAPÍTULO 4 - E UM DIA, AFINAL, TINHAM DIREITO A UMA ALEGRIA FUGAZ

A multidão toma as ruas laterais do estádio. Ignora as bilheterias fechadas e se dirige diretamente aos portões. Não carregam bandeiras e nem camisetas de times. Desta vez, não querem estar nas arquibancadas, por isso, preferem estar no gramado e, mesmo sem chuteiras, neste feriado, são eles os protagonistas. Ironicamente, o estádio ainda se chama General Arthur da Costa e Silva. E eles são milhares de operários em assembleia no Estádio de futebol da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, no Primeiro de Maio de 1979.

No ano anterior, a greve de trabalhadores da Scania, às vésperas da Copa do Mundo, surpreendeu a Ditadura. Como todos os espaços de participação política, os sindicatos foram duramente desestruturados com o golpe de 1964 e colocados sob intervenção estatal. A greve dos metalúrgicos de Contagem (1968) foi uma última reação do movimento sindical, combatido por quatro anos de repressão, que se acentuaria com a promulgação do AI-5 que permitiria, por exemplo, a prisão de setenta integrantes da oposição sindical em 1974, em São Bernardo.

Entretanto, a Ditadura não alterou apenas a estrutura sindical. O modelo do milagre econômico modernizou e ampliou o parque industrial. O número de empregados da indústria de transformação expandiu de 2,9 milhões para 8,5 milhões, entre 1960 e 1980. Em duas décadas, os metalúrgicos saltaram de 600 mil para 2,7 milhões, especialmente na indústria automobilística. Eram ainda um segmento de trabalhadores também cultural e geracionalmente novo, onde setores como o metal-mecânico e petroleiro-petroquímico, exigiam um operário com maior formação técnica e, frequentemente, desconheciam a experiência passada do movimento sindical (NETTO, 2016). Esta nova geração de operários conheceu suas primeiras formas de organização e participação política, em espaços como as Comunidades Eclesiais de Base e Sociedades de Amigos de Bairro. Nas fábricas, até então, a diminuição do ritmo de trabalho era a principal forma de manifestação.

Em 1977, a luta pela reposição salarial e contra a carestia, motivada pela descoberta de que o governo havia manipulado os índices econômicos e o custo de vida era superior aos dados divulgados, ganhou simpatia de outros setores da sociedade e projetou a liderança do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luís Inácio Lula da Silva.

Finalmente, em maio de 1978, os operários da Scania entraram na fábrica, cruzando os braços diante das máquinas paradas. Para Secco (2011, p.38), o caráter molecular e relativamente espontâneo do movimento representou um impulso para novas formas de organização. A partir do epicentro da Scania, cerca de 60 mil metalúrgicos, de 24 empresas,

em três cidades, estavam em greve na primeira semana. Três semanas depois, eram 246 mil grevistas, de 213 empresas, em nove cidades. Entre maio e dezembro de 1978, foram 328 greves metalúrgicas.

O novo protesto sindical era auxiliado, sem sombra de dúvida, por uma extensa rede comunitária dos bairros onde moravam os trabalhadores e suas famílias. Os piquetes não se limitavam às portas de fábrica e eram feitos nos pontos de ônibus; os encontros se davam em bares e as reuniões, proibidas pela polícia, acabavam na Igreja Católica. O estádio de futebol de Vila Euclides onde Lula discursava para milhares de pessoas sem o apoio de aparelhagem de som, simbolizou o espírito de comunhão daqueles operários. Os que se postavam à frente do palanque, ouviam com atenção e repetiam as palavras do líder para os que estavam atrás (SECCO,2011, p.49).

A assembleia de primeiro de maio no Estádio de Vila Euclides foi determinante por três questões. Primeiro, as greves a partir dali serão organizadas pelo Sindicato. Segundo, aqueles operários estão mais experientes e mais preparados, reivindicando aumento de 70% sobre os salários de 1978, reajustes trimestrais e piso de três salários-mínimos. Por conseguinte, as greves colocarão o novo movimento sindical como mais uma força na tensão em torno da *Abertura política*. Porém, fora do Parlamento e dos métodos da oposição consentida, mas, sem dúvida, um problema potencialmente maior para o recém-empossado general Figueiredo e sua missão de concluir a “autorreforma” sem sobressaltos.

Como assinala Netto (2016), a participação operária alterou o caráter de “autorreforma” do processo de Abertura:

O regime não tinha, a partir de então, que se haver tão somente com uma frente democrática heterogênea hegemônica por segmentos burgueses — demandas econômico-sociais (com as suas implicações políticas) próprias dos movimentos de trabalhadores foram introduzidas explicitamente na agenda nacional. Numa palavra: a frente democrática, que vinha sendo dirigida pela “oposição de elite”, ganhou um conteúdo popular que, até então, não se constituía como se lhe fora um elemento essencial (NETTO,2016).

Assim, ainda que Villa (2014) e Reis (2014) considerem que a Ditadura acabou com a revogação do AI-5 em janeiro de 1979, o regime interveio no Sindicato, destituiu sua diretoria e ocupou militarmente a sede sindical com a Polícia Militar; em agosto, a greve da construção civil em Belo Horizonte também sofreu forte repressão pela polícia; e, em outubro, a Polícia invadiu e incendiou uma igreja onde os dirigentes metalúrgicos se reuniam durante a greve de São Paulo, Guarulhos e Osasco, e o metalúrgico Santo Dias da Silva foi assassinado por um soldado. Em 1980, a Ditadura mobilizou mais de 8 mil soldados para impedir a greve do ABC, que se estendia ‘ por mais 17 cidades. Novamente, o sindicato sofreu intervenção, 14 lideranças foram presas, entre elas Lula, numa ação conjunta entre DOI-Codi, DOPS, Polícia

Militar e Polícia Federal. O paço municipal de São Bernardo e o estádio da Vila Euclides foram interditados pelas tropas. As mobilizações prosseguiram e os líderes grevistas foram libertados 41 dias depois.

A popularidade de Lula e dos metalúrgicos pode ser percebida na nota, na seção de humor da Placar, que sugere o nome do presidente do sindicato como técnico da Seleção Brasileira. “Lula, o metalúrgico fez o que todos os técnicos preconizam: ocupou todos os espaços do campo, não deu nesga de terreno ao adversário (...) não vacilou na defesa e atacou com ímpeto invulgar”, descreve a revista. A Placar prossegue com a metáfora: “Mas o melhor de Lula foi mesmo provar que os cartolas são desnecessários na hora em que o jogo é mesmo para valer (...) não teve um único assistente que deixasse o estádio falando mal do espetáculo. E olha que eles foram 150 mil craques!” (PLACAR, n.472, 11/05/1979, p.54).

Os operários não foram os únicos protagonistas populares a emergirem na cena política. Por exemplo, no mesmo mês da edição citada de Placar, os jornalistas paulistas também entraram em greve e o futuro editor da revista, Juca Kfourri, era um dos integrantes do comando da paralisação.

Nobre (2013) chama a atenção para o movimento paradoxal e contraditório. Por um lado, a redemocratização liberou uma impressionante quantidade de novas e velhas demandas por serviços públicos, participação política e acesso ao fundo público, um amplo leque de movimentos e demandas sociais reprimidos pela Ditadura, resultantes das transformações urbanas, econômicas e sociais ocorridas entre os anos 1960 e 1980. Por outro, essas reivindicações pressionavam para o aumento do nível de gastos do Estado, justamente em plena crise do financiamento externo e onde o descontrole inflacionário convertia o que era então mecanismo de manutenção da desigualdade em ameaça à sobrevivência do próprio país.

Para Silva (2009), o processo de *Abertura Política* se divide nitidamente em dois momentos. O primeiro onde a primazia e a iniciativa das ações são controladas pela Ditadura. E o segundo, quando a Ditadura perde a capacidade de dirigir este processo e sua condução é assumida pelas oposições. Assim, ainda no primeiro momento, os dois últimos derradeiros movimentos sob controle da Ditadura foram a Anistia e o fim do bipartidarismo.

Em 22 de agosto de 1979, a proposta de Anistia da oposição foi rejeitada por uma pequena margem de votos no Congresso, 209 contra 194. Seis dias depois, o projeto da Ditadura foi aprovado, sem negociação com a oposição e com o mecanismo que impedia o julgamento ou a condenação de agentes da repressão do Estado. Assim, analisa Bauer (2011), a Lei de Anistia consolidava a “ideologia da reconciliação”, sem questionamento do passado e

o compromisso de que o aparato repressivo não seria investigado nem julgado, muito mais um indulto que uma anistia, em suma, um mecanismo de impunidade e imunidade.

O último movimento ainda sobre primazia da Ditadura no processo de abertura foi a Reforma Política, aprovada no final de 1979, e que extinguiu o bipartidarismo. Notoriamente pretendia enfraquecer o MDB antes das primeiras eleições diretas para governadores, marcadas para 1982. Enquanto a Arena converteu-se no Partido Democrático Social (PDS), mera mudança de nome, as oposições fragmentaram-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do MDB; no Partido Popular de oposição moderada, liderada por Tancredo Neves; no Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola, reivindicando a herança trabalhista, ainda que a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) lhe tenha sido impedida; e, por fim, o Partido dos Trabalhadores (PT), no polo mais à esquerda da oposição. Os partidos comunistas, PCB e PCdoB, continuaram ilegais.⁹⁵

4.1 A Confederação Brasileira de Futebol

Concentrada em ditar o tempo da *Abertura* e conter sua desestruturação, a Ditadura de Segurança Nacional concentrou suas forças na *sociedade política*, na preservação do controle do Estado, enquanto distanciava-se cada vez mais da *sociedade civil*. Uma nova *Hegemonia*, um novo Projeto ocupava o espaço antes dirigido, pela força e pelo consenso, pela Doutrina de Segurança Nacional⁹⁶. Nesse contexto, o futebol antecipa-se às transformações da sociedade e às fissuras que se abriam na Ditadura (SARMENTO, 2006, p.151).

A primeira expressão da *Abertura* no futebol é a **desmilitarização da gestão**, com a organização da Confederação Brasileira do Futebol.

⁹⁵Além da oposição externa e civil, a Ditadura enfrentou ainda a oposição militar e interna, através de atos terroristas do setor militar que se recusava a entregar o poder. O General Figueiredo definiu como “bolsões radicais mais sinceros” os militares que realizaram atentados contra políticos, religiosos como contra o Bispo de Nova Iguaçu, instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil, jornalistas, redações da imprensa de oposição e bancas de jornais, entre outros. O episódio simbólico da ação terrorista e da omissão da Ditadura foi a explosão da bomba que deveria ser colocada no Riocentro, durante um show comemorativo de Primeiro de Maio de 1980, e que matou os dois terroristas, militares do Destacamento de Operações de Informação (DOI), órgão do I Exército no Rio de Janeiro, antes do atentado. O Inquérito foi arquivado sob a alegação de “falta de indícios de autoria” (SILVA, 2009)

⁹⁶Não é o objeto do presente trabalho discutir qual a construção hegemônica que substituiu a DSN e revisar historiograficamente suas múltiplas interpretações. Mas pode-se afirmar que a Constituição de 1988 sedimenta o que Codato (2005) chamou de “liberal democrático”. Um projeto liberal na economia, conservador em relação à propriedade e que, ao mesmo tempo, incorpora demandas dos novos movimentos populares e sindicais da *Abertura* política na educação, saúde e meio ambiente, por exemplo. Por isso, a interpretação de Codato (2005) de que a *Abertura* só se concluiu com a nova Constituição, três anos depois da saída do último militar da Presidência.

O primeiro movimento significativo desse processo é a substituição do major-brigadeiro Jerônimo Bastos pelo empresário e ex-dirigente do América (RJ) Giulite Coutinho na presidência do Conselho Nacional de Desportos (CND), cargo que fora ocupado por Bastos por praticamente durante toda a Ditadura.

O embate mais importante – e primeiro desafio de Giulite Coutinho – era assegurar a criação da Confederação Brasileira de Futebol, como previsto desde 1975, e retirar o almirante Heleno Nunes do comando do futebol no país.

Em janeiro de 1979, o almirante é reconduzido ao cargo de presidente da Confederação Brasileira de Desportos numa eleição cuja irregularidade é atestada pela Placar (n.456,19/01/1979,p. 22), que define o episódio não como “uma bem ensaiada farsa. Terá sido apenas uma grande festa”. Em vez da votação secreta prevista no estatuto da entidade, o almirante Nunes e seu vice João Ermírio de Moraes foram “aclamados” após o anúncio de sua candidatura, sem tempo sequer para apresentação de outros nomes. A revista registra ainda que o presidente da Federação catarinense, José Elias Giuliari, pede a palavra durante as congratulações da assembleia, em desagravo ao presidente: “O almirante Heleno é vítima de ataques que falam em mordomias para reelegê-lo. Quiséramos participar de uma mordomia para este fim, para eleger um homem que tudo faz para defender o esporte brasileiro”. Quanto a principal crítica à sua gestão, o campeonato brasileiro, o almirante limita-se a indicar que as fases serão regionalizadas, mas permaneceriam com a mesma quantidade de clubes⁹⁷.

A partir de sua “reeleição”, o almirante trabalhará para impedir a criação da CBF e, por consequência, a perda do controle sobre seus dois principais ativos, o campeonato brasileiro e a Seleção Brasileira. Quando o ministro da Educação Eduardo Portela anuncia definitivamente a criação da Confederação Brasileira de Futebol, em abril, o almirante reage, “quem ler a lei vai ver que não houve abertura, mas fechadura. (...) A impressão que tenho é de que estão batendo a minha carteira” (PLACAR, n.467, 06/04/1979, p.24).

Além da oposição de setores da própria Ditadura, o almirante enfrentou ainda a crítica constante da imprensa, em especial a Placar. Abordando o desempenho frustrante da Seleção Brasileira juvenil no Campeonato sul-americano desta categoria, em que o país ficou em última colocação, na reportagem “Corrente para trás”, a revista diagnostica que o “Brasil perdeu a coragem de atacar, inteiramente dominado pelo defensismo inaugurado na Copa de

97 Na mesma edição, a Placar (p.51) registra também as propostas do V Congresso Brasileiro de Cronistas Esportivos para reformar o futebol “a pedido do presidente João Baptista Figueiredo”. A reportagem menciona episódios de falta de democracia e de mordomias no evento, mas enfatiza principalmente as propostas apresentadas, consideradas tímidas, e destacando aquelas que correspondem às propostas que a própria revista apresentava há certo tempo: **ascensão e rebaixamento** de times no campeonato brasileiro, despoliticização da Secretaria de Esporte e critérios – apolíticos – e transparentes para a participação dos clubes no campeonato.

74”, lista acusações de covardia e interesse dos jogadores feitas justamente por “Heleno Nunes: o responsável por todo o esquema que resultou neste fiasco inesquecível” (Placar, 459, 09/02/1979, p.31)⁹⁸.

Na Placar, o papel de nêmesis do almirante será exercido por Giulite Coutinho. Durante o ano de 1979, as páginas da revista registrarão tanto denúncias contra os dirigentes de federações, como as movimentações do almirante para impedir ou atrasar a criação da nova entidade responsável pelo futebol brasileiro⁹⁹ e em oposição, a cada movimento de Giulite Coutinho para, a partir do CND, instituir a CBF. Porém, diante do “bolsão radical” do almirante, Coutinho tem a seu favor a anuência do próprio General Figueiredo.

Uma reportagem do jornalista Marcelo Resende (PLACAR, n.489, 07/09/1979, p. 24) descreve Coutinho como “homem escolhido pessoalmente pelo presidente João Figueiredo” para “salvar o futebol brasileiro” e ainda “desde já cotado para dirigir a futura Confederação Brasileira de Futebol”. Além da afirmação de que “No mês que vem, a CBD estará morta”, Coutinho tem outra declaração indiretamente destinada ao almirante: “Não posso fugir à ética (...) Além do mais, não quero ser ditatorial. Tenho que moralizar o esporte por etapas”.

Na edição seguinte (PLACAR, n.490, 14 de setembro de 1979, p.38), a revista faz um rol dos possíveis candidatos à presidência da nova entidade. Coutinho é o primeiro da lista e, analisa a reportagem, “levaria de barbada” porque cabe ao CND implantar a CBF e porque “é o homem de confiança do Presidente Figueiredo, a cujas churrascadas não falta”. O presidente do Flamengo, Márcio Braga, seria o candidato do almirante Heleno Nunes, enquanto o presidente da federação gaúcha Rubens Hoffmeister e o presidente da Federação paulista Nabi Abi Chedid buscavam o apoio do vice-presidente da CBD João Ermírio de Moraes. Em dezembro, próximo às eleições, Coutinho confirma o favoritismo, descrito como candidato do governo federal e com o voto de 14 federações, enquanto seis ainda estavam indecisas e seis

98 Curiosamente, um ano após a Copa disputada na Argentina, a Placar não estende ao técnico Claudio Coutinho, novamente à frente da seleção para a Copa América, as críticas à CBD e ao almirante Heleno Nunes. Coutinho é humanizado numa entrevista para Marcelo Resende (PLACAR, n.472,11/05/1979), onde sua popularidade como técnico do Flamengo é ressaltada. Em outra entrevista, Coutinho faz uma autocrítica da Copa e reconhece que se equivocou na escalação do zagueiro Edinho como lateral e por não utilizar pontas. No entanto, o período de Coutinho à frente da Seleção se encerra justamente com o domínio do almirante, com uma campanha frustrante na Copa América. O novo técnico seria definido pela sucessora da CBD, a CBF. Em enquete organizada pela revista, 54,2% dos técnicos e jornalistas ouvidos pela Placar preferem Coutinho como técnico da seleção (PLACAR, n.499, 16/11/1979, p.6).

99“Não tem sentido o Governo criar a Confederação de Futebol. Como vai filiá-la à FIFA? Como a FIFA vai desfiliar a CBD, que não cometeu crime algum, não infringiu os seus regulamentos?” reclamaria João Lyra Filho, ex-presidente do Botafogo e ex-presidente do CND, na época no Comitê Jurídico da FIFA (PLACAR, n.474, 25/05/1979, p.36). No mesmo mês, Coutinho determinava o prazo de dois meses para instalar a CBF e [designava] que esta entidade seria a responsável pelo campeonato brasileiro a partir de 1980 (PLACAR, n.471, 4/05/1979, p. 24).

seriam oposição (PLACAR, n.502, 07/12/1979, p.9). Para Schatz (2015, p.120), o fato do último presidente militar do Brasil negar apoio aos líderes do futebol brasileiro escolhidos por seus antecessores mostrava o anseio por desvincular o esporte da política dos militares.

Finalmente criada a CBF, destituída a CBD e Giulite Coutinho eleito, a Placar destaca a plataforma do primeiro presidente da Confederação: Organizar um calendário trienal válido até 1982; realizar o campeonato brasileiro de 1980 no primeiro semestre, com sistema de regionalização; reduzir drasticamente o número de clubes do Brasileiro, a partir de 1981; regulamentar o voto unitário para evitar distorções nas eleições das federações; proibir que os clubes recorram à Justiça Comum; instituir a seleção permanente com técnico exclusivo; não participar da Copa Ouro no Uruguai; organizar uma Copa do Mundo de juvenis; e, lutar pela instituição de um Tribunal de Contas para fiscalizar a administração dos clubes (PLACAR, n.505 28/12/1979, p.14).

Na entrevista, o novo presidente, mais uma vez, demarca nitidamente sua diferença com o almirante Heleno Nunes:

Placar – O senhor tem ideias sobre quem deva ser o técnico da Seleção?

Giulite – Com toda sinceridade: é um assunto que em que não desejo intervir. Não sou a favor do presidente emitir conceitos sobre quem deve jogar, quem deve ser convocado...

Placar – Como torcedor, portanto, o senhor nunca irá falar?

Giulite – Não sei a opinião de vocês, mas prefiro me abster. (PLACAR, n.505, 28/12/1979, p.16).

Em 1980, as 94 equipes que formavam o gigantesco campeonato nacional foram divididas em três módulos, as Taças Ouro, Prata e Bronze. E, embora, a Taça Prata correspondesse à segunda divisão, seus quatro melhores colocados somavam-se na segunda fase da Taça Ouro para a disputa do título. Em 1981, os resultados dos campeonatos estaduais passaram a determinar os critérios de participação dos clubes e a Taça Ouro ficou reduzida a 44 clubes, portanto, cinquenta clubes a menos do que o final da gestão do almirante Heleno Nunes.

Além das mudanças na organização do campeonato brasileiro, a gestão de Giulite Coutinho também implantou de um plano de marketing para o futebol que incluía desde a assinatura de um contrato com o Instituto Brasileiro do Café (IBC) para o patrocínio da seleção, até o licenciamento de produtos com a marca da equipe nacional, padronizando sua utilização e firmando contratos com as empresas interessadas em explorá-las comercialmente. Além disso, intermediou e disciplinou o televisionamento de partidas e a distribuição para clubes e jogadores dos valores recebidos das emissoras (SARMENTO, 2006, pp.146-147).

4.2 Trocando o medo pelo velho futebol-arte

Para a preparação para a Copa do Mundo de 1982, disputada na Espanha, Giulite Coutinho cumpriu sua promessa de estabelecer um técnico permanente e com dedicação exclusiva para a Seleção Brasileira. No lugar do capitão Cláudio Coutinho, o escolhido para comandar a equipe foi Telê Santana, ex-jogador e técnico campeão carioca com o Fluminense (1969), mineiro e brasileiro com o Atlético Mineiro (1970 e 1971), gaúcho com o Grêmio, interrompendo um período de oito anos sem títulos (1977), e na época conduzindo um respeitado trabalho à frente do Palmeiras.

Em 1980, no primeiro ano do novo treinador, a Seleção disputou 8 partidas amistosas, vencendo seis desses jogos, perdendo apenas uma para a União Soviética, por 2 a 1, e empatando com a Polônia em 1 a 1. No ano seguinte, em janeiro, o Brasil disputou o *Mundialito* organizado pelo Uruguai, em comemoração ao cinquentenário da primeira Copa do Mundo, reunindo as seleções campeãs mundiais. Com um empate contra a Argentina e vitória sobre a Alemanha Ocidental, a Seleção classificou-se para a partida final contra os uruguaios, repetindo a final da Copa de 1950¹⁰⁰. A relação entre esta partida e a situação política e econômica do país é descrita no artigo da jornalista Ana Amélia Lemos:

O jogo com a seleção da Alemanha acordou a nação, cabisbaixa diante do peso da crise e das incertezas do futuro. Aparentemente as dificuldades se tornaram menores, ou, pelo menos, perfeitamente superáveis. Nos mais diversos ambientes, do interior do Rio Grande do Sul até os influentes gabinetes de Brasília, não se falou outra coisa com tanto interesse, nestes últimos dias, do que a atuação do selecionado brasileiro, na Copa de Ouro de Montevideú. Hoje, com a disputa final dessa primeira competição internacional, preparatória para 1982 na Espanha, o Brasil vai torcer novamente com a mesma convicção dos velhos tempos e esse resultado transcende, pelo seu alcance, as esferas esportivas. Os aspectos políticos e psicológicos têm pesos definidos nesse resultado que, se favorável inteiramente ao Brasil, poderá ser um começo muito promissor para o ano que começa. Pelo menos haverá mais entusiasmo coletivo num momento em que a recomendação principal é “trabalhar e poupar mais”. Não se sabe se pelos estímulos oferecidos ou pelo clima novo que se vive, em função do desempenho do selecionado, o fato é que as cadernetas de poupança, até o dia 8, quando encerrou o prazo para depósitos serem beneficiados com todo o rendimento do primeiro trimestre, acusaram um excelente movimento (...) (ZERO HORA, 10/01/1981 *apud* FRAGA, 2009, p.368).

Derrotada por 2 a 1, a Seleção brasileira perdeu porque repetiu os vícios de 1974 e 1978, acusava João Saldanha na Placar (n.558, 23/01/1981, pp.34-35), diagnosticando “covardia”, ou seja, jogar defensivamente, como a explicação para o resultado. Na mesma edição, porém, em seu editorial e em reportagem especial, a revista endossa e elogia a nova

100 Sobre uma análise do peso simbólico desta nova final entre brasileiros e uruguaios ver FRAGA (2009).

fase do time, batizada de “Seleção da Abertura”, “onde os jogadores têm liberdade dentro e fora de campo”, escreve Juca Kfoury (p.9).

Na reportagem, o jornalista Carlos Maranhão compara as mudanças no futebol com a “saudável liberalização dos costumes, já sentida pelos brasileiros no seu cotidiano”, é o “segundo verão da Abertura (...) brilhando outra vez nos céus do país” (p.55). O repórter regressa até a preparação para a Copa de 1970 para identificar o início do “endurecimento” da Seleção, marcada por regulamentos e pela presença militar, depois recapitula o toque de recolher na concentração em 1974 e como as “soluções tecnocráticas ignoravam a realidade dos problemas”. O atacante Roberto desabafa que se sentia “um soldadinho” e Marinho reclama das orientações que lembravam um ataque militar, como “infiltre-se na última linha inimiga”.

Já a *Seleção da Abertura* passou o fim do ano no Uruguai preparando-se para o *Mundialito*. Na passagem do ano, água para os abstêmios, mas cerveja uruguaia e champagne estavam à disposição, enquanto Junior comandava um samba na madrugada e dias depois todos puderam aproveitar a folga para compras. A revista lamenta que ainda não chegou o tempo de que as esposas possam frequentar a concentração ou que os jogadores possam se divertir em boates, como holandeses e alemães, mas as condições já são melhores que o “regime disciplinar que imperou nas duas últimas Copas”. Nas comparações entre o *Mundialito* e as Copas, a legenda de uma foto destacava: “Junior. Mundialito 1980/1981: trocando o medo pelo velho futebol arte”.

Ainda que apenas a Placar utilizasse a expressão *Seleção da Abertura*, a cobertura da imprensa da participação brasileira na Copa do Mundo de 1982, disputada na Espanha, enfatizou as distinções entre aquele selecionado e seus antecessores, destacando a *desmilitarização* da Seleção Brasileira.

O primeiro aspecto, já citado, do afastamento das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional e da desmilitarização desse esporte é justamente o da **Gestão do futebol**. Ao contrário da onipresença do almirante Heleno Nunes, em 1978, a passagem de Giulite Coutinho e do diretor de futebol Medrado Dias pela Espanha é discreta e merece referências da imprensa apenas em questões burocráticas administrativas, como o aluguel de um campo de treinamento ou o trajeto do ônibus que transporta os jogadores. “Com Telê, também acabou a politicagem que cercava as seleções brasileiras. Fruto da nova mentalidade implantada pelo presidente Giulite Coutinho ao assumir a direção da CBF, a escalação dos jogadores ficou inteiramente a cargo do técnico” assinalava a *Veja* (n.723, 14/07/1982, p.58).

Ainda, ao contrário de 1978 e da gestão do almirante Nunes, não há menções à dirigentes de clubes e federações no entorno da Delegação brasileira ou dos eventos da Copa¹⁰¹. Não há estruturas como o Centro de Imprensa em Buenos Aires na Copa anterior, nem sofisticados coquetéis. Os custos da Delegação brasileira são relativamente públicos. A Placar (n.626 21/05/1982, p.30) estimava, antes do início da Copa, que a CBF não gastaria todos os 500 milhões de cruzeiros recebidos da Loteria Esportiva, calculando um dispêndio total de CR\$ 280 milhões. Ao fim da Copa, a Folha (08/07/1982) estima que os custos alcançariam Cr\$600 milhões. Nenhum dos veículos questiona a utilização dos valores.

Outra característica da sua gestão, o uso do marketing esportivo como mecanismo de financiamento, também será acentuada na Copa. Além do patrocínio com o Instituto Brasileiro de Café, a exploração comercial da Seleção, agora com o licenciamento de produtos oficiais, alcançará números significativos, como é possível aferir pela ubiquidade do personagem Pacheco, criado pela Gillette para representar o torcedor brasileiro¹⁰²; pelas camisas de clubes vendidos pela Hering; pelo contrato com o fornecedor oficial da Seleção, a Topper; e, ainda, as negociações com emissoras de televisão para a transmissão dos jogos do Campeonato brasileiro e da Seleção. Neste aspecto, a CBF utiliza, com atraso, mecanismos que João Havelange já havia introduzido com sucesso e excesso na FIFA e na Copa do Mundo, mas antecipa-se em anos ao uso do marketing esportivo pelos clubes brasileiros.

É possível, então, se fazer uma analogia entre a gestão de Giulite Coutinho como uma antecipação da “Nova República”, nos termos de Codato (2005): a última fase dos governos militares, ainda que exercida por um civil, como uma transição com direção conservadora e sob tutela militar para um governo liberal democrático. As transformações de Coutinho na gestão do futebol terão o apoio permanente e público da Placar, expresso em dezenas de editoriais¹⁰³. Por outro lado, esta “modernização” do futebol receberá críticas severas de João Saldanha, no que ele definiu, contraditoriamente, como um “futebol caipira”:

O futebol brasileiro está se transformando apenas em um jogo de apostas e a fabulosa quantia arrecadada pouco nos ajuda em termos clubísticos. A

101A Veja (n.722, 07/07/1982, pp.56-58), por exemplo, registra o grande número de celebridades e empresários brasileiros que circulam em torno da Copa, sem qualquer referência a nenhum dirigente esportivo.

102A referência ao personagem nas reportagens da Veja e do Jornal do Brasil indicam que, além da popularidade que o personagem possa ter usufruído, possivelmente a empresa também pagou aos veículos jornalísticos para mencionar seu mascote. Uma ação de marketing que é frequentemente utilizada em programas de auditórios e telenovelas e conhecida popularmente pelo termo (incorreto) de “merchandising” (ou “merchan”).

103Às vésperas da Copa, escreve o editor Juca Kfoury: “Placar integra esse estado de espírito, é um pouco responsável por ele e se orgulha disso. Sempre foi preocupação nossa a criação da CBF. Ela nasceu. Apoiamos desde o início a gestão de Giulite Coutinho, e não nos arrependemos. Concordamos com a escolha de Telê e o resultado não podia ser melhor: uma Seleção que desfruta da unanimidade nacional” (PLACAR, n.629, 11/06/1982,p.3).

televisão tomou conta dos espetáculos e o torcedor antigo, já meio transformado em apostador, porque às vezes joga na loteria contra seu time do coração, também está transformado em telespectador, pelo menos dos gols. Ora, já seu talão lotérico e está participando do espetáculo com a chance de até ganhar um caraminguá. Chance remotíssima, mas para quem já está duro o que é que custa? (JB,11/07/1982, Esportes, p.12).

As mudanças na forma de gestão alteram também a organização da **Comissão Técnica** para a Copa de 1982. Somam-se ao técnico Telê Santana, o auxiliar técnico Vavá, os preparadores físicos Gilberto Tim e Moracy Santana, o preparador de goleiros Valdir de Moraes, os médicos Neylor Losmar e Ricardo Vivacqua, o massagista Nocaute Jack e seu ajudante Paulinho, o roupeiro Nilton de Almeida e o cozinheiro Mario Rocha. Dos quadros da própria CBF, integram a Comissão, o administrador Antônio Ferreira Duro, o assessor de imprensa Robério Vieira e o próprio Giulite Coutinho é o chefe da delegação, assessorado pelos dirigentes Tarso Heredia e Medrado Dias. Não faziam parte da comissão oficialmente, mas o ex-técnico e mentor de Telê, Zezé Moreira, e Jairo Santos, único remanescente da equipe de Cláudio Coutinho, atuam como espiões, assistindo as partidas dos adversários. Os únicos militares presentes em torno da Seleção, na Copa da Espanha, eram os marinheiros da banda do Navio Escola Custódio de Mello, que animaram a torcida nas partidas da primeira fase.

Esta era, assinala a Veja, a menor delegação das últimas Copas, 38 integrantes, “todos com funções claramente definidas”, numa referência à dispendiosa comitiva do almirante Heleno Nunes na disputa anterior. Para a Veja, além de recuperar o futebol-arte, verdadeira expressão do futebol brasileiro, a seleção demonstraria competência na preparação e impossibilidade do seu uso político, uma diferenciação em relação à seleção militar-tecnocrática das copas anteriores:

Nesta segunda-feira, eles iniciam a viagem rumo aos campos da Espanha, onde esperam devolver ao futebol brasileiro o fulgor exibido ao mundo pela lendária equipe campeã de 1970. Desta vez, se a empreitada der certo, é improvável que declarações triunfalistas sustentem que ninguém segura este país; apenas – e não é pouco – será recuperada a certeza de que é muito difícil segurar o futebol brasileiro quando preparado com competência (VEJA, n.717, 02/06/1982, p.62).

Ainda que seja descrito como “um impertinente cultor da disciplina e do respeito à hierarquia” (VEJA, n.721, 30/06/1978, p.46), a imprensa atribui ao técnico Telê Santana, os méritos pelos ares de liberdade que se respiram dentro e fora de campo na Seleção. Em primeiro lugar, assim como à Giulite Coutinho, atribui-se à Telê a independência da Seleção frente a outros interesses. Como destaca o narrador Osmar Santos: “nunca, nos últimos anos,

um técnico da Seleção teve tanta capacidade de afastar os dirigentes de seu trabalho quanto Telê; nunca esses mesmos dirigentes estiveram tão afastados do noticiário quanto nesta época de Telê; e, finalmente, nunca a própria imprensa deixou de ter as suas preferências escaladas quanto nesta chamada era Telê Santana”¹⁰⁴ (PLACAR, n.563, 27/02/1981, p.30).

Escudado pelo presidente da CBF, Telê desfruta da independência que João Saldanha não pode obter e, da qual, Zagallo e Claudio Coutinho abriram mão. Como descreve a Veja:

Sem alarde, Telê conseguiu remover vícios ancestrais que perturbavam a Seleção. "O maior mérito dele foi ter acabado com a 'cobra criada' dentro da Seleção", opina o zagueiro central Oscar. "No time de Telê, ninguém teve cadeira cativa — só jogou mesmo quem batalhou muito." Para Éder, o técnico conseguiu transformar 22 jogadores de origens e índoles diferentes numa "família". Pode haver um pouco de exagero na definição de Éder, mas com Telê a Seleção viveu a inédita experiência de ter atravessado mais de dois anos de turbulências e pressões sem que houvesse ocorrido um único desentendimento relevante ou um só caso de indisciplina (...) Com Telê, também acabou a politicagem que cercava as seleções brasileiras. Fruto da nova mentalidade implantada pelo presidente Giulite Coutinho ao assumir a direção da CBF, a escalação dos jogadores ficou inteiramente a cargo do técnico. "Sua maior virtude foi manter o time longe de manobras políticas e influências externas", depõe o quarto zagueiro Edinho, que não tem qualquer razão especial para gostar do técnico: afinal, Telê o fez remoer uma reserva com a qual jamais se conformou.

(...) O homem sisudo que devolveu alegria ao jogo da Seleção, o duro disciplinador que estimulou a liberdade de criação dos jogadores e o conservador que iniciou uma revolução no futebol brasileiro desfrutou nesses 900 dias de uma virtual unanimidade em tomo de seu trabalho. A corrente de otimismo se rompeu às vésperas de um triunfo esperado que não veio. Sobreviverá, no entanto, a lição do alegre futebol que Telê levou aos campos da Espanha (VEJA, n.723, 14/07/1982, pp.57-58).

Principalmente, Telê será a antítese do “autoritarismo ressentido”, como Ruy Carlos Ostermann definiu a passagem de Cláudio Coutinho pela Seleção (ZERO HORA,07/07/1982 p.81)¹⁰⁵. Como se nota pela autodescrição de Telê: “Eu não sou um general e não lido com soldados que vão para a guerra. Sou técnico e trabalho com craques” (PLACAR, n.617,19/03/1982, p.20). Na prática, isto significaria **retirar os jogadores da condição de**

104 Esta independência também em relação à imprensa talvez justifique a má vontade com a qual o Jornal do Brasil se refere ao técnico, na cobertura da Copa de 1982. Ao contrário dos semanários estudados e da Folha, o JB insistentemente caracteriza Telê como nervoso e inseguro. Ao mesmo tempo, o jornal faz campanha diária pela escalação do atacante Roberto, ídolo do Vasco. Infrutífera, pois o atacante voltaria para o Brasil sem disputar nenhuma partida na Copa. Esta cobertura pode ser justificada também pela perda de proximidade **daquele jornal** com o comando da Seleção, em comparação com o período em que foi dirigida pelos cariocas Zagallo, Coutinho e Chirol.

105O preparador físico Gilberto Tim também **é visto** como um contraponto aos seus antecessores. Descrito como uma pessoa humilde e que não gosta de falar do próprio trabalho (JB,25/06/1982, Esportes, p.7), **ao contrário** de Admildo Chirol e Claudio Coutinho que costumavam atribuir a si próprios a conquista do tricampeonato em 1970. Ainda assim, Tim faz referências elogiosas aos antigos ocupantes do cargo. E, assim como Telê, o preparador será elogiado pelos jogadores pelo diálogo e pelo papel de “psicólogo” e motivador da equipe.

“soldados”, “objetos” ou “subordinados” e, mesmo que hierarquicamente sob as ordens do técnico, alçá-los à condição de “sujeitos”. “Aceito os argumentos, discutimos tudo de forma liberal e acabamos chegando a um acordo. (...) É a questão da confiança mútua”, explicava o próprio Telê (JB,27/06/1982, esportes, p.1).

Dois episódios ilustram essa nova condição na relação com os jogadores. Primeiro, na partida de estreia da Copa do Mundo, a Seleção Brasileira perdia para a União Soviética. No intervalo, o lateral Junior sugere uma mudança tática na organização da equipe e a proposta é aceita pelo técnico:

[Junior:]“Cheguei a um estágio que não me preocupo falar o que estou pensando, nem na repercussão que isso possa ter. Nessa atitude tem muito da personalidade do treinador, que permite o diálogo. Só não sei como vocês souberam. Mas precisava dizer o que estava vendo em campo. E se não foi no grito, ao menos no vestiário tal numa conversa franca, honesta. Disse para o Telê que o Serginho estava muito isolado na frente, que era necessário o Zico encostar mais, avançar um pouco, para que pudessem tabelar, construir jogadas para os que vinham de trás. O Telê aceitou, virou para o Zico e pediu que fosse mesmo à frente e ajudasse o Serginho a arrastar os marcadores, abrindo brechas para quem vinha de trás. Deu certo, ganhamos, e os méritos são de todos” (FSP, 16/06/1982, p.25).

O técnico confirmaria o episódio, sem que tenha sua autoridade ou vaidade atingidas: “Sempre houve um entendimento muito bom entre o técnico e os jogadores, e nós conversamos muito” diria Telê depois da partida (VEJA, n.720, 23/06/1982, p.44). A própria construção tática do time, segundo Telê, permitiria a combinação entre seguir as determinações do técnico e atuar criativamente sobre elas: “Minhas determinações são sempre cumpridas. Só que o futebol brasileiro é muito criativo e às vezes os jogadores buscam uma jogada de efeito. Eles têm liberdade para isso. Nosso time tem uma dose de liberdade. Dentro do campo podem mudar alguma coisa se perceberem uma maneira mais fácil de chegar ao gol adversário” (JB,06/07/1982, Esportes, p.6).

Fora de campo, a relação de confiança e respeito do técnico com os jogadores se expressa na organização da concentração. Como já fora visto no *Mundialito*, ao contrário do clima de “aquartelamento” das delegações de 1974 e 1978, na Espanha, os jogadores recebem folgas depois da partida e podem visitar as cidades de Sevilha e Barcelona, onde se hospedaram na primeira e na segunda fase. Duas garrafas de cerveja pequenas, após as partidas, também são permitidas novamente. Depois da partida contra a Nova Zelândia, último jogo da primeira fase, os jogadores são autorizados a assistir um show do cantor Fagner e retornarem mais tarde para a concentração. “Eles me pediram e eu concordei. São adultos, profissionais responsáveis” explicou Telê na ocasião (VEJA, n.721, 30/06/1978,

p.46). Depois da partida contra a Argentina, a primeira da segunda fase, as saídas não são autorizadas pela proximidade da partida seguinte, mas uma festa é organizada na concentração. A ideia de um ambiente de liberdade e descontração como decisão política pode ser aferida pela decisão da CBF em comprar os instrumentos musicais para que os jogadores pudessem fazer as “batucadas” de samba nos intervalos da concentração (VEJA, n.722, 07/07/1982, pp.46-50).

A decisão de maior repercussão, porém, foi a autorização aos jogadores casados – Zico, Edinho e Dirceu - cujas famílias estavam na Espanha, a não dormirem na concentração após as partidas. Atitude que Telê já havia adotado onze anos antes da Copa, em sua passagem pelo Atlético Mineiro, em dispensar os casados da concentração. A decisão é comemorada pela Folha — “Agora sim, acabou um velho tabu. Zico, Edinho e Dirceu tiveram licença para passar a noite fora do Parador, com suas mulheres e filhos” (FSP, 21/06/1982, p.14) – que define a decisão como uma “revolução liberal”. A decisão surpreende o diretor de futebol da CBF, Medrado Dias, porém, mais uma vez, é referendada pelo presidente da Confederação, Giulite Coutinho, que minimizou a decisão como “uma coisa normal mesmo. Era o dia de folga deles e como estavam com as suas mulheres em Sevilha, não vejo nada demais nisso. Para nós, isso ainda não significa um passo adiante na derrubada dos tabus de futebol. É apenas um fato que encaro com a maior normalidade possível” (FSP, 22/06/1982, p.29).

A atitude em relação à concentração é recebida com entusiasmo pelos jogadores. O capitão Sócrates informa que, após a Copa, exigirá ser dispensado das concentrações no Corinthians, “sou um profissional, um médico, um homem adulto que conhece suas obrigações. Inclusive me parece negativo ficar privado da companhia das pessoas de quem gosto” (FSP,02/07/1982, p.31). Uma decisão que, de fato, caracterizaria a futura Democracia Corintiana, na ocasião, ainda incipiente. O goleiro Leão, preterido para a Copa da Espanha, mas presente nas três disputas marcadas sob o signo da militarização e conhecido por suas posições conservadoras, também elogia a decisão, na coluna que escreve para a Zero Hora e a Folha:

Como vivo esse ambiente de copa desde 1970, falo com a certeza de que nem mesmo no Mundial do México, onde se encontravam os maiores craques que o Brasil já conheceu, tinha-se tanta liberdade como a que é dada hoje aos jogadores de nossa Seleção. Lembro-me que naquela ocasião participei de inúmeras reuniões, juntamente com meus colegas selecionados, solicitando mais folga. Os casados como Pelé, Gerson e Piazza, sempre querendo estar junto de suas famílias (enquanto as convocações eram para dentro do Brasil) e os solteiros reivindicando maiores momentos para estarem junto com suas noivas e namoradas. Mas nem sempre conseguimos.

Quero dizer com isso que apesar de o Brasil necessitar desse título aqui da Espanha, não está vigorando no seio do selecionado um regime de prisão, mas sim o que os mais antigos sempre buscaram e os atuais jogadores estão desfrutando: um regime de liberdade com responsabilidade. Esse bom senso empregado pela seleção transmitirá bons frutos no que se refere aos clubes, que fatalmente assimilarão o exemplo. Concordo totalmente com as várias folgas que já receberam os jogadores da Seleção (FSP,29/06/1982, p.33).

Assim como a gestão de Giulite Coutinho, a direção de Telê pode ser considerada “liberal conservadora”, uma vez que ela produz transformações significativas na relação com os jogadores e na organização da equipe, mas mantém a autoridade do técnico e mesmo certas convicções políticas ou morais. Por exemplo, a convocação do atacante Reinaldo é condicionada pelo treinador a uma mudança na sua atuação política, como o próprio Telê enfatiza:

[Se Reinaldo tem condições de ser convocado] “Se voltar a jogar só futebol, tem. Pode escrever: a única coisa que o Reinaldo sabe fazer é jogar futebol. Mas andaram botando na cabeça dele que ele é intelectual, que precisa ajudar os índios, o Lula, o Frei Betto. Aí o Reinaldo, em vez de treinar e fazer tratamento, vai a Brasília fazer palestras, fica dando entrevistas a toda hora. Ele não tem problema nenhum de lesão, não está bichado e pode perfeitamente ser o melhor da posição no Brasil (...). Eu tenho diálogo, não escondo nada do grupo, abro o jogo com todos eles. Posso falar com segurança do Reinaldo, porque o doutor (Neilor Lasmar) passou os últimos anos servindo de babá dele” (PLACAR, n.600, 13/11/1981, p.44).¹⁰⁶

Além dos jogadores, também a imprensa foi beneficiada pelas mudanças promovidas pela direção da CBF e a Comissão Técnica. Novamente, desaparece o ambiente de quartel que caracterizou as seleções de 1974 e 1978, onde seguranças e cercas isolavam jogadores e profissionais da imprensa e da torcida. Com o significativo título de “Liberdade acompanha a Seleção”, o Jornal do Brasil registra como a rotina na concentração em Barcelona permaneceu idêntica à fase anterior em Sevilha: “Nada mudou em termos de segurança para a delegação brasileira em Barcelona. O esquema continua funcionando e existe liberdade para que os torcedores comuns possam pedir autógrafos aos jogadores e para que os jogadores possam trabalhar sem os empurrões e atritos que costumam marcar o relacionamento entre imprensa, torcedor e policiamento. (JB, 26/06/1982, p.3).

Neste dia, por coincidência, a segurança espanhola recebe ordens controversas que impedem a aproximação dos jornalistas. A decisão, da qual não se sabe a origem, é revogada

106 Além das condições físicas, o próprio Reinaldo atribui a sua vida extracampo como o motivo para sua não-convocação: “Ninguém me falou porque eu não fui na Copa de 82, mas eu considero que é o seguinte, tinha um pouco de receio de eu não reunir as condições. Segundo que tinha esse desgaste todo aí, que eu era amigo do Tutti Maravilha que era homossexual, que eu tinha uma vida social conturbada, intensa, que de noite... quer dizer, todo esse boato, mas ninguém falou que foi por causa disso. E o Telê, talvez, ele tenha recolhido e aceitado essa pressão aí, então” (LIMA,2012).

pela própria CBF e, no dia seguinte, o diretor de futebol Medrado Dias desculpa-se: “A segurança em demasia também não nos agrada (...) Achamos apenas que os jornalistas devem trabalhar com tranquilidade aqui sem a liberdade cerceada (...) garanto que em nenhuma delegação da Copa a imprensa trabalha com tanta liberdade como na nossa” (JB, 27/06/1982, Esportes, p.1).

Quatro anos depois de Cláudio Coutinho enviar um gravador para não atender a imprensa, os jornalistas desfrutavam de livre acesso aos jogadores e à concentração. Até a orientação para que os jogadores não atendessem a imprensa na véspera da partida para manter o foco no jogo, um chamado “dia do silêncio”, fracassou. Como demonstra a Folha de São Paulo, registrando a irritação do administrador Ferreira Duro com o assessor de imprensa da CBF, Robério Vieira, pelo descumprimento do “dia do silêncio” pelos jogadores:

A resposta de Robério não poderia ser mais clara: “eles sabem da determinação. Se falam, é porque estão querendo. O que posso fazer?”. Exatamente o que fazia: nada. Nem tentava impedir as entrevistas, nem dava explicações sobre a facilidade com que alguns jornalistas conseguiram aproximar-se dos jogadores após o treino de reconhecimento no Sarriá. (FSP,02/07/1982, p.36).

Por fim, mas tão importante quanto os elementos anteriores, a grande distinção entre a Seleção Brasileira de 1982 e as seleções sob a égide da militarização é a **recuperação do futebol ofensivo como estilo de jogo** e, portanto, como identidade nacional.

O Brasil não encontrou dificuldades em classificar-se para a Copa, vencendo a Bolívia e Venezuela por duas vezes cada uma e vencendo oito amistosos, inclusive contra seleções tradicionais como Alemanha Ocidental, Inglaterra e França. No ano da Copa, três vitórias contra seleções europeias e um empate contra a Tchecoslováquia. Depois, um empate contra a Suíça, em Recife, despertara o pessimismo com o time, revertido na última partida antes da Copa, uma vitória de 7 a 0 sobre a Irlanda. “Assim, o instável ânimo dos torcedores oscilou da mais profunda depressão ao otimismo mais exaltado, nos últimos dias de permanência da Seleção no país” descrevia a Veja (n.717, 02/06/1982, p.58).

A narrativa construída pela imprensa associa a Seleção de 1982 diretamente com os tricampeões de 1970 como se, após o hiato de 1974 e 1978, o verdadeiro Brasil estivesse de volta. “Podemos perder, mas sem dúvida, desde 1970 não formávamos uma seleção tão capaz”, escreve Juca Kfoury no editorial da Placar (n.628, 04/06/1982, p.3). E o próprio Pelé estabeleceria esta vinculação: “Não me lembro de ter ficado assim tão encantado com uma Seleção Brasileira desde 1970” (JB,16/06/1982, esportes, p.2). Durante a competição, a Veja recupera inclusive a palavra de ordem de 1970 - “Pra frente Brasil” — para descrever a “febre

cívica que assola o país” — “Refeita a “corrente para frente” que empurrou a magnífica Seleção tricampeã no México em 1970, o país calçou chuteiras e entrou em campo (VEJA, n.719, 16/06/1982,p.52) — e novamente na edição seguinte, destacada na capa, após os primeiros resultados na Copa¹⁰⁷. Uma seleção que “joga para frente e demonstra uma contagiante vontade de vencer”, prova incontestemente de sua verdadeira vocação: “A seleção montada pelo técnico Telê Santana (...) desde já parece ser uma legítima descendente, em linha direta, da antológica orquestra futebolística que seduziu o mundo há doze anos. (...) os brasileiros exibiram em Sevilha virtudes que os times de 1974 e 1978 estiveram longe de assimilar” (VEJA, n.720, 23/06/1982, p.38).

Na coluna de Sandro Moreyra, no Jornal do Brasil, o futebol pode novamente ser associado aos símbolos máximos da nação e, ao mesmo tempo, responsável por recuperar a alegria e o otimismo da população:

Desta vez há motivos de sobra para essa euforia que domina o país que, segundo nos contam os que daí chegam, está todo em festa, embandeirado e pronto para explodir na alegria das vitórias.

(...) Se há uma coisa que o brasileiro sabe fazer bem é jogar futebol. Aliás, o Brasil é conhecido aqui na Europa e em todo mundo, sobretudo pelo seu futebol e sua música popular. Aquarela do Brasil e Pelé há anos ouve-se em toda parte (...). Essas coisas fazem bem a gente. Vão nos envolvendo numa espécie de autoafirmação, dando uma ideia de que afinal somos algo mais do que imaginamos e cria um clima contagiante de “já ganhou” (JB, 14/06/1982, Esportes, p.9).

A Veja (n.719, 16/06/1982, p.58) enfatiza ainda, antes da estreia da Copa, o bom ambiente da concentração, o clima de cordialidade, sem tensões como nas copas anteriores e com comprometimento dos jogadores para além dos treinos. A Seleção é descrita como “tranquila e bem-preparada”, com sua “forma física no auge, pontaria acertada, jogadas ensaiadas e pelo menos quatro craques resplandecentes, o Brasil preparou-se para a glória. O resto, agora, repousa nas mãos sempre caprichosas dos deuses dos estádios”.

A Seleção apresenta-se quase como perfeita. Recupera o futebol-arte, não é irreconhecível para a sua torcida como fora em 1974 e 1978, está preparada fisicamente e desfruta da tranquilidade e de um bom ambiente interno. Depois de duas Copas com times contestáveis, quiçá medíocres, há um sentimento que enfim o Brasil tem novamente um grande time. Nesses aspectos iguala-se à Seleção de 1970. Porém, sem a presença dos militares. Nem na Comissão Técnica, nem interferindo em sua gestão.

¹⁰⁷Ironicamente, no mesmo período da realização da Copa, o filme “Pra Frente de Brasil” de Roberto Farias, que trata das torturas e desaparecimentos durante a Copa de 1970, encontrava-se proibido e obrigado a retirar sua candidatura do Festival de Cannes. Parte do financiamento do filme era oriunda da estatal Embrafilme, o que permitiu a proibição integral da exibição do filme (JB,23/06/1982, Caderno B).

O impacto afere-se pelas ruas. O Jornal do Brasil (13/06/1982, p.22) registra inúmeras ruas interditadas para que sejam pintadas, nas calçadas e paredes, com o verde e amarelo, caricaturas de jogadores e frases de apoio. Além de interromperem o trânsito para a decoração, as comunidades fazem “pedágios” para os motoristas contribuírem com a compra de tintas e bandeiras. O jornal carioca registra inclusive a agressão a um estudante que havia se recusado a contribuir novamente. A mesma reportagem refere-se a outra preocupação constante para imprensa no período: os prejuízos econômicos causados pela paralisação dos serviços e do comércio durante as partidas.

A Veja (n.720, 23/06/1982, p.59) estima perdas de Cr\$38 bilhões num dia de jogo, enquanto a Folha calcula que toda a Copa causará um prejuízo de Cr\$571 bilhões ao Produto Interno Bruto (FSP, 04/07/1982, p.22). Com uma economia debilitada e a inflação ascendendo constantemente, governo e empresários almejam que a Copa possa reverter a recessão em curso no país. O Jornal do Brasil registra o otimismo do empresariado de que haveria uma recuperação do comércio interno e externo no segundo semestre. Como em outros anos de Copa do Mundo, os televisores são os expoentes dessa expectativa. Em 1982, pela primeira vez, a venda de televisores em cores supera os aparelhos com imagens em preto e branco, encerrando o primeiro semestre com um recorde 660 mil aparelhos a cores e 443 mil em preto e branco são colocados no mercado (JB, Edição extra n.1, 16/06/1982, p.8).

Outros setores beneficiados pela Copa são as indústria de bebidas alcoólicas, segundo a Veja (n.720, 23/06/1982, pp.58-60), a cervejaria Antártica tem encomendas de 120 milhões de litros apenas para o mês de junho, 22 milhões de litros a mais do que a soma de todos os meses anteriores, e a fabricante da Cachaça Pitu aumentou sua produção em 100 mil garrafas a mais por dia, enquanto um diretor da indústrias de faixas e bandeiras calcula ter vendido 1 milhão de metros de faixas amarelas, o que corresponderia à distância entre Rio e Brasília.

O setor de turismo internacional, um mercado de luxo na época, também é beneficiado. Sandro Moreyra (JB,15/06/1982, p.9) estima que mais brasileiros viajaram para assistir à Seleção em Sevilha do que, quatro anos antes, estiveram na vizinha Argentina. Ainda que não cite números, há indícios de grande presença de brasileiros, como a decisão do Jornal do Brasil em publicar e imprimir em Madri uma edição diária, com oito páginas, desde o dia 16 de junho até o fim da participação brasileira, com tiragem de cinco mil exemplares para os torcedores brasileiros na Espanha (JB, 16/06/1982, Esportes, p.2).

Entre os indícios mais populares do impacto da Copa sobre a economia estão as 230 mil cópias vendidas, em um mês, do disco “Povo feliz (Voa Canarinho)” do lateral Júnior, cuja carreira musical certamente não teria o mesmo sucesso em períodos normais.

No entanto, não será apenas o “futebol arte” que estabelecerá a vinculação com 1970. Diante de uma crise econômica e da desintegração da Ditadura, a instrumentalização do sucesso da Seleção brasileira coloca-se novamente no centro dos debates políticos. Com eleições diretas para governadores nos meses seguintes à Copa, tanto o partido oficial do regime, o PDS, tenta atualizar a fórmula de 1970 e associar a Seleção ao governo, quanto a esquerda teme que o sucesso nos campos da Espanha possa ser instrumentalizado novamente.

É evidente que um cenário de crise econômica e às vésperas das eleições estaduais, a Ditadura pretendia aproveitar-se do sucesso da Copa, para recuperar a popularidade que já não possuía e, ao menos, não prejudicar o seu partido oficial.

Se Geisel mantinha-se distante e indiferente ao futebol, o general Figueiredo era mais presente no cotidiano do futebol, como visto no episódio dos telefonemas para o técnico Brandão, quando ainda era chefe do SNI, mas também na atuação pessoal para remover o almirante Heleno Nunes e escolher Giulite Coutinho como o responsável pela modernização do futebol. Antes da Copa, Figueiredo opinava inclusive sobre a permanência de Zico no Flamengo, autorizando as empresas estatais a participarem da arrecadação organizada pelo clube e pela Rede Globo para manter o jogador no Brasil (PLACAR, n.569, 10/04/1981, p.14).

Antes do início da Copa, a Placar (n.625 14.05.82, pp.13/17) entrevistou diversas personalidades, entre elas lideranças políticas, assinalando que “até mesmo o austero Golbery do Couto e Silva” assistiria às partidas. Para Tancredo Neves, destacada figura da oposição, a Copa é a “a hora ecumênica da vida nacional”. Enquanto Lula sentenciava a posição favorável do PT ao esporte, porque “ao contrário do que se pensa, o futebol não aliena”. A reportagem diz ainda que o general Figueiredo assistirá na residência oficial da Granja Torto e “se transformará num torcedor comum”¹⁰⁸.

A ideia do Ditador como “torcedor comum”, fórmula consagrada por Médici, é retomada com Figueiredo. Ao fim de cada partida, o general telefonava para Giulite Coutinho e o conteúdo era divulgado na imprensa. Após a segunda partida, telefonou também diretamente para Telê. Na estreia contra a URSS, “O presidente Figueiredo, [foi] da apreensão à alegria” segundo a Folha, que inclui o relato sobre a torcida do general na mesma página em que descreve como as famílias de alguns jogadores e de Telê assistiram à partida. Como único político constante nesta página, é possível considerar que a organização do periódico pretendia mostrar Figueiredo não apenas como mais um torcedor, mas também, por

¹⁰⁸Além disso, o General suspenderia o seu programa “O Povo e o Presidente” durante a Copa (JB, 13/06/1982).

associação, como alguém que equivale em intimidade com os jogadores como os seus próprios familiares. Pela Folha, sabemos ainda que Éder, autor do segundo gol, é o “preferido de Figueiredo” (FSP, 19/06/1982, p.24). Após a partida contra a Argentina e diante de uma possibilidade de contusão de Zico, a Veja (n.722, 07/07/1982, p.50) registra que Figueiredo ficou tão preocupado que ordenou que seus assessores averiguassem a situação real do jogador.

Mas a Ditadura não mobiliza apenas a figura do General. Após cada partida, Folha e Jornal do Brasil citam inúmeros ministros e como cada um assistiu à partida¹⁰⁹. O Chefe da Casa Civil Leitão de Abreu, ex-presidente do Grêmio, assina uma coluna para o Jornal do Brasil analisando cada resultado do Brasil. Após a derrota para a Itália, o jornal paulista e o carioca reproduzem exatamente o mesmo texto, com as mesmas frases, sobre como os ministros assistiram ao jogo, inclusive a referência ao consumo de dois maços de cigarros pelo Chanceler Saraiva Guerreiro e que Mario Andreazza precisou tomar calmantes. Se as informações pretendem “humanizar” os ministros e aproximá-los do “cidadão comum”, por sua vez, a distribuição e o uso de um texto padrão, sem referência de fonte, revela a própria artificialidade do episódio. E a publicação pelos periódicos, também demonstra os vínculos existentes entre estes e o governo, uma vez que não se imagina mecanismos de coerção para publicar um texto com tal conteúdo.

O debate ganha as páginas do Pasquim em duas edições. O jornalista Fausto Wolff, em sua coluna, anuncia sua decisão no título, “Sinto muito, mas vou torcer contra” (PASQUIM, n.676, 10/06/1982, p.7), justificando sua escolha “para não ver o ditador de plantão levantar a taça para o alto e fazer o povo acreditar que quem a conquistou foi o PDS. E vou torcer contra, principalmente, em nome dos mortos, dos torturados e dos desaparecidos de um povo bom, solidário e cordial como o nosso”. Na mesma edição, no caderno especial sobre a Copa, Maurício Azevedo defende posição contrária:

Se é essa, realmente, agora, a intenção do regime, é certo que os tempos são diferentes. Ao contrário do que ocorria em 1970, quando se lançavam as bases da grande enganação do suposto milagre econômico e os órgãos de repressão trituravam os opositores nos subterrâneos das prisões clandestinas, hoje o quadro não favorece as manobras para transformar uma eventual conquista da Copa numa realização do regime. Há desemprego generalizado, inflação real de 100%, insegurança em relação ao dia-a-dia e ao futuro, inquietantes problemas de transporte, saúde, educação, o diabo. Nestes anos todos, o povo adquiriu mais consciência tanto de sua força como da incapacidade do regime de resolver tais problemas. A euforia das massas não vai servir aos que supõem que o futebol é uma espécie de ópio do povo. É o

109A Placar registraria ainda os inúmeros telegramas de “boa sorte [que] chegam na concentração: torcedores, ministros e políticos em busca de votos. Sinal dos tempos: na Copa da Argentina o correio quase não teve trabalho com a nossa Seleção” (PLACAR, n.631, 25/06/1982, p.45).

que se verá quando a quando a bola começar a correr nos campos da Espanha ao longo desses dias de esperança (PASQUIM, n.676, 10/06/1982, p.18)

Na edição n.º678, os dois jornalistas voltam ao tema. Fausto Wolff reclama das comemorações violentas da torcida e associa uma vitória da seleção não apenas à Ditadura, mas também a grupos multinacionais:

Nunca vi um dos nossos astros da pelota que recebem milhões e milhões de cruzeiros dizerem uma palavra contra a Ditadura que nos assola. Ao contrário, só os vejo dançando nas boates e fazendo propaganda de multinacionais na televisão. Se ganharmos a Copa, certamente, não será o povo quem lucrará, mas a Coca-cola, a Gillette, a Wolksvagen [sic], o Hollywood e outras multinacionais que tiram o sangue do operário brasileiro (PASQUIM, n.678, 24/06, p.6).

Duas edições depois, Wolff chamaria a competição de “palhaçada” e repetiria a expressão de Millôr, o futebol é “opio do povo”. Ainda que o Brasil não tenha ganho a Copa, agora Wolff lembra que o general Figueiredo aproveitou as atenções na competição para fazer uma “Copadura”, reformas constitucionais que “amenizariam a derrota do PDS nas eleições” (PASQUIM, n.680, p.7). Ainda que publicadas no mesmo veículo, as crônicas de Mauricio Azevedo não são réplicas e nem dialogam com os textos de Wolff, e vice-versa. Mas apresentam visões opostas. No caso de Azevedo, mais uma vez o argumento do futebol como expressão máxima do “povo” brasileiro – e não de seu governo – é utilizado para justificar o entusiasmo com a Seleção.

Os alemães, os ingleses, os soviéticos (...) podem montar equipes fortes, altamente competitivas, mas nenhuma delas, por mais que treinem, por mais sofisticação que adquiram do ponto de vista tático, jamais se aproximam da beleza plástica do futebol brasileiro, uma espécie de balé que extasiam quantos admiram as coisas belas.

Além de revelar a criação do povo, o futebol e a Seleção Brasileira mostram que a gente obscura e esquecida deste país tem mais capacidade de gerar produtos artísticos e culturais mais ricos e mais poderosos que a chamada elite. Os filhos do povo elevam o futebol brasileiro a um plano superior no confronto com os outros países, enquanto suas elites não conseguem fazer o mesmo com os esportes que só elas praticam, por possuírem os clubes, os espaços fechados, as instalações esportivas, o dinheiro para comprar os uniformes e os equipamentos de treinos e competições, o tempo ocioso para passar horas e horas - às vezes, seis horas por dia como no tênis, ou dias inteiros, como no iatismo - apurando os estilos e as técnicas. Só excepcionalmente esses esportes das elites explodem numa afirmação internacional - ora no tênis, ora no iatismo, com alguma frequência no hipismo - sem que o mundo possa proclamar, como se dá no futebol, que essa é a escola brasileira do esporte tal (PASQUIM, n.678, 24/06, p.22).

Os dilemas da esquerda são motivos de ironia nas charges de Luís Fernando Veríssimo e Angeli, na Folha. Em especial, porque o jogo da estreia é contra a União Soviética. O que

leva o jornal paulista a entrevistar vários políticos sobre a partida, mas destacar a resposta do secretário geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Giocondo Dias. “Assim como o PCUS torcerá pela União Soviética, o PCB vai torcer pelo Brasil”, garante dirigente, “Vejo o futebol como um esporte (...) sua vitória é uma vitória do esporte nacional e motivo de alegria para o povo. Quem misturar isso com política ou ideologia estará sendo hipócrita. Os que torcem contra o Brasil, achando que assim estarão contra o governo autoritário, se enganam redondamente”. Por fim, para o secretário-geral PCB, “torcer contra o governo autoritário é votar no PMDB em 15 de novembro” (FSP, 14/06/1982, p.17).

Ainda na Folha, Sérgio Augusto escreve um artigo, “À sombra de chuteiras ideológicas”, onde também recoloca a questão, descartando a possibilidade de instrumentalização pelo PDS. Ao mesmo tempo, usa o episódio da negociação entre a CBF com os jogadores pelo valor do prêmio pela conquista da Copa¹¹⁰ para argumentar que a torcida é a autoridade reconhecida pela Seleção e não a CBF ou o governo:

Se não tenho uma visão enganosa do panorama, nossos sociólogos, já chegaram ao menos a um consenso: o futebol não é tão alienante quanto amiúde se proclama.

(...)

Talvez a partir dessas relações possamos entender com menos ilusões onde termina o esporte e começam as Ditaduras, e vice-versa.

Quanto à nossa seleção, o bom senso recomenda que cerremos fileiras ao seu redor. Só os tolos acreditam que, se ela trouxer o tetra, o governo, aproveitando-se da euforia geral, irá cancelar as eleições de novembro. Com ou sem tetra, o governo irá, isto sim, alterar a legislação eleitoral a favor do seu time, que é o PDS. O governo, sabem todos, prefere ganhar no tapetão, porque carece de craques e de grande torcida. A Seleção que está na Espanha, afora os méritos que a credenciam como nenhuma outra ao título máximo, deu aos nossos sociólogos mais ranhetas um novo dado para reflexões. Não foi às pressões da CBF que ela cedeu nas suas reivindicações em torno do bicho a ser pago pela conquista do campeonato, mas ao reflexo negativo que a disputa causou nos torcedores.

Duas conclusões podem-se tirar do episódio. Uma: os jogadores prezam mais o julgamento daqueles que de fato representam em campo. Duas: os torcedores e não as autoridades é que são o instrumento regulador do desempenho dos jogadores. Seria ótimo se nossas autoridades seguissem o exemplo dos nossos jogadores (FSP, 13/06/1982, p.28).

Assim, ao contrário de 1970, esta não parece ser uma questão real para a oposição, torcer ou não pela Seleção, que não acredita na capacidade da Ditadura, em suas últimas forças, em canalizar uma possível vitória para o governo e para o PDS. Entrevistados pela Placar (n. 614 26.02.82, p.44), os principais líderes da oposição naquele momento — Franco Montoro, Tancredo Neves e Luís Inácio Lula da Silva — rejeitam esta possibilidade. “O povo

¹¹⁰O tema foi explorado pela imprensa antes do início da competição. Os jogadores reivindicavam 150 mil dólares (Cr\$24,6 milhões de cruzeiros) como prêmio e a CBF ofereceu uma contraproposta de 70 mil dólares (Veja, 718, 09/06/1982 p.86). Os jogadores retrocederam diante da repercussão negativa entre os torcedores.

brasileiro não se ilude mais com a propaganda oficial. Acabou-se o tempo do pão e circo” diz Tancredo. “Estarei torcendo para que o Brasil ganhe a Copa, tendo a certeza de que o povo não se deixará enganar pelos resultados” é a resposta de Lula. Os candidatos do PDS ouvidos pela revista também rejeitam a associação, mas Reinaldo de Barros reconhece que “um título mundial tem o poder de devolver o otimismo ao povo, de torná-lo confiante em seu país e em si próprio”.

A possibilidade de instrumentalização é tão provável que exige até uma manifestação do capitão da Seleção, Sócrates, na segunda fase da competição, na Folha:

“Mesmo que o Brasil seja campeão do mundo, o governo não se beneficiará disso em sua campanha eleitoral, pois o brasileiro hoje já é bem esclarecido para saber que futebol é um esporte e não pode servir de apoio para nenhuma campanha política. O eleitor não pode encarar o título como uma vitória do governo e sim dos jogadores. Os problemas do país não podem ser resolvidos na base de vitória numa Copa do Mundo” (FSP,30/06/1982, p.24).

A cobertura da Copa terminaria por ampliar as críticas à Ditadura. Na Veja (n.719, 16/06/1982, p.21), o editor Elio Gaspari, certamente referindo-se ao atentado do Riocentro, afirma que “o futebol é, felizmente, a única atividade nacional sobre a qual não há versão oficial. (...) E, talvez, exatamente porque está livre das versões oficiais, futebol é a coisa que melhor funciona e mais agrada”. Na Folha, o publicitário Carlito Maia, criador da estrela que simboliza o Partido dos Trabalhadores, ao comentar o jogo de abertura entre Bélgica e Argentina, deseja que “cada partida da Copa do Mundo resultasse no fim de uma Ditadura ou de um império. Desde a Arena (não o PDS) de Roma misturam esporte com política” (FSP, 19/06/1982, p.23). Para cada partida, a Folha convida diferentes personalidades para comentar o desempenho da Seleção. O secretário geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, aproveitou o espaço para pedir a libertação de dois padres e treze agricultores presos no Araguaia e, na época, aguardando julgamento pelo Tribunal Militar de Belém, acusados com base na Lei de Segurança Nacional por desordem e invasão de propriedade privada, por ocuparem terras de fazendeiros na região: “as belas vitórias da seleção ajudem a esperar uma nova vitória do país a libertação dos padres e posseiros no Araguaia” (p.24).

Ao invés de se tornar símbolo da Ditadura, a Seleção de 1982 torna-se seu oposto, como demonstra a crônica de Alberto Dines na Placar:

Curiosamente – por um destes paradoxos que os cientistas políticos melhor poderiam explicar – a nossa Seleção tem dado aulas de democracia. O futebol-alegria que apresentamos, o virtuosismo pessoal harmonizado por táticas extremamente simples e inteligentes é, na realidade, uma escola

liberal e liberada, conjugação de indivíduos e coletivo, físico e cérebro. Pé e calcanhar. Estamos praticando um futebol fisiocrático cujo lema bem que poderia ser “laissez faire, laissez jouer”, cujos patriarcas são muitos e, entre eles, não se pode deixar de mencionar João Saldanha.

Não apenas com o belíssimo futebol oferecemos lição de descontração e entendimento, mas também na relação com a imprensa. (...)

Mas de uma maneira geral os embaixadores da CBF anteciparam-se e ampliaram a abertura institucional.

O que nos leva a concluir, considerando o poder de comunicação do esporte, que se na França a monarquia absolutista caiu por causa dos brioches, no Brasil, duzentos anos depois, o símbolo da democracia ainda poderá ser a bola malhada correndo livre no campo verde” (PLACAR, n.633, 09/07/1982, pp.4-5).

Ao contrário da Alemanha, pós-atentados e no centro da Guerra Fria em 1974, ou da Ditadura na Argentina em 1978, a Espanha que recebeu a Copa, ainda que saída do Franquismo¹¹¹, não oferecia o mesmo tom de politização das edições anteriores. Antes do início da competição, as atenções estavam voltadas para a Argentina, cuja rendição como desfecho da malfadada aventura nas Malvinas ocorria justamente na véspera da partida de sua Seleção, então detentora do título mundial.

Apenas na segunda fase da Copa, surgem cartazes de protesto em Barcelona, assinados pela “Confederação Nacional do Trabalho e pela Associação Internacional dos Trabalhadores”, com os dizeres “Espanha campeã mundial da repressão” e “22 mil presos, lei antiterrorista, tortura, golpismo” (FSP, 1/07/1982, p.31). O pedido de asilo político de torcedores poloneses, evadidos do Leste Europeu socialista, recebe atenção da Folha, ao fim do campeonato, que menciona que a exata metade dos 600 torcedores poloneses na Espanha, solicitaram asilo ao Reino espanhol (FSP, 03/07/1982).

Sem outras turbulências no cenário político internacional é, portanto, o cenário nacional que importa para a imprensa brasileira. E, na prática, é a Placar, justamente o semanário esportivo, quem tem a narrativa aberta, pública e francamente de oposição. Não especificamente durante a Copa, mas no período entre 1982 e 1984, com maior ênfase. Enquanto, a Veja, Folha de São Paulo e o Jornal do Brasil encontravam-se num espectro de convergência com a Ditadura, mas exercendo uma tímida oposição de tom liberal em determinados temas, especialmente quando o Estado intervinha na economia.

Em relação à Copa, a política esteve mais presente nas páginas do jornal paulista, cuja cobertura procurava fugir do padrão do jornalismo esportivo. Apesar das colunas de João

¹¹¹ Formalmente, a Ditadura Franquista se encerra em 1975, com a morte do General Francisco Franco. No período de transição foi aprovada uma Lei de Reforma Política em 1976, estabelecidas eleições democráticas em 1977 e elaborada e aprovada uma nova Constituição em 1978. A escolha da Espanha como sede da Copa foi definida em 1966, num acordo dos espanhóis para apoiarem a Copa na Alemanha em 1974 e receberem a competição em 1982.

Saldanha e do goleiro Leão, políticos, empresários, artistas e personalidades eram convidados a analisar os jogos. O jornal publica o horóscopo de cada jogador titular para a partida e o destaque diário é a página de humor e quadrinhos dos cartunistas Angeli, Glauco, Laerte e Luís Fernando Veríssimo. Na Folha, há um protagonismo da torcida nas abordagens e a presença constante do jogador Sócrates como interlocutor, seja por jogar no time do Corinthians, seja por ocupar o posto de capitão da equipe, além da sua notória eloquência.

O Jornal do Brasil, mais uma vez, optou por uma cobertura mais convencional, típica da cobertura esportiva. Com frequência, o jornal carrega no sensacionalismo próprio deste jornalismo, tendo o técnico Telê Santana como alvo preferencial. Como, por exemplo, após a vitória contra a URSS, numa única edição (JB, 18/06/1982, Esportes,), o jornal estampava as chamadas “Telê perde a calma e não explica a saída de Isidoro” (Esportes, p.1.), “Cerezo não sabe onde e como jogar” (p.9) ou “Edinho diz que Isidoro é vítima de uma injustiça”. O jogador mais ouvido pelo JB é Roberto, atacante do Vasco, que não pisará nenhuma vez nos gramados espanhóis na Copa, mas será tema diário do periódico carioca. Em uma das edições (JB, 28/06/1982, p.3), o atacante recebe uma página inteira do caderno de esportes dedicado às suas atividades: “Seleção faz 24 gols e Roberto é destaque”; “Atacante começa a sonhar com a Copa” e “A visita de Roberto a velhos amigos”. Além de Roberto, os flamenguistas Zico e Junior também são interlocutores frequentes do jornal.

Mas, mesmo o Jornal do Brasil alterava o tom de suas reportagens para descrever as partidas da Seleção. Na estreia contra a URSS, o Brasil venceu por 2 a 1, após estar em desvantagem no placar. “Vitória de classe, arte e coração”, define o periódico carioca (JB,15/06/1982, Esportes, 1). A Folha destaca a postura ofensiva (“Atacar, a ordem que decidiu tudo” - FSP, 15/06/1982, p.23) e celebra “Telê lança o Carrossel brasileiro” (FSP, 18/06/1982, p.30). “Seleção em dia de Garrincha” lembra a Placar (n.630, 18/06/1982, p.6), associando a partida tanto com a vitória contra os soviéticos no caminho para a conquista do primeiro campeonato mundial, quanto associando com o jogador símbolo do futebol-arte.

Na sequência, nova vitória, vencendo a Escócia por 4 a 1 e tornando-se a primeira seleção classificada para a próxima fase. “A seleção dispara”, comemora a Folha em sua capa, mas o próprio Telê “quer mais do Carrossel. Ele não gostou do primeiro tempo da Seleção, mal colocada e errando passes, e diz que o seu time está jogando só metade de seu futebol” (FSP, 19/06/1982, p.23). Mesmo o Jornal do Brasil é obrigado a reconhecer a tática ofensiva do treinador, numa declaração totalmente oposta aos discursos de Zagalo e Claudio Coutinho nas competições anteriores, Telê proclama: “Existe um ditado que diz o seguinte: na guerra morre o herói e o covarde. Prefiro morrer como herói. É lógico que quem ataca se expõe mais,

mas acho que a preocupação de qualquer time é entrar em campo para marcar gols. Aquele que entra para se defender tem bem menos chances” (JB,17/06/1982, Esportes, p.7). E contra a fraca Nova Zelândia, mesmo já classificado, a “Ordem de Telê é goleador” (JB, 23/06/1982, Esportes, p.1). No que é prontamente atendido: 4 a 0. “No adeus, uma outra goleada” (FSP, 24/06/1982, p.1).

Na fase seguinte, Brasil, Itália e a então campeã Argentina formam um novo grupo e jogam entre si. Apenas o melhor colocado classifica-se para a fase seguinte. Itália e Argentina, com desempenhos piores na primeira fase, enfrentam-se primeiro e o Brasil tem nove dias até o confronto com o time perdedor. Nesse período, a imprensa rendeu-se definitivamente ao time. Ainda que diariamente prossiga a campanha pela escalação de Roberto e reverbera o descontentamento de outros reservas, o Jornal do Brasil acaba por reconhecer o “alegre futebol da seleção de Telê” (JB, 27/06/1982,p.1), composto por um futebol ofensivo e alegre, bom preparo físico e habilidade individual dos jogadores, que demonstram disposição em superar qualquer obstáculo e formam um conjunto equilibrado e que não depende de um valor individual. “Jogadores começam a conquistar o mundo”, sentencia o Jornal do Brasil.

Mais ufanista, a Folha declara na sua capa que “Telê revoluciona o futebol mundial” (FSP, 27/06/1982, p.1). E justifica através da análise de Zezé Moreira, mentor de Telê, para quem o discípulo montou um time que ataca e defende com velocidade e com polivalência de seus jogadores, graças a preparação física: “É uma seleção comparável com 58 e 70 que possui a seu favor a evolução da preparação física” (p.32). No dia anterior, Sócrates já havia definido o esquema tático e a própria organização da Seleção como uma “bagunça organizada. Todos têm liberdade para jogar do jeito que entender, desde que cumpram algumas funções básicas. Por incrível que pareça, dá certo”, explicava, reconhecendo os méritos de Telê e Gilberto Tim (FSP,26/06/1982, p.28). Para Alberto Helena Jr. escrevendo para a Placar, o segredo “desse time de Sócrates e de Telê” é que “ambos gostam sobretudo do futebol como expressão artística” (PLACAR, n.631, 25/06/1982, p.16). Opinião confirmada pela própria Placar: “Os magos do futebol brasileiro voltam a encantar o mundo. A seleção do amor à arte” (n.632, 02/07/1982, p.51)

De volta ao campo, a Seleção venceu a Argentina por 3 a 1. “O Brasil espetacular” comemora a capa da Veja (n.722, 07/07/1982). Para a partida final da fase, contra a Itália, o Brasil poderia empatar, mas “Telê vai exigir a vitória” (JB,03/07/1982, p.1). Para a Itália, só resta “esperar por um milagre”, sentencia a Folha (FSP, 05/07/1982, p.1)

Na última edição antes da partida contra os italianos, a Placar comete dois equívocos. Para o editor Juca Kfoury, a “Itália, inegavelmente, não assusta. É velha freguesa e anda jogando um futebol que faz lembrar a campanha da nossa Seleção em 1974 e 78, jogando para empates, sem nenhuma graça ou criatividade” (n.632, 02/07/1982, p.3). O outro é acreditar que “No Brasil felizmente o ufanismo está sob controle” (p.84).

Como desmente a crônica do poeta Carlos Drummond de Andrade:

A outra massa, compadre, a mais numerosa, dedica-se a festejar antecipadamente a quarta Copa do Mundo pela nossa Seleção, isto é, pelo Brasil, pois não fazemos por menos. As ruas são uma floresta de faixas e bandeiras, o Rio ficou florido de esperanças que são certezas prévias, é a pátria em festa agradecendo a seus filhos a vitória espetacular. De repente esquecemos a inflação, a arrastada abertura política, os candidatos a candidatos e só pensamos, sentimos, comemos e dormimos (ou melhor: vigiamos) a Copa (ANDRADE, 2014, p.90).

A cada partida, uma festa popular toma conta das ruas do país. Em São Paulo, harem krishnas, ambulantes e torcedores se misturam, enquanto um trio elétrico aproveita a comemoração para fazer propaganda de candidatos do PDS. No hotel Hilton, entre empresários e políticos, o senador Amaral Furlan comemora, afirmando que “O PDS precisa vencer este jogo”. (FSP, 15/06/1982, p.25). No Rio, a cidade se converteu em um carnaval e os cariocas “vestidos de verde e amarelo, viveram toda a alegria que tinham direito” (JB,15/06/1982, p.1). Após a partida contra a Argentina, bonecos representando o técnico Menotti, torcedores fantasiados de Maradona e dançarinos de tango também fazem parte da comemoração que reúne mais de 40 mil pessoas na Tijuca. Na avenida Atlântica, uma inusitada procissão de 76 motos. Um torcedor comemora: “Eles perderam o jogo e a guerra, só faltava mesmo dissolver a Junta”.

Quando Telê assumiu a seleção, no final de 1980, menos de 20% de paulistas e cariocas acreditavam na possibilidade de conquista da Copa, segundo o Instituto Gallup. Apesar dos bons resultados nas eliminatórias e nos amistosos, no ano seguinte, menos de 30% dos cariocas e apenas 20% dos paulistas tinham expectativa em vencer a Copa. Após as partidas contra URSS e Escócia, os números saltaram para 61% dos cariocas e 52% dos paulistas. Apenas 1% dos paulistas não acreditavam que seria possível vencer na Espanha (JB,23/06/1982, Esportes, p.1). Antes da partida contra a Itália, ainda que faltassem três jogos para que qualquer time chegasse à final, o ministro Leitão de Abreu afirma que a Copa já é do Brasil (JB, 03/07/1982), enquanto a CBF já organizava o voo de volta, prevendo uma escala em Brasília para serem recebidos em um almoço pelo general Figueiredo (JB,04/07/1982,

Esportes, p.3). Para Sandro Moreyra, o Brasil só perderia “por um acidente, um absurdo igual, por exemplo, ao que aconteceu na Copa de 50 com o Brasil” (JB,03/07/1982, p.11).

Curiosamente, os dois maiores expoentes da Seleção de 1970 eram as vozes mais críticas da Seleção. Pelé, em sua coluna distribuída pela Pepsi¹¹², considerava cedo para comparar a Seleção de 1982 com os tricampeões de 1970, considerando que a indisciplina tática ainda é um problema de alguns jogadores na equipe (JB,24/06/1982, Esportes, p.4). Já João Saldanha, desde antes da Copa, critica com regularidade o esquema tático de Telê, especificamente a ausência de um ponta-direita, além do desempenho e nervosismo de alguns jogadores. Diante da unanimidade da imprensa em torno do favoritismo da Seleção, Saldanha alerta que com “muito sapato alto é difícil escrever uma lauda” e que, na segunda fase, “agora é que vai começar a Copa” (JB,24/06/1982, Esportes, p.10). Justamente, a trégua de Saldanha vem apenas antes da partida contra a Itália:

De qualquer maneira estou satisfeito e feliz. O futebol-arte se impôs e creio que definitivamente. Lembrem de 1978? Sabíamos que seríamos derrotados. Poderia ter sido no primeiro turno, mas escapamos. Estávamos jogando o “futebol-força”, para mim o futebol estúpido e pouco inteligente. Agora, tudo é lucro. Já fizemos a festa mais bonita (JB,05/07/1982, Esportes, p.12).

Ao contrário das Copas anteriores, a Seleção contava com confiança absoluta da torcida; a imprensa destaca frequentemente o clima de tranquilidade dos jogadores; ao contrário de 1974, em que Zagalo ignorava a Holanda, o Brasil conhecia e acompanhava o desempenho italiano¹¹³. E, no entanto, o Estádio Sarriá, em Barcelona, testemunhou a desclassificação brasileira.

“Desastre”, definia a Folha na capa (06/07/1982). Não há injustiças que justifiquem a derrota, “não houve excesso de confiança, como em 1950, nem a baderna de 1966, tampouco a mediocridade de 1974, muito menos a falta de ousadia de 1978 — e, no entanto, perdemos”, constata a Veja (n.723, 14/07/1982, p.52). Ao final, resume laconicamente a manchete do Jornal do Brasil (JB,06/07/1982), “Itália vence bem e a Seleção volta hoje”.

As análises da derrota buscam, inicialmente, encontrar culpados. A Folha atribui à soberba de considerar a partida ganha antes de disputá-la, à ideia de que o talento individual se sobreporia à falta de esquema e ter julgado equivocadamente que jogar na defesa, para

¹¹²A coluna era, na verdade, um depoimento de Pelé ao jornalista Steve Richard, contratado pela fabricante de bebidas. Ver <https://www.sportsjournalists.co.uk/other-bodies/football-writers/former-sun-sportswriter-steve-richards-has-died/> (acessado em 17 de janeiro de 2021).

¹¹³Zezé Moreira, espião da Seleção, já alertava **sobre o** perigo italiano na primeira fase: “Zezé avisa Telê que Itália será rival difícil. (...) Zezé Moreira, o espião de Telê Santana no Grupo 1, continua considerando a Itália o adversário mais difícil que o Brasil poderia enfrentar na segunda fase do Mundial da Espanha e já fez esta advertência ao técnico Telê Santana. Todas as críticas que vêm sendo feitas à equipe italiana não contribuem para mudar o juízo de Zezé Moreira” (JB, 21/06/1982, esportes, p.3), posição endossada pelo próprio Telê antes do início da fase, “Telê respeita a Argentina e teme a Itália” (JB,24/06/1982, Esportes, p.10).

garantir o empate, seria uma covardia. O Jornal culpa ainda a falta de disciplina tática de alguns jogadores (FSP, 06/07/1982, p.1). A Veja também responsabiliza individualmente alguns jogadores, como o goleiro Valdir Peres. No Rio, a festa prevista para a vitória acaba se convertendo em uma festa junina na tradicional rua Miguel Lemos, em Copacabana, além do registro de infartos e suicídios dos torcedores mais passionais e dos previstos funerais simbólicos do técnico Telê Santana. O Jornal do Brasil registra o amplo espectro das críticas da população:

“Povo com raiva põe culpa em tudo”

Culpa da política, do Telê, do Serginho. E o açúcar, já aumentou; agora o frango vai aumentar também; Mas como pode? Como pode tanto brasileiro morrer por causa da copa? E uma copa dessas, mole de ganhar. Faltou humildade. Faltou futebol. O que eu posso dizer mais? Cada frase acima, dita por um torcedor diferente, reflete a raiva, dor, o mal ou bom humor das pessoas depois da derrota do Brasil contra Itália (JB, 07/07/1982, p.5).

A busca por uma explicação leva a justificativas confusas e mesmo contraditórias. Na Folha (07/07/1982, p.27) o filósofo Rui Granziera define a derrota como as “Malvinas brasileiras”, atribuindo a responsabilidade a Telê, cuja disciplina e repressão “esterilizam a criatividade do jogador brasileiro” e atribui a escalação dos quatro jogadores talentosos no meio de campo à “tecnocracia”. Já dois dos principais expoentes da “cartolagem”, a direção autoritária e suspeita de clubes, Marcio Braga, dirigente do Flamengo, e Eurico Miranda, do Vasco, criticam a CBF “por falta de uma administração profissional” e Telê, pois “nem os ditadores nos últimos 18 anos tiveram tanto poder quanto Telê Santana” (FSP, 08/07/1982, p.16). Já João Saldanha comemora que a derrota da Seleção é a “a desmistificação do charlatanismo” (JB,06/07/1982, p.10), enquanto Pelé, mesmo definindo-se como um “romântico do futebol”, sugere que o Brasil errou por não ter sido conservador e defensivo para manter o empate em 2 a 2 (JB, 07/07/1982, p.3).

Entretanto, o que prevalece nos dias seguintes é a perplexidade. A Folha e a Veja reconhecem a qualidade do time italiano e equivalem a derrota de 1982 com a tragédia no Maracanã no final da Copa de 1950 (FSP, 06/07/1982, p.22), como um fado, uma fatalidade inevitável. Esta é a constatação também da Placar, nas palavras de Alberto Helena Jr. (n.634, 16/07/1982, p.11) - “Pelo amor de Deus, Helena, me diz: quem foi culpado? Quem? Ninguém, meu sofrido amigo, ninguém. Ou todos nós, inclusive – e principalmente – Deus” - e de Juca Kfourri (n.635, 23/07/1982, p.33), “a culpa é desse maravilhoso jogo chamado futebol. (...) devemos agradecer a todos, jogadores, técnico e dirigentes, que nos fizeram alegres e tristes, que nos fizeram viver”. Para a Placar, não há equívocos:

A frieza analítica de alguns como Zagalo (“Devíamos ter jogado pelo empate contra a Itália”) é própria de quem tem do futebol uma visão tecnocrática, em que beleza não é fundamental, só se busca o resultado, onde numa frase surrada, os fins justificam os meios. Às favas com esta gente! (...) mil vezes perder assim do que ganhar [jogando] como em 74 e 78. (PLACAR, n.635, 23/07/1982,p.35).

A opinião é compartilhada também por Sandro Moreyra, no Jornal do Brasil (07/07/1982, Esportes, p.9): “Culpar a quem? Já que o velho hábito nosso de procurar culpados. Telê Santana? Seria tão injusto como foi a derrota de ontem. Telê armou, indiscutivelmente, o melhor time que já saiu do Brasil para uma copa desses depois de 70 (...). Culpar os jogadores também não nos parece correto (...). Não vamos culpar ninguém. Foi sim, uma partida ingrata”. E o comportamento da torcida endossa a opinião da imprensa:

Chegara ao fim apenas o sonho do tetracampeonato — mas, apesar da frustração nacional, os torcedores brasileiros reagiram com surpreendente comedimento. (...) Mas, se o terceiro gol de Paulo Rossi foi a versão atualizada do histórico gol de Gighia, que derrotou o Brasil na final da Copa de 1950, a reação popular da semana passada foi infinitamente mais branda que a de 32 anos atrás. Depois da derrota, tive de passar três semanas escondido num sítio em Itacuruçá. no litoral do Rio de Janeiro", recordava na quarta-feira o goleiro Barbosa. (VEJA, n.723, 14/07/1982, p.54).

Segundo Pesquisa Gallup, publicada pelo Jornal do Brasil (08/07/1982, Esportes, p.6), 61% dos entrevistados consideraram justo o resultado contra a Itália, 51% consideravam que ninguém foi culpado pela derrota, mas 44% identificavam alguns responsáveis. Entre as prováveis culpas, nenhuma resposta alcançou mais do que 40% das opiniões e apenas 7% culpavam Telê.

De fato, o treinador e toda Seleção foram recepcionados por uma multidão no Rio de Janeiro, em ritmo de Samba e como se fossem os campeões (JB, 08/07/1982, Esportes, p.6). O técnico que fora aplaudido na última entrevista coletiva na Espanha e no embarque no aeroporto de Madri, é saudado com palmas também na chegada. A Veja (n.723, 14/07/1982, p.56) chama a desclassificação de um “naufrágio com honra”, onde o “derrotado Telê sai da Copa com o saldo positivo da nova era que instaurou no futebol” e por ter restabelecido “o prestígio do futebol brasileiro no mundo”. Ao contrário de seus antecessores, assinala a revista, Telê não culpou a arbitragem, os jogadores ou a má sorte, soube reconhecer a derrota.

O prestígio do treinador é suficiente para que Alberto Helena Jr. declare, “Telê, meu candidato para presidente”: “Quero gente como Telê no comando do meu destino como cidadão. (...) Telê é o grande espelho do nosso lado bom. Exatamente o que precisamos para recolocar a bola no centro e, sem olhar para o marcador, partir para uma virada (PLACAR,

n.634, 16/07/1982, p.23). Para o jornalista, Telê “compreendeu a arma brasileira sem teorizar, nem doutrinar. O futebol-arte que ofereceu (...) é uma reprodução da nossa natureza”. E, novamente em um paralelo com a política, reproduz o discurso emocionado de um integrante da Comissão Técnica embriagado após a desclassificação: “‘Se tivéssemos três Telês no governo, não teríamos inflação, nem miséria, nem doença’. Nem – digo eu – autoritarismo”¹¹⁴.

Para Placar, uma vez que não há rumos a serem corrigidos, é preciso não retroceder e avançar. O que implica numa posição aberta e direta da revista pela permanência de Giulite Coutinho na direção da CBF: “(...) a CBF deu todas as condições que podia dar e agora só tem um caminho, que é o de continuar este trabalho sério, honesto e competente. Para tanto, é imprescindível que o hoje amargurado Giulite Coutinho seja reeleito (PLACAR, n.634, 16/07/1982, p.36).

Em seu editorial, a Placar (n.634, 16/07/1982, p.3) considera ainda a incapacidade da Ditadura em instrumentalizar a Seleção como um fator positivo: “De bom para o Brasil, ficaram a generosa acolhida popular à nossa estupenda Seleção e a prova definitiva de que futebol não aliena nem é arma de qualquer regime”.

Não surpreende, portanto, que o Partido Democrático Social, o partido oficial do regime, inicie uma operação para evitar que os impactos da eliminação da Seleção atingissem o partido nas eleições. Ainda que o porta-voz da Presidência Carlos Átila e presidente do partido José Sarney afirmem que os temas não estavam relacionados e que o PDS não temeria estas consequências (FSP, 07/07/1982, p.27), o colunista político Jornal do Brasil, Villas-Bôas Correa lembra que a vitória no futebol era determinante na estratégia da Ditadura:

O governo armara o seu esquema para tocar a campanha no embalo do título de campeão do mundo reconquistado nos campos da Espanha. O governo e seu partido seriam os grandes herdeiros políticos de uma vitória que, verdade seja conhecida, seria alcançada com a sua ajuda decisiva e total. Nada o governo negou à Seleção. Não se poupou nada a uma seleção que deveria regressar campeã nos braços do povo, isto é, do eleitorado, em plena

114A popularidade de Telê pode ser aferida também no seu retorno à Seleção em 1985 para as eliminatórias da Copa do México, assim como a vinculação que a Placar estabelece entre as transformações políticas da nascente Nova República, ou ao menos suas expectativas, com a Seleção. Na capa da edição n.784 (31/05/1985), a chamada “Alegria, alegria, as feras voltaram” e no editorial, a afirmação de que “O povo já tem time. O povo já tem técnico (...)Telê voltou e com ele o bom senso. Mais. Voltou aquilo que se chama de Seleção do povo, dos tais 130 milhões que, sem dúvida, entendem mais de futebol do que muitos sabidos que andam por aí de uniforme de técnico. O vigoroso gesto do presidente Giulite Coutinho, da CBF, ao reconduzir Telê ao cargo que jamais deveria ter abandonado, restabelece a confiança na torcida brasileira” (p.3). Assim como havia chamada sua antecessora de 1982, como “seleção da Abertura”, a Placar batiza esta de “Nova Seleção”, numa referência direta à Nova República, “Uma seleção que levou torcedores aos treinos num número que não se via desde os tempos de Pelé e, que, pelo menos em campo, já fez o futebol encontrar-se com o espírito da Nova República” (p.8). Assim como o episódio em que Sócrates abre os portões da concentração para que os 2 mil torcedores assistam o treino, com a ordem de “Nada de portões fechados, isso aqui é uma democracia” (p.6) endossa a construção narrativa da revista que associa a alegria, o povo, o futebol com a Seleção de Telê e Sócrates.

campanha que com ela se confundiria, na explosão nacional de júbilo oficialmente orquestrado (JB,06/07/1982, p.3)

A constatação parecia evidente também para os jogadores, como visto na declaração de Sócrates. Em um encontro com jornalistas antes do retorno ao país, Telê Santana é inquirido pelos jornalistas. A resposta é destacada no Jornal do Brasil (JB, 07/07/1982, Esportes, p.2), “Telê admite que título beneficiaria o governo”.

Quando lhe perguntaram se a derrota e consequente de classificação do mundial não seriam trágicas para o Governo, justamente nesta época de eleições, Telê procurou escapar do assunto:

- Não sou político, não entendo de política e esse assunto não me interessa. Não posso opinar sobre uma coisa que não entendo.

Mas ao mudarem a forma da pergunta, ele acabou revelando seu ponto de vista.

- Mas, Telê, você não acha que a conquista do título mundial ajudaria o Governo nas eleições?

A resposta vem imediata:

- De fato, ajudaria sim.

- Mas, se ajudaria, isso significa que a derrota será prejudicial para as pretensões dos políticos da Situação? - perguntou outro jornalista.

- Realmente – disse o técnico - futebol influencia na hora de votar (JB, 07/07/1982, Esportes, p.2)¹¹⁵.

O movimento da oposição, ao contrário, é de tentar responsabilizar o governo. Por isso, a comparação do vice-líder do PMDB Carlos Santana (PMDB) com o desastre da Ditadura argentina nas Malvinas, “nos dois casos, o governo fabricou um clima de euforia que traumatizou a nação quando veio a derrota” (FSP, 07/07/1982, p.27).

E ainda que, efetivamente, o PDS e a Ditadura acreditassem que não poderiam ser responsabilizados pela derrota, tampouco, na opinião dos torcedores, poderiam ser associados a seus méritos. A Folha de São Paulo e o Jornal do Brasil registram os protestos dos torcedores que esperavam a Seleção no aeroporto de Congonhas, na capital paulista, diante da chegada do ex-governador Paulo Maluf, do então governador José Maria Marin e outros políticos do PDS, com vaias e gritos de “Político não, queremos a seleção” (JB, 08/07/1982, Esportes, p.6). A Folha destaca o episódio na capa — “”Seleção sim, políticos não” — e na reportagem “PDS prejudica a festa da seleção”, descreve como o jogador Sócrates se recusa a cumprimentar Maluf ou ser fotografado com a delegação do PDS na sala Vip do aeroporto (FSP, 08/07/1982,p.30). A tônica de que a torcida da Seleção não estaria com o PDS, se expressa na capa do Pasquim (n.680, 08/07/1982): “Zebrou: Bye Bye Brasil. Agora é tratar de ganhar as eleições”.

¹¹⁵ A Folha de São Paulo registra o mesmo encontro de Telê com jornalistas sem mencionar as perguntas e opiniões políticas na conversa (FSP,07/07/1982,p.28).

A Seleção de 1982 já não se encontra no espectro da desmilitarização. Ainda que a entidade a qual se subordina, a CBF, e a própria reestruturação do time tenham origem na decisão governamental de retirar o controle do esporte do almirante Heleno Nunes. Nesse sentido, pode-se dizer que, ao contrário da *Abertura Política*, a *Abertura do Futebol* foi ampla, abrangente, irrestrita e rápida.

Tão impactante para a desmilitarização quanto a ausência dos militares na gestão do futebol, da Seleção e da Comissão Técnica, ou dos padrões disciplinares da Doutrina de Segurança Nacional no esporte, é a opção tática da Seleção em jogar ofensivamente. A substituição do futebol defensivo e tecnocrático de Zagalo e Claudio Coutinho pelo retorno do futebol ofensivo e de toques refinados reconcilia a torcida e, portanto, a população – com seu símbolo e com a imagem que tem dele: o futebol brasileiro só é brasileiro se for “futebol arte”.

Dessa forma, este movimento “despolitiza” a Seleção, porque neste momento histórico específico, a possibilidade de apropriação do símbolo da Seleção pela Ditadura está bloqueada. O símbolo da Ditadura de 1970 é agora associado à democracia em 1982. E associar-se à democracia é algo impossível para a Ditadura de Segurança Nacional. Mas, paradoxalmente, também “politiza” a Seleção, uma vez que se ela não é identificada como “governista” - ou simplesmente o fato de não colaborar com o governo – a torna parte da imensa oposição.

O editorial de Juca Kfourri na Placar articula todos estes elementos como um único movimento – a modernização da CBF, o futebol arte de Sócrates e Zico, o desempenho da Seleção e da oposição:

Sobrou, para 1983, a hipótese de sedirmos a próxima Copa e a eleição de Sócrates como o Craque do Ano, consagração idêntica à de Zico em 1981, embora a diferença no voto da torcida tenha sido mínima. Será saudável, também, a reeleição de Giulite Coutinho na CBF. Politicamente, o Brasil mudou para melhor. A abertura está aí para quem quiser vê-la e para quem respeita a voz soberana do voto popular. Pessoalmente, fora as eleições, preferiria que 1982 não fosse o que foi. Que 1983 seja mais alegre. Para todos (n.658, 31/12/1982, p.3).¹¹⁶

4.3 Epílogo: Outras Aberturas, Outro Sarriá

A *Abertura Política* e do Futebol, o processo de desmilitarização, não se limitaram à CBF e à Seleção Brasileira. Este ambiente de redemocratização da sociedade e do futebol

¹¹⁶Como demonstra Netto (2016), em termos puramente numéricos, a máquina governamental da Ditadura e do PDS foi vencedora, com 46 das cadeiras do Senado, mais 235 deputados eleitos, e vencendo em 12 estados. Porém, os resultados também demonstram um adensamento das oposições, recebendo em conjunto 58% do total de votos partidários, conquistando dez governos estaduais, que compreendiam 60% do território nacional com 80% da renda interna e 58% da população.

também permite que os estudos acadêmicos sobre este esporte também se alterem significativamente. Os trabalhos pioneiros de Simoni Guedes (1977), Joel Rufino dos Santos (1981) e Roberto Da Matta (1982) superam a leitura mecânica e “apocalíptica” do futebol como “ópio do povo” e ampliam as possibilidades de interpretação e compreensão deste esporte e da própria sociedade brasileira:

Uma vez descartada a teoria da alienação, se compreendido como um fenômeno social amplo – e não apenas como um instrumento a serviço do governo –, o campo futebolístico pode abrigar múltiplas formas de expressão política, ou de maneiras como indivíduos distintos manifestam seus antagonismos e participam efetivamente da vida política da nação; afinal, ao ser apropriado por agentes de diferentes vertentes ideológicas, ele constituiu um importante espaço simbólico, no qual se digladiavam os políticos. Nesse sentido, o campo futebolístico representou um canal de comunicação privilegiado: tanto para o Estado, que visava difundir sua ideologia, quanto para os diversos grupos e agentes descontentes com o regime militar, que desejavam expressar sua insatisfação com os valores hegemônicos e protestar contra o regime autoritário. (COUTO, 2014, p.118).

E, evidentemente, a desmilitarização do futebol alcançou também os clubes. A experiência mais significativa e impactante certamente foi a Democracia Corinthiana, período da gestão de Waldemar Pires na presidência do clube paulista, entre 1981 e 1985¹¹⁷.

O Corinthians de 1981, dirigido por Oswaldo Brandão, ilustrava o padrão militarizado da década anterior. O ex-técnico da Seleção estabeleceu um conjunto de normas que incluíam a proibição de beber refrigerantes, de beber água gelada após o treino, de andar de chinelos ou de andar de sapatos sem meia. A Placar (n.568,03/04/1981, p.28). reconstitui uma reunião dos jogadores com o técnico para solicitar o fim de algumas normas, encerrada com um murro do treinador em uma mesa. Brandão “(...) deixou de ser um *pai* para se revelar um ditador e rompeu com o time” e “Perdeu os *filhos*, ganhou autômatos”, sentenciava a revista. Nesse aspecto, Brandão estava em consonância com o espírito de gestão do presidente do clube, Vicente Matheus, cuja gestão também era comparada ao “moralizador movimento de 31 de março de 1964”¹¹⁸.

A Democracia Corinthiana não nasceu, porém, como ruptura, mas como continuidade. O folclórico presidente corinthiano Vicente Matheus acumulava oito anos à frente do clube e, impedido pelos estatutos de disputar a reeleição, apresentou uma inversão da chapa da gestão

117 Para um estudo aprofundado da Democracia Corinthiana, recomenda-se a dissertação de mestrado “Democracia Corinthiana: Sentidos e significados da participação dos jogadores” de Mariana Zuaneti Martins (2012), “A Democracia Corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro” de José Paulo Florenzano (2010) e a reconstituição histórica com o depoimento do jogador Sócrates em “Democracia corinthiana. A utopia em jogo” de Sócrates e Gozzi (2002).

118 A comparação foi feita, como um elogio, pelo presidente do Conselho Deliberativo do clube, Mario Campos, em visita do governador paulista Paulo Egydio Martins, do prefeito Olavo Setúbal e do secretário de segurança pública estadual Erasmo Dias à sede do Corinthians, o Parque São Jorge (CARDOSO, 2014, pp.40-41)

que encerrava o mandato. Assim, Matheus assumiria a vice-presidência, enquanto seu vice, Waldemar Pires, concorreria à presidência.

Com a vitória eleitoral e diante de uma crise da equipe em campo – eliminada da Taça de Ouro de 1981 e com resultados pífios no campeonato paulista – Waldemar Pires não se submete ao papel decorativo e sua posição em exercer de fato o cargo de presidente leva ao rompimento com Matheus, que se demite em julho daquele ano e passa para a oposição de sua antiga gestão.

Pires que já utilizava com frequência o termo “abertura” para se referir aos desafios de sua gestão, nomeia como diretor de futebol o sociólogo Adilson Monteiro Alves, filho de um dirigente, porém sem experiência em gestão esportiva. Monteiro Alves também adota as referências à democratização como parâmetros, enquanto Pires incluía a criação de um Conselho de empresários, e, alcançando inclusive um superávit nos cofres do time graças a bons contratos de patrocínio, Monteiro Alves também buscava nomes como o premiado publicitário Washington Olivetto ou o diretor de programação da Rede Globo José Bonifácio Sobrinho para construir ações de marketing e buscar patrocínios. Dessa forma, a modernização e a profissionalização da gestão também eram compreendidas como parte do processo do que seria chamado de “Democracia Corinthiana”, porque contrapõe aos velhos métodos políticos dos cartolas e mesmo da burocracia da tecnocracia, um modelo empresarial.

Os métodos de gestão de Monteiro Alves incluíam ainda a consulta sistemática a funcionários e jogadores sobre temas de interesses comuns. O jogador Sócrates, que se tornou o símbolo em campo deste time e da Democracia Corinthiana, explica o funcionamento desse processo:

Com o tempo, nós passamos a exercer o direito de voto dentro do Corinthians. Este foi o mote que gerou a transformação de todo o processo de relacionamento. Originou até o nome: Democracia Corinthiana. Tudo por causa do direito de voto. Nós passamos a exercer uma forma de relacionamento na qual o voto era essencial.

Tudo era votado. Essa foi a ação mais concreta do processo. Dissemos: “A partir de hoje, o que for coletivo, nós vamos votar!” Fazíamos tudo respeitando as funções profissionais de cada um: jogador tem de jogar; técnico tem de treinar; preparador físico precisa preparar fisicamente; o médico tinha que fazer seu trabalho. A partir do momento em que passamos a votar tudo o que era coletivo, era iniciado um processo político, de formação política, de informação política.

Qualquer questão era levada a voto. Qualquer um podia apresentar um assunto para votação. Quando viajar? A que horas viajar? Onde concentrar? Tudo era discutido. Nós tínhamos sempre algumas opções. Levávamos em consideração a possibilidade econômica do clube. Sabíamos até quanto eles podiam chegar. Dentro das possibilidades, nós colocávamos as opções que se encaixassem. Nós nos reuníamos no vestiário ou no campo e decidíamos. A partir de então, nós começamos a exercer isso semanalmente. Falávamos

sempre sobre uma série de coisas, inclusive horário de treino. Discutir e votar eram quase um vício (SÓCRATES E GOZZI, 2002).

Já o nome Democracia Corinthiana teria sido adotado por Washington Olivetto após a expressão ter sido cunhada pelo jornalista Juca Kfourri, editor da Placar, como descreve o publicitário:

“Aconteceu da seguinte maneira. Nós fomos convidados para fazer uma palestra no Tuca, o teatro da PUC que se incendiou. Fomos eu, o Adílson e o Sócrates. O mediador da palestra era o Juca Kfourri. Ao fim do encontro, o Juca, um homem que já tinha muita prática com veículos de comunicação, tentou fazer um resumo de tudo o que havia sido falado para a plateia e disse: ‘Bom, mas isso que vocês estão fazendo, no fundo, é uma democracia corintiana’. Quando ouvi a expressão, anotei num papel. Eu percebi e transformei em nome. Assim surgiu a expressão Democracia Corinthiana” (SÓCRATES E GOZZI, 2002).

A Placar foi decisiva para publicizar a experiência corintiana, assim como a atuação do próprio Kfourri. Em suas memórias, o jornalista recorda de um episódio em que “num evento da Placar, microfone na boca para quem quisesse ouvir, ao dizer que o alinhamento da revista com a Democracia Corinthiana se dava como se daria num veículo político a favor dos Aliados contra o nazifascismo na Segunda Guerra. Aliás, quem disse que uma revista esportiva não é política?” (KFOURI, 2017). Em 1982, antes do batismo da experiência como “Democracia corintiana”, o clube paulista estampou 19 capas da revista. O Flamengo, por exemplo, campeão da Taça Ouro, a primeira divisão do campeonato brasileiro, esteve apenas três vezes em destaque na capa da Placar.

O jornalista ainda teria sido um dos responsáveis pela inscrição na camisa do time estimulando o voto nas primeiras eleições diretas para governadores em 1982. “Não poderíamos, obviamente, botar na camisa do Corinthians um apelo “Vote na oposição”. Mas conclamar todos a ir às urnas era factível. A ideia foi aceita e o Vote Dia 15 foi um tal sucesso que a Ditadura, via Conselho Nacional de Desportos, proibiu que se repetisse” relembra (KFOURI, 2017). Esta ação e a entrada em campo para as finais do campeonato paulista em 1983 com uma faixa com os dizeres “Ganhar ou perder, mas sempre com democracia” identificaria permanentemente a experiência do clube paulista muito mais com a ação política da época do que necessariamente com a modernização da gestão que realizava.

Os paralelos entre o futebol e a política eram propositalmente acentuados e celebrados nas menções à Democracia Corinthiana, como percebe-se nesta entrevista de Adilson Monteiro Alves para a Placar (n.732, 01/06/1984, p.38): “É o sistema ideal para qualquer clube, para a Seleção e para a sociedade brasileira. Não há contraindicações para a democracia”. Durante a campanha Diretas Já, um dos diretores do clube, Luís Carlos Calderone, justifica a adesão do

time às manifestações, afirmando que, no Corinthians, “resistimos a ditadores como os ex-presidentes Waldir Helu e Vicente Matheus, e sempre lutamos pela democracia no clube, defendendo o voto do sócio torcedor” (PLACAR, n.º715, 03/02/1984, p.27).

Além da militância dentro de campo, em especial Sócrates, Wladimir e Casagrande participam frequentemente de outras atividades políticas. Além de filiarem-se ao Partido dos Trabalhadores e participarem de eventos de arrecadação de recursos para a campanha do partido em 1982. Casagrande, por exemplo, visitou um acampamento de desempregados no Parque Ibirapuera¹¹⁹.

A experiência atraiu a atenção de outros clubes. Walter Casagrande, um dos líderes da equipe, quando emprestado ao São Paulo FC conta que o técnico Cicinho reuniu os jogadores no gramado para que o atacante compartilhasse o funcionamento da Democracia Corintiana; O lateral esquerdo Junior diz que no Flamengo ensaiava-se uma experiência semelhante, em especial sobre o período de concentração dos jogadores antes da partidas, ainda que menos “liberal” que o clube paulista; e, Wladimir, outro líder corintiano foi contratado, anos mais tarde, para repetir a experiência na Ponte Preta de Campinas (SÓCRATES E GOZZI, 2002). No Internacional de Porto Alegre, o diálogo do técnico Dino Sani com os jogadores foi batizado de “abertura colorada” pela Placar (n.720,09/03/1984, pp.40-41), ainda que a própria revista reconhecesse que se tratava de uma experiência incipiente, “como uma democracia relativa, de encaminhamento, lento, gradual e restrito”. A comparação com a iniciativa corintiana pela imprensa gaúcha não agradou a todos os jogadores, como revela a declaração do centroavante Milton Cruz à revista: “A democracia corintiana é furada, cada um faz o que quer. Aqui não tem nada disso, não”. No Vasco, o supervisor de futebol e psicólogo Paulo Angioni escreveu um artigo para Placar definindo a política interna do clube como “uma democracia”, onde todas as correntes políticas eram ouvidas, e criticando os torcedores que consideravam os “craques como robôs” (PLACAR, n.725,13/04/1984, p.33).

A atuação política dos jogadores corintianos influenciou ainda a ação do Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado de São Paulo (SAPESP). Porém, Martin (20120) assinala que

119 Após anos de poucas intervenções políticas públicas, Walter Casagrande Jr aproveitou sua posição como comentarista de futebol na Rede Globo para expressar novamente posições contundentes sobre a vida política do país no governo Jair Bolsonaro. Em março de 2021, registrou o seguinte depoimento nas redes sociais: ““(…) A camisa amarela [da Seleção Brasileira] sempre esteve do lado da democracia, da justiça e da liberdade. Mas há uns 4 anos atrás ela foi meio que sequestrada por grupos antidemocráticos, racistas, homofóbicos e preconceituosos. Ela nunca esteve nesta posição. Por exemplo, em 1984, movimento das Diretas Já, predominava as camisas amarelas (...) eu faço parte de um grupo de pessoas que quer resgatar esta camisa, salvar a camisa amarela, trazer para o lado que ela sempre esteve, da democracia e da justiça”. CASAGRANDE, Walter. Walter Casagrande comenta sobre o resgate da camisa amarela para a causa da democracia e da justiça, 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/jornalistaslivres/videos/143981904200979>. Acessado em: 21 de março de 2021.

os jogadores constituíam “o elo mais fraco da corrente” da Democracia Corinthiana, mencionando episódios determinantes em que poucos foram consultados, como a contratação do goleiro Leão, ou em que as decisões da diretoria foram unilaterais. Ainda que o jogador tenha sido reconhecido como cidadão e questões relevantes passassem a ter um espaço de negociação, Martins destaca que, por outro lado, reivindicações prioritárias para os atletas, como a Lei do Passe, não eram discutidas, e que a experiência não avançou para mecanismo de co-gestão, ainda que alguns atletas tenham concorrido ao Conselho Deliberativo do clube. Para a autora, o movimento que se processou no Corinthians foi o de constituí-lo como uma empresa, “mais que uma democracia, o clube se forjava como uma empresa, a partir dos métodos racionais e quantitativos de gestão característicos” (2012, pp.186-187).

Um conjunto de fatores levaram ao fim da experiência da Democracia Corinthiana. Desde fissuras dentro do grupo de atletas, a saída de líderes importantes como Sócrates e Casagrande e, por fim, a derrota de Adilson Monteiro Alves na eleição seguinte para a presidência do Clube. Entretanto, é indiscutível que a Democracia Corinthiana contribuiu para a desmilitarização tanto da gestão – com o modelo empresarial em oposição a tecnocracia ou aos grupos políticos que dominavam os clubes – quanto do papel do jogador, visto agora como cidadão e responsável.

E, se Afonsinho representou a contestação à Doutrina de Segurança Nacional nos anos mais rígidos da Ditadura e Reinaldo tornou-se símbolo da Anistia, o jogador-símbolo da *Abertura Política* foi indiscutivelmente Sócrates. Contratado junto ao Botafogo de Ribeirão Preto no final dos anos 1970, Sócrates se tornou ídolo do clube e, durante a Democracia Corinthiana, porta-voz do movimento.

A construção da imagem de Sócrates como “sujeito político” é simultânea, mas anterior à construção da Democracia Corinthiana. Imagem alçada exponencialmente pela Revista Placar. Na edição n.º 647 (15/10/1982), a revista aproveita os debates em torno das primeiras eleições diretas para governadores dos Estados para perguntar qual seria o plano de governo de jogadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O plano de governo de Sócrates ocupa três páginas da reportagem, abrangendo desde a educação, geração de emprego, agricultura e saúde. A revista também convidou Zico, que rejeitou o pedido. Ainda assim, a Placar registra que o jogador era eleitor do PMDB (p.3). As opiniões do volante Cléo, do Internacional, e do goleiro Paulo Sérgio, do Botafogo-RJ,

recebem menor espaço na reportagem, enquanto a proposta de Reinaldo de “implantar o socialismo” em Belo Horizonte é considerada “pouco democrática” pela revista (pp.19-22).

Na definição do próprio Sócrates, seu objetivo se tornou transformar a sociedade:

“Durante meu tempo como jogador, fui capaz de transformar a sociedade. Fui um participante ativo no processo de democratização do meu país porque era famoso e popular. E então usei meu poder político para mudar a sociedade. Tudo que você precisa é uma consciência social, um entendimento político e um desejo de lutar. O único problema é que a maioria dos jogadores não tem esse nível de educação e, portanto, não vivem suas vidas dessa forma, apesar de todo o poder que têm” (SOCRATES in: TRYHORN, 2012, p.50).¹²⁰

A campanha pelas eleições diretas para Presidência da República, as Diretas Já, foram o ápice da atuação política de Sócrates, acompanhando por parte de seus companheiros de Democracia Corintiana. A Proposta de Emenda Constitucional n.º05, apresentada pelo Deputado Dante de Oliveira (PMDB), que restabelecia a eleição direta para presidente no pleito de 1985, era apresentada em um momento em que a crise econômica, com o aumento da inflação e a dívida externa, e a insatisfação social, fortalecida pelo novo sindicalismo e pela musculatura dos partidos de oposição, exauriram as últimas forças da Ditadura. A coalizão empresarial-militar que estabeleceu a Ditadura de Segurança Nacional já não existia mais. Ao contrário, encontrava-se fragilizada inclusive pelas fissuras internas. Nesse contexto, enfatiza Netto (2016), a demanda por eleições diretas galvanizou a massa da população (fundamentalmente da população urbana, majoritária), de forma que o movimento democrático ganhou uma dinâmica imparável.

Entre março de 1983 e abril de 1984, cerca de 40 manifestações em todo país, reuniram milhares de pessoas. A receptividade pela participação dos jogadores nos atos de São Paulo indica tanto o caráter popular das manifestações – capaz de abranger um largo espectro social — como a superação, ainda que temporária, da negação da cidadania ao jogador.

Na Placar, os temas políticos já eram transversais à cobertura do futebol, desde a crítica aos dirigentes de clubes vinculados à ARENA (e depois PDS), expresso no desastre da fórmula do campeonato nacional, mas também nas analogias à Anistia e buscando a opinião dos jogadores sobre questões como as eleições para governadores. Portanto, é com certa naturalidade que a cobertura das Diretas Já é incorporada pela revista. Na capa da edição

¹²⁰Tradução do autor. No original: “Transform society. During my time as a player I was able to transform society. I was an active participant in the democratisation process of my country because I was famous and popular. And so I used my political power to change society. All you need is a social conscience, a political understanding and a desire to fight. The only problem is that most players don’t have that level of education and so they don’t live their lives in that way despite all the power that they have”.

n.724 (06/04/1984), anunciando as disputas pela terceira fase da Copa Brasil, entre as camisas dos clubes na disputa, há uma camisa amarela, idêntica às usadas na campanha Diretas Já, com os dizeres “emoções Já”.

Na edição n.º 718 (24/02/1984), Placar registra o envolvimento dos jogadores corintianos na campanha:

E foi também com o seu retorno que a democracia corintiana reapareceu em toda a sua plenitude. À exceção de Carlos e Zenon – dois jogadores conhecidos por terem temperamentos tímidos, os demais entraram em campo com algum motivo que lembrasse a campanha pelas eleições diretas. Tornozeleiras, fitinhas de pulso, solas ou laterais das chuteiras, o Corinthians vestiu-se de amarelo, incorporando-se à campanha “Amarelo pelas Diretas”, lançada em São Paulo na semana que passou (PLACAR, n. 718, 24/02/1984, p.3).

Mas o posicionamento dos jogadores não se limita ao time paulista. Jogando pelo Internacional de Porto Alegre, Mário Sérgio também se manifesta sobre o tema na Placar: “Com toda a minha idade [33 anos], afinal, nunca votei para presidente. Quero eleições diretas e democracia plena” (PLACAR, n.720,09/03/1984, p.41)¹²¹. Assim como Mário Sérgio, a ampla maioria dos jogadores era favorável às eleições diretas. Segundo pesquisa de Placar (n.º715, 03/02/1984, p.27), com 167 jogadores, 91% manifestaram o apoio às Diretas Já. Onze entrevistados se declararam indiferentes; notoriamente conservador, o goleiro Leão preferiu não tornar pública sua opinião; e apenas quatro jogadores argumentaram que “o povo ainda não sabe votar”: Washington, do Fluminense, Celso Roberto e Eduardo, do Cruzeiro, e Jorge Valença, do Atlético Mineiro e candidato derrotado à uma vaga na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte. Os jogadores Reinaldo e Paulinho, do mesmo clube, são fotografados para a revista com camisetas da campanha.

Outro protagonista da reportagem era o locutor Osmar Santos, ícone das narrações esportivas, como mestre de cerimônias e animador dos comícios. O narrador desabafa que “ainda há quem ache que os homens do futebol são alienados (...) Ora, nós temos como obrigação participar do mundo” (PLACAR, n.º715, 03/02/1984, p.27).

Demonstrando que a campanha transbordou também para as arquibancadas, a Placar lembra a participação da torcida corintiana Gaviões da Fiel no episódio da campanha pela Anistia para encontrá-la com faixas com dizeres “Presidente quem escolhe é a gente” e “Quero votar para presidente” em jogos do Campeonato Paulista de Basquete, na véspera do grande comício de São Paulo.

¹²¹Não se identificou na pesquisa a participação de jogadores do Rio de Janeiro nos comícios e manifestações. Em Minas Gerais, Reinaldo teve participação ativa, coerente com sua trajetória fora de campo.

Entre os torcedores do Flamengo, surge a Fla Diretas. Criada por iniciativa de jovens universitários ligados ao Partido Comunista Brasileiro e a esquerda judaica carioca, egressos do colégio aplicação da UFRJ. Entre os fundadores estavam Bussunda e Claudio Manoel, que integrariam o grupo humorístico Casseta & Planeta; Sergio Besserman, que ocuparia a Secretaria de Meio Ambiente do Rio nos anos 2000; Luiz Augusto Veloso, na época ex-colaborador do jornal Movimento e, anos mais tarde, presidente e diretor de futebol do Flamengo; e Henrique Brandão, seria vice-presidente do clube nos anos 2000 também. A ideia teria surgido a partir de uma brincadeira com o nome do zagueiro Figueiredo. O jogador, homônimo do último general ditador, foi declarado padrinho da agremiação. A torcida foi criada com o aval da diretoria, graças à intervenção do ex-presidente Marcio Braga, então deputado federal pelo PMDB e integrante da Comissão das Diretas no Congresso, e receberia ainda o apoio do célebre cartunista Henfil, que desenhou um mascote para a torcida - um urubu, símbolo do Flamengo, com um voto no bico - e tinha a atriz Christiane Torloni como madrinha.¹²² Com a adesão dos trabalhadores do restaurante universitário da PUC, a Fla Diretas alcançou em torno de 300 integrantes.¹²³

Na Placar, os dois grandes personagens simbólicos da campanha são Pelé - justamente ele que representou o ideal do jogador de futebol militarizado - e Sócrates.

Na edição n.º722 (23/03/1984, p.43.), uma nota registra que Pelé recebeu uma réplica da Taça Jules Rimet em uma cerimônia no Banco de Crédito Nacional. Ao posar para as fotos, repetindo o gesto dos capitães que ergueram a taça, Pelé repetia “Pelás diretas”. O ex-jogador volta à capa da edição n.º726, vestido com a camisa da Seleção Brasileira com os dizeres “Diretas Já”, com um título que parece justificar a mudança da tradicional opinião mais conservadora do jogador: “Pelé de cabeça nova”. Na entrevista da edição, o ex-jogador responde de forma confusa e evasiva, mas o que importa para a revista é extrair a declaração de apoio de Pelé a campanha:

[Pelé:] Diretas agora está meio confuso. Mas não tem jeito. A pressão é muito grande e eu acho que todo mundo deve ter oportunidade. Penso também que o governo atual já teve a oportunidade dele.

122 Para uma história detalhada da Fla Diretas, ver a reportagem de Caio Sartori para o Puntero Izquierdo, “Democracia rubro-negra: quando a torcida do Flamengo gritou Diretas Já”, acessível em <https://medium.com/puntero-izquierdo/democracia-rubro-negra-quando-a-torcida-do-flamengo-gritou-diretas-j%C3%A1-9c4c94cf64cd> (acessado em 28 de janeiro de 2021).

123 Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, a Fla Diretas envolveu-se na campanha de Tancredo Neves para a presidência. No Fluminense, o preparador físico Nazareno Barbosa Tavares era apadrinhado no clube pelo General Figueiredo, torcedor do time das Laranjeiras, e articulou o apoio de jogadores e dirigentes para a candidatura de Paulo Maluf (PDS). Em resposta, a torcida do Flamengo foi à campo com a faixa “O Fla não malufa”. O episódio é recontado também na reportagem de Caio Sartori e na Placar (nº 749, 28/09/1984, pp.4-7), “A Tancredada do Fla”.

Nós estamos numa luta difícil, que é a luta pelas diretas. O Brasil já ganhou a Copa do Mundo, definitivamente, e esta ninguém tira. Agora, tem uma outra Copa que a gente tem de ganhar e foi por isso que ergui a minha réplica da Jules Rimet, pelas eleições diretas” (PLACAR, 20/04/1984, p.62)

Quanto a Sócrates, era personagem frequente na revista, sempre retratado como um jogador sofisticado e inteligente dentro e fora do campo. A Placar já acompanhava há algumas edições a possibilidade de que o jogador deixasse o Corinthians e o Brasil, possivelmente com destino à Itália, como outros jogadores da Seleção de 1982¹²⁴. As duas linhas narrativas – a permanência de Sócrates e as Diretas Já – encontraram-se no comício de 16 de abril, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, o último e maior da campanha com mais de 2 milhões de pessoas. Assim como Sócrates, os jogadores corinthianos Juninho, Ataliba, Casagrande, Wladimir e Alfinete participaram da manifestação. Já no palco, provocado por Osmar Santos, Sócrates faz uma promessa ao público: “Se o Brasil mudar, eu fico”. A decisão de permanecer no país, caso a emenda Dante de Oliveira fosse aprovada, resulta em uma capa histórica da Placar (n.727, 27/04/1984), com o jogador fantasiado de Dom Pedro I, aludindo ao “Dia do Fico”.

Porém, no dia 25 de abril de 1984, a Ditadura usou de suas últimas forças para o último gesto de controle ou de segurança para a Abertura. Além dos deputados contrários à emenda, o governo movimentou-se para que uma centena de deputados estivesse ausente na votação, não sendo possível atingir os dois terços necessários para a aprovação da emenda por 22 votos. Juca Kfoury escreve o editorial da Placar, “Aprender a perder para saber vencer”, como se escrevesse sobre o Estádio Sarriá, há dois anos. Perdeu quem jogou mais bonito:

Como na vida. E, também aí semana que passou foi exemplar. Quase todo país queria – e continua a querer e deve conquistar – que o sagrado direito de eleger presidente lhe fosse restituído. Perdeu-se uma batalha e é preciso acatar um resultado que, afinal, foi produto da manifestação de parlamentares eleitos legitimamente pelo povo. A regra é essa (PLACAR, n.728, 04/05/1984, p.3).

De fato, a oposição aprendeu a perder para vencer adiante. Ainda que tenha impedido a realização de eleições diretas no ano seguinte, a Ditadura sequer tinha forças para impedir a desagregação de seu próprio bloco — assistindo à fissura do PDS e o surgimento de uma dissidência, a Frente Liberal — tampouco o crescimento da oposição, derrotada, mas fortalecida na batalha das Diretas Já. A partir de então, diante do vazio de iniciativa e força da Ditadura, assinala Silva (2007), são os partidos políticos tomam a direção do processo de

¹²⁴ Falcão já jogava no Roma desde 1980, equipe que também receberia Toninho Cerezo em 1983, enquanto Zico e Edinho defenderam a Udinese.

Abertura, através de um colegiado de “cardeais”, ao mesmo tempo em que a marca popular é garantida por um poderoso movimento em prol de uma Assembleia Nacional Constituinte. Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral elege Tancredo Neves como presidente do Brasil, com 480 votos contra 180 de Paulo Maluf. O último general da Ditadura da Segurança Nacional recusou-se a transmitir a faixa presidencial, que afinal nunca lhe pertencera e deixou, às escondidas, o Palácio do Planalto.

CONCLUSÃO

Em 1982, diante da “tragédia do Sarriá”, o poeta Carlos Drummond de Andrade escreveu palavras que tanto se adequavam àquele momento, quanto poderiam ser lidas dois anos depois na madrugada de abril de 1984, quando a emenda de Diretas Já foi rejeitada pelo Congresso:

E chego à conclusão de que a derrota, para a qual nunca estamos preparados, de tanto não a desejarmos nem a admitirmos previamente, é afinal instrumento de renovação da vida. Tanto quanto a vitória, estabelece o jogo dialético que constitui o próprio modo de estar no mundo. Se uma sucessão de derrotas é arrasadora, também a sucessão constante de vitórias traz consigo o germe de apodrecimento das vontades, a languidez dos estados pós-voluptuosos, que inutiliza o indivíduo e a comunidade atuantes. Perder implica remoção de detritos: começar de novo (ANDRADE, 2014, p.95)

As derrotas - ainda que fossem justamente derrotas - em 1982 e 1984 não foram suficientes para negar ou impedir o que se tornava visível: a Ditadura de Segurança Nacional desfazia-se após duas décadas de controle totalitário, onde a “sucessão de constantes vitórias” - o *milagre econômico*, o aniquilamento físico da oposição e a subordinação passiva da oposição consentida - eram efêmeros e deram lugar ao “germe de apodrecimento das vontades”, mesmo detendo o poder de coerção das Forças Armadas, mesmo com a ação armada dos bolsões radicais que recusavam a democracia, mesmo alterando a legislação eleitoral sempre que ameaçados pela velocidade das transformações, apesar da *coerção*, a Ditadura não era mais capaz de produzir *consensos*.

Esta incapacidade em direcionar o país de acordo com os princípios e diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, expressa-se também pela fissura entre a *sociedade política*, o Estado, e a *sociedade civil*, os aparelhos privados de hegemonia. Assim, em sua origem, para deposição de João Goulart e a instalação da Ditadura, formou-se uma coalizão financeiro-militar que mobilizou e teve o apoio dos veículos de comunicação quase em sua unanimidade, da Igreja Católica, institutos de pesquisa e de incidência na opinião pública, além de, obviamente, o setor empresarial e político. Duas décadas depois, porém, diante da incapacidade da Ditadura em sobreviver à crise econômica internacional — ao contrário, a política de endividamento externo e de dependência de petróleo da tecnocracia militar acentuavam os efeitos internos da crise — provocaram fissuras e dissidências no condomínio financeiro-militar.

O que era uma tentativa de autorreforma para preservação e legitimação do regime tornou-se a abertura necessária para que os sujeitos ausentes e descompromissados da

coalizão financeiro-militar — novos sujeitos sociais cujas demandas não se expressavam no ambiente controlado e viciado do Congresso, mas em novos movimentos sociais, como os Comitês pela Anistia ou organizações de bairro, e um revigorado movimento sindical.

Como espaço privilegiado para as manifestações da identidade nacional, o futebol tanto foi objeto de controle e implantação das diretrizes da DSN no esporte, quanto antecipou-se à desmilitarização da sociedade brasileira.

A **militarização** — do futebol, da Seleção Brasileira e da Confederação Brasileira de Desportos — é parte do processo de implementação da Doutrina de Segurança Nacional nos esportes, operada tanto pela *sociedade política* quanto pela *sociedade civil*, cujo grau de intensidade é determinado pela eficácia ou não do setor privado e civil da Ditadura de Segurança Nacional em executar a parte que lhe cabia nesta implementação. Como *aparelho privado de hegemonia*, a Confederação Brasileira de Desportos compartilha do mesmo projeto de sociedade da elite tecnocrática, financeira e militar que dirige o Estado na Ditadura. Para ambos, os subalternos (o povo ou o jogador de futebol) deve ser educado e disciplinado por uma elite culta em direção à ordem. O que se espera de um soldado, de um operário ou de um jogador de futebol é a obediência e a subordinação ao seu papel no sistema.

Nesse sentido, a maneira de João Havelange administrar os recursos financeiros da entidade desfrutou da tolerância da Ditadura empresarial-militar por pelo menos dez anos, de 1964 a 1974 e, da mesma forma, a Seleção Brasileira não foi, até 1968, objeto de preocupação dos ditadores. É a combinação entre a ausência de popularidade, decorrente da acentuação do caráter antidemocrático da DSN, em especial com o estabelecimento do AI-5, e as contradições entre o projeto pessoal de João Havelange, e a gestão suspeita dos recursos financeiros, que transfere gradualmente da sociedade civil para o Estado a tarefa de aplicação da DSN no futebol.

Iniciando-se pelo *Projeto México*, com vistas à conquista do tricampeonato Mundial em 1970, amplia-se em direção ao controle militar total. Portanto, a conquista da Copa do México não é o ápice, mas o primeiro movimento. E o único bem-sucedido. Daí o estabelecimento deste episódio como marco da militarização, além do seu uso propagandístico pela Ditadura.

Ainda que outras Ditaduras de Segurança Nacional da América do Sul também utilizassem o esporte como mecanismo de legitimação ou objeto de controle, a ânsia totalitária do núcleo financeiro-militar do regime brasileiro exerceu uma tentativa de ordenação e controle talvez só comparável ao nazifascismo europeu. Argentina e Uruguai

utilizaram eventos esportivos como meios de legitimação e, juntamente com o Chile, também exerceram pressões sobre seus selecionados nacionais.

No caso brasileiro, a militarização implicava a negação do status de cidadão ao atleta e a exigência de um **comportamento disciplinar correspondente a de um soldado**; o controle da gestão organizativa e financeira do esporte; a presença ostensiva na Comissão Técnica; a implantação de uma ideologia tecnocrática tanto na gestão das organizações, quanto na condução da Comissão Técnica e do jogo; a institucionalização da DSN, através de mudanças no arcabouço legal; a **apropriação e instrumentalização propagandística dos símbolos e valores da Seleção Brasileira e do futebol brasileiro pela Ditadura**.

Este processo é implementado de forma gradual, proporcional à incapacidade da Ditadura em manter sua legitimidade ou de responder à crise econômica.

Em 1966, não houve nenhuma presença militar na preparação e organização da Seleção Brasileira para a Copa do Mundo. Em 1970, alavancada pelo milagre econômico, a Ditadura contribuiu financeiramente para a participação brasileira na Copa; forneceu recursos humanos, em especial para a preparação física, e foi representada pelo major-Brigadeiro Jerônimo Bastos na coordenação da Delegação. A gestão dos recursos humanos e financeiros ainda são operados pela sociedade civil, no caso, a CBD, ainda que o CND esteja sob controle militar. Em 1974, amplia-se a participação na Comissão Técnica, significativamente, além da adoção de normas e controles mais rígidos. Porém, a derrota em 1974 e a responsabilização de João Havelange impele os militares ao controle total e o afastamento da sociedade civil.

Em 1978, a militarização encontra seu auge. Os militares controlam todas as cadeias de comando: o CND, a CBD com o almirante Nunes e a própria comissão. Embora Zagalo e Admildo Chirol tenham tido papéis destacados na militarização, assim como Carlos Alberto Parreira, as faces públicas da militarização são o almirante Heleno e o capitão Claudio Coutinho. A ARENA, até então desprezada pela cúpula militar, passa a cumprir um papel, ainda que secundário, de legitimador da Ditadura. Nesse contexto, o almirante marcará sua sua administração pela subordinação da gestão esportiva aos interesses eleitorais de seu partido e de seus pares militares, em especial através do campeonato brasileiro. Já Coutinho, combina as ideias tecnocráticas no estilo de jogo com o autoritarismo fora de campo. A ostentação e dispêndio serão as marcas da passagem do almirante pela Copa da Argentina, enquanto a mediocridade caracteriza a de Coutinho.

Em 1982, porém, a autorreforma do regime chega ao futebol, com a substituição do paternalismo-clientelista de Nunes por uma gestão liberal conservadora, que afasta o Estado da condução do futebol e o direciona para parâmetros do mercado, sob a direção de Giulite

Coutinho, onde é possível fazer uma analogia entre a sua gestão como uma antecipação da “Nova República”, a última fase dos governos militares, ainda que exercido por um civil, como uma transição de uma direção conservadora e sob tutela militar para um governo liberal.

O futebol ainda é determinante em um tema caro à Ditadura de Segurança Nacional, a identidade nacional.

Ainda que gestada no mundo bipolar da Guerra Fria, o inimigo para a DSN estava dentro das fronteiras nacionais e não fora delas. O inimigo interno era definido por “fronteiras ideológicas” que abarcavam qualquer um que se opusesse a um projeto totalitário de reordenação econômica, política e social do país de acordo com os parâmetros conservadores de uma elite financeira e militar.

A militarização do futebol brasileiro atende tanto ao impulso autoritário que caracteriza a Doutrina de Segurança Nacional, em controlar todas as dimensões da vida, como também busca estender ao futebol a premissa básica da DSN em que o Estado determina os parâmetros e os símbolos da identidade nacional. Neste movimento, a coalizão financeira militar que implementa a DSN no Brasil, assim como seus pares da Junta o fariam na Argentina, pretendem determinar quem é e o que é ser “brasileiro”, equivalendo Nação e Estado, este último encarnado por seus ocupantes. Assim, os adversários da Ditadura são, literalmente, banidos e aliados de sua identidade nacional.

Porém, um único agente não é capaz de determinar monoliticamente uma identidade. Especialmente, com a complexidade com que se articula e se constitui uma identidade nacional. Ao contrário, como condição *sine qua non*, esta identidade só é sedimentada se for necessariamente validada por grande parte da população em qualquer hipótese. Em suma, não há identidade nacional sem repercussão popular e base material. Não bastava a força para garantir a estabilidade do regime e nem o volume ou excesso de propaganda para conquistar a adesão popular. Era necessário que este apoio se sustentasse sobre bases legítimas. Desta forma, a conquista do tricampeonato mundial estava em conjunção com outros dois fatores intrínsecos, o *milagre econômico* e o apoio da classe média à Ditadura.

Mas, ainda, não há identidade que seja construída de forma vertical ou sem bases reais e, portanto, não há agentes passivos na construção de identidades. Assim, o torcedor se torna o principal agente, apesar dos esforços do Estado, para validar a identidade nacional a partir do futebol, por seu papel de manutenção ou omissão de determinadas narrativas e interpretações e da socialização dos mais jovens. Estes torcedores estabelecem, juntamente com a mídia esportiva, a partir de 1970, uma narrativa que inicialmente se opõe e, depois, finalmente, exclui a Ditadura de Segurança Nacional do espectro da identidade nacional.

Esta narrativa é composta dos seguintes elementos. Primeiro, a incorporação do “*verde amarelismo*”, nos termos definidos por Marilena Chauí, como chave de interpretação também para o futebol. Ou seja, por razões divinas e sobrenaturais, por um destino irrevogável ou por condições natas e intrínsecas ao brasileiro, o Brasil é “O país do futebol”. Condição confirmada pela conquista de três Copas do Mundo, cuja sequência só foi interrompida em 1966 por ações obscuras. Essa manifestação divina é justificada e comprovada pelo estilo de jogo brasileiro, caracterizado pelo futebol ofensivo, de habilidade individual e de gestos e movimentos artísticos. O brasileiro “joga bonito”. Esta valorização do jogo brasileiro resulta num diagnóstico verticalmente oposto à narrativa das elites brasileiras até 1954, a que a miscigenação produziu uma população imatura, indisciplinada e emocionalmente frágil.

A narrativa a partir de 1970 não apenas retira das elites intelectuais e econômicas o poder de definição da identidade nacional, como inverte seu valor. O que antes era um “defeito”, torna-se agora virtude. Somente jogando **como brasileiros** é que a seleção pode vencer. Em suma, o *Povo* é o responsável, não pelo fracasso, mas pelo sucesso. E, se esta qualidade nata não foi (justa e) internacionalmente reconhecida com o título da Copa do Mundo em 1974 e 1978, **a responsabilidade não é do povo**. Se a Seleção não joga de acordo com este parâmetro, ela não representa a Nação, ela não corresponde à imagem autoconstruída. O espelho entre a Seleção e seu país é quebrado.

Neste caso, a imagem almejada pela Ditadura do atleta como jogador-soldado é rejeitada pela população que despreza o esquema tático da obediência e do mecanicismo. Se foi a miscigenação ou a “malandragem” que produziram o estilo mágico de jogar do brasileiro, o seu fracasso só pode ser computado a quem não soube utilizar este dom: o técnico. Ou ainda, a má gestão dos recursos pela CBD. Ao não reconhecer a seleção – e essa intrinsecamente associada ao regime – a população tende a não reconhecer também o governo como parte da mesma comunidade de sentimentos.

Como desdobramento desta análise, pode-se destacar a atuação de jogadores que se posicionavam politicamente fora dos campos, mas que dentro deles eram também identificados com o futebol-arte, Afonsinho, Reinaldo e Sócrates. O comportamento “cidadão” do jogador, ao invés da expectativa por seu comportamento como “soldado” é, portanto, também ação de resistência à Ditadura, dentro das margens estreitas permitidas ao jogador de futebol (e ao cidadão em geral).

Ainda, o que enfraquece a capacidade do Estado sob a Ditadura de Segurança Nacional em estabelecer os parâmetros de identidade é sua incapacidade em apresentar

resultados reais, bases materiais para o ufanismo. Fora de campo, o efêmero *Milagre* esgotou-se e, em seu lugar, estabeleceu-se uma crise econômica que ganhava contornos maiores, proporcional ao tempo em que os ditadores permaneciam no governo. Dentro de campo, a tecnocracia desfigurou o futebol brasileiro e alijou a Seleção de seu “destino natural”, a conquista do campeonato. Já a gestão do almirante Heleno Nunes será notoriamente vinculada à ostentação, descontrole nos gastos e do uso político da CBD e do campeonato brasileiro para os interesses eleitorais da ARENA.

Assim, a Seleção Brasileira para a Copa do Mundo de 1982 antecipa o movimento das Diretas Já, inclusive em recuperar as cores nacionais, ao desmilitarizar a Seleção, dentro e fora de campo, afirmando o estilo de jogo brasileiro e uma gestão mais democrática. E, uma vez que se ela não é identificada como “governista”, a torna binária e automaticamente como parte da imensa oposição.

Quanto à imprensa, por seu duplo caráter, empresa e serviço de informação, é também campo propício para aferir estas contradições e disputas. Se os proprietários dos veículos como o Jornal do Brasil e a Folha de São Paulo apoiaram incondicionalmente ao golpe de 1964 e a Ditadura, mesmo com diferenças pontuais que se acentuam no decorrer dos anos, ainda assim, a crítica ao regime emerge eventualmente através do noticiário esportivo, menos vigiado ou considerado menos influente do que o jornalismo político, por exemplo. Talvez por isso, entre os veículos aqui abordados, nenhum fora tão duro e contundente contra a Ditadura quanto a Placar. O semanário esportivo assumiu publicamente sua posição favorável à Anistia, contra o partido oficial da Ditadura e pelas Diretas Já. Foi responsável por retirar a condição de não-cidadania dos jogadores – não apenas de Sócrates, símbolo deste período em campo e na revista – mas dos jogadores em geral que eram constantemente chamados pela revista a posicionarem-se sobre as eleições ou as mudanças democráticas.

Retornamos à crônica de Drummond: “Perder implica remoção de detritos: começar de novo”. No recomeço da sociedade brasileira, muitos detritos da Doutrina de Segurança Nacional permanecem. A tensão e a correlação de forças entre o projeto de autorreforma da Ditadura e a *Abertura política* integral, tiveram como síntese, a ampliação de determinados direitos mas a permanência de resquícios do autoritarismo, fruto de uma transição incompleta e, por fim, negociada pelo alto entre as cúpulas partidárias, apesar da força das ruas. Assim como a impunidade dos criminosos de Estado, da permanência das Polícias Militares e Milícias, irmãs gêmeas nascidas nos mesmos porões, entre outros vestígios, permanecem na sociedade brasileira, também o futebol guarda suas reminiscências da DSN.

Destas, as menores são o culto à tecnocracia — na década de 1990 e 2000, Zagalo ainda participou de outras duas Copas do Mundo e Carlos Alberto Parreira esteve da Comissão Técnica em outras três — e o mais grave, a permanência da negação do status de cidadão, de sujeito político, ao jogador de futebol. Assim como, a expectativa de que ostente um comportamento militar, ainda que muitas vezes de um “exército neopentecostal”.

Quanto à identidade nacional expressa nas camisas, bandeiras e cores da Seleção Brasileira, se ela recebeu conotações políticas distintas, posteriormente, aos impulsos democráticos de 1982 e 1984, é justamente porque esta identidade não é monolítica, atemporal ou inerte. Ao contrário, encontra-se em permanente movimento. E, portanto, em permanente disputa por sua definição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger. Washington, 11 de Abril de 1974. **Foreign Relations of the United States, 1969–1976**, Volume E–11, Part 2, Documents on South America, 1973–1976.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Juízo Sintético sobre José Maria Marin**. 31 de julho de 1978. Fundo: Serviço Nacional de Informações - Cod. Referência: BR DFANBSB V8ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação Regional no Distrito Federal. Base de dados (DSpace). s/d. (ativa em abr. 2011).

_____. **Boletim Informativo n.145**. 22 de Junho de 1970. Fundo: Serviço Nacional de Informações - Cod. Referência: BR DFANBSB V8ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação Regional no Distrito Federal. Base de dados (DSpace). s/d. (ativa em abr. 2011).

Discursos

GEISEL, Ernesto. **Pronunciamento feito na primeira reunião ministerial**. 19 de março de 1974.

GOULART, João. **No Palácio das Laranjeiras, ao saudar a Seleção Brasileira que alcançou o bicampeonato mundial de futebol**. Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1962.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Saudação aos integrantes do team brasileiro que alcançou o campeonato mundial de football**. 29 de junho de 1958.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Mensagem do Presidente Médici ao povo brasileiro, quando da vitória da Seleção no Campeonato Mundial de Futebol**. Brasília, 21 de junho de 1970.

Periódicos

Folha de São Paulo

Jornal do Brasil

Movimento (1978)

O Pasquim (1974)

Opinião (1974)

Placar

Veja

Documentário

MEMÓRIAS do chumbo – o futebol nos tempos do condor / Brasil. Produção de Lúcio de Castro. Brasil: Espn Brasil, 2012, 51 minutos.

PASSE LIVRE. Direção de Osvaldo Caldeira. Brasil: 1974, 73 minutos.

PELÉ. Direção de Ben Nicholas e David Tryhorn. EUA: Netflix, 2021, 108 minutos.

Legislação

Lei n.º 6.251 de 8 de Outubro de 1975.

Bibliografia

ALABARCES, Pablo. **Fútbol y patria: el fútbol y las narrativas de la nación en la Argentina**. Buenos Aires, Prometeo Libros Editorial, 2002.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. **Ditadura, Transição e Hegemonia neoliberal no Brasil: antigas questões, novos desafios**. In: Ditaduras Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: FCM Editora, 2016. pp.43-63.

ALMEIDA, Guilherme Kichel de. **“Jogando pela esquerda”: o futebol brasileiro nas páginas dos jornais opinião e movimento (1975-1978)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de & WEIS, Luís. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: Schwarcz, Lilia Moritz (org.), **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol. 4. São Paulo: Cia. das Letras. 1998, p.319-409.

ALVAREZ, Andrés Morales. Batllismo y futbol. **EF y deportes**. Revista Digital - Buenos Aires - Año 9 - Nº 62 – Julho de 2003: <http://www.efdeportes.com/>. Acessado em: 4 de outubro de 2009.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Quando é dia de futebol**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

AMÉRICO, Jonas Eduardo. Jonas Eduardo Américo (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC, 2012. 75 pg.

ANTUNES, Fatima Martins Rodrigues Ferreira. **“Com o brasileiro não há quem possa!”: futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, Anelise Rodrigues Machado de e FÁVERO, Tâmyta Rosa. Contrapesos do presente, entretempos da redemocratização: desafios de uma História do Tempo Presente

através da imprensa escrita. In: **Revista Eletrônica Cadernos de História**, ano 7, n.º 1, UFOP, junho de 2012.

BASTOS, Manoel Dourado, STÉDILE, Miguel Enrique; VILLAS BOAS, Rafael Litvin. Indústria Cultural e educação. In: CALDART, Roseli Salette, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, EXpressão Popular, 2012.pp.410-416.

BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas Ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. Porto Alegre/Barcelona. UFRGS/UB, 2011. (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História/Departament d’Història Contemporània, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Universitat de Barcelona,2011.

BENJAMIN, Cid de Queiroz. **Entrevista realizada para exposição temporária “Política F.C. O futebol da Ditadura”**. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Vanessa Gonçalves em 24/05/2014.

BERGER, Christa. **Campos Em Confronto: a Terra e o Texto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CARDOSO, Tom. **Sócrates**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CHAIM, Aníbal Renan Martinot. **A Bola e o Chumbo: Futebol e Política nos anos de chumbo da Ditadura Militar Brasileira**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2014.

_____. **Futebol, corações e mentes: os torcedores na perspectiva do Estado**. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Ciência Política.São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

CHALOUB, Sidney. **Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAMMAS, Eduardo. **A Ditadura militar e a grande imprensa: Os Editoriais do Jornal do Brasil e do Correio Da Manhã entre 1964 e 1968**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHIARONI, Bruno, KROEHN, Márcio. **Onde o esporte se reinventa. Histórias e bastidores de 40 anos de Placar**. São Paulo: Primavera editorial, 2010.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da Ditadura militar à democracia. in:**Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 25, Nov. 2005, p.165-188.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Revista Estudos Históricos**, v. 22, n. 43, p. 85-104, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTO, Euclides de Freitas. **Da Ditadura à Ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)**. Niterói : Editora da UFF, 2014.

DA MATTA, Roberto. **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Pinakotheke, 1982.

DAMO, Arlei Sander. A magia da seleção. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 28, n. 1, p. 73-90, 2006.

_____. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. **Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002 (coleção academia).

D'ANGELO, Domingos Antonio, TAKARA, Ademir. **Bibliofut:a literatura do futebol brasileiro**. Jundiaí, SP: Editora In House, 2019.

D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas. 1997.

DE FREITAS JUNIOR, Miguel Archanjo. Plano Paulo Machado de Carvalho: Um projeto modernizador ou uma tentativa de civilizar os jogadores brasileiros?. **Record: Revista de História do Esporte**, v. 7, n. 1, 2014.

DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. Políticas públicas para a Educação Física Escolar no Brasil durante a Ditadura militar: uma só representação?. **Perspectiva**, v. 21, n. 1, p. 151-178, 2003.

DINIZ, Eli. A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica de abertura in: **Estado e sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz** / organizado por José Szwako, Rafael Moura, Paulo D'Avila Filho. – Rio de Janeiro : CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016.

DO CABO, Alvaro Vicente G. Truppel P. **Argentina/78 – Uma Copa do Mundo: Política, Popular e Polêmica**. Curitiba, Editora Appris, 2018.

DOS SANTOS, Joel Rufino. **História política do futebol brasileiro**. Vol. 20. Brasiliense, 1981.

DREIFUSS, René Armand. **1964 – A Conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DRUMOND, Maurício. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. **Revista Estudos Históricos**, v. 22, n. 44, p. 398-421, 2009.

_____.Futebol e política, Nações em jogo. In: **Revista IHGB**. Rio de Janeiro, a. 169 (439):37-57, abr./jul. 2008

DURANTEZ, Conrado. **Existiria violência nos jogos olímpicos da antiguidade?**. Coleção Desporto e sociedade. Lisboa, Ministério da Educação, Direção-geral dos desportos,1987.

ELIAS, Nobert . Un ensayo sobre el deporte y la violencia. In:ELIAS, Nobert, DUNNING, Eric. **Deporte y ocio en el proceso de la civilización**. México, Fondo de Cultura Económica,1992.pp.185-212.

ESG. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS. **Manual básico – MB - 75**. Rio de Janeiro: ESG, 1975.

FELICIANO, Marco Antônio. **Marco Antônio Feliciano** (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2011. 78 p.

FENSTERSEIFER, Alex Christiano Barreto. **Produção científica sobre futebol: uma investigação do estado do conhecimento das dissertações e teses produzidas no Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Desportos, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Florianópolis, 2016.

FERNANDES, Domingos. **Entrevista realizada para exposição temporária “Política F.C. O futebol da Ditadura”**. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Vanessa Gonçalves em 17/05/2014.

FERREIRA, João Fernando Pelho. **De (pre)potência olímpica à “invenção” do país do futebol: a política para os esportes do Governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)**. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2014

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e Historiográficas. In: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. jan./abr. 2017.

_____.**Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997

FIENGO, Sergio Villena. "Gol-balización, identidades nacionales y fútbol." in: ALBARCES, Pablo. **Futbologías: fútbol, identidad y violencia en América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003.

FIFA. **Oficial Fifa Report: World Cup 1978 Argentina**. Munique: proSport GmbH & Co,

Verlag für Sport und Kultur KG, 1980.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. Bakhtiniana. **Revista de Estudos do Discurso**, n. 1, 2009.

FLORENZANO, José Paulo. Dictatorship, Re-Democratisation and Brazilian Football in the 1970s and 1980s. In: FONTES, Paulo; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro; DE HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque (Ed.). **The Country of Football: Politics, Culture & the Beautiful Game in Brazil**. Hurst & Company Limited, 2014.P. 147-166.

_____.**A Democracia Corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro**. São Paulo: FAPESP; EDUC, 2010.

_____.**Afonso e Edmundo: a rebeldia no futebol brasileiro**. São Paulo: Musa Editora, 1998.

FON, Antônio Carlos. **Depoimento**. 23 de abril de 2006. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2006/04/23/antonio-carlos-fon-depoimento/>> Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

FRAGA, Gerson Wasen. Futebol, História & Sociedade: De vira-latas a gênios. Ou: como o futebol influencia a autopercepção de um povo? In: SAVENHAGO, Igor. PISTORI, Wolfgang (org). **Onze: futebol e ciências humanas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

_____.Futebol, Imprensa e Ditadura: Das Formiguinhas De Geisel À Abertura De Telê. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, julho 2011.

_____.**“A Derrota do Jeca” na imprensa brasileira: Nacionalismo, Civilização e Futebol na Copa Do Mundo de 1950**. Porto Alegre: UFRGS (Tese de Doutorado), 2009.

FRANCO, Valdomiro Vaz. **Valdomiro Vaz Franco (depoimento, 2012)**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2012.53p.

FRANCO JR., Hilário. JÚNIOR, Hilário Franco. **Dando tratos à bola: ensaios sobre futebol**. Editora Companhia das Letras, 2017.

_____.**A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GASPARI, Elio. **A Ditadura encurralada**. Editora Intrínseca, 2017.

_____.A Ditadura derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPAROTTO, Alessandra. **“O Terror renegado”. Uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à Ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)**. UFRGS, 2008. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2008.

GASTALDO, Édison Luis. A pátria na “imprensa de chuteiras”: futebol, mídia e identidades brasileiras.in: **Nações em campo: Copa do Mundo e identidade nacional**. Niterói: Intertexto, p. 87-102, 2006.

GIGLIO, Sérgio Settani; SPAGGIARI, Enrico. “A produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009)”. **Revista de História**. São Paulo, n. 163, p. 293-350, 2010.

GRAMSCI, Antonio; COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

.**Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, v. 1, p. 209.

GOUSSINSKY, Eugenio; ASSUMPÇÃO, João Carlos. **Deuses da bola: 100 anos da Seleção Brasileira**. São Paulo: Editora DSOP, 2014.

GONÇALVES, Eduardo. **Tostão. Lembranças. Opiniões. Reflexões sobre o futebol**. São Paulo: DBA, 1997.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. 500 anos de Brasil, 100 anos de futebol gaúcho: construção da “província de chuteiras”. In: **Anos 90: revista do programa de pós graduação em História**. Porto Alegre: UFRGS, n° 13, jul/2000.

GUEDES, Simoni Lahud. De criollos e capoeiras: notas sobre futebol e identidade nacional na Argentina e no Brasil. In: **Nações em campo: Copa do Mundo e identidade nacional**. Niterói: Intertexto, p. 127-146, 2006.

_____. **O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro**. Niterói: EDUFF, 1998.

_____. **O futebol brasileiro: instituição zero**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro, 1977.

GUTERMAN, Marcos. Médici e o futebol: a utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 29, n. 01, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: DP&A Editora, 2006.

HELAL, Ronaldo. "Futebol, Comunicação e Nação: a trajetória do campo acadêmico" in: MORAIS, Osvando J. de; MARQUES, José Carlos. **Esporte na idade Mídia: diversão, informação e educação**. São Paulo: Intercom (2012): 139-168.

HOBBSAWM, Eric. **Viva la revolución: a era das utopias na América Latina**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

_____. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. RANGER, Terence; HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 271-316, 1997.

_____. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- JENNINGS, Andrew. **Jogo sujo: o mundo secreto da FIFA**. São Paulo: Panda Books, 2012.
- KFOURI, Juca. **Confesso que perdi: memórias**. Editora Companhia das Letras, 2017. Edição eletrônica.
- LEÃO, Emerson. Emerson Leão (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2012.
- LENTZ, Rodrigo. **Militares e Política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. [No prelo].
- LIMA, José Reinaldo. **José Reinaldo de Lima (depoimento, 2012)**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2012. 33p.
- LVOVICH, Daniel. Vida cotidiana y dictadura militar en la Argentina. **Estudios Ibero-Americanos**, v. 43, n. 2, Porto Alegre, maio-ago. 2017, p. 264-274.
- MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e Ditadura no Brasil e na Argentina**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.
- MAGALHÃES, Livia Gonçalves; CORDEIRO, Janaina Martins. O Poder na torcida: consenso, futebol e Ditadura no Brasil (1970) e na Argentina (1978). **Faces de Clio: Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História–UFJF**, v. 2, n. 04, 2016.
- MANERO, CRISTIAN DAMIAN. Fútbol y dictadura en Uruguay: El mundialito desde Bourdieu y Elias. **Revista de ALESDE**, v. 3, n. 2, p. 4-14, 2013.
- MARCZAL, Ernesto Sobocinski. Futebol & Política. Paixão, futebol e Ditadura: debates políticos sobre as Copas do Mundo de 1970 no Brasil e 1978 na Argentina. In: SAVENHAGO, Igor, PISTORI, Wolfgang (orgs). **Onze: futebol e Ciências Humanas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017, p. 57-92.
- MARINHO, Francisco das Chagas. **Francisco das Chagas Marinho (depoimento, 2012)**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2012. 104p.
- MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- MARTINS, Mariana Zuaneti. **Democracia Corinthiana: sentidos e significados da participação dos jogadores**. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, 2012.
- MÁXIMO, João. **João Saldanha: sobre nuvens de fantasia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- MELO, Demian Bezerra de. **A Miséria da historiografia : uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro : Consequência, 2014

MELO, Victor Andrade de. “O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)”. **Revista Recorde**, v. 9, n. 1, p. 1-17, Rio de Janeiro, jan./jun. 2016.

MARCZAL, Ernesto Sobocinski. Sobre a unidade em torno de um caneco: futebol, política e imprensa na vitória “brasileira” na Copa do Mundo de 1970. **Recorde: Revista de História do Esporte**, v. 6, n. 2, 2013.

MOTTA, Cezar. **Até a última página: uma história do Jornal do Brasil**. Objetiva, 2018.

MOTTER, Maria Lourdes. **Ficção e história: imprensa e construção da realidade**. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). in: **Estudos Ibero-Americanos**, v. 43, n. 2, p. 346-366, Porto Alegre, maio-ago. 2017. pp.346-366.

_____. **1964 : História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo : Contexto, 2014.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da Ditadura brasileira (1964-1985)**. Cortez Editora, 2016. Edição eletrônica.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. Editora Companhia das Letras, 2013.

NORIEGA, Mauricio. **Oswaldo Brandão**. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. Boitempo editorial, 2015.

OLIVEN, George e DAMO, Arlei. **Fútbol y cultura**. Buenos Aires: Editorial Norma, 2001.

OSTERMANN, Ruy Carlos. **Itinerário da derrota: crônica de cinco copas do mundo sem Pelé**. Artes E Ofícios, 1992.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura civil-militar**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PEINADO, Quique. **Futebol à esquerda**. São Paulo: Madalena, 2017.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

_____. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Terceira edição. São Paulo: Zahar, 2004.

RESENDE, Pâmela de Almeida. Da Abertura Lenta, Gradual e Segura à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita: A Lógica do Dissenso na Transição Para a Democracia in: **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 2, 2015, pp. 36-46.

RIBEIRO, Karoline Soria e ALMEIDA, Marco Antônio Bettine. A interferência dos governos militares (1964-1985) no futebol brasileiro in: **Licere**, Belo Horizonte, v.17, n.1, mar/2014.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à Ditadura: resistência e integração. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014

_____. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (O Brasil Republicano, v.4)

ROCHA, Luiz Guilherme Burlamaqui Soares Porto. **A dança das cadeiras: a eleição de João Havelange à presidência da FIFA (1950-1974)**. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: **A Ditadura que mudou o Brasil**, v. 50, p. 172-185, 2014.

RODRIGUES, Ernesto Carneiro. **Jogo duro: a história de João Havelange**. Editora Record, 2007.

SALDANHA, João. **Futebol & outras histórias**. Rio de Janeiro: Record, 1988.

SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. **A construção da Nação Canarinho: Uma história institucional da Seleção Brasileira de futebol, 1914-1970**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013.

_____. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SANTOS, Daniel de Araujo dos. **Futebol e política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol**. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, 2012.

SANTOS, Joel Rufino dos. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SCHATZ, Patrícia Volk. **A imprensa escrita entra em campo: relações entre política e futebol através da análise da revista Placar (1974-1982)**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em História, 2015.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar: ensaios selecionados**. Editora Companhia das Letras, 2014.

SECCO, Lincoln. **História do PT, 1978-2010**. Ateliê editorial, 2011.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SOARES, Antonio Jorge Gonçalves Soares, SALVADOR, Marco Antonio Santoro Salvador. 1970 – pra frente, Brasil: preparo da caserna, coração de chumbo e mente brilhante. In: HELAL, Ronaldo; DO CABO, Alvaro (Ed.). **Copas do Mundo: comunicação e identidade cultural no país do futebol**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. pp.139-164.

SOEIRO, R.S.P., TUBINO, M.J.G. A contribuição da escola de educação física do exército para o esporte nacional: 1933 a 2000. **Fitness & Performance Journal**, v.2, n.6, p.336-340, 2003.

SILVA, Carla Luciana. Consenso e coerção na Ditadura. In: SILVA, Carla Luciana, CALIL, Gilberto Grassi, BOTH, Marco Antônio. **Ditaduras Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: FCM Editora, 2016. pp.43-63.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da Ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (O Brasil Republicano, v.4)

SÓCRATES e GOZZI, Ricardo. **Democracia corintiana. A utopia em jogo**. Boitempo editorial: São Paulo, 2002. Edição eletrônica.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo**. Crítica Marxista, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.19, 2004, p.27-48.

TORRES, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Torres (depoimento, 2012)**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2013. 77 p.

TRYHORN, D.Socrates, The Former Brazil Captain Talks about Why Footballers have a Political Responsibility. **The Blizzard**, N°5, 2012.

VICKERY, Tim. Darkness Fall. In: **The Blizzard**. n.31. 2018. pp.28-30

_____. The Rise of the Technocrats. In: **The Blizzard**, n. 6, 2012. pp.84-93.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira – 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: LeYa, 2014.

VILCHES PARRA, Diego. Del Chile de los triunfos morales al “Chile, país ganador”. La identidad nacional y la selección chilena de fútbol durante la Dictadura Militar (1973-1989). **Historia Crítica**, n. 61, p. 127-147, 2016.

VINNAI, Gerhard. **El fútbol como ideología**. Ciudad del México, Siglo Veintiuno, 1978.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. in: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 4, 1985.

WILSON, Jonathan. **A pirâmide invertida: a história da tática no futebol**. KasaFutebol Editora-Grande Área, 2016

YALLOP, David A. **Como eles roubaram o jogo. Segredos dos subterrâneos da FIFA.**
Rio de Janeiro: Record, 2002.

ANEXO



Da esquerda para direita, **João Havelange e os presidentes**: com o amigo Juscelino Kubistchek, com João Goulart e com os militares Castelo Branco e João Figueiredo.



Imprensa de oposição. A Capa de Movimento com a polêmica entrevista de Reinaldo em defesa da Anistia antes da Copa de 1978. Abaixo, as capas do Pasquim, perdida a Copa, restam as eleições de 1978.





Acima, torcedores da Fla Diretas (reprodução Placar) e abaixo as capas da Revista Placar favoráveis às Diretas Já.



Da direita para o centro da foto: o narrador Osmar Santos, o dirigente do Corinthians Adilson Monteiro Alves, o editor da Placar Juca Kfoury e Sócrates no último comício pelas Diretas Já em São Paulo (1984).